



Programação das Apresentações e Resumos das Monografias de Bacharelado

**Segundo Semestre de 2011
Curso de Graduação em História**

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 1

Terça-feira, 13 de dezembro de 2011

Das 09:00 às 12:10 horas (intervalo das 10:15 às 10:30h) – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Carlos Roberto Antunes dos Santos (titular), Marion Brepohl (titular), Karina Kosicki Bellotti (suplente)

VERBOS E COMPORTAMENTOS: ANÁLISES DE CONDUTA SOCIAL, NA OBRA CASA DE PENSÃO DE ALUÍSIO AZEVEDO, NO RIO DE JANEIRO NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS DO IMPÉRIO

Aluno: André Gustavo Pupo

Orientador: José Roberto Braga Portella

Horário: 09:00 às 09:25h

CINEMA MODERNO E CINEMA INDUSTRIAL: CONFRONTOS ESTÉTICOS E IDEOLÓGICOS DO CINEMA BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 50 E 60

Aluno: Douglas Gasparin Arruda

Orientador: José Roberto Braga Portella

Horário: 09:25 às 09:50h

AS FACES DO REI: HENRIQUE VIII E SUAS REPRESENTAÇÕES HISTÓRICA E AUDIOVISUAL

Aluna: Stella Titotto Castanharo

Orientador: José Roberto Braga Portella

Horário: 09:50 às 10:15h

SOBRE BLUES & CADILLACS: REPRESENTAÇÕES AUDIOVISUAIS DO BLUES NO SÉCULO XXI

Aluno: Daniel Dória

Orientador: Dennison de Oliveira

Horário: 10:30 às 10:55h

A VIOLÊNCIA ESCOLAR E O “BULLYING” NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARANAENSES SOB O PONTO DE VISTA DA GAZETA DO POVO (2008-2011)

Aluna: Franciane Mochenski Bueno da Luz

Orientador: Dennison de Oliveira

Horário: 10:55 às 11:20h

CINEMA, INFÂNCIA E A QUESTÃO SOCIAL ITALIANA NO FILME SCIUSCIÀ (1946)

Aluno: Thiago Henrique Felício

Orientador: Dennison de Oliveira

Horário: 11:20 às 11:45h

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 2

Quarta-feira, 14 de dezembro de 2011

Das 09:00 às 11:45 horas (intervalo das 10:15 às 10:30h) – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Magnus Roberto de Mello Pereira (titular), Martha Daisson Hameister (titular), Pedro Plaza Pinto (suplente)

FAMÍLIAS RESTAURADAS: CASAMENTO E SEXUALIDADE NA LITERATURA DE AUTO-AJUDA E ACONSELHAMENTO DA RCC

Aluna: Denise Aparecida Ribeiro da Cruz

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti

Horário: 09:00 às 09:25h

MEMÓRIAS DA VILA: UM ESTUDO SOBRE AS MEMÓRIAS DE MORADORES DA VILA SABARÁ (CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA, 1980-2011)

Aluna: Rebecca de Oliveira Freitas

Orientador: Antonio Cesar de Almeida Santos

Horário: 09:25 às 09:50h

A MALANDRAGEM NA OBRA DE JORGE AMADO - UMA ANÁLISE DE CAPITÃES DA AREIA, DE 1937

Aluna: Nikesara Luana de Jesus

Orientadora: Rosane Kaminski

Horário: 09:50 às 10:15h

A EXPERIÊNCIA DOS AFRICANOS LIVRES NO PARANÁ PROVINCIAL

Aluna: Clara Lume Dola Cunha

Orientadora: Joseli Maria Nunes Mendonça

Horário: 10:30 às 10:55h

SOBRE VÍTIMAS E ALGOZES: JOAQUIM MANUEL DE MACEDO E A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XIX

Aluno: Eduardo da Cruz

Orientadora: Joseli Maria Nunes Mendonça

Horário: 10:55 às 11:20h

O IMPÉRIO DAS POLÍCIAS: FEDERALISMO E ESTADO UNITÁRIO NO IMPÉRIO DO BRASIL (1831-1850)

Aluna: Cássia Renata Scherer Lino

Orientador: Luiz Geraldo Santos da Silva

Horário: 11:20 às 11:45h

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 3

Quinta-feira, 15 de dezembro de 2011

Das 09:00 às 11:45 horas (intervalo das 10:15 às 10:30h) – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Fátima Regina Fernandes (titular), Rodrigo Rodriguez Tavares (titular), Joseli Maria Nunes Mendonça (suplente)

AS RELAÇÕES ENTRE OS REINOS IBÉRICOS NA NARRATIVA DOS FEITOS DE D. JAUME I DE ARAGÃO (1208-1276)

Aluna: Érica Margas Cima

Orientadora: Marcella Lopes Guimarães

Horário: 09:00 às 09:25h

ARQUEIROS NA GUERRA DOS CEM ANOS: A TRANSIÇÃO MILITAR DA BAIXA IDADE MÉDIA

Aluno: Guilherme Floriani Saccomori

Orientadora: Marcella Lopes Guimarães

Horário: 09:25 às 09:50h

CULTURAS IRMÃS: A HEGEMONIA CARTAGINESA SOBRE GADES E O “CIRCULO DO ESTREITO”

Aluno: André Felipe Wielgosz Leite

Orientador: Renan Friguetto

Horário: 09:50 às 10:15h

USURPAÇÃO E LEGITIMAÇÃO NA HISTÓRIA CONTRA OS PAGÃOS DE ORÓSIO

Aluno: Diego Schneider Martinez

Orientador: Renan Friguetto

Horário: 10:30 às 10:55h

IMPERATOR DOMINUS MUNDI: A PERSPECTIVA DA AUCTORITAS NO PRINCIPADO DE OCTÁVIO AUGUSTO (27 A.C- 14 D.C.)

Aluna: Rafaela de Sousa Trentini

Orientador: Renan Friguetto

Horário: 10:55 às 11:20h

LEGITIMIDADE E PODER NO EGITO FARAÔNICO: A RETOMADA DO CULTO DE AMON NA ESTELA DA RESTAURAÇÃO (1336 a.C./1327 a.C.)

Aluna: Vanessa Fronza

Orientador: Renan Friguetto

Horário: 11:20 às 11:45h

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 4

Sexta-feira, 16 de dezembro de 2011

Das 09:00 às 11:45 horas (intervalo das 10:15 às 10:30h) – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Helenice Rodrigues da Silva (titular), Camila Jansen de Mello Santana (titular), Marcella Lopes Guimarães (suplente)

EM BUSCA DA REALIDADE: A REPRESENTAÇÃO DO CORPO NA ANATOMIA E NA PINTURA DO RENASCIMENTO

Aluna: Bárbara Sebastiana Lagos Zanirato

Orientadora: Ana Paula Vosne Martins

Horário: 09:00 às 09:25h

ENTRE MÃE E FILHA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DA MATERNIDADE NA ESCRITA EPISTOLAR DE SUZANNE NECKER E GERMAINE DE STAËL (SÉCULO XVIII)

Aluna: Flora Morena Maria Marini de Araújo

Orientadora: Ana Paula Vosne Martins

Horário: 09:25 às 09:50h

NINA RODRIGUES E A MULTIPLICIDADE CULTURAL

Aluno: Ivan Koltun Rebutini

Orientador: Carlos A. M. Lima

Horário: 09:50 às 10:15h

NIETZSCHE E A HISTÓRIA : DA BASILÉIA À VIDA NÔMADE

Aluno: Murilo Mischiatti Pagotto

Orientador: José Roberto Braga Portella

Horário: 10:30 às 10:55h

OS ANNALES E A MICRO-HISTÓRIA: UM VIÉS HISTÓRIOGRÁFICO PELAS OBRAS DO HISTORIADOR ITALIANO CARLO GINZBURG

Aluno: Alexander João Guerios

Orientador: José Roberto Braga Portella

Horário: 10:55 às 11:20h

MESTRADO EM HISTÓRIA NA UFPR: UMA ABORDAGEM EM TORNO À HISTÓRIA DEMOGRÁFICA

Aluno: Guiosepphe Sandri Marques

Orientador: José Roberto Braga Portella

Horário: 11:20 às 11:45h

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM CURITIBA: AS UNIDADES DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO

Aluna: Anita Maria da Costa Félix

Orientador: Dennison de Oliveira

Horário: 11:45 às 12:10h

Banca 1

Resumos

VERBOS E COMPORTAMENTOS: ANÁLISES DE CONDUTA SOCIAL, NA OBRA CASA DE PENSÃO DE ALUÍSIO AZEVEDO, NO RIO DE JANEIRO NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS DO IMPÉRIO

Aluno: André Gustavo Pupo

Orientador: José Roberto Braga Portella

Palavras-chave: Aluísio Azevedo; Boemia; Comportamento social

O presente estudo versa sobre relações comportamentais, referentes ao comportamento social (especificamente no Rio de Janeiro nas últimas duas décadas do Império), postas na obra de Aluísio Azevedo, *Casa de Pensão*, de primeira publicação em 1884, tendo sido publicado no ano de 1883 em forma de folhetim. Na crítica feita pelo autor, através de seu texto literário, entre as questões que serão trabalhadas, estão: o comportamento de membros da sociedade carioca, em diferentes esferas (ora em conversas mais formais com seus pares, e, ora em momentos mais íntimos). Sendo esses elementos ocupantes de residências marginais em relação a elite social do Rio de Janeiro; além de tecer considerações do pensamento desses indivíduos sobre o contexto da boêmia na capital do império.

Para o estudo desses comportamentos e embates morais, identificados na obra de Azevedo, analiso principalmente os diálogos que se realizam dentro da pensão de Mme. Brizard e João Coqueiro, donos do estabelecimento. Junto a esses diálogos é necessário estar atento também às características pessoais de cada um desses indivíduos. O que na primeira parte do livro, Azevedo, dedica a traçar uma breve história de vida, concomitantemente, a um esboço das características dos mesmos. Essas linhas gerais de ídoles e acontecimentos dessas vidas comportam-se na obra como “motores”, para a efetivação e modelamentos do caráter e das ações dos personagens.

No que concerne à intenção da pesquisa monográfica, é discutir os modelos ideais de comportamento da sociedade carioca dos fins do século XIX, a partir de dois grupos específicos. O primeiro grupo é representado pelos indivíduos que podem ser definidos como falsos boêmios, ou ainda apenas freqüentadores dos ambientes onde a boemia de fato poderia ser encontrada. O outro grupo são os moradores da pensão, que se intercalam nas críticas ao estilo de vida boêmio e a seus freqüentadores, em conversas na sala de jantar da pensão, a fim de transparecerem pessoas dotadas de um maior valor moral.

Para a realização da monografia divido-a em três capítulos. O capítulo 1 busca tratar sobre questões teóricas e metodológicas, referentes a comportamento de grupos perante outros. Junto à construção dos parâmetros julgadores de um comportamento mais válido socialmente ou menos válido (um em detrimento do outro). Para embasar tais considerações, exploro os estudos de Norbert Elias e John Scotson *Estabelecidos e Outsiders* e outra obra de Elias *O Processo Civilizador*. Em um segundo momento, procuro tratar sobre considerações a respeito da boemia de maneira mais ampla e sobre alguns boêmios que influenciaram a visão de Aluísio Azevedo. E no que o escritor considerava ser de fato, boemia. Nesta parte me utilizo, principalmente, dos escritos de Jerrold Siegel *Paris Boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa (1830-1930)*, e, o texto de Elton Nunes e Leonardo Mendes *O Rio de Janeiro no fim do século XIX: modernidade, boemia e o imaginário republicano no romance de Coelho Neto*.

A fim de ilustrar melhor o capítulo seguem algumas considerações: o enxergamento dos grupos e as construções feitas na caracterização do outro, se apresentam na obra de Norbert Elias, como uma maneira de padronização e diferenciação das sociedades (nas obras *O Processo Civilizador* e *Estabelecidos e outsiders*).

Elias discorre sobre o assunto debatendo as condições e as conformidades de certos grupos perante o outro, ou sobre um auto enxergamento e um distanciamento na visão desses grupos perante si, ou ainda, perante os demais a sua volta de maneira elogiosa ou depreciativa (ora voluntária, ora involuntária). Através de modelamentos sociais, partidos de um grupo dominante, seguem promovendo uma distorção do todo e afirmando provas para si mesmo (estabelecidos). O grupo dominante utiliza costumeiramente (segundo Elias), o estigma, capaz de penetrar na autoimagem do grupo inferiorizado. O que faz graças a um equilíbrio de poder desigual, em que a eficácia dos insultos na ordem inversa (de “baixo” para “cima”) não agride os estabelecidos. Os próprios autores respondem (Elias e Scotson), que os grupos deficientes sociais enxergam-se com menos valor, aumentando assim, o número de características injuriosas. “Dê-se a um grupo uma reputação ruim é provável que ele corresponda a essa expectativa.”¹ O estigma, como um aspecto entre estabelecidos e outsiders, associa-se a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido, que reflete e justifica seu preconceito imposto.

No que se refere à identificação de grupos e a aceitação dos mesmos, o trabalho de Norbert Elias e John L. Scotson *Estabelecidos e Outsiders* (1994) apresenta um quadro de relações e possíveis “enxergamentos” da aceitação de um grupo perante ele mesmo, bem como em relação a outros grupos. A obra caracteriza a formação desses grupos iniciada por vários aspectos: quer seja por tempo de estabelecimento, classe social, mas principalmente, aspectos que rodeiam e consolidam-se no poder adquirido por esses grupos.

Na obra *O Processo Civilizador*, Elias vai tratar de que forma consolidam-se novos tipos de relações sociais. Levando em conta o que denomina de redes interligadas intencionalmente ou não, que fariam eleger esses novos tipos. Sendo um conjunto de mutações sociais que estão sempre em movimento atingindo os mais diversos patamares. Construções essas que são levadas e consolidadas, pelos mais diversos meios, mas que, adquirem uma caracterização devido à aceitação da conduta pelos grupos. E nesse conjunto de condutas e comportamentos, elencando a posição dos que estariam em determinados grupos sobrepostos a outros grupos. Essa rede de relações sociais é formada no passar do tempo, e, em muitos casos pela própria busca de diferenciação, pautaria o acúmulo de poder que um grupo tem diante dos demais.²

Casos que em muito se consolidam através de ações de controle de grupos perante outros, ou mesmo autocontrole, um pudor sobre as ações de si mesmo, com medo de uma não aceitação social de certo movimento fora da ordem imposta pela conduta construída e admitida de um grupo, em que esses agentes reguladores de ações seriam os próprios integrantes dos grupos, ou mesmo, o emaranhado de conduta que está consolidado na construção dos valores do indivíduo.

Caminhando para final do segundo momento do capítulo primeiro, segue uma breve discussão sobre boemia e seu contexto na França.

A boemia aos moldes franceses na imagem de Henri Murger, na sua obra *Cenas da vida Boêmia*, de primeira edição em 1849. Obra que deu certa visibilidade ao boêmio segundo Jerrold Siegel, trata do cotidiano de um grupo de amigos boêmios na Paris de meados do século XIX. Sendo a obra uma representação de seu próprio círculo de amigos. Em que a busca da crítica social na obra desses autores (boêmios) não estava pura e simplesmente nas palavras do autor, mas em um conjunto de ações, como as características de sua própria existência, de seu modo de vida peculiar, no século XIX francês. Jerrold Siegel atenta para a visão da expressão de artistas menores, e, de pessoas ligadas aos

¹ ELIAS, Norbert. & SCOTSON, John L. *Estabelecidos e Outsiders*. Ed. Jorge Zahar Editor. Trad. RIBEIRO, Vera. Rio de Janeiro. 1994.p. 30.

boêmios pelo encantamento de sua existência, atraídas pela arte sem serem artistas, e, que de certa forma, causavam um reflexo, nem sempre condizente com a figura de um boêmio, o mesmo se aplica a imagem traçada pela sociedade em relação a boemia. Aspecto esse último também complicado de se definir em linhas gerais, ou em uma conceitualização precisa, pois como bem expressa Siegel, trata-se de um grupo em que nada é de fato pertencente de forma exclusiva dele mesmo, porém há um conjunto de características, nem sempre claras. Talvez por isso a tanta imprecisão na personificação desta imagem. O que pode ser dito com alguma precisão é que: a vida boemia se baseia na arte, na falta de comprometimento com a sociedade civil, mas sem deixar de criticá-la ou por vezes repudiá-la, na vontade e efetivação de viver como artista.

Buscando uma relação com os estudos de Elton Nunes e Leonardo Mendes, *O Rio de Janeiro no fim do século XIX: modernidade, boemia e o imaginário republicano no romance de Coelho Neto*, em expressar sua opinião sobre o que possa ser considerado como boemia: é fruto de uma propriedade de valores, é um fenômeno social e literário que teve lugar em diversos pontos do planeta e em diferentes épocas. O termo diz respeito àqueles artistas que se reconhecem como tais, que procuram definir seus valores em contraposição aos da burguesia e para quem a arte desempenha papel fundamental.³

Após essa breve apresentação da primeira parte da monografia seguem as considerações referentes ao segundo capítulo. Neste busco atentar a apontamentos referentes ao autor da fonte, Aluísio Azevedo, junto a sua relação com a boemia no Rio de Janeiro. Para tais estudos me pauto na tese de doutorado de Angela Maria Fanini *Romances-Folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras periféricas*, e ao artigo de Luiz Morando *As duas faces da moeda – A obra de Aluísio de Azevedo*. Tentarei apresentar o contexto e discussões sobre o autor de *Casa de Pensão*. E, na segunda parte do capítulo trabalhar com discussões teóricas e metodológicas sobre o texto literário e sua representatividade na história. Para isso me pauto principalmente nas considerações de Alfred Döblin em seu texto *O Romance histórico e Nós*, publicado pela primeira vez em 1938, e em menor escala o artigo de Sandra Jatahy Pesavento, *Relação entre História e Literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX)*. Seguem-se os apontamentos.

Aluísio Azevedo é conhecido por muitos como o precursor do naturalismo realista no Brasil. Em sua obra em questão, o escritor representa em seu texto literário uma parte do Rio de Janeiro, descrevendo e detalhando tanto os lugares como as atitudes das personagens. A figura de Aluísio Azevedo, no contexto do Rio de Janeiro dos fins do século XIX, está ligada além de sua produção literária, que com a obra *Casa de Pensão* atingiria um reconhecimento como escritor, e também a participação em jornais ligados a movimentos artísticos e críticas sociais. Em um primeiro momento como cartunista e posteriormente como colunista. Entre os jornais estão: *O Fígaro*, *O Mequetrefe*, *Zig Zag* e *Semana Ilustrada*, todos na cidade do Rio de Janeiro. Escreveu obras no início de sua carreira que poderiam ser classificadas como românticas publicadas em folhetins e, depois de ter adquirido alguma aceitação do público, parte para produções que podem ser taxadas como naturalistas. Sobre o contexto de produção da obra *Casa de Pensão*, já que o livro teria sido inspirado em um caso verídico, a “Questão Capistrano”, crime que teria ocorrido no Rio de Janeiro, cerca de sete anos antes do lançamento da obra.

³ NUNES, Elton. MENDES, Leonardo. *O Rio de Janeiro no fim do século XIX: modernidade, boemia e o imaginário republicano no romance de Coelho Neto*. UERJ. <http://www.filologia.org.br/soletras/16/O%20rio%20de%20janeiro%20no%20fim%20do%20s%C3%A9culo%20xix.pdf>. Revista Soletras ano 08 nº 16. UERJ. 2008. Acessado em 03 de novembro de 2009. pp. 84.

O artigo de Sandra Jatahy Pesavento, *Relação entre História e Literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX)*, aborda a questão de uma representatividade a partir da literatura para se pensar a História. A autora coloca justamente uma idéia do reflexo da obra literária na construção do imaginário popular criado sobre uma época, ou mesmo, do tema que uma obra trata. “Mediante uma articulação de processos simbólicos, as pessoas não são apenas induzidas a acreditarem nas representações, mas, sobretudo, querem e pensam acreditar nelas. Estaríamos, portanto, diante da formulação de noções agregadoras e individualizantes, tais como nação, região ou, no nosso caso específico de interesse, as identidades urbanas.”⁴

Algo que vai de encontro à ideia de Döblin sobre a representação de mundo colocada nas páginas da produção literária, sendo o que faz o abraço desse mundo real ficcional criado e absorvido pelo escritor, separa a vinculação da história com “os grandes feitos”, e atenta ao comportamento do indivíduo e a considerações sociais. “Temos uma nova, única e específica construção ante nós que produz também o conhecimento da realidade (...) uma peculiar descoberta e interpretação da verdade”⁵. A passagem de uma realidade para outra, a transição de uma realidade assumida carregada de afetos e intenções, junto a inserção de um material em forma palpável e simultânea a sua peculiar transformação. Em que o romance histórico subordina-se a duas formas, uma pende para o relato e outra que pende para as fábulas, que se originam da realidade de nossa vida.⁶ Procuo através de sua discussão de representatividade do texto literário, buscar na obra de Aluísio Azevedo a relação da “caricatura” do mundo por ele criada. Segundo Döblin (2006), a partir de panos de fundo reais, o escritor desenrola seu enredo, com personagens possíveis, em que há um acordo implícito entre o leitor e escritor. A tradição contida no texto literário exploraria uma *práxis*, que se norteia e adota uma posição e prepara-se para uma ação, na qual o objetivo é alcançado por meio de personagens ideais e ações representativas. Assim, a universalidade dessa *práxis* da tradição é tradutora da figura de certos personagens (protagonistas e os que ficariam no segundo plano) com quem o autor confabula e fantasia. Döblin ainda afirma que não há prazer na autêntica realidade e no absoluto. O tratamento do primeiro plano do autor, o fio condutor do enredo, pode ser o mesmo do fabulador, mas esse acordo imposto devido a localização e tradição colocada no romance subordina-o às leis da realidade, em que já está orientado por um pano de fundo real e nele deve se manter⁷.

No terceiro capítulo do trabalho monográfico procurarei buscar na dualidade entre um espaço íntimo e um espaço comum da pensão de Mme. Brizard, a partir dos diálogos das personagens, aspectos representativos do enxergamento de um grupo perante outro, e em um segundo momento trabalhar com o comportamento dessas personagens.

Algumas notas sobre o espaço privado na obra de Aluísio de Azevedo ponto que cerne a problemática do trabalho monográfico, em muito e fundamental, para analisar as personagens em questão, bem como as atitudes coletivas dentro daquela pensão. Os

⁴ PESAVENTO, Sandra, J. *Relação entre História e Literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX)*. UFPR. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/issue/view/5642006>. 2006. Acessado em 06 de dezembro de 2009.

⁵ DÖBLIN, Alfred. *Romance Histórico e Nós*. Moscou. 1938. In: História Questões e Debates, Trad. MAGALHÃES, Marion B. de, Curitiba, n. 44, 2006. pp. 27-8.

⁶ *Idem*. pp. 32.

⁷ DÖBLIN, Alfred. *Romance Histórico e Nós*. Moscou. 1938. In: História Questões e Debates, Trad. MAGALHÃES, Marion B. de, Curitiba, n. 44, 2006.

escritos de Philippe Ariès posto na obra *Por uma história da vida privada*, faz considerações sobre o século XIX, mas principalmente sobre a mudança dos alcances e da criação de novas “pequenas sociedades” dentro dos ambientes privados. Em que se aproxima em muito com as ideias de Norbert Elias em *O processo civilizador*, em questões sobre o “novo” papel do Estado, que segundo Ariès, começou a impor-se de maneiras diversas, por meios diferentes dos métodos de século anteriores, como por exemplo o medo ou a força física do Estado.

Mudanças essas postas como processo citado por Norbert Elias, em que trata dos movimentos e condutas – ponto que Ariès assegura ser uma forma de controle do Estado. Seguindo uma linha de raciocínio presente tanto em Ariès como em Elias, em que redefinições do espaço, principalmente urbano, com inferências diferentes na vida social e política.

Na pensão, um local cheio de aparências, as demais personagens entram em uma rede de intrigas ligadas à figura central de Amâncio, com tudo sendo feito de forma privada e escondida, cenas essas que habitam os quartos da pensão após o jantar.

Sobre os jantares da pensão de Mme. Brizard deve-se salientar, como sendo o momento de maior hipocrisia das personagens, as aparências e os comportamentos carregados por essa “moral” (que aqui se pretende discutir), numa “fina camada de reflexo”, pois em algumas conversas privativas, muito se especula, ou em raros casos se fala abertamente sobre as reais intenções de um personagem ou outro.

O que pode ser pensado através das representações nos diálogos das personagens de Aluísio Azevedo, a partir dos preceitos teóricos minimamente explorados neste resumo, é de que a moral vigente e socialmente construída das mais diversas maneiras pautava, e de certa forma, confortava indivíduos em mascarar sua real intenção. Devido à necessidade de aceitação de si mesmo ou pelos membros que consideravam partes modeladoras e estruturadoras da boa conduta dessa sociedade, em uma ação de grupo. Os meios que são utilizados pelos moradores da pensão para convencer Amâncio, a fazer ou conceder algo, a indiferença às moralidades em determinados momentos íntimos, são exemplos desses indivíduos que agem de maneiras diversas e por vezes escondidas, no esboço de um mesmo personagem, que mesmo sendo capaz de atrocidades, para moral da época, mantém-se em uma zona de conforto a visita dos demais, e por vezes em seu auto enxergamento, como um detentor de superioridade social em relação aos demais por ele inferiorizados, também em uma ação de grupo.

CINEMA MODERNO E CINEMA INDUSTRIAL: CONFRONTOS ESTÉTICOS E IDEOLÓGICOS DO CINEMA BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 50 E 60

Aluno: Douglas Gasparin Arruda

Orientador: José Roberto Braga Portella

Palavras-chave: cinema brasileiro moderno – historiografia cinematográfica – cinema industrial

O seguinte projeto monográfico procura analisar os discursos conflitantes e contraditórios presentes entre os autores que buscavam defender uma proposta estética diretamente influenciada pelo cinema moderno⁸ e aqueles que produziram seus filmes para a Indústria Cinematográfica Vera Cruz, em um modelo de produção semelhante ao utilizado pela indústria hollywoodiana. Para análise desses discursos, utilizarei como fundamentação teórica autores desses dois modelos cinematográficos, e como fonte primária serão observados os filmes *Rio 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos, filme bastante influenciado pelo neo-realismo italiano e realizado pelo diretor que, anos mais tarde, seria um dos representantes do Cinema Novo, e *O cangaceiro*, de Lima Barreto, um dos principais filmes produzidos pela Vera Cruz.

Esse trabalho também buscará observar como determinados intelectuais, pesquisadores de cinema e cineastas, analisaram esse contexto do cinema brasileiro da década de 50, criando uma historiografia cinematográfica que, de certa forma, privilegia uma determinada produção estética e deixa em segundo plano outros projetos cinematográficos, principalmente aqueles ligados à produção industrial com finalidade lucrativa. Procurei escolher principalmente autores que escreveram no período próximo a década de 50, como o cinemanovista Glauber Rocha, Ismail Xavier e Jean-Claude Bernardet.

Durante os primeiros anos da década de 60, o Cinema Novo foi marcado por uma tentativa de ruptura, acima de tudo, com um modelo industrial hollywoodiano. Segundo um dos principais teóricos do Cinema Novo, Glauber Rocha, a produção cinematográfica que estava sendo realizada no Brasil (referindo-se essencialmente aos filmes destinados ao entretenimento popular) reproduzia os moldes, técnicas e padrões do que se convencionava serem característicos das produções realizadas em Hollywood; produções com objetivos capitalistas, que acabavam servindo para a alienação popular. No epicentro dessas críticas encontrava-se a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, produtora de diversos filmes principalmente nos anos 50, e que, por sua vez, rebate as críticas quanto ao seu caráter meramente industrial capitalista, afirmando ser conveniente para o Cinema Novo relacionar Vera Cruz e Hollywood, uma vez que identificava dois inimigos a serem combatidos: o cinema de entretenimento popular brasileiro e o cinema capitalista hollywoodiano.

Diante dessas discussões, relacionando-as com as influências exercidas pelo contexto sócio-político e cultural nas produções (essencialmente, a divisão do mundo entre o bloco capitalista e o bloco comunista), busca-se compreender as contradições implícitas nos diferentes projetos estéticos de cinema, utilizados tanto pelos cinemanovistas quanto pela Companhia, bem como as motivações tanto ideológicas quanto financeiras inseridas nessas críticas.

⁸ O surgimento e as características estéticas e ideológicas do cinema moderno são analisadas por Ismail Xavier em seu livro **O discurso cinematográfico: opacidade e transparência**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. Abordando especificamente o cinema moderno no Brasil temos o livro, também de Ismail Xavier, **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo. Editora Paz e Terra S/A, 2001.

A Companhia Cinematográfica Vera Cruz surge em 1949, na cidade de São Paulo. Nessa época foram criadas mais cinco companhias cinematográficas, resultando, no período de três anos, em mais de duas dezenas de produções filmicas. O nascimento dessas companhias está diretamente ligado com a relação existente entre a burguesia paulista, o mecenato cultural e a cultura cinematográfica que se desenvolvia na capital. Além dos fatores internos, pode-se inferir que fatores de ordem externa, como o renascimento do cinema pós-guerra em inúmeros outros países, além dos grandes produtores tradicionais, tiveram influência no aumento da produção cinematográfica em escalas mundiais. A produção internacional deixa, então, de ser privilégio dos clássicos centros produtores (Estados Unidos, França, Itália, Alemanha e União Soviética). A implantação dos grandes estúdios surge no bojo de uma ideologia nacional-desenvolvimentista de crença e euforia nas possibilidades, então vislumbradas, de desenvolvimento da indústria brasileira em setores antes não explorados – dentre eles, o cinema.

Pela primeira vez no Brasil nasce uma companhia cinematográfica que conta com o apoio de uma elite intelectual e econômica, onde o cinema deixa de ser considerado uma atividade marginal. As pretensões da companhia estavam em seu próprio lema: “Produção brasileira de padrão internacional⁹”. Nesse sentido o objetivo da Companhia era fazer filmes de alto nível técnico, pretensão essa que seria garantida por diretores e profissionais europeus, bem como a construção de estúdios gigantescos e caros (que, segundo Fernão Ramos, tomam como modelo os estúdios de Hollywood¹⁰), além da importação dos melhores equipamentos disponíveis no mercado internacional. A Vera Cruz tem seu *star-system* baseado em moldes hollywoodianos também, que são constantemente realimentados pelo Departamento de Propaganda.

Ao passo que a Companhia Vera Cruz passava por grandes dificuldades administrativas (apesar de todos os problemas financeiros, continua ativa até os dias de hoje), outros projetos de cinema ganham destaque no Brasil, incentivados por experiências cinematográficas que fugiam dos moldes hollywoodianos de produção e estética. Essas novidades do cinema internacional, em especial o italiano com seu neo-realismo, vão influenciar decisivamente cineastas brasileiros, principalmente após a segunda metade da década de cinquenta.

No plano político, o fim dos anos cinquenta e o começo dos anos sessenta foram marcados por uma crescente radicalização da esquerda revolucionária no Brasil, que objetiva implantar as reformas de base que trariam maior igualdade e justiça social para a população. Essa esquerda rivalizava diretamente com os interesses da burguesia, que se atrelava cada vez mais ao capital externo. De certa forma, a esquerda passou, cada vez mais, a considerar como alienante toda a cultura que não fosse engajada. O Cinema Novo, movimento surgido nesse período, se constitui como grupo enquanto oposição ao esquema industrial da produção cinematográfica desenvolvida em São Paulo nos primeiros anos da década de cinquenta. “Queremos fazer filmes anti-industriais; queremos fazer filmes de autor, quando o cineasta passa a ser um artista comprometido com os grandes problemas do seu tempo; queremos filmes de combate na hora do combate e filmes para construir no Brasil um patrimônio cultural¹¹”. Esse tipo de cinema, onde o engajamento político é o eixo fundamental na construção da narrativa, não é uma exclusividade do cinema novo brasileiro; a difusão dos chamados “cinemas nacionais”¹² ganha força em várias regiões do mundo, especialmente no cenário de disputa entre os blocos socialistas e capitalistas pela hegemonia mundial.

⁹ RAMOS, Fernão (org). **História do Cinema Brasileiro**. São Paulo, Arte Editora, 1987.p. 205

¹⁰ Idem, p.205

¹¹ ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro, Alhambra/Embrafilme. 1981.p.17.

¹² HENNEBELLE, Guy. **Os Cinemas Nacionais contra Hollywood**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Na busca pelo desenvolvimento e evolução da problemática proposta, será feita uma investigação livros que condensam as propostas tanto do Cinema Novo e dos Cinemas Modernos quanto da Vera Cruz. Nesse sentido, se confrontar críticas de Glauber Rocha, presentes em seu livro “*Revolução do Cinema Novo*” com um livro recentemente publicado pela Vera Cruz, cuja visão apresenta o ponto de vista de funcionários da indústria, podemos observar a existência de contradições presentes nos discursos ideológicos; para os artistas e funcionários da Vera Cruz, os filmes que faziam não tinham como objetivo a mera reprodução de um padrão estético e ideológico, como denunciavam alguns cinemanovistas. A relação dos livros com outras referências bibliográficas teóricas sobre o tema permite questionar sob que parâmetros alguns teóricos, como Glauber Rocha, baseiam suas críticas, bem como quais ideologias influenciam suas proposta de cinema. Glauber Rocha, em sua explanação sobre o Cinema Novo, afirma que:

“Nosso cinema é novo porque o homem brasileiro é novo e a problemática do Brasil é nova e nossa luz é nova e por isso nossos filmes nascem diferentes dos cinemas da Europa. [...] Não existe na América Latina um movimento como o nosso. A técnica é *haute couture*, fresca para a burguesia se divertir. No Brasil o cinema novo é questão de verdade e não de fotografismo. Para nós a câmera é um olho sobre o mundo, o *travelling* é um instrumento de conhecimento, a montagem não é demagogia, mas pontuação do nosso ambicioso discurso sobre a realidade humana e social do Brasil! Isso é quase um manifesto¹³.”

Contrário ao cinema proposto pela Vera Cruz, uma vez que, segundo os cinemanovistas, era um cinema realizado por estrangeiros, esses autores também faziam críticas quanto à estrutura do estúdio, considerado uma matriz hollywoodiana emuladora de sua estética e meio de produção. Diante do engajamento social dos realizadores do Cinema Novo, também há críticas quanto a não preocupação em mostrar a realidade do país. O livro sobre Vera Cruz rebate as críticas ao modelo de estúdio, afirmando que a Vera Cruz jamais se espelhou nos grandes estúdios. As referências vieram da longa experiência européia, tendo um pouco da Cinecittá italiana e dos estúdios da Ealing britânica¹⁴. Analisando tais fontes, observa-se então que tanto Glauber Rocha e os intelectuais que defendiam as propostas de um cinema moderno quanto a companhia Vera Cruz são permeados por discursos ideológicos, e, portanto, dotados de interesses específicos. Analisar as intenções e as motivações implícitas nesses discursos, relacionando com as influências do contexto em que foram criados é essencial, portanto, para compreender essas contradições.

Através da leitura da bibliografia analisada nesse trabalho, é possível observar que existe uma tendência da historiografia do cinema brasileiro posterior a década de sessenta de representar o Cinema Novo e o Cinema Moderno e seus autores como providos de um senso crítico em relação aos problemas sociais do Brasil, ao passo que descrevem a Vera Cruz como uma indústria de cinema alienada e alienante, emuladora de uma indústria Hollywoodiana. Em defesa à Vera Cruz temos um livro, escrito por ex-funcionários da Companhia, que tenta se defender dessas acusações, mostrando outra versão da história dessa indústria. Porém, é preciso frisar que existe um longo período entre a produção historiográfica de esquerda, engajada politicamente, que enaltecia as qualidades e benefícios do cinema militante, e o lançamento do livro *Vera Cruz – imagens e memória do cinema brasileiro*, lançado pela Abook editora, em 2005. As acusações dessa historiografia do cinema brasileiro são feitas em uma conjuntura política muito diferente, e seus autores estavam preocupados com problemas de ordem política (regimes ditatoriais de

¹³ ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro, Alhambra/Embrafilme. 1981. p. 17.

¹⁴ MARTINELLI, Sérgio (org). **Vera Cruz. Imagens e História do Cinema Brasileiro**. São Paulo, Abook editora, 2005 p.160

direita, luta pela hegemonia mundial entre os blocos capitalista e socialista, etc), específicos do seu período.

O estudo das diferentes interpretações sobre a história do cinema nacional produzido nas décadas de cinquenta e sessenta, com bases na análise de materiais tanto da Vera Cruz quanto do Cinema Novo e do Cinema Moderno, ajuda-nos a compreender melhor as motivações por trás dos discursos conflitantes na cinematografia brasileira. Não tentarei aqui buscar inocentes ou culpados, muito menos apontar quais projetos estéticos do cinema são “melhores” ou mais “artísticos” do que outros; quero, com esse trabalho monográfico, confrontar esses diferentes discursos para, ao final, perceber como e com que motivações eles são construídos.

Estruturalmente, esse trabalho monográfico será dividido da seguinte forma: em um primeiro momento, apresentarei uma análise filmica das fontes *Rio, 40 graus* e *O Cangaceiro*, observando as especificidades presentes tanto na estética quanto na narrativa desses filmes. Os autores que utilizarei para fundamentar minha análise filmica e estética serão, essencialmente: Peter Burke, Willian Guynn, Robert A. Rosenstone, Marc Ferro, Ismail Xavier e Jacques Aumont.

Em seguida, pretendo inserir as fontes em seus respectivos movimentos cinematográficos, observando como os diretores se utilizam das técnicas de cinema, já conhecidas em outros países, para criar, no Brasil, filmes inovadores. Partindo dessa análise, entrarei nas características específicas do contexto sócio-econômico e político e como elas interferem diretamente na forma como se fez (e como se tentou fazer) cinema no Brasil na década de cinquenta.

Por fim, vou analisar como os autores escreveram a história do cinema brasileiro da década de 50, observando como os diferentes discursos foram construídos no interior dessas propostas cinematográficas e nesse contexto específico da Guerra Fria. Um dos problemas está no fato de existir uma grande distancia temporal entre os autores que denunciaram os problemas do cinema industrial hollywoodiano da Vera Cruz e aqueles que a defenderam, e, decorrente disso, os contextos onde surgem esses discursos acabam se mostrando completamente diferentes. Contudo, acredito ser fundamental para o trabalho observar o método utilizado pelos ex-funcionários da Vera Cruz para se defenderem, mesmo que muito tempo depois, até mesmo para compreender melhor a forma como os autores defendiam o Cinema Novo e, ao mesmo tempo, militavam contra o sistema capitalista e toda a cultura “alienante” nele contida, atacando filmes e diretores específicos.

As duas obras que serão analisadas no trabalho, *Rio 40 Graus*, do diretor Nelson Pereira dos Santos, influenciado diretamente pelo cinema neo-realista italiano (considerado por alguns como uma das raízes do cinema moderno), e *O cangaceiro*, de Lima Barreto, foram escolhidas por sua relevância dentro da história do cinema nacional. Este, produzido pela Companhia Cinematográfica Vera Cruz no ano de 1952, trata-se do primeiro filme realizado por Lima Barreto na Companhia, e é considerado um dos filmes mais importantes dessa indústria, e, também, um dos mais lucrativos do cinema nacional da década de 50. É, também, um filme com repercussão internacional, ganhando, inclusive, premiações no Festival de Cannes. Já *Rio, 40 graus*, lançado em 1955, inspirou o movimento do Cinema Novo, e, para os membros desse movimento, foi um filme inovador pelo fato de apresentar a realidade brasileira nos cinemas. Glauber Rocha, em seu livro *Revisão crítica do cinema brasileiro*, vai afirmar que este seria “o primeiro filme verdadeiramente engajado”, e diz que esse foi o filme decisivo para que decidisse iniciar sua carreira como cineasta. A novidade, contudo, não está na estética nem na tentativa de se contar no cinema histórias mais focadas nos problemas sociais ou políticos, já que isto já havia sido feito pelo cinema neo-realista italiano, mas sim no fato de se tentar construir no

Brasil um tipo de cinema semelhante, capaz de denunciar as mazelas da sociedade brasileira.

AS FACES DO REI: HENRIQUE VIII E SUAS REPRESENTAÇÕES HISTÓRICA E AUDIOVISUAL

Aluna: Stella Titotto Castanharo

Orientador: José Roberto Braga Portella

Palavras-chave: Audiovisual, Henrique VIII, representação

A partir dos anos 80 historiadores de todo o mundo voltaram-se para o estudo das relações entre audiovisual e História, problematizando e refletindo a forma com que tais meios de comunicação poderiam ser vistos como produtores de História.¹ Tendo em vista esses elementos e inserindo-se nesse debate historiográfico, pretende-se estudar as diferentes representações do rei Henrique VIII (1491-1547) produzida pela série *The Tudors* (2007-2010), bem como pelas historiografias inglesa e francesa.

Filho de Henrique VII e Elizabeth de York, Henrique VIII nasceu em 28 de junho de 1491 e aos 18 anos assumiu o reino de Inglaterra. Junto de sua filha Elizabeth I, foi um dos principais monarcas da dinastia Tudor, tendo governado por 38 anos. Ao longo de seu reinado várias mudanças ocorreram na Inglaterra, tais como: o surgimento da Igreja Anglicana, a consolidação da marinha, uma estabilidade econômica e política, e ao mesmo tempo, perseguições aos hereges, inúmeras mortes por traição, entre outros.

Tendo em vista isso, as fontes utilizadas para esta monografia foram as quatro temporadas da série “The Tudors” produzida pelo canal Showtime e apresentada no Brasil pelos canais People&Arts e Liv! entre os anos de 2007 e 2010. A série, criada e produzida por Michael Hirst, totaliza 38 episódios com cerca de 50 minutos cada.²

Após diferentes leituras percebeu-se que grande parte da historiografia considerou este rei um tirano, autoritário, cruel e impulsivo, enquanto que a série televisiva representa o monarca através da construção de sua personalidade e sendo uma pessoa muito passional diante das relações que o cercavam. Ambas as áreas permitiram que se percebesse a importância e necessidade de pensar esse rei a partir dos valores modernos ingleses do século XVI, como por exemplo, o humanismo, a cortesia, a predestinação divina ao trono, o corpo político e físico do monarca, entre outros.

Para tanto, a monografia foi dividida em três principais momentos: o primeiro foi uma revisão historiográfica do tema, seguido de uma revisão bibliográfica sobre audiovisual e História, e por fim a análise entre a representação de Henrique VIII na historiografia e na série.

O ponto de partida dessa pesquisa foi compreender o conceito de representação criado por Roger Chartier e o de fabricação pensado por Peter Burke. No caso de Chartier, entende-se representação como uma relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, o que nesse caso seria a encenação da vida de um monarca e o monarca não existir mais, proporcionando assim a criação de uma memória construída sobre a temática abordada.³ Enquanto que o conceito defendido por Burke, fabricação, é entendido como um processo de criação de uma imagem ao longo dos anos.⁴

A primeira parte da monografia foi pautada na revisão dos conceitos e conteúdos que se relacionavam com a Inglaterra do século XVI. Nesse sentido, utilizou-se as obras de

¹ ROSENSTONE, Robert A. *A História nos filmes, Os Filmes na História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

² Os 38 episódios são divididos da seguinte maneira: primeira, segunda e quarta temporada possuem 10 episódios cada, enquanto a terceira possui 8 episódios apenas.

³ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: Estudos Avançados. vol.5 n.º11, São Paulo, Jan./Apr. 1991.

⁴ BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Norbert Elias com o objetivo de compreender e estabelecer um panorama sobre a sociedade de corte do período estudado. Tornou-se claro ao longo das leituras que havia a necessidade de se construir uma imagem, bem como agir de acordo com diferentes normas ou costumes para ser considerado um cidadão civilizado.⁵ A leitura da obra de Perry Anderson, além de estabelecer um panorama sobre a Inglaterra do século XVI, contribuiu intensamente para o entendimento dos aspectos políticos e econômicos que perpassavam essa sociedade.⁶ Enquanto que Paul Kennedy ao problematizar as disputas entre reinos, dá um destaque para a história militar na Idade Moderna, apontando que os conflitos eram fundamentais para o desenvolvimento das monarquias, seja em aspectos militares, econômicos ou tecnológicos.⁷ Da mesma maneira, o manual de História Moderna produzido por Maurice Crouzet permitiu que lacunas fossem preenchidas acerca da sociedade e dos elementos constituintes do período estudado.⁸

Ernst Kantorowicz⁹ e Georges Vigarello¹⁰ são essenciais para qualquer estudo sobre reis após a Idade Média, tendo em vista que ambos problematizam a noção de corpo político e corpo físico, em que o primeiro se torna uma figura imortal e constante, enquanto o segundo é mortal e passível de emoções e sentimentos. O historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie ao retomar os conceitos acima citados, como caráter divino da monarquia, prática de cortesia e elementos políticos da sociedade, destaca que uma monarquia renascentista é formada pela soberania real, sua sacralidade e exercício da justiça, três elementos que não podem ser esquecidos por um governante, como o caso de Henrique VIII.¹¹

Jacques Revel também aponta que a figura real precisava ser vista pela população e isso fazia com que viagens por todo o reino fossem essenciais para essa visibilidade, uma prática que segundo ele já estava incorporada nos reinos a partir do medievo, ainda que de maneira mais simplificada e diminuta.¹² O jurista Francisco Bilac M. Pinto Filho também ressalta que a monarquia inglesa era e é exercida sendo pautada em duas atividades principais: a *potestas* e a *autoritas*, em que o primeiro seria a capacidade de impor comportamentos e a segunda seria a capacidade de influenciar comportamentos.¹³

Pensando mais especificamente na figura do próprio Henrique VIII as obras de André Maurois¹⁴ e Antonia Fraser¹⁵ foram indispensáveis para entender-se a imagem construída e reproduzida até então pela historiografia. Ainda que ambos ressaltem os aspectos humanistas e a preocupação do monarca com o desenvolvimento da Inglaterra, os dois historiadores focam a personalidade forte e intempestuosa desse rei especialmente

⁵ ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. E ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Volume 1: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

⁶ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁷ KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, 5ª edição.

⁸ CROUZET, Maurice (dir.) MOUSNIER, Roland. *História Geral das Civilizações. Os séculos XVI e XVII. Os progressos da Civilização Européia*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995. Volume 9. pp.23-250

⁹ KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei – Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰ VIGARELLO, Georges. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean- Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. “O Corpo do Rei”.

¹¹ LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O estado monárquico. França, 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. “Introdução- A monarquia clássica” pp.9- 38

¹² REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel, 1989.

¹³ FILHO, Francisco B. M. P. *A Monarquia Constitucional no Reino Unido e a prerrogativa da Coroa. A Desmistificação do honorífico*. In: http://www.ibem.org/arquivos/editais/2011/MONARQUIA_CONSTITUCIONAL_.pdf acesso em 20 de junho de 2011.

¹⁴ MAUROIS, André. *História da Inglaterra*. Lisboa- São Paulo: Editora Aster e Editora Flamboyant, 1960.

¹⁵ FRASER, Antonia. *As seis Mulheres de Henrique VIII*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

com suas esposas, lordes e herdeiros, a ponto de muitas vezes levá-los a execução por serem suspeitos de traição.

No segundo capítulo da monografia fez-se uma revisão bibliográfica da relação entre audiovisual e História, evidenciando os elementos de análise, bem como identificando a especificidade de séries televisivas. Desta forma, Pierre Bourdieu contribuiu para a discussão de como a televisão é inserida nesse debate, tendo em vista que quem participa dele aceita ser visto e estar diante das câmeras. O sociólogo também ressalta que por mais que se diga que esse meio de comunicação é democrático, há censuras naquilo que é mostrado, isso porque o assunto mostrado é imposto pelos diretores das redes, o tempo é pequeno e algumas vezes há interferências políticas na programação. Também é recorrente o fato de que a televisão apresenta aquilo que é vendável e por isso, a qualidade da informação ou do conteúdo apresentado, necessariamente não é a melhor, além do que ela permite que uma imagem produza um efeito de realidade, especialmente ao que se refere a representação do cotidiano em séries, novelas, filmes, entre outros.

Robert Rosenstone aponta que hoje a experiência audiovisual não é composta somente por discurso, mas também pelas imagens em movimento reproduzidas em diferentes telas através de diversos dispositivos sonoros e efeitos visuais. E para que se possa estabelecer a relação entre o audiovisual e História é necessário pensar-se o que se entende por História. Nesse sentido, Rosenstone aponta que “Vemos a história (com H maiúsculo) como um tipo de prática especial, que insiste em um certo tipo de verdade histórica e tende a excluir outras.”¹⁶ e que por conta disso, deve-se pensar que a mídia visual representa uma forma pela qual a história pode ser transmitida, considerando que essa forma não segue um padrão, ela é mutável de acordo com a necessidade de exibição dos acontecimentos. Razão pela qual a história dos livros nunca corresponderá aos dos meios audiovisuais e vice-versa.

Mônica Almeida Kornis aponta que a televisão hoje busca além de retratar o presente se voltar ao passado, considerando que este passado é produzido por um olhar do presente. Da mesma forma, a autora também ressalta que

Recuperar a historicidade das questões que envolvem a relação entre narrativas audiovisuais e história é, (...), que procura demonstrar os vários caminhos trilhados por um debate freqüentado por realizadores de cinema e televisão, críticos de linguagem audiovisual, historiadores e cientistas sociais e marcado por visões diferenciadas de história, cinema e televisão. Essa perspectiva destaca como a linguagem audiovisual, ao longo de todo esse tempo, construiu formas de representação e de reconstrução do passado em contextos históricos diversos e segundo diferentes concepções estéticas.¹⁷

O que entra em confluência com a proposta de Rosenstone e permite que se compreenda que os elementos fundamentais de análise de um audiovisual e História seriam: compreensão e condensação (as adaptações de personagens ou fatos que possam melhorar a narrativa), deslocamentos (temporal ou espacial), alterações, diálogos (a maneira pela qual as ideias dos personagens são apresentadas), personagens (as interpretações feitas pelos atores a partir da pesquisa realizada sobre a personalidade que vão representar) e por fim, o drama (a maneira pela qual a narrativa foi proposta para que o público acompanhe e se envolva com aquilo que ele vê).¹⁸

Na última parte do segundo capítulo, realizou-se a diferenciação do que é uma série televisiva para os demais produtos audiovisuais tendo como base o artigo da comunicadora

¹⁶ ROSENSTONE, Robert A. *Op. cit.* p.19

¹⁷ KORNIS, Mônica Almeida. *Cinema, televisão e história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p.10

¹⁸ ROSENSTONE. *Op. cit.* pp.64-65

social Márcia Rejane Messa, em que ela elenca os elementos formadores de uma série. Entre os principais destaca-se a continuidade narrativa, episódios de 40 a 45 minutos sem intervalos comerciais e uma aproximação direta com o discurso cinematográfico ao utilizar cineastas nas direções de alguns episódios, grandes sets de filmagens, uma produção muito bem elaborada e possuir altos custos. Além de notar-se a necessidade de acompanhar o enredo, estabelecendo dessa maneira o envolvimento do espectador com aquilo que vê na medida que este sente prazer por identificar-se com situações ou elementos apresentados pela série. Esse prazer vivido pelo público ocorre especialmente devido ao mundo ficcional representar momentos e personagens que parecem reais, mas onde a realidade passa a ser relativa, pois cada sujeito tem uma percepção sobre aquilo que vê, tendo como base sua subjetividade.¹⁹

Por fim, no último capítulo da monografia procedeu-se a análise da representação de Henrique VIII na série *The Tudors* e na historiografia francesa e inglesa. Podendo-se perceber que a primeira temporada da série retrata Henrique VIII sempre relacionado com práticas de esportes, de jovialidade, um reforço de sexualidade, danças e vestido com cores vibrantes. Tendo como enredo central os eventos que ocorreram entre os anos de 1518 e 1530 no reinado Tudor, evidenciando as negociações internacionais e a necessidade de um filho varão para o reino de Inglaterra, o que resultaria no divórcio do rei com sua esposa Catarina de Aragão e posteriormente seu casamento com Ana Bolena.

Ao longo da segunda temporada já há uma alteração na parte visual do rei, pois este, assim como o ambiente, é apresentado com cores mais escuras e o seu temperamento se modifica. Há reações violentas e explosões de humor, mas se diminuem as referências aos esportes, as práticas de jovialidade, e ainda ocorre um reforço a exposição da sexualidade do rei. São retratados os anos de 1531 a 1536, enfatizando o rompimento com a Igreja Católica e a criação da Igreja Anglicana. Nesta temporada o divórcio ocorre de fato, bem como o casamento com Ana Bolena e sua futura morte por traição e pela incapacidade de gerar um filho homem para o reino.

A terceira temporada se inicia com o casamento de Henrique VIII e Jane de Seymour e com o nascimento do tão desejado filho varão, Eduardo VI. Com os problemas do parto, a rainha falece, o que leva a um novo casamento do rei, agora com Ana de Cleves. Por diferentes razões o casamento é desfeito resultando na união com a jovem Catarina Howard. Esta temporada resume os anos de 1536 a 1540 e tem um toque mais sentimental e sombrio ao retratar o rei. Além de ser visível a mudança física de um príncipe da renascença, jovem e ativo, para um rei sombrio, frio, amargurado, acima do peso, com rugas, feliz com o seu terceiro casamento, mas temperamentalmente instável, buscando fazer guerras contra aqueles que não reconhecem sua autoridade quanto rei e chefe da Igreja Anglicana.

A última temporada resume os últimos anos de governo do monarca inglês (1540-1547) e mostra o término do quinto casamento com Catarina Howard, e seu último matrimônio com Catarina Parr. Seguindo o aspecto da terceira temporada, aqui também se faz presente o lado sombrio e amargurado do rei, somando também à figura real indícios de loucura que o teriam levado à morte. Em contrapartida ainda há um frescor em sua personalidade ao se ver casado com uma jovem de 17 anos que o faz retornar a momentos de sua juventude. Com a traição e decapitação de sua quinta esposa, o resultado final de Henrique é manter-se no poder para que a Inglaterra continue em paz sob o governo da Dinastia Tudor. Casando-se com Catarina Parr fica claro a necessidade de buscar realmente uma mãe para seus filhos e uma esposa boa para seu reino.

¹⁹ MESSA, Márcia Rejane. *A cultura desconectada: sitcoms e séries norte-americanas no contexto brasileiro*. UNIREVISTA, vol.1, n.3: julho 2006. In: http://www.alaic.net/ponencias/UNIREV_Messa.pdf acesso em 20 de junho de 2011.

Diferentemente das representações feitas por André Maurois, Antonia Fraser e Perry Anderson em que Henrique VIII é mostrado a partir de sua incapacidade de arcar com culpas ou erros, se mostrando irreduzível, violento e tirano quando questionado ou até mesmo não tendo suas vontades feitas; a série procurou mostrar os sentimentos e ações do monarca ao longo dos conflitos e situações que eram colocados diante dele. Esta historiografia procurou evidenciar não seus sentimentos, mas suas articulações políticas que mudaram a sociedade inglesa do período e muitas vezes estudando somente o corpo político enquanto a personalidade do rei foi desvinculada do cargo que possuía. Este fator vem à tona nas obras de Maurois e Fraser quando somando todas as suas ações ao longo de sua trajetória e generalizando suas razões se revela um comportamento de um Rei autoritário, tirano e ruim com suas esposas. A série procura, e acreditamos que tenha conseguido, mostrar o quanto um Rei é tão humano quanto os demais, mas com a simples diferença que ao ter poder pode executar, em sua grande maioria, seus desejos e vontades.

Dessa forma, assim como apontou Peter Burke em seu estudo sobre o rei francês Luís XIV, essa monografia busca compreender o processo de fabricação de um rei. E por fabricação entende-se desde o seu aprendizado para se consolidar como monarca, a etiqueta que devia ser seguida, a postura correta; bem como a fabricação de uma imagem no imaginário social da época, como ele deveria ser visto e de que forma ser visto. Mas não se pode esquecer que também há a fabricação da figura posterior ao de vivência de Henrique VIII. Ao mesmo tempo em que ao pensar-se o conceito de representação defendido por Roger Chartier compreende-se a importância de identificar e posteriormente reconhecer uma identidade cultural e social através das práticas e costumes representados, o que no caso da série viria a ser a contextualização realizada acerca da vida do Rei para permitir a sua representação de maneira mais completa.

Para tanto, é a imagem produzida pela série em pleno século XXI que deve ser pensada, -como destaca o próprio criador Michael Hirst -, como uma releitura da Dinastia Tudor, pois ao pensar-se nos minutos finais da quarta temporada da série se faz uma referência e retomada evidente a historiografia. Isso porque, o seriado revela a produção do quadro do pintor Holbein, em que ele visa representar a grandiosidade e importância do reinado de Henrique VIII, deixando uma imagem muito forte e representativa da dinastia. Mostra-se e evidencia-se esse discurso ao ver-se a postura tomada por Henrique VIII ao ver o quadro. O Rei admira a sua própria imagem em contraposição a imagem que o público vê dele, porque enquanto ele vê um homem forte, sadio, poderoso e imponente no quadro; o espectador vê um idoso, doente, fraco e quase louco. É possível se perceber a relação direta com a proposta de Burke e Chartier ao pensarem em uma imagem produzida para ser vista posteriormente não corresponde necessariamente a realidade, mas é representativa e possui um devido fim, o que neste caso seria evidenciar a grandiosidade do reino, como já dito.

Cabe ainda ressaltar que os estudos voltados para a relação de audiovisual e História têm aumentado gradativamente no século XXI, ainda que de maneira mais lenta pesquisas sobre séries estrangeiras sejam desenvolvidas no Brasil. Razão pela qual, isso motivou o desenvolvimento dessa monografia com o intuito de se iniciar um panorama sobre essas produções que são sucessos de público, mas ainda não são analisadas e pensadas historicamente. Evidenciando, como a própria série faz, que é possível um audiovisual produzir conhecimento histórico assim como a própria historiografia tradicional, sem que isso signifique um abandono do discurso histórico. É dessa forma que Robert Rosenstone considera um audiovisual como produtor de História, ou como produtor de discursos sobre a História.

SOBRE BLUES & CADILLACS: REPRESENTAÇÕES AUDIOVISUAIS DO BLUES NO SÉCULO XXI

Aluno: Daniel Dória

Orientador: Dennison de Oliveira

Palavras-chave: *blues*, cinema, memória

Este trabalho propõe analisar através da fonte audiovisual *Cadillac Records* (2008), filme dirigido por Darnell Martin, o como o século XXI compreende o *blues* e sua história através do cinema. O objetivo é entender o que significa o gênero musical para o presente e como a sua memória é preservada e resgatada pelos meios midiáticos, em especial neste caso o cinema.

O filme, realizado pelos estúdios Tristar, Sony Music Films e Parkwood Pictures e produzido por Andrew Lack e Sofia Sondervan, conta a trajetória da gravadora Chess Records, que operou entre os anos de 1950 e 1969 no EUA. Comandada pelos irmãos Leonard e Phil Chess, o selo lançou grandes nomes da música negra, entre eles, representados no filme, temos Muddy Waters, Howlin' Wolf, Little Walter, Willie Dixon, Etta James, Chuck Berry, Jimmy Rogers e Hubert Sumlin.

A obra foca sua narrativa ao redor da gravadora e de suas personagens principais: Leonard Chess (Adrien Brody) e Muddy Waters (Jeffrey Wright) – Etta James (Beyonce Knowles) também assume um papel protagonista na segunda metade do filme. O que o filme parece tentar propor é uma ideia de cooperação inter-racial entre negros e judeus imigrantes para superarem as dificuldades e as barreiras sociais presentes num EUA pós-Segunda Guerra Mundial. Além disso, a obra também parece fazer um grande elogio apologético ao legado deixado pela gravadora e por seus artistas, salientando a importância desse momento para a música ocidental.

As críticas ao filme são extremamente heterogêneas. O filme, mesmo não tendo sido um grande sucesso de bilheteria – US\$3,4 milhões na primeira semana, US\$8.480.045 ao final de seu período de exibição, insuficiente para cobrir seu orçamento, estimado em US\$12 milhões –, ganhou uma quantidade considerável de prêmios, entre eles o *Sattelite Awards*, o *Black Reel*, o *Golden Globe* e um *Grammy* por melhor canção original. Quanto à aprovação por parte da audiência, sua média segundo o site IMDb oscila entre 6,7 e 7,1 e 70 segundo o site *metacritic*. Quanto aos periódicos, notamos essa heterogeneidade na medida em que encontramos elogios feitos pelo *New York Times*, que lhe atribui uma média 90, destacando a boa adaptação histórica, contrastados pela resenha mais crítica do *Hollywood Reporter* que, apesar da média 80, ataca essa adaptação, e pela média 50, apresentada pela *Rolling Stone*. Esse estudo de recepção ajuda a perceber o aspecto central desta pesquisa, que seria compreender o que significa o *blues* para o século XXI e de que forma ele é representado e resgatado no cinema – e em que medida esse resgate e essa adaptação são bem recebidos ou não pela audiência, atestando assim um consenso com o conteúdo apresentado ou a negativa equivalente.

Antes de partir para a análise direta da fonte é necessário tomar nota a respeito de questões de ordem teórico-metodológicas referentes ao uso de fontes audiovisuais para o estudo de História. Marc Ferro, por exemplo, nos informa que o cinema manifestaria uma espécie de contra-análise histórica da sociedade, atentando para o fato de que um filme sempre diz muito a respeito do momento de onde fala, e não apenas do recorte representado¹. Robert Rosenstone também nos é muito útil, reforçando a ideia de que as formas de expressão das linguagens escrita e audiovisual são completamente distintas,

¹ FERRO, M. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Pág. 47.

devendo ser analisadas e julgadas segundo seus próprios méritos e critérios², perspectiva também compartilhada por William Guynn, que ainda defende que se compreendam as fontes audiovisuais enquanto lugares de memória, tendo em vista que conectam eventos do passado a grupos sociais do presente³, tomando a terminologia de Pierre Nora. No que se relaciona ao gênero das cinebiografias, como a fonte aqui em questão, temos mais considerações interessantes: Marc Ferro observa que cada grupo social quer ter o domínio de sua própria história⁴, apontando inclusive para a ideologia *salad bowl*; Rosenstone atenta para a necessidade de se compreender cinebiografias enquanto trechos, intervenções em discursos específicos e metáforas estendidas, e não como retratos completos⁵; Paul Ricoeur ainda reconhece, atentando originalmente para as questões relativas à narrativa, que tanto o cineasta quanto o historiador compartilham da mesma limitação: a impossibilidade da transmissão de uma experiência extrema devido ao caráter seletivo da narrativa⁶, meio pelo qual ambos se expressam. Esses foram alguns dos pressupostos teóricos que nortearam esta pesquisa.

Ainda cabe aqui apontar para a importância de se conhecer a produção acadêmica relativa aos estudos de *blues*, sendo esta a base para a compreensão do recorte trabalhado pela fonte em questão. Uma série de autores fora consultada, e através da leitura dessa amostra minimamente representativa pude perceber a existência de três eixos principais de análise: um primeiro e mais tradicional que se concentra em questões mais estéticas, focado especialmente no conteúdo lírico das canções e ligado à antropologia, como no caso do trabalho consultado de David Evans, intitulado *Big Road Blues* (1982), onde o autor analisa aspectos da tradição local musical da região de Drew, no Mississippi, para compreender lugares comuns das líricas improvisadas presentes em *blues* rurais dessa região. Um segundo toma como norte os aspectos sociais e biográficos, traçando uma espécie de “história social do *blues*”, como os autores consultados Robert Palmer e Francis Davis, sendo o estudo do primeiro – *Deep Blues: A Musical and Cultural History, from the Mississippi Delta to Chicago’s South Side to the World* (1981) – mais focado na ascensão do *blues* rural rumo às grandes cidades e posteriormente à fama e reconhecimento mundial, dando especial destaque em sua narrativa à trajetória de Muddy Waters, observando a rivalidade entre o mesmo e Howlin’ Wolf enquanto uma luta pela manutenção da popularidade⁷, e o do segundo – *The History of the Blues: The Roots, The Music, The People* (1995) – uma espécie de guia para a história do gênero, entrelaçando breves biografias dos principais nomes e destacando questões centrais, como uma espécie de aspecto geracional presente na cena de Chicago⁸, que se relaciona com a questão da popularidade mencionada por Palmer. E finalmente há um terceiro que eu gostaria de chamar de “história econômico-administrativa do *blues*”, que se interessa por questões mais numéricas e quantitativas, como condições sociais de produção relacionadas diretamente ao mercado fonográfico e níveis de popularidade mensuráveis através de listas de artistas e discos mais ouvidos/vendidos. Historiadores, como Mike Rowe, provavelmente se sentirão mais confortáveis nesse domínio; Rowe analisa em seu livro *Chicago Blues: The City & The Music* (1975) os aspectos que determinaram tanto as características quanto o sucesso do *blues* de Chicago, atentando para o que o autor chama

² ROSENSTONE, R. *A história nos filmes / Os Filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Pág. 191.

³ GUYNN, W. *Writing History in Film*. New York: Routledge, 2006. Pág. 178.

⁴ FERRO, M. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Pág. 176.

⁵ ROSENSTONE, R. *A história nos filmes / Os Filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Pág. 162.

⁶ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2007. Pág. 459.

⁷ PALMER, R. *Deep Blues: A Musical and Cultural History, from the Mississippi Delta to Chicago’s South Side to the World*. USA: Penguin Books, 1982. Pág. 236.

⁸ DAVIS, F. *The History of The Blues: The Roots, The Music, The People*. USA: Da Capo Press, 1995. Pág. 188.

de “qualidade das migrações⁹” de indivíduos vindos do Sul agrário para as cidades industriais do norte, constatando padrões de migração. Podemos, entretanto, identificar uma quarta possibilidade de linha de pensamento mais atual: David Grazian, em *Blue Chicago: The Search for Authenticity in Urban Blues Clubs* (2003), tenta por seu lado compreender o que é *blues* na Chicago do século XXI; compreender, além disso, o que representa a palavra e o gênero musical “*blues*” para a nossa cultura do presente, tomando nota a respeito de uma série de estereótipos e das consequências desse tipo de visão caricata relacionado ao *blues*. Emprestando o termo de Robert Rosenstone, que sugere compreendermos os filmes históricos enquanto uma espécie de “história como visão”¹⁰, percebo aqui uma alternativa de eixo de pensamento relativo ao estudo do gênero, que seria uma “análise da visão histórica do *blues*”, ou seja, analisar o como o presente enxerga e compreende não só a história do *blues* e seus atores, mas também o que esse presente lembra efetivamente a respeito do gênero. As análises aqui empreendidas perseguem esse último eixo de pensamento apresentado, buscando não desvendar aspectos biográficos do passado ou mesmo constatar as imprecisões e compatibilidades da obra, mas sim identificar o como esse passado se manifesta no presente.

Após breves considerações relativas ao uso de fontes audiovisuais para o estudo de história e do histórico do pensamento acadêmico centrado ao redor da temática ligada ao gênero musical em questão, este trabalho se foca em dois momentos relativos à obra: o primeiro se relaciona à dinâmica entre as personagens Muddy Waters (Jeffrey Wright) e Howlin’ Wolf (Eammon Walker) e o segundo às relações apresentadas relativas à própria gravadora Chess Records e ao como a mesma é representada na obra.

No capítulo intitulado “Sobre *blues*”, a relação exposta entre Muddy Waters e Howlin’ Wolf é analisada. A escolha de personagens se dá devido a dois motivos centrais. Primeiramente, Muddy Waters é, ao lado de Len Chess, um dos protagonistas de *Cadillac Records*; a personagem, além disso, representa o *blues* em si, bem como sua presença e importância dentro da gravadora. Analisar o como Muddy é representado corresponde a analisar diretamente o papel do músico de *blues* mais emblemático dentro do contexto. Para compreender o outro ponto, entretanto, é necessário lembrar das limitações apresentadas por William Gynnn sobre a linguagem fílmica, que afirma em *Writing History on Film* (2006) que, da mesma forma que um filme detém meios mais eficientes para transmitir tanto emoções quanto imagens físicas com maior realismo que a linguagem escrita, o mesmo perde muito para a segunda no que se refere à capacidade de trabalhar com abstrações¹¹, bem como com debates psicológicos. Uma obra cinematográfica, entretanto, dispõe de mecanismos alternativos para tentar alcançar esse tipo de abordagem. Em *Cadillac Records* a personagem Howlin’ Wolf não está presente com o objetivo de representar outro dos principais contratados da gravadora, mas sim para propor os debates psicológicos do Muddy Waters fílmico. Como encontrado na bibliografia, os dois músicos eram “rivais” na cena da época, ambos almejando o título de “rei do *blues* de Chicago”. Dessa forma, a diretora Darnell Martin se vale dessa relação específica entre as duas personagens para desenvolver diálogos inquietantes entre ambos, desenvolvendo assim através de Wolf conflitos internos de Muddy, que de outra forma seriam muito difíceis de serem abordados, como a sua relação de “elo¹²” entre uma tradição mais antiga e rural e um presente urbano voltado para o futuro, como nos aponta Robert Gordon.

⁹ ROWE, M. *Chicago Blues: the city and the music*. London: Da Capo Press, 1975. Pág. 211.

¹⁰ ROSENSTONE, R. *A história nos filmes / Os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Pág. 233.

¹¹ GYNN, W. *Writing History in Film*. New York: Routledge, 2006. Pág. 72-73.

¹² GORDON, R. *Can't be Satisfied: The Life and Times of Muddy Waters*. Boston/New York, USA: Little, Brown and Company, 2002. Pág. 60.

Já no capítulo intitulado “Sobre *cadillacs*”, o foco recai sobre a gravadora e sobre o como a diretora a aborda. A importância de se atentar para esse aspecto da obra dispensa justificativa, uma vez que o filme se centra nessa instituição e nas dinâmicas sociais envolvidas. O grande ponto destacado em *Cadillac Records* a respeito da companhia é a política paternalista de gerência dos irmãos Chess que por vezes gerava um sentimento de insatisfação nos seus contratados, ao mesmo tempo em que os socorria e acudia. Esse tipo de prática é representado através da metáfora do *cadillac*, o que corresponde a uma referência não tão satisfatória, mas ao mesmo tempo relativamente coerente, uma vez que os músicos efetivamente por vezes eram presenteados com artigos excêntricos como recompensa por *hits* produzidos – que poderiam ou não ser carros, ou mesmo, mais especificamente, *cadillacs*¹³. A bibliografia confirma esse tipo de prática, apontando inclusive para a ausência de documentação relativa à contabilidade da companhia, o que naturalmente abria grandes brechas para que o dinheiro fosse administrado e redistribuído segundo as diretrizes de seus proprietários – no caso da Chess, na medida em que fosse solicitado por seus contratados. Nadine Cohodas, em *Spinning Blues Into Gold: The Chess Brothers and The Legendary Chess Records* (2000), reforça o fato de que a Chess Records, mesmo depois de ter crescido muito e se tornado uma companhia respeitável, continuava a ser um “negócio familiar” (COHODAS, N. 2000). Cabe assim observar o como o filme trabalha essas questões relativas à exploração do trabalho, à dinâmica inter-racial e ao paternalismo empresarial das décadas de 1950 e 1960 para melhor compreender o que o século XXI entende a respeito da história do *blues*.

Ao final das análises, o que foi constatado é que o século XXI enxerga o *blues* como um gênero de música negra, dos negros e que representava o cotidiano e as tribulações desse grupo étnico, marcado pela disputa entre os performers e pela exploração por parte dos brancos, que controlavam a maioria dos selos fonográficos que gravavam e lançavam suas músicas, detendo dessa forma grande controle sobre o que era publicitado ou o deixava de ser. Além disso, como nos mostra *Cadillac Records*, o “grande valor” do *blues*, o motivo pelo qual ele é ou deve ser lembrado, é enquanto progenitor do *rock n’ roll*, o grande estilo jovem e imortal que domina o mundo da música ocidental há mais de cinquenta anos. E não só do *rock*, mas também de outros estilos que podemos chamar de *mainstream*, como o *hip hop*, a *soul music* e mesmo o *jazz*. O *blues*, dessa forma, teria sua importância assegurada devido ao seu caráter de “raiz” para o século XX, e não tanto pelo seu valor propriamente estético musical.

Essas conclusões, entretanto, não são de forma alguma absolutas. Outro ponto importante a ser observado é que as visões a respeito do *blues* são muito heterogêneas. As grandes discrepâncias observadas entre os críticos e entre a recepção atestam esse ponto. O que este trabalho visa compreender é a noção de *blues* enraizada no senso comum e no imaginário popular, representada e atestada pelos meios de mídia, com especial destaque para a produção cinematográfica, e não dentro de meios acadêmicos e especializados. *Cadillac Records*, nesse sentido, é um objeto muito útil, proporcionando debates férteis tanto quanto ao seu conteúdo quanto à sua recepção.

¹³ Muddy Waters, por exemplo, fora agraciado com um Oldsmobile 98 pelo sucesso de “Hoochie Coochie Man”, em 1967.

A VIOLÊNCIA ESCOLAR E O “BULLYING” NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARANAENSES SOB O PONTO DE VISTA DA GAZETA DO POVO (2008-2011)

Aluna: Franciane Mochenski Bueno da Luz

Orientador: Dennison de Oliveira

Palavras-chave: Imprensa, violência, educação

A monografia objetivou realizar uma análise da violência escolar contemporânea no estado do Paraná, utilizando como fonte reportagens publicadas pelo jornal Gazeta do Povo nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. O recorte temporal foi definido a partir do interesse pela contemporaneidade, a fim de compreender o cotidiano da educação paranaense atual, realizando uma análise presente e palpável.

Para iniciar o estudo, foi elaborada uma breve trajetória da história da imprensa no Brasil, a qual é discutida por inúmeros autores. Entretanto centrei a pesquisa na obra *História da Imprensa no Brasil*¹, produzida por Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins, na qual, as autoras fazem um estudo amplo sobre a mídia brasileira, partindo da chegada da família real ao Brasil em 1808 e defendem que a imprensa faz parte do processo histórico brasileiro, servindo de base para o estudo do estabelecimento e modificações posteriores da sociedade. Quanto à construção do passado há apontamentos e dificuldades em trabalhar com os periódicos impressos devido à fragmentação existente nos materiais.

Luca e Martins apontam que o primeiro jornal que circulou no Brasil foi o Correio Brasiliense, que não gozava de boa reputação, pois apresentava o rótulo de clandestino. A Gazeta do Rio do Janeiro foi fundada no mesmo período e representou o primeiro jornal oficial do Estado brasileiro, uma vez que sua circulação dava-se sob a tutela estatal. Sodré² afirma que este periódico era reservado às notícias pequenas da Coroa, retratando um Brasil perfeito e ilusório. Em seguida, inúmeros periódicos foram surgindo e sendo publicados no país.

Os periódicos detinham uma função política importante no Brasil, porém, até mesmo antes disso, os jornais possuíam um importante papel na divulgação da literatura, centrado no que se construía de mais novo na Europa e nas Américas, consolidando ideias e opiniões que contribuíram para o fortalecimento dos ideais de independência. Foi através dos leitores desses jornais que se formou um campo relativo de interatividade, que fazia com que os conteúdos expressos nos periódicos se configurassem como grandes responsáveis pela formação da opinião pública.

Os jornais publicados na República brasileira disseminavam os ideais de uma sociedade que estava pautada na busca incessante do progresso. A imprensa tornou-se grande imprensa, favorecida pela conjuntura da agilidade no processo de transmissão dos dados devido ao incentivo a alfabetização, a insurgente indústria do papel e o aparecimento do telefone e do telégrafo. As transformações no campo da comunicação impressa seguiram as transformações no contexto social, político e econômico da sociedade brasileira.

Na primeira metade do século XX, o Congresso Nacional regulamentou a questão da informação por intermédio da aprovação da Lei de Imprensa no ano de 1923. A lentidão e o descaso para com o setor viriam a se caracterizar como comportamento comum em todos os meios, não só o impresso, mas também no rádio e televisão. Leis de regulamentação sempre ficavam anos esperando as aprovações.

¹ MARTINS, Ana Luiza, e LUCA, Tânia Regina de. (orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

Até a época da Ditadura Militar, a imprensa brasileira possuía um poder quase monopolista, liderando e comandando os movimentos políticos de maior significação, como apontou Samuel Wainer³, que afirmou que a imprensa foi uma das principais forças responsáveis pelo golpe de 64. A partir dessa época teve início uma forte censura aos jornais, com punições constantes àqueles que não seguiam e favoreciam o governo.

Sodré⁴ aponta que a consolidação da Comunicação Social no Brasil acompanhou o desenvolvimento do capitalismo no país. Cresceu, firmou-se e desenvolveu-se com o nascimento e com o fortalecimento de uma burguesia nacional, acompanhando sua saga: a formação de pequenos jornais, o fortalecimento desses em momentos de euforia econômica, a criação de conglomerados do setor e a adequação do cenário empresarial.

A mídia possui força diante do cenário pelo qual passa um país. Suas reportagens, matérias e textos transmitem uma opinião, carregam uma imagem, defendem ou atacam um governo e podem tornar-se responsáveis pelo andamento de questões importantes. Para Francisco Alves⁵ o estudo da imprensa vem se constituindo num dos elementos fundamentais para o empreendimento da reconstrução histórica, que, por seu intermédio, pode se aproximar das práticas políticas, econômicas, sociais e mesmo das correntes ideológicas dos diversos setores de uma determinada sociedade, em acompanhamento sequencial e dinâmico. Dessa forma, pondera-se o grande papel exercido pela imprensa no Brasil e a valorização desta como fonte para a História.

Para dar sequência ao estudo da violência escolar paranaense, realizou-se uma retrospectiva histórica do jornal *Gazeta do Povo*, fonte analisada na monografia. O jornal teve sua primeira publicação em 03 de fevereiro de 1919, sob a direção de Benjamin Lins e De Plácido e Silva. De acordo com o primeiro editorial, o periódico propunha defender os interesses da população do Paraná, chamando a atenção para os assuntos relevantes do Estado.

O surgimento da *Gazeta do Povo* pode ser enquadrado no período em que predominou a imprensa comercial no país. Sodré aponta que essa imprensa comercial era organizada com bases industriais, com prioridade para a publicidade e a difusão informativa, politicamente ligada à democracia parlamentar. Ao longo das décadas seguintes, a *Gazeta do Povo* consolidou sua participação no mercado editorial de Curitiba, desenvolvendo um jornalismo com características locais e de prestação de serviços.

Passados noventa anos de história, o jornal *Gazeta do Povo* defende que permanece realizando um jornalismo que adota a postura independente. Porém, ao analisar o jornal como fonte histórica, o historiador deve levar em consideração as posturas adotadas pelo periódico frente a assuntos principalmente políticos. Além disso, diante do avanço tecnológico que o mundo está inserido na contemporaneidade, o jornal *Gazeta do Povo* também é publicado on-line diariamente, além de contar com um arquivo onde ficam disponíveis as edições anteriores, facilitando a pesquisa e possibilitando um leque de informações que podem ser cruzadas para a análise do objeto proposto. Os jornais on-line possuem as reportagens na íntegra, como as edições impressas, e não contam com qualquer recorte ou edição própria para a internet. Essas informações foram amplamente analisadas, contrapondo as duas edições e comparando-as para o início da pesquisa.

No segundo capítulo foi elaborada uma análise dos jornais impressões e a questão da violência, observando como os mesmo tratam o assunto e qual o motivo de alguns relevarem a violência, expondo imagens e manchetes que chocam a sociedade.

³ WAINER, Samuel. *Seminário de Jornalismo*. Folha de São Paulo, 1986.

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

⁵ ALVES, Francisco das Neves. *A pequena Imprensa Rio-Grandina no século XIX*. Editora da Furg, Rio Grande, 1999.

A violência assume um caráter de diversidade perante a dominação de uns por outros, de acordo com paradigmas criados e estabelecidos pela própria sociedade. As pessoas tendem a encarar a violência como uma disputa de poder, seja entre bandidos, ou, até mesmo, entre o Estado e as classes sociais, excluindo e violentando aqueles que não se enquadram em certas normas. Essas informações contribuem para analisarmos como a violência acabou sendo banalizada devido a grande recorrência, tornando-se normal e integrada ao cotidiano do leitor dos jornais tidos como sensacionalistas. Essa banalização da violência será visível também na área educacional, sendo fartos e diversos os delitos cometidos nas escolas e a naturalização dos mesmos pela sociedade.

É claro que cabe ao rádio, televisão e jornal cumprir seu papel informativo, levando à população os acontecimentos diários. Entretanto, é possível questionar a forma como o fazem e as reais intenções que presidem a apresentação do noticiário violento. Renato Ortiz⁶ ao propor um debate sobre a sociedade brasileira de hoje através da implantação da indústria cultural no país, estabeleceu que a cultura transforma-se em ação política junto às classes populares, procurando criar uma consciência crítica dos problemas sociais. Entretanto, é evidente que a linguagem das manchetes e noticiários orais e escritos, muitas vezes, traduz posições críticas, operando uma seleção de significados que pode coincidir ou não com as posições do leitor ou do espectador. O veículo da imprensa é o meio, mas pode tornar-se a própria mensagem a partir do momento em que se elege um, entre os muitos significados para os fatos, passando-o pronto, decodificado, ao receptor. Nesse sentido, entretanto Benevides⁷ aponta que a mídia sensacionalista tornou a violência seu foco principal.

Fazendo um histórico da violência como tema do jornalismo popular, Ana Rosa Ferreira Dias⁸ apresenta a solicitação de tolerância e compreensão para o fenômeno da violência na imprensa proferida por Barbosa Lima Sobrinho em 1923. Já na década de 30, juristas como Roberto Lyra, Nelson Hungria e intelectuais como Roquette Pinto, Cecília Meirelles, Carlos Lacerda, entre outros, organizaram uma campanha com o objetivo de condenar os métodos do sensacionalismo jornalístico. Em 1969, a Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo organizou a I Semana de Estudos de Jornalismo com o tema central sendo o jornalismo sensacionalista. Porém, críticas foram elaboradas por parte de jornais considerados sensacionalistas, afirmando que a realidade é propriamente violenta e cabe à imprensa passar ao leitor a verdade, isentando-se das discussões e afirmando uma neutralidade. Porém, como já discutido e afirmado, a propaganda e o medo crescem muito mais do que a própria criminalidade violenta, principalmente porque os jornais elaboram uma propaganda intensa do crescimento da criminalidade.

A violência na educação também é um assunto que tem tomado destaque nos jornais, revistas e meios de comunicação. A questão da violência escolar em instituições públicas e privadas de ensino não é uma exclusividade da sociedade brasileira, ela também atinge diversos países, revelando faces alarmantes de tal problema. Assim, notícias sobre invasão de unidades escolares, assassinatos e agressão de professores, depredação de escolas, tráfico de drogas passaram a fazer parte do noticiário de jornal, ora na coluna policial, ora aparecendo como um problema educacional.

Para a compreensão acerca da ótica adotada pelo jornal Gazeta do Povo acerca da questão da violência é necessário analisar a sua própria constituição como veículo jornalístico, bem como sua proposta de intervenção na sociedade. O fato de alguns temas e

⁶ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

⁷ BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência, povo e polícia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

⁸ DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

assuntos ocupares determinados espaços no periódico deve ser entendido como uma estratégia do jornal.

Como já observado, a Gazeta do Povo assume claramente a perspectiva liberal, na qual a temática da violência seria um dos muitos problemas sociais colocados pelo subdesenvolvimento da sociedade brasileira. Apesar desse ideal de transformação da sociedade, temos que analisar a necessidade do jornal em comercializar seus periódicos. Dessa maneira, a questão da violência não deixa de ser uma mercadoria veiculada pelo jornal, que não é considerado sensacionalista, tratando de assuntos da violência com eufemismos e neutralidade, não buscando valorizar traços de tortura, a violência desempenhada pelas pessoas ou a maneira como o cidadão foi encontrado morto.

O periódico não apresenta um caderno específico para a violência, matérias com esse teor são concentradas na coluna “Vida e Cidadania”, um ponto que atenta para a ideia do jornal em analisar a presença da violência no interior na sociedade. Por sua vez, as reportagens ligadas à violência escolar ora estão também no caderno “Vida e Cidadania”, ora estão na coluna específica para o ensino.

Já no terceiro capítulo, a partir da análise das fontes impressas, foi elaborado um estudo sobre a questão da violência nas instituições escolares paranaenses na contemporaneidade. Para isso, uma discussão acerca da violência escolar fez-se necessário, bem como uma análise de possíveis soluções para o problema.

As pessoas possuem formas ou maneiras de entender o mundo e compreender uns aos outros. Para isso, constroem categorias para classificar a presença das mesmas no seu mundo. Essa classificação que é determinada por aspectos considerados ‘comuns’ ou ‘naturais’ auxilia no entendimento e organização dos comportamentos sociais estabelecendo normas que regeriam o padrão ‘normal’ a ser seguido.

Goffman⁹ afirma que debruçamos sobre o outro expectativas e fazemos exigências de seu comportamento e, caso estas não forem cumpridas, estigmatizamos o indivíduo, classificando-o como fora do padrão normal, portanto, desviante. Muitas vezes, os jovens inseridos no ambiente escolar são reduzidos a estereótipos que acabam gerando conflitos tanto entre os próprios jovens, quanto perante aos adultos, funcionário e professores. A diferença ressaltada no outro acaba justificando agressões e violências que, atualmente, são crescentes nos espaços de convivência desses adolescentes. Segundo matéria publicada no jornal Gazeta do Povo em 08 de outubro de 2008¹⁰, sete em cada dez crianças dizem que já foram vítimas de algum tipo de violência dentro da escola, praticada pelos colegas.

A invisibilidade da violência ocorre no ambiente escolar devido à naturalização que ocorre de atitudes que ferem de maneira moral ou psíquica o outro e, como não deixam marcas físicas, acabam sendo banalizadas e geram a sensação de impunidade. Atualmente esse tipo de violência é denominado “bullying” e está sendo amplamente discutido pelos educadores. Segundo reportagem publicada no jornal Gazeta do Povo no dia 15 de junho de 2009¹¹, Curitiba é a terceira capital com maior frequência de bullying, segundo dados obtidos pelo IBGE em pesquisa realizada com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas de todo o Brasil.

O conceito “bullying” teve sua emergência na contemporaneidade brasileira. Em 2002 e 2003, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à

⁹ GOFFMAN, ERVING. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ªed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

¹⁰ GAZETA DO POVO. 70% do alunos já sofreram violência escolar. Curitiba, 08 de outubro de 2008. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=885201>

¹¹ GAZETA DO POVO. Curitiba é a 3ª capital com maior frequência de bullying, diz pesquisa do IBGE. Curitiba, 15 de junho de 2010. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1014344>

Adolescência (ABRAPIA) realizou uma pesquisa¹² que apontou dados surpreendentes com relação ao tema, até então desconhecido. O resultado foi que 60% dos adolescentes pesquisados relataram a ocorrência de agressões consideradas bullying no interior da sala de aula. A partir daí, o conceito passou a ser conhecido e difundido pelo país, até tornar-se presente no cotidiano das escolas brasileiras.

Ainda que a violência sempre tenha existido, na sociedade contemporânea ela tem apresentado um crescimento, assumindo formas múltiplas e sendo desempenhada por pessoas cada vez mais jovens. Ela não está restrita a espaços sociais determinados, muito menos a classes sociais desfavorecidas. Atualmente ela é um fenômeno que não distingue raça, classe ou espaço e acaba pertencendo ao cotidiano da juventude. Muitas vezes, esse pertencimento leva a banalização de certas atitudes de violência, principalmente no ambiente escolar. Essa banalização fica visível ao realizar leituras de matérias, como a publicada no jornal Gazeta do Povo no dia 10 de julho de 2009¹³, na qual se afirma que vândalos entraram em uma escola que havia sido reformada e a picharam inteira. Segundo a reportagem, um dos vândalos que invadiu a escola seria um aluno e os outros dois não foram reconhecidos. Esse fato evidencia o momento de rebeldia pautado no sentimento de impunidade no qual esses jovens estão inseridos. O que se busca é o prazer momentâneo, ir contra o sistema, acreditando que medidas punitivas não serão tomadas.

Segundo as reportagens analisadas as agressões físicas estão entre os problemas mais comuns relatados por diretores escolares. Porém, existem casos ainda mais graves, como o uso de armas de fogo e objetos cortantes. Em reportagem realizada no dia 13 de junho de 2010¹⁴, o jornal Gazeta do Povo aponta que a cidade de Curitiba é a capital com mais estudantes envolvidos em brigas e a segunda em agressões com arma de fogo. Pode-se observar que a violência acaba gerando um medo que é passado entre as pessoas e a mudança de escola nem sempre será suficiente, pois novos grupos em outras escolas são formados, exaltando preconceitos e estimulando a violência.

A sociedade contemporânea tende a categorizar os indivíduos em função do que considera comum aos padrões desenvolvidos por determinado grupo. As pessoas tendem a tomar o que são como a norma correta e, a partir dela, discriminam os diferentes. Essa discriminação leva à intolerância, ao preconceito e a violência física ou psíquica. A escola, por sua vez, é um espaço de sociabilidade, onde são desenvolvidas as normas por determinados grupos que acabam discriminando os diferentes. De acordo com a matéria publicada no jornal Gazeta do Povo no dia 11 de maio de 2009¹⁵, pode-se analisar que a violência é um fator crescente no interior do ambiente escolar e a discriminação é o princípio de muitas atitudes violentas.

Dessa forma, os valores que invadem o cotidiano escolar paranaense devem ser discutidos a luz da educação, a fim de não gerar preconceitos e discriminações. As pessoas relacionadas com a educação são levadas a analisarem suas práticas, seus valores com o objetivo de buscar um nivelamento das normas e deixando de acobertar certas atitudes de violência que acabam sendo mascaradas como indisciplina.

¹² NETO, Aramis Lopes Neto. *Bullying – comportamento agressivo entre estudantes*. Jornal de Pediatria. Sociedade Brasileira de Pediatria. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>

¹³ GAZETA DO POVO. Adolescentes depredam escola que havia acabado de ser restaurada. Curitiba, 10 de julho de 2009. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=904189&tit=Adolescentes-depredam-escola-que-havia-acabado-de-ser-restaurada>

¹⁴ GAZETA DO POVO. Ditado da violência. Curitiba, 13 de junho de 2010. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1013426&tit=Ditado-da-violencia>

¹⁵ GAZETA DO POVO. Violência avança nas escolas. Curitiba, 11 de maio de 2009. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=885201>

CINEMA, INFÂNCIA E A QUESTÃO SOCIAL ITALIANA NO FILME *SCIUSCIÀ* (1946)

Aluno: Thiago Henrique Felício

Orientador: Dennison de Oliveira

Palavras-chave: Cinema e Infância; pós-guerra; Neorealismo Italiano

Elaboramos uma pesquisa historiográfica que contém uma análise fílmica. No filme escolhido para tal feito, *Sciuscià* (Itália, 1946), buscamos meditar acerca da importância em entender e descrever o seu sentido, focando em sua narrativa e no tipo de história que ele nos conta. Ao mesmo tempo, procuramos relacioná-lo a conjuntura em que foi produzido. Antes de detalharmos os problemas tratados em nosso estudo, vale apresentarmos algumas considerações sobre o cinema e sobre sua importância para a historiografia.

Já há alguns anos que pesquisadores, de várias áreas, têm registrado inúmeras considerações sobre a indústria do cinema. Essencialmente fruto do sistema capitalista, enquanto arte reflete o sistema de produção industrial: o filme é produzido em série e destinado essencialmente às massas. E enquanto produto adquiriu um espaço importante no mercado econômico, tendo tido, ao longo do tempo, diferentes formas de comercialização - no início a atividade mais lucrativa era o comércio do cinematógrafo, e, com o desenvolvimento das salas de cinema, a narrativa fílmica veio se impondo. Ao longo da primeira metade do século XX ele veio a tornar-se a maior indústria de comunicação de massa. Inevitavelmente, historiadores, filósofos e demais cientistas sociais, não puderam deixar de atentar para uma cultura tão imponente como o cinema havia se tornado. Já na primeira metade do século XX, por exemplo, o grupo de Frankfurt, do qual se destacam figuras como Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer, se voltaram cada um a sua maneira, para o estudo do significado do cinema e da cultura de massas na sociedade moderna¹. Também os historiadores não se mantiveram alheios à força que o cinema havia adquirido no mundo durante o século XX. Eric Hobsbawm, importante historiador Britânico, apontava para o fato de que, entre as mudanças ocorridas na sociedade nas primeiras décadas deste século, o cinema iria influir decisivamente na "*maneira como as pessoas percebem e estruturam mundo*"². Nessa perspectiva, devemos admitir que o historiador de forma alguma se mantivesse alheio à influência que a cinema tem na sociedade, pois era ele o processo histórico em curso.

Mas o que é o cinema para os historiadores? Poderia o filme ser utilizado como fonte? E se assim utilizado, quais seriam as implicações de seu uso para a ciência história? Ou ainda, quais seriam os métodos a serem empregados para uma tarefa como essa? Nos anos 1960, percebendo que este era um âmbito de suma importância e ainda pouco explorado pela historiografia, alguns historiadores se lançaram na missão de resolver a estes questionamentos. Marc Ferro, Siegfried Kracauer, Hayden White, Natalie Zemon Davies, são alguns dentre os que podem ser apontados como importantes precursores no que se refere ao estudo das relações entre história e cinema³. A partir do trabalho destes historiadores, muitas pesquisas foram realizadas. O filme cada vez mais se firmou enquanto fonte para inúmeras pesquisas. Cada vez mais percebemos uma maior densidade

¹ MEIRELLES, William R. **O cinema como fonte para o estudo de história**. Hist. Ensino, Londrina, v. 3, abr. 1997. P. 130-123.

² KORNIS, Mônica Almeida. **História e Cinema: um debate metodológico**. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 237-250.

³ GUYNN, Willian. **Writing History in Film**. New York, Routledge, 2006.

de títulos e obras dedicadas aos questionamentos que as relações entre cinema e história podem suscitar⁴.

O cinema, definitivamente, tornou-se uma influência fundamental na forma como as pessoas veem o mundo. E isso vale inclusive para os historiadores mais célebres. Recentemente, alguns deles têm focado um aspecto bastante interessante: a importância do cinema na formação da consciência histórica. A esse exemplo o pesquisador canadense Robert A. Rosenstone elaborou uma reflexão – ela pode ser considerada não muito convencional para tradicionalistas e reacionários - sobre a pesquisa historiográfica e sua relação com o cinema, na qual resgata um conceito cunhado por Hayden White durante os anos finais da década de 1980, o de *histologia* - White o definia como *a representação da história e de nosso pensamento a seu respeito em imagens visuais e discurso fílmico*⁵. Para Rosenstone, a narrativa fílmica não deve ser apenas valorizada ao nível de formação de uma consciência histórica, mas, também, ser entendida como um tipo de narrativa histórica que possuía suas especificidades em relação ao texto, que é a narrativa histórica tradicional. Nesse sentido, o filme nos oferece uma reflexão histórica comparável ao da historiografia.

Tomando como base este referencial teórico, pensemos, a este exemplo, os filmes produzidos na Itália durante o pós-guerra, durante a década de 1940. Nessa época surgiram vários dos maiores clássicos do cinema – tais como *Ladrões de Bicicleta* ou *Roma, Cidade Aberta*. Estes, entre alguns outros produzidos no mesmo interim, são filmes imortalizados pela crítica e frequentemente revisitados em pesquisas, seminários ou ciclo de estudos e palestras. No entanto, se considerarmos o cinema como uma indústria que deve ser aperfeiçoada diante de maiores investimentos em tecnologia e publicidade, o seu meio de produção e a sua recepção pelo público, apenas em alguns casos, não são a explicação para o êxito que ele adquiriu. Realizados com orçamentos pequenos em relação às produções hollywoodianas, se possuíam inovações técnicas, é porque elas iam ao mesmo sentido de objetivar o barateamento das produções: o uso de atores não profissionais; filmagens em cenários naturais; ausência de efeitos visuais. Com essa fórmula, produziram-se inúmeros filmes, cujas ênfases focavam essencialmente a questão social. A essa vasta filmografia da época deu-se o nome de *Movimento Neorrealista*, o qual é lembrado por ter como elemento característico produções cinematográficas que se utilizam de temáticas relacionadas à pobreza, ao desemprego, à violência, no intuito de mostrar o mundo como o era naquele momento, abalado pelas guerras⁶.

A pesquisa a ser defendida, consiste numa análise de um filme produzido neste contexto, *Sciuscià*, focando questões relativas ao cinema e história, e, também, à infância e aos problemas sociais da sociedade italiana no período imediato ao pós-guerra (1940). A conjuntura abordada refere-se aos conturbados anos, vividos pela sociedade italiana, em que se dava o desfecho da Segunda Guerra Mundial - a derrota de Mussolini e o fim do fascismo - e em que ascendia o embate ideológico que seria liderado pelas potências vencedoras, Estados Unidos e URSS, a guerra fria, que se estenderia por durante anos. A importância, ou justificativa, que podemos atribuir a tal recorte repousa no fato que ele refere-se a um período marcado por uma política cultural – a qual pode ser relacionada ao “trauma” causado pelos anos de guerra e fascismo na Itália -, a qual certamente influenciou no surgimento deste novo e importante tipo de estética do cinema, citado anteriormente, o neorealismo.

⁴ OLIVEIRA, Dennison de. **Cinema e História do Brasil nos filmes sobre a Ditadura Militar**. Curitiba: UFPR, 2008. p. 3 – 4.

⁵ ROSENSTONE, A. Rosenstone. **A história nos filmes, Os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. P. 44

⁶ FABRIS, Mariarosaria. **O Neorealismo Cinematográfico Italiano**. São Paulo: FAPESP, 1996.

No primeiro capítulo buscamos expor um quadro teórico-metodológico a partir do qual as nossas questões serão impressas. Percebemos que o filme selecionado como objeto de pesquisa, pode ser considerado extremamente relevante em relação ao campo de história e cinema, por ser ele um típico filme neorrealista além de ser um dos primeiros. *Sciuscià* é, assim, justificadamente proeminente em relação a nossa problemática central: a narrativa fílmica, como a do Neorrealismo, contém uma história, uma história com H maiúsculo? É verdade que outras questões também devem nortear nossa pesquisa. Não podemos esquecer a importância numa pesquisa historiográfica sobre o cinema em se buscar entender o seu processo de produção, distribuição e exibição industrial⁷. Mas, vale ressaltar, nosso foco consiste essencialmente em procurar investigar o tipo de história que o filme nos conta, procurando, para tanto, problematizar a realidade que ele procurou imprimir.

Tratamos, num segundo momento, do conhecimento de que dispomos sobre a História da Itália no contexto do filme analisado, visando relacioná-la a narrativa fílmica. Neste momento percebemos que as crianças aparecem nos primeiros filmes neorrealistas como protagonistas dos dramas sociais. É o que se pode observar em filmes como *Ossessione*, dirigido por Luchino Visconti, e apresentado em 1942, considerado por muitos o marco inicial desse movimento, em *Roma, Città Aperta*, 1945, e *Germania, Anno Zero*, 1947, ambos dirigidos por Roberto Rossellini, e, finalmente nos filmes dirigidos por Vittorio de Sica, tais como *I Bambini Ci Guardano* e *Sciuscià*. As crianças surgem no sentido de tornar o drama social mais visível por ser mais agudo, mais intenso, enfim, como um ápice da história que é contada no filme. Talvez possamos arriscar afirmar que este tenha sido um importante papel representado pela figura da infância nos filmes abordados. Tomando essa premissa como verdadeira, restar-nos-ia refletir no que isso poderia implicar para a historiografia.

Uma questão que se nos apresenta é se podemos contrapor a imagem da infância no pós-guerra a uma imagem da infância fascista, assim como à imagem da juventude identificada ao regime em oposição a uma juventude desesperançada, sem algum horizonte de expectativa. Com o fim da segunda guerra mundial, a Itália começou a reconstruir-se, e a tarefa de reerguer moralmente o país cabia aos intelectuais que haviam se refugiado durante o chamado vicênio fascista. Os intelectuais de esquerda mais precisamente os comunistas foram os primeiros a se engajarem na construção dessa “nova sociedade” baseada na comunhão política e cultural do povo italiano, uma vez que os socialistas estavam muito mais empenhados em lutas institucionais e de alinhamento político⁸. Após os vinte anos em que a esquerda esteve alijada do poder parecia que agora a Itália seria profundamente antifascista e socialista. De fato o antifascismo fecundou de maneira a permear profundamente a reconstrução do país. Na Itália, durante o imediato pós-guerra, temos a nova *politica cultural*, a qual, agora, tinha o objetivo de esquecer totalmente o passado fascista:

Os livros e os programas escolares, os trabalhos dos intelectuais, a maior parte dos programas de TV e outros veículos simplesmente esqueceram os muitos anos em que os italianos, foram ao menos simpáticos ao regime, assim como as violências perpetradas pelos italianos contra gregos, etíopes ou eslovenos. A própria memória coletiva

⁷ OLIVEIRA, Dennison de. **Cinema e História Contemporânea: narrativas fílmicas da Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: UFPR, 2010.

⁸ BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. São Paulo: Contexto, 2010. p 206

preferiu ignorar que a Itália foi aliada da Alemanha de Hitler, assumindo o papel de vítima do nazismo. Tudo isso desapareceu da história escrita, o que parecia resolver o problema dos italianos em lidar com a herança do regime⁹.

O neorealismo é um exemplo deste processo de vitimização do italiano? Bem, não podemos esquecer que o filme, em geral, pode ser visto como um instrumento ideológico.

No terceiro capítulo, tratamos de elaborar nossa análise fílmica. Não restam dúvidas de que os filmes produzidos na Itália durante o período imediatamente posterior à segunda guerra enfrentaram a dificuldade de serem produzidos com pouca verba. Também as histórias que foram escolhidas para serem contadas revelam, em verdade, o retrato e a acusação da miséria e da injustiça social, que acabam por causar ferimentos realizados principalmente contra aqueles que são mais frágeis. É o que nos contam alguns filmes considerados os filhos prematuros do neorealismo, *Ossecione e Il Bambino ci Guardano*, ambos de 1942. O mesmo ocorreria nos anos seguintes, quando os filmes adentrariam no universo social de forma mais contundente, como em *Roma, Città Aperta*, 1945, *Sciuscià*, 1946 e *Ladri di biciclette* 1948. A despeito das diferenças entre estes filmes, havia, dentre alguns, um denominador comum: buscavam relatar a realidade do país na época, sem artifícios.

Durante quase todos os longos anos da década de 1940 a Itália esteve ocupada por soldados aliados, principalmente vindos dos Estados Unidos e que, neste período, alguns filmes dão testemunho da presença do estadunidense na Itália. Dentre estes o filme *Sciuscià*. Já o título do filme parte de uma observação referente aos meninos que engraxavam sapatos nas ruas de Roma naquela época, tendo os americanos como clientes: para oferecer seus serviços, os engraxates se dirigiam com o inglês improvisado, *Sciuscià, Gio?* (ou, *Shoeshine, Joe?*).

No caso do filme *Sciuscià*, o seu reconhecimento obtido internacionalmente – embora na Itália não tenha tido um grande sucesso de bilheteria-, já na época de seu lançamento tornou-se algo marcante também para a história do cinema: foi o primeiro filme a ser agraciado com o Oscar de melhor filme em língua estrangeira, no ano de 1948. Como é característico dos filmes neorealistas, *Sciuscià* é reconhecido por seu sucesso em opor-se ao cinema espetáculo: a câmera é utilizada num esquema para movimentar-se e registrar de acordo com seu contato direto com a vida. Em 1960, o diretor Orson Welles refere-se ao filme apontando para o seu sucesso em *fazer desaparecer a câmera em virtude de uma aproximação com o real*:

“(...) in handling a camera I feel that I have no peer. But what De Sica can do, I can't do. I ran his *Shoeshine* recently and the camera disappeared, the screen disappeared; it was just life (...)”¹⁰

A crítica internacional fez de *Sciuscià* um dos filmes mais populares do neorealismo. Tornou-o reconhecido como o marco inicial da obra conjunta daqueles que seriam reconhecidos como os célebres mentores do movimento: Vittorio de Sica e Cesare

⁹ Ibidem, p. 206-207.

¹⁰ KAEL, Pauline. *Shoeshine*. IN: SNYDER, Stephen; CURLE, Howard (ORGS). **Vittorio De Sica: contemporary perspectives. (Toronto Italian Studies)**. Toronto: Universidade de Toronto, 2000. P. 127

Zavattini. Tal obra é sacramentada por sua escolha artística, influenciada pelo realismo poético de diretores franceses como Jean Renoir, que representou uma viragem em direção a temas mais humanistas dando ênfase a pobreza e ao desespero das classes mais baixas. A história do filme é repleta de elementos simbólicos, os quais podem ser vistos e revisados de diferentes maneiras, pois, eles possuem elementos essencialmente metafóricos. E a metáfora no filme é, para dizer o mínimo, uma questão complicada. Mesmo o fato de se utilizar um foco sobre a figura da criança poderia significar muitas coisas. A preferida para a maioria dos críticos do neorrealismo é o seu caráter de renascimento: a criança simboliza o novo ou, no contexto em que foi produzido, o novo começo, sem guerras, sem fascismo. Mas a infância também pode representar a pureza, a inocência. Ao menos é que os personagens centrais parecem querer transparecer durante os primeiros minutos do filme, quando Pasquale Maggi e Giuseppe Filippucci aparecem andando a cavalo, objeto que representa aquilo que eles desejam, o seu sonho de consumo e, também, o que os une na mesma direção.

A cena final nos dá o tom mais incisivo desta ética. Após o julgamento, Giuseppe compromete-se ao plano de fuga elaborado por Riccardo, seu colega de cela. É quando se dará o desfecho do filme. Enquanto um filme está sendo projetado na prisão, eles entram em fuga, conseguem escapar, causando um motim e fogo – quando um dos prisioneiros é pisoteado e morto. Pasquale suspeita que os fugitivos vão utilizar Bersaglieri, o cavalo branco que eles haviam adquirido, por isso concorda em guiar a polícia para encontrar os fugitivos. Ao final o assassinato acidental do amigo Giuseppe, em meio a uma fotografia lírica, combinando o cavalo branco, um bosque, uma ponte de pedra, um riacho, a morte enfatiza a frieza do encarceramento enquanto resolução rápida de questões socioeconômicas, como o desemprego e o número crescente de crianças abandonadas. Os descasos das instituições acabam por obter como sucesso a destruição dos elos de amizade e de lealdade que apenas a inocência da infância pode nos ocasionar.

Ao tomar como *Sciuscià* como fonte, ao pensar em sua busca por uma descrição dos eventos históricos do período pós-guerra, concluímos que o filme possui suas especificidades, as quais podem variar em relação ao tradicional texto histórico, e, por isso, devemos atentar a sua linguagem que é própria. O neorrealismo é um tipo de filme que não procura iludir o espectador num mundo imaginário e de espetáculo, tal como muitos dos filmes norte-americanos, também produzidos durante o pós-guerra. *Sciuscià*, o podemos dizer o mesmo do neorrealismo, busca ressaltar a verdade, uma verdade bastante subjetiva, como é, por assim dizer, qualquer verdade que homem tenha buscado reproduzir. Por tanto não devemos jamais nos dirigir a ele como um reflexo da realidade que o gerou. Mas sim reconhecer que ele serve, como já havia definido Willian Guinn, *para criar ligações significativas entre o passado e o presente vivido por suas audiências*¹¹. Podemos optar ser por entender o cinema como um tipo de narrativa histórica. No entanto, ao reconhecer que a linguagem da narrativa fílmica possui suas especificidades em relação ao texto escrito, percebemos que adentramos a um campo bastante complexo, o qual pode exigir um verdadeiro conhecimento holístico por parte dos pesquisadores que optarem por este campo.

¹¹ GUYNN, Willian. **Writing History in Film**. New York, Routledge, 2006. (Tradução livre de Dennison de Oliveira – UFPR) pp. 1-80

Banca 2

Resumos

FAMÍLIAS RESTAURADAS: CASAMENTO E SEXUALIDADE NA LITERATURA DE AUTO-AJUDA E ACONSELHAMENTO DA RCC

Aluna: Denise Aparecida Ribeiro da Cruz

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti.

Palavras-chave: Renovação Carismática Católica, Família, Literatura de auto-ajuda

O presente estudo dedica-se a discutir sob a óptica da História Cultural, as representações sobre as relações familiares produzidas por clérigos da Renovação Carismática Católica (RCC). Para tanto, analisamos cinco livros de auto-ajuda e aconselhamento com cunho espiritual e psicológico que tratam da família, casamento e sexualidade, escritos por padres da RCC na primeira década do século XXI. Formam parte desse *corpus* documental: “*Quem vos uniu foi Deus*” (2003- 32ª Edição, Ed. Canção Nova) do Pe. José Augusto, conselheiro da Canção Nova e responsável pela formação de padres; “*Amor afetivo em família*” (2002-2ª Edição, Ed. Loyola) do Pe. José Alírio Pedrini; do fundador da Canção Nova, Monsenhor Jonas Abib, “*Homem e mulher em Sintonia*” (2005-15ª Edição, Ed. Canção Nova); do músico, cantor e apresentador Pe. Léo, “*Famílias Restauradas*” (2007 -20ª Edição, Ed. Canção Nova) e por último do também cantor e apresentador Pe. Reginaldo Manzotti- “*10 Respostas que vão mudar sua vida: histórias para superar obstáculos e manter a fé.*” (2010- 5ª Edição- Ed. Agir).

A monografia foi desenvolvida em três capítulos. No intuito de apreender as representações sobre as relações familiares produzidas por essa literatura católica, no primeiro capítulo discutimos o contexto histórico do catolicismo contemporâneo, o surgimento da RCC e sua inserção na mídia sob o comando de padres carismáticos. Buscamos ainda neste cenário compreender os discursos sobre a família propostos pelo movimento carismático. Na sequência, no segundo capítulo, discutimos o gênero da literatura de auto-ajuda e aconselhamento católica, seu formato e sua linguagem. E por fim, no terceiro capítulo, analisamos as representações das relações familiares, dos papéis de gênero e de indivíduo.

A produção destes livros de auto-ajuda e aconselhamento sobre a família está inscrita no cenário de mudanças do campo religioso católico no Brasil, que foram inspiradas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Essa Assembléia é vista como um sinônimo de ruptura com o passado eclesial, um *aggiornamento* institucional e litúrgico em face da modernidade. Dentre as novas perspectivas abertas pelo Concílio destaca-se o despontar de movimentos de reavivamento espiritual e engajamento social.¹

No Brasil a ênfase do catolicismo nas décadas de 1960 e 70 incidiu da moral sexual à moral social, sobretudo com a Teologia da Libertação (TdL) que procurou tanto resgatar os valores cristãos coletivistas quanto recuperar sua influência na sociedade brasileira. Entretanto em paralelo, e intensificando-se nas décadas de 80 e 90, o campo religioso brasileiro experimentava mudanças complexas e dinâmicas, pois a Igreja Católica enfrentava o decréscimo do número de católicos, o sincretismo, o crescimento das igrejas pentecostais, o processo de dessacralização da religião e as tensões com a modernidade. Diante destes problemas, o sociólogo da religião André Ricardo de Souza ressalta uma nova face do catolicismo que, sobretudo no final do século XX, e em resposta aos anseios dos indivíduos, das famílias, volta a ritualizar-se, assumindo traços mágicos e terapêuticos,

¹ CARRANZA, Brenda Dávila. **Renovação Carismática: origens, mudanças, tendências.** Aparecida: Editora Santuário, 2000. p. 10.

constituindo-se com uma dimensão mais privada do que pública da vida.² Retoma a ênfase na moralidade sexual e assume a família como bastião de resistência à modernidade. A principal representante desta faceta da Igreja Católica é a Renovação Carismática Católica (RCC), especialmente com sua inserção midiática sob o comando de clérigos.

A RCC tem seu marco de origem em um retiro de leigos da Universidade de Duquesne no ano de 1967 em Pittsburgh nos Estados Unidos, espalhando-se a outros continentes e chegando ao Brasil em 1969 com os padres jesuítas norte-americanos Haroldo Joseph Rahm e Edward John Dougherty. A RCC surge como movimento de revivescência espiritual, fundamentado na doutrina e em valores tradicionais do catolicismo. Contrapondo-se à secularização, seu principal objetivo centrou-se, na renovação interior das pessoas e da comunidade cristã, cobrando de seus adeptos a procura da santidade pessoal e na assídua prática sacramental e moral católica. Para a socióloga Brenda Carranza, a RCC constituiu-se em um modo do catolicismo reagir à pós-modernidade, oferecendo uma nova subjetividade religiosa, pautada nos moldes neopentecostais de emotividade e como uma nova agência moderna de aflição.³

Esse conjunto de premissas impulsionou inovações no cenário religioso brasileiro na década de 1990, quando o movimento ganha visibilidade e organização nacional, após se consolidar institucionalmente na década anterior. Ele passou a arrebatar grande parte do setor popular do catolicismo, ocupando um espaço significativo na mídia, seja como notícia, seja pela criação dos seus próprios meios de comunicação de massa. Os usos religiosos dos meios de comunicação e do mercado de consumo integram segundo Carranza, uma terceira onda de recatolização liderada por uma nova face da RCC, o catolicismo midiático. Neste cenário surgem agentes da Igreja Católica, que são frutos dessa perspectiva midiática: os padres midiáticos, que são apresentadores de TV, radialistas, donos de sites, empresários, cantores e escritores de livros de auto-ajuda.

Uma ampla bibliografia se debruça sobre esse momento do catolicismo brasileiro. Destacamos os trabalhos dos sociólogos da religião Brenda Carranza e André Ricardo de Souza. Para eles o catolicismo midiático nasce em meio a um contexto da pós-modernidade. Mudanças sócio-culturais de individualização e profusão de construção de sentidos existenciais, de concorrência religiosa, de sociedade de consumo de bens simbólicos e materiais e de desregulação das tradições que trazem novas configurações para a família e para o indivíduo. Em face disso a Igreja Católica empreende esforços de recatolização e uma de suas estratégias são os meios de comunicação de massa sob o comando dos padres. Ao mesmo tempo em que inicia processos de reinstitucionalização com retorno ao catolicismo intransigente com preceitos morais conservadores, traços neointegratas e exculturados.

A outra estratégia da Igreja Católica diz respeito à família. Instituição preferencial das religiões por sua mediação com a sociedade, compreendida como espaço de produção social e reprodução das crenças e, portanto dos próprios fiéis, a família emerge como um verdadeiro baluarte de resistência à modernidade, conforme a socióloga Maria das Dores Machado.⁴ As instituições religiosas cristãs, por conseguinte, traduzem a crise da modernidade em termos de uma crise da família tradicional/nuclear. E propõem um ideal de família pautada em uma realidade simbólica herdada da tradição judaico-cristã que se encontra ameaçada no contexto das sociedades pós-modernas. Para desenvolver a relação

² SOUZA, André Ricardo de. **Igreja in concert**: padres cantores, mídia e marketing. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005. p.19.

³ CARRANZA, Brenda Dávila. **Movimentos do catolicismo brasileiro**: cultura, mídia, instituição.. Tese de Doutorado em Ciências Sociais-UNICAMP. Campinas, 2005. p. 09.

⁴ MACHADO, Maria das Dores. **Carismáticos e pentecostais**: adesão religiosa na esfera familiar. São Paulo: ANPOCS, 1996. p.05.

entre a Igreja e a família pautamo-nos na percepção das ligações históricas e estreitas entre essas instituições que perpassam a sociedade nos âmbitos políticos, sociais, comportamentais e econômicos. E que estão sempre em transformação pelas mudanças ocorridas nas sociedades modernas, especialmente em relação aos sistemas de gênero, a área sexual e a esfera religiosa.

No campo religioso do catolicismo midiático da RCC as pesquisas destacam, segundo a socióloga Luciane Cristina Oliveira, que a família católica, que vivia em anomia frente à modernização da Igreja, reagiu aderindo à Renovação. Dentro deste movimento as famílias que encontraram novas formas de pertença à religião católica, passam a reproduzir o conceito de família burguesa, além de anexar o conceito da Igreja tradicional, de Deus ser o Criador e da humanidade ter a função divina de procriar.⁵ Nesse sentido, Reginaldo Prandi analisa que os carismáticos têm especial predileção no campo da orientação moral da conduta, refazendo um estilo de catolicismo que parecia enterrado.⁶ Os discursos de controle da moral, principalmente quanto às questões referentes à sexualidade e a relação com as proibições a ela vinculadas, emergem constantes nos sermões carismáticos. Esses discursos do catolicismo intransigente oferecem referências de comportamentos, formam opinião, sendo alvo de estratégia por parte dos líderes, que são responsáveis pelas orientações que influenciam a conduta religiosa de fiéis. Entre as estratégias pode-se citar a intensa produção de vídeos, livros sobre a moral familiar e sexual que são comercializados nas livrarias religiosas e leigas e na organização de grandes concentrações promovidas como verdadeiras cruzadas contra a destruição da instituição familiar. Disso podemos perceber que a nova face do catolicismo em sintonia com o mercado de consumo e a mídia configura imaginários, subjetividades e sociabilidades religiosas que são desdobradas nas práticas sociais e pastorais em relação à família.

Consideramos os livros de auto-ajuda e aconselhamento produzidos e consumidos como artigos emblemáticos deste cenário. Pois, são produzidos com a intenção de serem manuais que contribuam para a restauração das famílias católicas e, por conseguinte, do próprio catolicismo, portanto ajudam na transmissão de mensagens conservadoras católicas formando ideais e idéias sobre como ser uma família católica. Por outro lado, estes livros também estão imersos na lógica do catolicismo midiático, escritos por figuras midiático-carismáticas, estão em sintonia com o mercado de consumo e ajudam no desenvolvimento econômico da Igreja. Nesse sentido é importante ressaltar que o mercado religioso carismático, conta com cerca de 12 milhões de brasileiros filiados dentro de um universo de 125 milhões de católicos e potenciais consumidores, e que sustentam pequenos impérios midiáticos como a Rede Canção Nova através de dízimos e venda de artigos. Destacamos ainda que a pesquisa da FIPE/USP mostra o sucesso no campo editorial dos livros religiosos e de auto-ajuda. O setor vendeu mais de cinquenta milhões de livros e faturou R\$ 321 milhões de reais em 2009.⁷

Tomando esses livros como produtos de mídia aliados a uma estratégia de investimento em meios de comunicação e como formadores de ideais e representações, empreendemos no segundo capítulo a análise das formas lingüísticas e discursivas, próprias da literatura de auto-ajuda e aconselhamento que os padres usam para alicerçar suas idéias. Partimos da perspectiva que a forma como a mensagem é transmitida também é importante.

⁵ OLIVEIRA, Luciane Cristina. **Renovação: Releitura da Tradição.** Ciências Humanas em Revista. São Luís, v. 5, junho de 2005. p. 171.

⁶ PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do espírito: A renovação conservadora do catolicismo carismático.** São Paulo: Edusp e Fapesp, 1991. p. 90.

⁷ Pesquisa encomendada pela Câmara Brasileira do Livro em 2010. Disponível em: <www.cbl.org.br/telas/cbl/downloads.aspx> Acessado em: 20/02/2011.

A literatura de auto-ajuda e aconselhamento populariza-se no Brasil nas décadas de 1990 e 2000, no esteio da expansão do mercado editorial e do consumo de artigos religiosos. Para atender a demanda as editoras católicas tiveram que modernizar-se e conformar o livro religioso católico aos parâmetros de produção de *best-sellers* do mercado leigo. Essa adequação trouxe a padronização da linguagem para alcançar um grande público, além da adoção de rudimentos de psicologia e de conselhos práticos para as situações difíceis.

O gênero de auto-ajuda nasce atrelado à religião cristã no século XVII e tem como premissa ser segundo Rüdiger, um discurso prescritivo, tendo como principal objetivo propor regras de conduta e fornecer conselhos. Os livros que compõem seu acervo constituem manuais que são consumidos para serem objeto de aplicação prática por parte do leitor.⁸ Portanto, engloba um conjunto de conceitos, esquemas e técnicas terapêuticas escritos para o aprimoramento de habilidades e solução de problemas dos indivíduos. Essa premissa é importante para entendermos o gênero de auto-ajuda como um guia momentâneo aos sujeitos dentro do contexto da flexibilidade. A flexibilidade advém da crise identitária que os sujeitos sofrem na pós-modernidade e caracteriza-se pelo contínuo auto-exame e reconstrução da identidade. Essa reconstrução pode ser empreendida por meio da consulta ao discurso midiático dos especialistas da auto-ajuda e da religião.

No corpus documental analisado empreendemos uma análise textual, atentando para a forma, autoria, conteúdo e a formação de sentidos desses livros. Em todos os livros percebe-se a intenção de serem prescritivos, guias que esclarecem, argumentam, ensinam e oferecem respostas para as relações familiares, indicando os obstáculos e as formas de removê-los. De modo geral estes livros têm linguagem simples, diálogo direto com o leitor, usam casos particulares, narrativas e testemunhos tanto como estratégias lingüístico-discursivas que lhes conferem credibilidade quanto para influenciar e dotar o leitor a mudar a sua vida. Perguntas como estratégia de manipulação do leitor, ênfase na mudança comportamental, prescrições e reforço na imitação de modelos religiosos e bíblicos.

Percebemos que essas estratégias lingüístico-discursivas são importantes quando compreendemos que a literatura de auto-ajuda difunde entre seu público um conjunto de modelos que influenciam na maneira destes pensarem sobre si e os instrumentaliza para agirem. Dessa maneira, ela atua como agente cultural de valores e representações simbólicas, e este é o assunto da última parte da monografia.

Tomando a categoria analítica das formas de produção do conhecimento, o conceito de cultura definida por Stuart Hall e foi trabalhada pela historiadora Karina Kosicki Bellotti em sua tese. Considerando a cultura como substantiva, organizadora de atividades e instituições, que confere sentido às relações sociais, às subjetividades e as identidades sociais. E percebendo-a fluída e em constante processo de construção, as identidades culturais apóiam-se em representações de papéis sociais, constituídas dentro da própria cultura. Dessa percepção pode-se abordar a cultura, trabalhá-la com categorias de representação, identidade e de linguagem.⁹

Nessa literatura de auto-ajuda que serve de veículo de imagens e valores sobre a família, cria-se representações ideais de família cristã nuclear. Esta emerge como lugar privilegiado para a educação, um *locus* fundamental de produção e transmissão dos valores religiosos e culturais, uma verdadeira célula-mãe da sociedade e do catolicismo carismático. Em relação a estes valores religiosos e culturais, percebemos que são generificados, pois evocam o caráter hierárquico divino das representações de gênero,

⁸ RÜDIGER, Francisco. **Literatura de auto-ajuda e individualismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 146.

⁹ BELLOTTI, Karina Kosicki **Delas é o reino dos céus: mídia evangélica infantil na cultura pós-moderna do Brasil (anos 1950 à 2000)**. Tese de doutorado-UNICAMP. Campinas, 2007. pp. 20-26.

reservando às mulheres um papel secundário na hierarquia dos sexos. Segundo a cientista da Religião Sandra Duarte de Souza, em se tratando das relações de gênero, a religião é um dos mecanismos mais eficazes de legitimação e reprodução da assimetria entre os sexos. Essa eficácia está relacionada com a capacidade da religião sacralizar determinados códigos culturais.¹⁰ Em nossas fontes a sacralidade compõe a representação da família transformada em uma igreja doméstica, e legitima as relações de dominação de gênero que se tecem no interior dos relacionamentos conjugais. Em face disso, nos textos encontramos a idéia de homem como a cabeça, o líder, aquele que modela a mulher.

A representação da família que estes livros evocam, passam, portanto, por uma percepção de subordinação da mulher, que é um ser frágil e inseguro a seu marido, o chefe, construtor e provedor da relação. As mulheres são apresentadas como mulheres dos homens e suas virtudes se estabelecem na sujeição a eles e na neutralização do seu próprio eu. Para isso nossos escritores prescrevem e tentam convencer as mulheres católicas, a vestirem-se, comportarem-se na relação sexual e auxiliarem seus companheiros.

Percebemos que estes livros que tem por tema a família e se declaram com o intuito de serem lidos pelos casais, se direcionam muito mais as mulheres que aos homens. Neles, a mulher ideal representada é de classe média, casada, com poucos filhos e de preferência com vida profissional autônoma. O modelo de comportamento prescrito para esta mulher é Maria em contraposição a Eva, propagadora dos pecados. Esta mulher ideal é vista ainda como responsável pelo equilíbrio da relação conjugal, no entanto, ressalta-se que, o que seria um certo poder feminino revela-se como um mecanismo do caráter hierárquico. Pois, para garantir esse equilíbrio, deve calar e perdoar, evitar lamentações e até orar por seu esposo. Percebemos esses discursos também como formadores e recriadores de ideais de homens e mulheres católicos, pautados em ideais de fé, de esclarecimento, santificação e ativismo religioso pelos católicos contra outras denominações religiosas.

Em relação ao casamento este é apresentado como uma instituição sagrada, idealizado em uma relação heterossexual e monogâmica justificada principalmente pela procriação, mas também pelo amor conjugal: amor entre esposos, como um bem incalculável para os filhos; a interação e a renovação contínua entre o amor físico e o amor espiritual. Essa premissa tem origem no Concílio do Vaticano II, pois antes predominava uma percepção negativa da sexualidade. Em relação à sexualidade esta é representada no corpus documental, regrada pela moralidade e recebe prescrições e interditos, sobretudo sobre a homossexualidade, vista como doença ou apenas como escolha errada do indivíduo.

Destacamos que este corpus documental, sobre a temática da família e a moralidade sexual, nos proporcionou a análise dos diálogos, negociações e estratégias de convencimento para arrebanhar seus leitores para o catolicismo. Entre as estratégias está a própria idéia de crise da família e do catolicismo. Desta desdobra-se a segunda, que é a vitimização dos fiéis e a luta contra o mal - o diabo. Percebemos também os embates com a pós-modernidade, a sociedade de consumo e o individualismo, criticados pelos padres, mas contexto ao qual eles fazem parte. Isso mostra a tensão do catolicismo midiático em suas estratégias modernas de levar a evangelização e de seus discursos conservadores, próprio do catolicismo intransigente. Discursos estes que legitimam a assimetria entre os sexos, criam ideais de comportamento e oferecem alternativas sagradas dentro de um vasto mercado religioso.

¹⁰ SOUZA, Sandra Duarte de. O gênero escrito na literatura evangélica: Notas sobre a regulação religiosa do feminino. In: MORI, Geraldo; OLIVEIRA, Pedro A. R. (Orgs.). **Religião e Educação para a cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 118.

MEMÓRIAS DA VILA: UM ESTUDO SOBRE AS MEMÓRIAS DE MORADORES DA VILA SABARÁ (CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA, 1980-2011)

Aluna: Rebecca de Oliveira Freitas

Orientador: Antonio Cesar de Almeida Santos

Palavras-chave: Movimentos sociais, História oral, Memória

A Cidade Industrial de Curitiba (CIC), atualmente o bairro mais populoso da capital paranaense, foi constituída a partir da década de 1970 como um impulso para a modernização do estado. Para incentivar a vinda de indústrias ao Paraná, o governo do estado, em parceria com a URBS - empresa da Prefeitura Municipal de Curitiba -, reservou um território onde essas empresas se instalariam. Contudo, esse espaço não se restringiu à ocupação industrial; com o crescente êxodo rural da década de 1970, que se intensifica ainda mais na década de 1980, uma parcela significativa da população paranaense deixa seus lares no interior para se instalar na capital, notadamente nos arredores da Cidade Industrial, cujo território destinado às indústrias não havia sido ainda completamente ocupado.

Grande parte dessas pessoas estabeleceu-se através de ocupações irregulares, algumas até mesmo em Áreas de Preservação Ambiental (APAs). O resultado desse crescimento populacional é um bairro com cerca de 10% da população de Curitiba e com a maior concentração de ocupações irregulares da cidade: 25% dos domicílios irregulares da cidade encontram-se hoje na CIC. Dentre as diversas vilas que constituem o bairro, uma ganhou especial destaque para essa pesquisa: a Sabará. Constituindo-se, na realidade, em um conjunto de oito vilas, a região do Sabará permanece em grande parte, ainda hoje, sem regularização fundiária. Sua ocupação ocorreu, na maior parte, na segunda metade da década de 1980, quando, praticamente sem nenhuma assistência por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba, os moradores organizaram a divisão de lotes e instalaram boa parte da infra-estrutura do local.

Dentre as tentativas de regularização fundiária, destaca-se a empreendida pela Companhia Habitacional do Município de Curitiba (COHAB), que promoveu contratos de regularização com os moradores com prazos bastante extensos, os quais muitos moradores pagam mensalmente há vinte anos. Contudo, com o término do pagamento de alguns contratos, observou-se que a regularização não ocorria, visto que a COHAB não tinha autoridade sobre o território em que estavam localizadas as ocupações, cuja posse constava ser da empresa criada pela Prefeitura curitibana, CIC S/A, responsável pela comercialização e administração dos lotes daquele empreendimento¹. Assim, observamos, o início de um movimento na região do Sabará articulado por algumas associações de moradores, cuja principal pauta é a regulamentação da posse da terra, através de uma ação coletiva de usucapião atualmente em tramitação.

O presente trabalho foi motivado pela convivência com moradores da Vila Sabará ao longo do ano de 2010, tanto no espaço de um projeto de extensão da UFPR quanto em espaços organizados pela associação de moradores. A partir de conversas travadas com os moradores, passou-se a problematizar a forma como eles se relacionavam com o período de formação do bairro, em contraste com as visões hegemônicas que solidificam o mito de Curitiba como uma cidade modelo.² Nesse sentido, nosso trabalho procurou trazer

¹ OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPr, 2000, p. 104.

² Para uma discussão de Curitiba como “cidade modelo”, ver, entre outros, GARCIA, Fernanda E. S. **Curitiba : imagem e mito**; a construção social de uma imagem hegemônica. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação de Mestrado (Planejamento urbano e regional). IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

elementos que colocam em questão esse “mito” que, como nos lembra Denninson de Oliveira, relaciona-se diretamente com os interesses econômicos e políticos dominantes em nossa sociedade, onde a CIC figura com o papel de impulsionadora da modernização desse centro urbano planejado e bem estruturado.³

Para empreender tal objetivo foram utilizadas fontes orais produzidas para esse trabalho. O trabalho com fontes orais demandou uma discussão metodológica mais aprofundada, na qual partimos do entendimento de que a história oral constitui-se em uma metodologia de trabalho para o historiador,⁴ que suscita diversas questões específicas, as quais, contudo, não tem como serem respondidas somente pelo seu próprio corpo teórico. Nesse sentido, os problemas por ela suscitados foram analisados à luz do debate mais amplo da teoria da história e do ofício do historiador.

Sobre a utilização de fontes orais, um primeiro ponto que consideramos importante discutir é o debate em torno da relação sujeito/objeto. As fontes orais, diferentemente da grande parte das fontes escritas, são produzidas para serem fontes históricas. Sabemos que isso tem implicações tanto na construção da narrativa do entrevistado, que tem consciência de que aquilo que diz será utilizado para uma construção histórica, quanto no trabalho do historiador, cuja subjetividade não intervirá somente no momento da análise dos documentos, mas já na sua produção. Partindo de um entendimento de que o historiador, independentemente de tratar de uma história contemporânea a ele ou distante temporalmente, é filho de seu tempo e, portanto, constrói seus problemas e dá sentido à história a partir do presente, entendemos que o fazer historiográfico deve abdicar de uma neutralidade em relação ao objeto de estudo. Nesse sentido, assim como o trabalho com outras fontes, é necessário estabelecer critérios e procedimentos comuns aos historiadores de modo a que haja um parâmetro a partir do qual possamos levar em conta, na análise das informações, a intervenção subjetiva do historiador e do entrevistado.

Para este trabalho, empreendemos seis entrevistas com moradores da Vila Sabará. Todas elas foram realizadas nas casas dos entrevistados individualmente, visando deixá-los mais a vontade para expor suas histórias. Construímos um roteiro não diretivo, com perguntas abertas, para estimular os entrevistados a falarem com maior desenvoltura e construírem o percurso da entrevista com o máximo de liberdade possível. As entrevistas foram, então, transcritas, e a transcrição foi utilizada como base para análises.⁵

Ainda procurando responder à questão da relação entre sujeito e objeto na história oral, acreditamos que, ao considerarmos as fontes orais enquanto vestígios de um passado, submetidos à interpretação do historiador, as eventuais distorções ou falta de veracidade que carregariam podem ser encaradas, não como uma desqualificação, mas como uma questão adicional para a pesquisa. Nesse sentido, a análise das entrevistas não buscou obter informações para preencher lacunas na produção historiográfica sobre o tema, nem tampouco testar a veracidade dos relatos produzidos. Nossa abordagem privilegiou o estudo das representações, dando centralidade à discussão da construção de uma memória.

Nesse sentido, pensamos a memória como um importante elemento estruturante da sociabilidade em que os sujeitos estão inseridos. A construção de uma memória coletiva é um relevante elemento na constituição de identidades coletivas bem como para que nos situemos historicamente em nosso presente. Nessa relação com o passado, Maurice Halbwachs lembra da importância dos pontos de referência que estruturam nossa memória

³ OLIVEIRA, Denninson de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. p. 54.

⁴ FERREIRA, M. M.; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p.xi.

⁵ Sobre a prática da entrevista e transcrição, ver ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

individual, de modo a articulá-la à memória da coletividade a que pertencemos.⁶ Esses pontos em comum permitem a construção de um sentido de grupo, também sendo destacada a diferenciação que se estabelece com outros grupos e a definição de fronteiras sócio-culturais, para a formação daquilo que Halbwachs chama de “comunidade afetiva”.⁷

Nas entrevistas realizadas, pudemos observar algumas balizas comuns, que poderíamos apontar como sendo estruturantes de uma memória coletiva. Os entrevistados destacam a inexistência de ações por parte da Prefeitura na constituição do bairro e, em contrapartida, há uma ênfase sobre a ação conjunta dos moradores na construção do bairro: eles teriam aberto as ruas, demarcado os terrenos e pago as instalações de água e de energia elétrica. Essas ações dos moradores são relatadas como expressando um vínculo de solidariedade que se manteria até hoje:

(...) eu conheço grande parte daqueles vizinhos, que eram daquele período, pelo nome. Sei onde moram as pessoas (...). Nós nos ajudávamos muito (...). Eu diria que era uma família maior (...). eu diria que, ainda hoje, fazem parte dessa família.⁸

Ao apontarem a inexistência de uma intervenção por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba no período de construção da vila, os entrevistados produzem uma narrativa que se opõe ao discurso hegemônico que identifica Curitiba como uma capital bem planejada. Entretanto, nessas narrativas há elementos mais complexos e contraditórios. Já de início, vemos uma grande ênfase em se colocar que todos os moradores da vila teriam comprado os lotes onde hoje vivem. A ilegalidade do negócio, fruto de um golpe de um vendedor que negociava uma terra que não lhe pertencia, não muda o fato de que todos eles fizeram, e ainda tem feito, através da luta pelo usucapião, ações que buscam uma adequação à legislação.

(...) quem veio morar aqui acreditava que ele tinha feito um negócio sério, que era um loteamento legalizado junto à prefeitura. Eles não imaginavam que era um loteamento que foi, digamos assim, perante a prefeitura, ilegal. (...) posteriormente, quando eu vim aqui, ainda tinha alguns lotes vagos (...) e que foram ocupados, posteriormente.⁹

Esse é um ponto importante na constituição da identidade do grupo que se diferencia daqueles que haviam invadido os lotes vazios. Assim, embora a prefeitura apareça como ausente no processo de construção do bairro, há uma preocupação dos moradores em demonstrarem que eles não se ausentaram das regras estabelecidas pela administração municipal curitibana. Nesse sentido, há uma continuidade na posição que os moradores ocupam nesse processo: são sujeitos da construção do bairro e sujeitos do estabelecimento da ordem que a prefeitura se recusa a construir.

Ainda que, como já exposto, a prefeitura seja representada em todas as narrativas enquanto ausente em suas responsabilidades, em oposição aos moradores que teriam tomado essas responsabilidades para si, isso não se deu da mesma forma para todos os entrevistados. Observamos que para aqueles envolvidos, no presente ou no passado, de forma mais ativa na organização da associação de moradores, a ação destes é mais destacada, e a narrativa ganha em detalhes quando esse assunto é focalizado. São lembradas manifestações, mutirões, são destacadas as dificuldades e descritas as alternativas construídas pelos moradores. Nessas narrativas, identificamos seus autores ao conceito de “grandes testemunhas”, elaborado por Danièle Voldman, as quais se vêem enquanto sujeitos históricos dentro do relato que constroem, também denominadas

⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p.39.

⁷ Idem.

⁸ FAGUNDES, Sebastião. **Entrevista** concedida a Rebecca Freitas. Curitiba, 13 de outubro de 2011.

⁹ Idem.

“testemunhas-sujeito”.¹⁰ Nelas, o sujeito coletivo, os moradores, é o protagonista das ações, e o indivíduo entrevistado se insere de maneira ativa nesse sujeito e nessa história.

Por outro lado, em outras narrativas, manifestadas por moradores que não se envolviam tão diretamente na organização política da comunidade, há um maior destaque para a intervenção de deputados e vereadores nas conquistas da comunidade, bem como uma atenuação da culpa da Prefeitura Municipal, cuja ausência é justificada pelas dificuldades gerais daquele tempo, em oposição à ausência de interesse político assinalada pelos relatos das testemunhas-sujeito. Esse segundo grupo de narrativas pode ser relacionado ao conceito de “pequenas testemunhas”, também proposto por Daniele Voldman. Nesse caso, os indivíduos destacavam-se pelo papel passivo a que se atribuíam na constituição do bairro. Quando falam dos moradores do local, parecem estar fora do grupo que executava as ações e, portanto, houve uma constante expressão por esses entrevistados de um sentimento de que eles não teriam muito a contribuir para a pesquisa, que não tinham muito a dizer.

Outro ponto interessante no discurso dos entrevistados, diz respeito às dificuldades enfrentadas quando da fundação do bairro. Para a organização de nosso roteiro de entrevistas, utilizamos o jornal “Folha do Sabará”, periódico organizado pela associação de moradores, no período de 2007 a 2010, pois algumas edições traziam sessões destinadas a contar a história do bairro, em sua maior parte escritas a partir de entrevistas realizadas com moradores. Um elemento recorrente nas narrativas que tratavam do período de formação da vila, publicadas pelo jornal, é a questão da violência. Nesse sentido, esperávamos que esse fosse um dos elementos estruturantes na caracterização que os moradores fariam do período referido. Contudo, em nenhuma das entrevistas realizadas por nós esse tema surgiu espontaneamente. Porém, quando perguntados sobre essa questão, os indivíduos demonstravam ter bastante a dizer sobre o assunto. Falavam da grande sensação de insegurança que povoava o período, o grande número de assassinatos que ocorriam diariamente, não sendo exceção deparar-se com um corpo estendido na vizinhança no outro dia pela manhã.

Vemos que esse elemento se ausenta da narrativa primeira de nossos entrevistados nos faz retomar uma noção destacada por Michael Pollak acerca dos silêncios e esquecimentos na construção da memória.¹¹ Longe de simbolizarem a ineficiência da testemunha na produção de um relato verossímil, a existência desses silêncios nos lembram do caráter de construção da memória, onde alguns elementos se sobressaem em detrimento de outros. Essa seleção revela muito do sentido das narrativas em questão, que realidade elas buscam (re)construir, a partir do presente em que as testemunhas se encontram. Assim, torna-se nosso papel também construirmos perguntas a partir desses silêncios e esquecimentos, buscando entender seus significados nesses relatos.

Como já apontado anteriormente, a linha fundamental das narrativas construídas pelos entrevistados aponta a negligência da Prefeitura Municipal de Curitiba principalmente no que diz respeito à questão estrutural do bairro: abertura de ruas, iluminação, saneamento básico etc. Em contrapartida, os moradores surgem como os sujeitos que protagonizam essas construções. Essas narrativas estendem-se até hoje, já que a questão estrutural ainda não está completamente resolvida: os correios não entregam correspondências na vila e os moradores ainda não tem a posse legal de suas casas. O poder público se ausenta, e são os moradores que procuram os meios para atingir seus objetivos.

¹⁰ VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: **Usos e Abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹¹ POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2278/1417> Acesso em 10/11/2010.



No que tange à segurança e à violência, todavia, a narrativa é outra. Ela não é enquadrada nem como tendo sido uma ausência de ação do poder público municipal, tampouco faz parte do percurso de lutas dos moradores. A violência é relatada como sendo “normal no início dos bairros”, sempre há dificuldades, e a violência é uma delas. A responsabilidade dos atos violentos recai sobre os indivíduos que os cometem: é quando as pessoas ruins percebem que o bairro é de pessoas boas que o cenário se inverte. O “silêncio” em relação à violência, portanto, diz respeito a sua não essencialidade para a narrativa geral – ele é praticamente anedótico na história que se conta.

Este trabalho, enfim, relaciona-se às preocupações de se dar voz àqueles que são tradicionalmente marginalizados na história.¹² Lembrando que a construção da história não se dá nunca de forma neutra, mas a partir de referenciais e questões que partem de nosso presente para inquirir o

passado, devemos sempre nos questionar sobre nossas escolhas de objeto, problemáticas e metodologias: a decisão de trabalhar com um aspecto da memória urbana de Curitiba, negligenciada pela construção oficial e, por vezes, mesmo oposta a ela, diz respeito a uma concepção de história “vista de baixo”. Espera-se, assim, contribuir no sentido da escrita de uma “história a contrapelo”, de acordo com aquilo que Walter Benjamin discutia: uma história que se preocupe com as vozes daqueles silenciados pelo discurso oficial, e que, como o anjo da história, através de sua rememoração, os redima.¹³

Ao final do trabalho, vemos a importância da construção de um passado para a construção da identidade presente, construção que se dá a partir de diversas comparações entre o presente e o passado, com a confluência de elementos do discurso oficial apropriados e sendo reelaborados à luz de uma memória subterrânea, tendo o presente como seu ponto de partida. Consideramos, assim, que o presente trabalho contribui para a construção de uma história da cidade de Curitiba a partir de outra perspectiva, que leva em conta uma visão dissociada daquela articulada pelos órgãos da administração municipal. Procuramos contribuir para um reenquadramento da memória¹⁴ que se construiu sobre a cidade de Curitiba, dando voz àqueles sujeitos que são marginalizados tanto na geografia, quanto na história da cidade.

¹² SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 262.

¹³ LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

¹⁴ Ver POLLACK, M., op.cit.

A MALANDRAGEM NA OBRA DE JORGE AMADO - UMA ANÁLISE DE CAPITÃES DA AREIA, DE 1937

Aluna: Nikesara Luana de Jesus

Orientadora: Rosane Kaminski

Palavras-chave: Malandragem – Jorge Amado – Capitães da Areia

Busca-se por meio desta pesquisa histórica entender a figura da malandragem baiana, na década de 30, menos comum que seus pares: O malandro paulista, sambista e o malandro carioca, elegante e gingado. Frutos de estudos da historiografia recente como o de Sidney Chalhoub em *Lar, Trabalho e Botequim* e de Elizabeth Cancelli em *A cultura do crime e da lei*.

Procuramos responder quem é o malandro baiano, para Jorge Amado, e se o mesmo é apenas malandro ou também bandido, cruzando o que Roberto DaMatta chama de “tênue linha entre banditismo e malandragem”¹. A escolha de trabalharmos um romance: *Capitães da Areia*, como fonte, deve-se aos pressupostos teóricos de Peter Gay e Alfred Döblin, de que todo romance é um romance histórico², possuindo assim traços do real permeados pelo sensível.

Para entender a figura da malandragem, nos valem de Mikhail Bakhtin e sua idéia de polissemia, de maneira que a idéia do malandro como uma idéia força só faz sentido se buscada em sua multiplicidade, que só existe a partir do outro. As diversas visões que se tem da malandragem dependem do olhar lançado a elas. Ao agregá-las expõem-se uma tipificação da malandragem. Bronislaw Baczo permite perceber que certas imagens polissêmicas, como a do malandro, existem dentro de uma comunidade de imaginação, certas vezes, como o *outro* que espelha nossa identidade, sendo parte do imaginário social brasileiro. Sua figura de bandido, herói, capoeira ou amante liga-se mais do que a uma visão comum, liga-se a uma idéia que se altera de acordo com a situação social da comunidade que o enxerga, alterando-se, dessa forma, a idéia imaginada, sendo essa imagem portanto plástica, maleável e por vezes ambivalente.

O pensamento social de que nos valem advém de Roberto DaMatta, Sidney Chalhoub e Elizabeth Cancelli que são nossas guias para entender o Brasil em vias de modernização e importação de ideais modernos de produção capitalista. Através desses autores, podemos compreender o que está acontecendo com o pensamento social do Brasil entre as décadas de 20 a 40. E por meio das franjas de seus trabalhos, perceber como o malandro serviu à construção da identidade nacional.

¹ DaMatta. Roberto. *Carnavais, malandros e heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rocco, Rio de Janeiro, 1997.

² Alfred Döblin e Peter Gay analisam os romances como romances históricos a medida que acreditam, que os mesmos estarão de alguma maneira ligados a realidade. Para Döblin, o romance precisa trazer traços de realidade, do contrário sua leitura não prenderá o leitor, que não conseguirá sentir-se à vontade com o mesmo. O autor admite que romance não é história por não possuir seu rigor científico, mas acredita que sem os pontos de realidade, ainda que sensibilizada, seria impossível chamar a atenção do leitor, e que, portanto, todo romance seria uma representação sensível da realidade. Peter Gay entende que os romances do Realismo, sempre buscaram caracterizar ao máximo sua ambientação e cultura próxima da realidade, respeitando-se o fato de que é ainda um romance e, portanto, permeado de sensibilidade e do ponto de vista de seu autor, ainda assim, deveriam ser analisados como sempre possuindo informações históricas valiosas. In: Döblin. Alfred. *O romance histórico e nós*. História Questões e Debates numero 44 artigo; Gay, Peter. *Represálias Selvagens*. Schwarz Ltda, São Paulo 2010.

Para entender a malandragem como parte da identidade brasileira, recorremos a autores anteriores a obra, que, no entanto, nos desvelam o contexto da cristalização da malandragem como parte da natureza brasileira. Seriam eles Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Cândido de Mello e Souza.

É por meio do trabalho de Robert Darnton que compreenderemos como as histórias contadas a uma sociedade podem influenciar o pensamento das mesmas. Buscamos entender em Darnton, portanto, como a sociedade assimila o romance, sendo que ele é uma significação desta.

Márcia Regina Capellari Naxara, em *Estrangeiro em sua própria terra*, nos dá o tom com o qual queremos construir essa pesquisa, dividida em dois capítulos: *Malandragem uma imagem* e *O malandro no romance social de Jorge Amado*.

No primeiro capítulo de nossa pesquisa, *Malandragem uma imagem*, afirmamos que a figura da malandragem está fixada no imaginário social³ de nossa população, de maneira que ela seria parcialmente pertencente à *natureza* do ser brasileiro, sendo associada ao brasileiro como o é o samba, o carnaval ou a capoeira. Essa figura quase sempre está associada à flexibilidade e adaptabilidade, figurando o imaginário social sobre diversos arquétipos, sendo difícil, portanto, entender a noção de malandragem como um todo, de maneira que o malandro sempre será uma figura multifacetada ou polissêmica⁴. É constante entre as diversas faces algumas características: A cor da pele normalmente parda, fruto de mestiçagem; gíngua e “jeito” próprio de andar, e uma maneira única de se sustentar, amar e se relacionar em comunidade.

São duas as correntes que permitem enxergar a polissemia da malandragem com maior clareza, uma primeira romantizada, tratando-o como um amante da boa vida, e outra marginalizada, que a enxerga como um ser parasitário da comunidade em que vive. Normalmente uma ou outra visão é mais fortemente aceita dependendo da ética trabalhista vigente.

Tentando definir a malandragem, pensadores como Roberto DaMatta⁵ e Adriana Albert Dias⁶, entendem-na como negativa e parasitária ou uma alternativa de sobrevivência em ambiente hostil, respectivamente. No entanto, assumem como comuns à malandragem as seguintes características em adição as já mencionadas: A inteligência, a astúcia, o carisma, e a poligamia.

³ A idéia de imaginação social aqui utilizada é baseada na idéia de Bronislaw Baczok de que através do simbólico uma massa de pessoas pode vir a dar a si própria uma identidade coerente, entendemos a imaginação social ainda como ferramenta de legitimação de poder, seja ele o que está vigorando ou aquele que se pretende justificar. Por fim, a imaginação social a que nos referimos liga-se a idéia de uma construção tanto de identidade quanto de poder, variando de acordo com o objeto a que esse pensamento refere-se. Baczok, Bronislaw: *Imaginação Social*. Enciclopédia Enaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/casa da moeda/Portuguesa, 1985.

⁴ Mikail Bakhtin apresenta uma discussão sobre a impossibilidade de se conhecer qualquer objeto de estudo de maneira ampla e completa tendo como foco apenas o objeto em si. Para o autor, só é possível conhecer algo realmente à partir de diversos discursos sobre o mesmo, sob ângulos de visão distintos. Um romance ou um quadro, ou um objeto de cerâmica só serão entendidos em sua totalidade quando forem ouvidas diversas vozes sobre os mesmos. Quando analisados diversos discursos sobre o item. A polissemia, portanto, seriam as diversas vozes sobre um discurso, e a união dos mesmos, a compreensão pelo todo e não apenas por uma parte. In: Bakhtin, Mikail: *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad: Paulo Bezerra. 5ª edição. Forense universitária.

⁵ DaMatta. Roberto. *Carnavais, malandros e heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rocco, Rio de Janeiro, 1997.

⁶ Dias. Adriana Albert. *A malandragem da mandinga: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910-1925)*- tese de mestrado, 2004.

Antes, porém, de definir a malandragem como nociva ou não, em relação à ética trabalhista vigente, alguns pensadores entenderam a adaptabilidade do brasileiro e a capacidade de “dar um jeito” a tudo como uma falha moral. Seriam eles: Manuel Antonio de Almeida, em *Memórias de um sargento de milícias*, datado de 1852, imortalizando a possibilidade de um herói malandro, o primeiro, segundo Antonio Cândido⁷, coroado posteriormente por *Macunaíma* de Mário de Andrade, de 1928. Paulo Prado⁸ em 1928 afirma que nunca seria possível formar indivíduos alegres de colonizadores ambiciosos e nativos lascivos, gerando assim um povo forte e adaptável, mas sem orgulho nacional. Sérgio Buarque de Holanda⁹ em 1936, alerta sobre a natureza das relações sociais no Brasil, sendo o brasileiro sempre cordial¹⁰, mantendo suas relações baseadas em sentimentos, e não em regras sociais ou decoro, ficando sempre para segundo plano as relações indivíduo-Estado e em primeiro a de pessoa a pessoa. Acreditamos, dessa forma, que o malandro é uma figura presente no imaginário social brasileiro, mesmo antes da negativização de sua imagem em uma ética trabalhista.

A imagem negativa da malandragem consolidou-se com o final da escravidão, pois até esse momento o coletivo entendia trabalho como “coisa de preto”, porém sem os braços escravos para sustentar o país foi necessária uma inversão dessa idéia, passando-se a valorização do conceito de trabalho como coisa de homens de bem e honrados, condenando-se o tempo ocioso e o ato de vadiar. Sidney Chalhoub aponta que o tempo ocioso comum em nosso regime de trabalho escravista passa a ser visto como nocivo, fazendo de quem dispõe do mesmo alguém que parasita a sociedade, que não contribui com a mesma¹¹. Da mesma maneira, Elizabeth Cancelli aponta para mudanças em nosso código penal, que classificaria vadiagem como crime e estigmatizaria a maioria das pessoas de classe baixa como inclinadas ao crime, fator facilitado sem um regime de trabalho regular¹².

Com uma política trabalhista que não atendia a toda população e muitos vivendo ainda de trabalhos não-regulares, grande parte dos brasileiros encontrava-se em condições desfavoráveis de sobrevivência e tenderam a criar mecanismos de ajuda mutua e auto-preservação¹³ como meio de sobrevivência. Busca-se entender, portanto, se os Capitães da Areia¹⁴, bando de crianças órfãs e ladras de Salvador em meados do século XX, utilizariam dessas redes de ajuda mutua, ou cruzariam a linha que separa banditismo de malandragem, de acordo com Roberto DaMatta.

⁷ CANDIDO, Antonio. *“Dialética da malandragem”*. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

⁸ Prado, Paulo: *Retrato do Brasil, um ensaio sobre a tristeza brasileira*. Companhia das Letras. São Paulo, 8ª edição. 1997.

⁹ Holanda, Sérgio Buarque: *Raízes do Brasil*, 4ª edição. Editora da Universidade, 1963.

¹⁰ Acreditamos que salvaguardadas as diferenças entre o conceito de cordialidade proposto por Holanda e a malandragem em si, existe o entrelaçamento de ambos, a medida que o malandro mantém também suas relações sociais baseados em afinidades ou falta da mesmo, inclusive com o Estado.

¹¹ Sidney Chalhoub. *Lar, Trabalho e Botequim*. Unicamp. Sp. Campinas, 2001, segunda edição.

¹² Cancelli. Elizabeth. *A cultura do crime e da lei*. Edições humanidades. Série Prometeu. Universidade de Brasília 2001.

¹³ DaMatta. Roberto. *Carnavais, malandros e heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rocco, Rio de Janeiro, 1997

¹⁴ Tal romance é escrito em viagem do autor pelo México durante o ano de 1937, chegando ao Brasil no mesmo ano, de forte cunho militante, é queimado junto com outras obras do autor em Salvador e proibido no restante do país. Contando a história de crianças abandonadas vivendo num trapiche, vivendo de furtos e fugindo de um sistema penitenciário, e sendo seu líder Pedro Bala transformado em herói grevista ao fim da trama, foi considerado fortemente subversivo ao regime. In Amado. Zélia Gattai, João Jorge e Paloma. *Um baiano romântico e sensual, três relatos de amor*. Record. São Paulo - SP 2001

Capitães da Areia nos apresenta arquétipos de malandros, assim como contexto de sua existência. São vistos de diversas maneiras, por discursos distintos pertencente a classes sociais distintas. Hora vistos como órfãos levados à subversão para garantir sua existência, hora como bandidos e corruptores da ordem da sociedade. Sendo oriundos de famílias de classe baixa ou com subempregos¹⁵, tiveram seus pais mortos ou sem condições de sustentá-los, muitas vezes vistos como marginais ou bandidos, somente por serem seus pais desencaixados da ética trabalhista vigente. Sua realidade é de carestia: Frio, fome, medo. Alguns deles se destacam como arquétipos malandros, são eles: Boa Vida, personagem amigo de estivadores e doqueiros, que aprender a fazer samba e tocar violão, vive de suas amizades, furta somente quando acha que não contribui a muito com o grupo, caracteriza o malandro de sambista, de camisa listrada, e vive de música de maneira profissionalizada, como aponta Gilmar Rocha¹⁶. Outro forte arquétipo é representado por Gato, possuidor da elegância malandra, terno branco, camisa entreaberta, gravata de nó displicente e chapéu fragilmente equilibrado, seria o melhor possuidor do ethos malandro¹⁷ apontado por Gilmar Rocha, além de uma promessa na capoeira. Sem-Pernas, possuidor de uma grande amargura contra o mundo que nunca foi justo para com ele, e uma necessidade de vingança contra essa dor, aproxima-se da figura de Pedro Malasartes¹⁸, que amargurado pelas injustiças que um patrão desonesto impõe a seu irmão, só consegue paz de espírito ao vingar-se de quem lhe causou mal, sendo sua vingança feita através das brechas da lei ou subversão da mesma. Assim como Pedro Malasartes, também Sem-Pernas só alcançará a paz, realizando sua vingança. Por fim, Pedro Bala o líder do bando, representaria a romantização da malandragem, sem grandes traços imagéticos. Bala apenas possui muito dom para a capoeira e para o manejo da navalha, no entanto, sua teia de sociabilidade é sua característica mais forte de malandragem, providenciando o necessário aos seus. Acreditando que os pobres deveriam ter mais direitos, promove de maneira à Hobin Hood uma redistribuição de renda, além de que, aproxima-se de Leonardinho Pataca, ao ter sua vida transformada por um grande amor.

Ao analisarmos quatro possíveis arquétipos da malandragem, notamos que somente assim temos idéia do todo que formaria essa figura tão facetada: Somente admitindo a polissemia presente a tal figura, poder-se-á entendê-la como um todo.

Para Jorge Amado a malandragem também é esse amalgama de imagens, é mais do que o que vestir, mas como vestir: A displicência de um nó de gravata, um chapéu que “cai-não-cai”, um bom jogo de capoeira, o uso preciso da navalha, o uso do violão para fazer sambas e conquistas amores, a amizade, o amor pela cidade, a falta de trabalho regular, o delito quando necessário. Seriam essas as características da malandragem expressas por Jorge Amado, unidas na figura emblemática de Querido-de-Deus, que é mestre de capoeira, ogã do candomblé, navalhista, festeiro, e nem por isso tem uma descrição física em momento algum do livro, pois sendo um malandro completo, é

¹⁵ Amado, Jorge. *Capitães da Areia* p 14. Circulo do livro: Grandes da literatura brasileira, sem ano de publicação.

¹⁶ Rocha. Gilmar. *Navalha não corta seda - estética e performance no vestuário do malandro*. Artigo, revista: Tempo, 2005.

¹⁷ Rocha. Gilmar. *Navalha não corta seda - estética e performance no vestuário do malandro*. Artigo, revista: Tempo, 2005. O ethos malandro de acordo com Rocha, consiste no orgulho do bem vestir-se característico do malandro, sendo na grande maioria dos casos, seu maior e melhor bem material.

¹⁸ Estamos aqui aproximando o personagem Sem-Pernas de Pedro Malasartes que nos é apresentado por Roberto DaMatta. DaMatta. Roberto. *Carnavais, malandros e heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rocco, Rio de Janeiro, 1997.

imaginado e visto por cada leitor como a figura de malandro que cabe a sua imaginação¹⁹. Seria sua figura não descrita que reuniria em si todas as características da malandragem da obra²⁰.

Por fim, buscaremos responder se os Capitães da Areia são bandidos ou apenas malandros. Acreditamos que o bando é, em sua maioria, malandro, afinal suas teias de sociabilidade servem como mecanismos de auto-preservação, tais como as relações de compadrio de Roberto DaMatta²¹, constantemente porém atravessando a linha do banditismo, afinal, em grande maioria, seu sustento é gerado através de delitos.

Entendemos que a realidade brasileira em meados do século XX facilitaria a existência de bandos como os Capitães da Areia, sem ter quem garantisse seus direitos básicos -moradia, educação, alimentação-, preferiam unir-se para conseguir sobreviver, do que serem recolhidos a reformatórios ou orfanatos, que de acordo com a trama promoviam maus-tratos, como apontado por Amado: “*Eu queria que seu jornal mandasse uma pessoa ver o tal reformatório para ver como são tratados os filhos dos pobres que tem a desgraça de cair nas mãos daqueles guardas sem alma.(...)Eu prefiro ver meu filho no meio deles [Capitães da Areia] que no tal reformatório.-carta de Maria Ricardina, costureira, publicada na quinta pagina do jornal sem destaque*”²².

Concluimos, portanto, que a maioria da existência dos meninos da obra de Jorge Amado seria uma existência de malandragem, de brincadeiras, e de liberdade pela cidade de Salvador, aprender capoeira, dançar nas festas do candomblé, andar gingado, tecer mecanismos de auto-preservação e boas relações de amizade. No entanto, como a maior parte de seu sustento não vem de doações ou caridade e sim dos furtos que cometem, eles sim atravessam a tênue linha que Roberto DaMatta diz existir entre banditismo e malandragem. Dessa maneira o bando Capitães da Areia, está em constante trânsito entre a ordem e desordem, na Bahia do século XX.

¹⁹ Tal afirmação é uma teoria nossa em relação a leitura da obra, uma vez que como apontado, não existe nenhuma descrição física de Querido-de-Deus, mas muitas descrições a cerca de suas atividades, a maioria, caracterizadas como atividades da malandragem

²⁰ Em diversos momentos durante o romance, através da voz do narrador, Jorge Amado refere-se a algum traço da malandragem, portanto, as características apresentadas, estão todas presentes ao longo do texto, e não unidas, conforme desenrola-se a trama, o autor revela os traços da malandragem a seus leitores, in: Amado, Jorge. *Capitães da Areia* p 14. Circulo do livro: Grandes da literatura brasileira, sem ano de publicação.

²¹ DaMatta. Roberto. *Carnavais, malandros e heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rocco, Rio de Janeiro, 1997.

²² Amado, Jorge. *Capitães da Areia* p 14. Circulo do livro: Grandes da literatura brasileira, sem ano de publicação. pp 18.

A EXPERIÊNCIA DOS AFRICANOS LIVRES NO PARANÁ PROVINCIAL

Aluna: Clara Lume Dola Cunha

Orientadora: Joseli Maria Nunes Mendonça

Palavras-chave: africanos livres – obras públicas- Paraná provincial

O presente trabalho desenvolve e aprofunda uma pesquisa anterior, realizada no Programa de Iniciação Científica, e tem como objetivo investigar aspectos relacionados à vida e ao trabalho dos africanos livres no Paraná, principalmente a inserção que tiveram nas obras públicas da província, entre 1853 – ano de emancipação da província – até 1865, quando esta categoria social deixa de existir oficialmente.

Para realizar esta pesquisa, além das leituras sobre a temática, consultamos correspondências entre autoridades da província, como ofícios de chefes de política, diretores de aldeamentos e colônias militares ao Presidente de Província. Toda esta documentação encontra-se disponível no Arquivo Público do Paraná que tem, para facilitar a pesquisa dos historiadores, catálogos nos quais estão compilados os documentos existentes no acervo do Arquivo Público.¹

Os africanos livres formavam uma categoria social, criada durante o exercício do tráfico ilegal de escravos africanos, entre 1810 e 1850.² Era um grupo, portanto, originado das apreensões feitas de navios negreiros que exerciam o tráfico ilegal de escravizados e, dessa forma, tinham sua “carga” aprisionada e trazida ao Brasil. Esses africanos apreendidos, ao chegarem ao país, eram emancipados, mas ficavam 14 anos sendo tutelados pelo Estado sob a justificativa de que necessitavam de uma adaptação para a liberdade, assim, foram submetidos a trabalhos compulsórios, por se considerar o trabalho uma condição para a sua autonomia. Por isso, sua história se relaciona à do tráfico no século XIX. É disso que tratamos em nosso primeiro capítulo.

Desde o início século XIX, Portugal, e mais tarde o Brasil, encontravam-se compelidos a buscar estratégias que respondessem aos anseios do governo britânico pelo fim do tráfico de escravos africanos, mas que também se adequassem à manutenção das instituições nacionais, uma vez que as estruturas política, social e econômica do Brasil se assentavam sobre a escravidão.³ Isso porque, no contexto das guerras napoleônicas, quando Portugal viu-se ameaçado pela invasão francesa, contou com o apoio financeiro e militar da Inglaterra, o que evitou a concretização da ameaça. A partir de então, Dom João passou a depender das tropas inglesas para defender Portugal dos franceses e da marinha inglesa para defender o Império ultramarino português. Dessa maneira, o governo britânico e viu em vantagem para fazer exigências comerciais e políticas ao governo português instalado no Brasil.⁴

Em decorrência disso, já em 1810, apenas dois anos após a chegada da família real Portuguesa ao Brasil, Portugal, sendo signatário do Tratado de Alianças e Amizade, se comprometia com a Inglaterra a promover a gradual abolição do tráfico de escravos em seus domínios. Nesse tratado o Príncipe Regente brasileiro se comprometeu também a

¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Catálogo Seletivo de documentos referente aos africanos, afrodescendentes livre e escravos no Paraná provincial: 1853-1888. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/45237184/catalogo-afro>

² MAMIGONIAN, Beatriz. “Revisitando a ‘transição para o trabalho livre’: a experiência dos africanos livres”. In: FLOENTINO, Manolo (org). *Tráfico, cativo e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p 408.

³ CONRAD, Robert E. *Os Últimos anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1978. p 09.

⁴ BETHELL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade : Britain, Brazil and the slave trade question : 1807-1869*. Cambridge: Cambridge at the University Press, 1970. p 29.

manter o tráfico somente com os territórios africanos que lhe pertencessem ou sobre os quais Portugal tivesse “legítimas intenções”.⁵

Nos dois anos que se seguiram à assinatura do tratado, mais de dez navios negreiros portugueses foram aprisionados pela Marinha Inglesa. Isto causou divergências, já que as capturas ocasionavam grandes prejuízos aos portugueses. Tais desacordos foram resolvidos no Congresso de Viena em 1815, no qual a Inglaterra se comprometia a indenizar o Império Português e perdoar a dívida que tinha - adquirida com a vinda da Família Real ao Brasil - com um condicionante: que ao norte do paralelo do Equador o tráfico de escravos fosse abolido. Assim a Inglaterra conseguiu seu intento: proibir o tráfico transatlântico onde era mais intenso e a Portugal restou contentar-se apenas com a possibilidade de traficar africanos ao sul da linha do Equador.⁶

Em 1817, aconteceu então uma convenção adicional que serviu como uma regulamentação dos pontos acordados em 1815, dos quais, em seus itens principais se lia que o novo acordo previa o direito recíproco de visitas aos navios tanto brasileiros quanto ingleses que fossem suspeitos de tráfico de africanos; além disso, previa a indenização por apresamentos indevidos; a proibição de apresamentos em águas territoriais de ambas as nações e também a criação de comissões compostas pelos dois países signatários instaladas em Serra – Leoa, Londres e Rio de Janeiro.⁷ E em 1818 foram ratificados os tratados acordados em 1815 e 1817 por um Alvará assinado por D João IV no Brasil.⁸

Em 1822, com a independência do Brasil, o tráfico português tornou-se ilegal, já que era proibido transportar escravos para fora dos domínios lusitanos. Porém para o Brasil, nenhuma restrição existia, já que o país não havia assinado nenhum tratado nesse sentido com a Inglaterra. Mas para que a Grã Bretanha reconhecesse a independência do Brasil, era necessário que a nova nação se comprometesse formalmente a abolir o tráfico de escravos. Dessa maneira, D. Pedro I assinou, em 1826, o tratado anglo-brasileiro que, ratificado em 1827, previa a abolição do tráfico de escravos num prazo de três anos, dispondo que a partir de 1831 o tráfico de escravos seria considerado e julgado como pirataria.⁹

Antes, entretanto, que as disposições do tratado fossem colocadas em prática, o Parlamento brasileiro aprovou, em 1831, uma lei que determinava a liberdade a todos os escravos que chegassem ao Brasil a partir de sua vigência.

Fosse em razão dos tratados restritivos ao tráfico, fosse em razão da lei de 1831, vários navios negreiros foram abordados na atividade ilegal de transporte de africanos. Estes navios tinham sua “carga” apreendida e trazida ao Brasil. Em caso de condenação da embarcação, os africanos apreendidos seriam considerados livres e deveriam ser assistidos pelas autoridades brasileiras a fim de que não fossem novamente escravizados.¹⁰

Dessa maneira, quando desembarcavam no Brasil - e ainda não tinham sido vendidos como escravos - eram considerados juridicamente livres, mas eram submetidos à tutela do Estado por pelo menos 14 anos, já que se pensava que a adaptação e a capacitação desses africanos livres para a liberdade deveria ser feita com a submissão ao trabalho

⁵ RODRIGUES, Jaime. **O Infame Comércio - propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, p 97.

⁶ BETHELL, *Op. Cit.*, p 34.

⁷ RODRIGUES. *Op. Cit.*, p 98.

⁸ BETHELL. *Op. Cit.*, p 38.

⁹ *Idem*, p 50 -71.

¹⁰ MOREIRA, Alinnie Silvestre. **Liberdade tutelada: os africanos livres e relações de trabalho na fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da estrela/RJ (c.1831-c.1870)**. Campinas/SP, 2005. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, p 23.

compulsório.¹¹ Os africanos podiam ser entregues a concessionários particulares, partícipes da elite do Império ou ainda podiam ser destinados às empresas do governo.¹²

Nesta pesquisa, detivemos nosso foco àqueles que foram destinados às obras públicas da recém-criada província do Paraná. Para isso, em nosso segundo capítulo, tratamos de algumas obras importantes no período posterior à emancipação da província, abordando também o contexto histórico no qual a emancipação ocorreu, o que situa nosso trabalho num recorte temporal e espacial mais específico, qual seja o período de 1853 a 1865.

Em 1853 foi aprovada a lei que determinava a criação da Província do Paraná, dando-lhe os limites da Comarca de Curitiba e estabelecendo esta cidade como capital provisória, até que se dispusesse a nova Assembléia Provincial.¹³

Criada a nova província, a tarefa era, a partir de então, construir e instalar recursos que garantissem seu povoamento e a proteção das fronteiras. Por isso se fazia importante a construção de estradas, para a facilitação da comunicação intraprovincial, além de outros empreendimentos que viabilizassem tais objetivos, entre eles as colônias militares e os aldeamentos indígenas, necessários para organizar a nova província.

Os aldeamentos indígenas, bem como as colônias militares, faziam parte da política imperial de expansão econômica bem como de segurança territorial nas fronteiras do país, no entanto, eram administrados pelos governos provinciais.¹⁴

E é aí que se insere o trabalho dos africanos livres, objeto de análise do nosso terceiro capítulo: uma experiência específica de trabalho era a daqueles que eram destinados às obras públicas.

Segundo Mamigonian, tal experiência era diferente da dos africanos livres cedidos a particulares, mas, como aqueles, estes também não estavam livres da política de trabalho compulsório levada adiante pelo governo imperial. Por trabalharem lado-a-lado com os escravos da nação, muitas vezes eram com eles confundidos. A autora chama atenção para o fato de que

“os africanos nas instituições públicas não tinham a figura ‘senhorial’ de um concessionário; ao contrário, eles trabalhavam sob as ordens de administradores e feitores que também lidavam com escravos e trabalhadores livres.”¹⁵

Na análise de nossas correspondências, percebemos que os termos utilizados nem sempre eram exatos e que os africanos livres podiam ser denominados como “escravos da nação”, africanos ou simplesmente negros. Essa imprecisão na terminologia a eles referida, pudemos denotar, dava-se pelo fato de, muitas vezes, suas condições sociais se assemelharem.

Nas fontes, encontramos as formas de participação que os africanos livres tiveram na construção de obras públicas, importantes para povoamento e proteção da província, exemplo do emprego de seus serviços na construção de estradas, como a própria estrada da Graciosa.

¹¹ BERTIN, Enidelce. **Africanos livres emancipados e a experiência da liberdade controlada**. 3º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. (Caderno de resumos)

¹² MOREIRA. *Op. Cit.*, p 28.

¹³ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. p 109.

¹⁴ MAMIGONIAN. *Op. Cit.*, p 400

¹⁵ *Idem. Op. Cit.*, p 401.

Através delas pudemos perceber as experiências desses sujeitos na realização de tarefas cotidianas dos empreendimentos. Muitas das correspondências oficiais, trazem um aspecto bastante recorrente à vida desses trabalhadores, as transferências entre empreendimentos imperiais. É o que se percebe nos ofícios de solicitação de africanos livres ou ainda, em relatórios de províncias. Muitas vezes, essas transferências aconteciam pelo fato de em alguns lugares, os africanos livres terem se especializado em algum ofício. A exemplo deste tipo de ocorrência temos o ofício do Major Comandante da colônia militar de Jataí, ao Vice-presidente da província, do ano de 1856. Nesta comunicação, a autoridade reclama que, tendo em vista a transferência para o aldeamento indígena de africanos que exerciam o trabalho de ferreiro no Jataí, a colônia militar passara a ter problemas, pois precisava de ferreiros para suprir as demandas que tinha.¹⁶

Embora, apareça com pouca frequência na documentação, essas transferências também trazem outro aspecto da vida dos africanos livres: o da sua organização familiar. Notamos, portanto a possibilidade de se estabelecer laços familiares que muitas vezes eram desfeitos pelas constantes trocas de locais de trabalho.¹⁷

Da mesma forma, as fontes trabalham aspectos da legislação anti-tráfico, trazendo a importância e os esforços empregados no combate ao desembarque de africanos ilegalmente escravizados no porto de Paranaguá¹⁸.

Depois do ano de 1864, as fontes mais recorrentes fazem referência à emancipação destes trabalhadores que, para receberem suas cartas de emancipação foram enviados à capital da província, acompanhados de alguém de confiança do estabelecimento em que trabalhavam.¹⁹ Isso se dá pelo fato de nesse ano ter sido promulgada uma lei que determinava a emancipação de todos os africanos livres, determinando o fim legal da categoria.

Mamigonian indica que o fato de os africanos livres serem mantidos como trabalhadores forçados em instituições públicas pela mesma administração que deveria ter fomentado seu tratamento como trabalhadores livres era justificado - no começo dessa experiência - pela necessidade de proteção dos africanos recém chegados durante um período de adaptação. Esta “adaptação”, entretanto, acabou por se tornar um engajamento permanente, relacionado à contínua necessidade do governo do Império de manter africanos livres sob estrito controle, pois eram considerados perigosos para a ordem social.²⁰

Desta maneira, concluímos que, a partir dessa pesquisa foi possível pensar que apesar das leis emancipacionistas, o Império era escravista e por isso tentava enquadrar os africanos livres na ordem e na submissão, tendo como horizonte a manutenção e o fortalecimento da escravidão. É exatamente esse o dilema em que o Estado brasileiro se colocava: o de aceitar essa categoria de trabalhadores como resultado da política internacional de combate ao tráfico e ao mesmo tempo, manter a escravidão. Essa contradição estava expressa também na liberdade presente na nomenclatura dessa categoria. Embora houvesse leis que procurassem distingui-la dos escravos, a prática mostrou as muitas semelhanças entre os dois grupos.

Além disso, o trabalho desenvolvido nos permitiu abordar - através de fontes primárias aliadas à bibliografia referente ao tema - a fundamental participação desses trabalhadores compulsórios nos empreendimentos do governo, como colônias militares e aldeamentos indígenas para viabilizar o povoamento e a preservação das fronteiras na nova

¹⁶ Departamento de Arquivo Público do Paraná (DAEP). AP 0033, vol.09, pp. 260 - 267. 1856.

¹⁷ DEAP. AP 79, vol. 12, p 123. 1859

¹⁸ DAEP. AP 0144, vol. 15, p 96. 1862.

¹⁹ DAEP. AP 0212, vol. 16, pp 24 - 26. 1865

²⁰ MAMIGONIAN. *Op. Cit.*, p 410.

província, permitindo-nos compreender ainda melhor as relações de trabalho no Brasil oitocentista, bem como das relações do Estado com a escravidão e com a liberdade.

SOBRE VÍTIMAS E ALGOZES: JOAQUIM MANUEL DE MACEDO E A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XIX

Aluno: Eduardo da Cruz

Orientadora: Joseli Maria Nunes Mendonça

Palavras-chave: Joaquim Manuel de Macedo, Vítimas-Algozes, História da Escravidão

O presente estudo busca interpretar o romance *As Vítimas-Algozes: Quadros da Escravidão*¹ (1869), de Joaquim Manuel de Macedo, considerando o contexto social e político brasileiro do final da década de 1860, no que se refere à escravidão e às propostas emancipacionistas que emergiam no período. Tendo sido publicada em fins da década de 1860, a obra de Macedo insere-se em um momento crucial no que diz respeito aos rumos da escravidão no Brasil. Analisando, portanto, estes quadros da escravidão à luz do contexto histórico no momento em que eram pintados, buscamos entender as intenções do autor, bem como seu posicionamento em relação aos debates em torno de projetos referentes a reformas na escravidão. Buscamos também considerar a produção da obra no contexto das tensões nas relações entre senhores e escravos.

Joaquim Manuel de Macedo nasceu no dia 24 de junho de 1820, portanto, dois anos antes da Independência do Brasil. Seus anos de formação transcorreram durante o Primeiro Reinado e a Regência, momento de transição por excelência, e sua obra toda tem lugar no II Reinado, período de estabilização política e de formação cultural no Brasil. Além de médico e literato, teve uma vida bem sucedida como homem público, sendo jornalista político, suplente em duas legislaturas na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro foi 1º Secretário e orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e teve um emprego público no Colégio Pedro II. Foi também como deputado provincial no Rio de Janeiro e deputado geral.²

Tania Rebelo Costa Serra divide a carreira literária de Macedo em duas fases: a primeira a do Macedo “das mocinhas”, caracterizada pela evasão crítica e pela identificação com o público; a partir de 1867, a segunda fase, seria a do Macedo “dos adultos”, no qual a evasão é substituída por uma crítica social contundente, que vai contra a expectativa de seu leitor tradicional.³ Publicada em 1869, *As Vítimas-Algozes: Quadros da Escravidão*, certamente, insere-se na segunda fase. Foi esta obra um dos primeiros trabalhos literários a divulgar o lado negativo da instituição da escravatura.⁴

Vítimas-Algozes reúne, em um volume, três narrativas independentes: Simeão, o crioulo, Pai Raiol, o feiticeiro e Lucinda, a mucama. Nestas novelas, Macedo narra crimes escabrosos cometidos por cativos contra seus senhores e suas famílias. A primeira narrativa conta a história de Simeão, o “escravo-serpente”, um crioulo que cresceu sob o jugo da escravidão que o tornou capaz de cometer medonhos crimes. Em *Pai-Raiol, o feiticeiro*, a história é semelhante à primeira, ou seja, trata de um escravo perverso, cruel e assassino, mas agora com outra característica: ele é também feiticeiro. E, por fim, *Lucinda, a mucama* que apresenta outro tipo de violência: a violência moral. Assim, enquanto

¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas-Algozes: quadros da escravidão*. Fundação da Biblioteca Nacional – Domínio Público. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2134. Acesso em: 19 de nov. 2011.

² SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos, a luneta mágica do II Reinado*, 2ªed., Brasília Editoria Universidade de Brasília, 2004, p. 23.

³ Idem, p.24.

⁴ CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*, Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp, 2001, p. 342.

escrevia, Macedo buscava retratar a degradação provocada pela escravidão nos cativos e, ainda mais, as consequências dela para os próprios senhores.

A forma de contar as relações de escravidão na obra de Macedo não se dissocia de um sentimento que se distinguia na sociedade brasileira daquele contexto: a percepção do escravo perigoso, contra o qual era preciso se prevenir. No trabalho realizado, buscamos estabelecer essa relação, entre a literatura produzida por Macedo e a história por ele vivida, inserindo a obra literária em seu contexto histórico. Assim, procuramos identificar as intenções do autor e os posicionamentos que assumiu frente aos acontecimentos de sua época⁵.

Dessa maneira, nosso trabalho aborda a literatura na perspectiva da História Social. Esta possibilidade nos foi sugerida por Sidney Chalhoub, para quem a literatura, para os historiadores, pode assumir o papel de um testemunho histórico, informando sobre o contexto social e sobre o lugar que o autor ocupa neste contexto. Partindo dessas premissas teórico-metodológicas, o primeiro passo foi interrogar a obra inserindo-a em seu contexto de produção – o que significa dizer, considerar a obra como evidência histórica, que está situada em um determinado processo histórico e, portanto, deve ser interrogada adequadamente.⁶

Assim, tratamos a literatura como expressão de uma visão de mundo própria de um determinado tempo. Em outras palavras, ao mesmo tempo em dialoga com a sociedade em movimento, a literatura também testemunha um passado – independente de seu estilo ou subjetividade inerente. Em suma, na intenção de se tomar a literatura como objeto de análise, optamos por interrogá-la no sentido de apreender “a forma como esta constrói ou representa a sua relação com a realidade social”⁷. Tendo estes aspectos em vista, focamos a relação da obra literária com a sociedade e a política, especificamente o debate político sobre os rumos da escravidão, nos anos finais da década de 1860.

Pretendendo interpretar a obra de Macedo, no capítulo 1 tratamos de analisar as novelas que compõem *Vítimas-Algozes*. Nesse momento inicial nos deparamos com Simeão, filho de escravos que aos dois anos se viu órfão, após perder a mãe. Seus senhores, Domingos Caetano e Angélica, acabaram criando o crioulo como filho adotivo, passando a nutrir por ele um sentimento muito forte. Sendo assim, apesar de ser escravo, Simeão cresceu sem hábito de trabalho e possuía uma vida repleta de facilidades. Nada disso, no entanto, impediu-o de trair a confiança da família senhorial, roubar, mostrar ingratidão e perversidade, até o ponto de matá-los em busca de liberdade e dinheiro. Assim, Macedo destacava a ideia de que não existiam benefícios capazes de neutralizar o ódio que os escravos nutrem por seus senhores, nem mesmo o zelo da criação.

Na segunda novela encontramos Pai-Raiol, africano feiticeiro que acabara de chegar ao seu quinto cativo, após ser comprado em um lote de escravos por Paulo Borges, próspero fazendeiro que passou a viver a fase mais triste de sua vida. O africano era dono de má reputação, e, embora parecesse mais calmo, fatigara-se dos açoites e concentrara seus ódios a todos os brancos e a todos os senhores. Vivia em uma senzala solitária, onde nutria o ódio e pensava sobre os mais terríveis e eficazes métodos para satisfazer sua vingança contra o senhor. Pai-Raiol causava danos à fazenda de Paulo Borges contaminando os campos e pastos, provocando a morte de vários animais. Para

⁵ ALVES, Marcos Francisco. “História e Literatura em diálogo: representações da escravidão em Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, nº. 2, dezembro de 2010, p. 8. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-10-01.pdf>. Acesso em: 20 de nov. 2011.

⁶ CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 6.

⁷ Idem, pp. 7-8.

fazer um mal ainda maior, no entanto, o africano precisou da ajuda da crioula Esméria, que seduziu o fazendeiro e conseguiu acesso total à casa senhorial – até o ponto de tomar o lugar de sua senhora. Juntos, então, os escravos nutridos por ganância e ódio tramaram a morte dos pequenos filhos de Paulo Borges e de sua esposa.

Por fim, na terceira novela, nos deparamos com Lucinda, a mucama que contava com seus 12 anos quando entrou no lar de sua senhora-moça Cândida. A escrava, “filha da mãe fera”, era uma “uma vítima da opressão social, uma onda envenenada desse oceano de vícios obrigados, de perversão lógica, de imoralidade congênita, de influência corruptora e falaz, desse monstro desumanizador de criaturas humanas, que se chama escravidão”.⁸ E trazia toda essa corrupção para perto da sinhá-moça, dando a ela várias lições de imoralidade. Nesta novela, portanto, Macedo deixou de lado o retrato da violência física preponderante nas duas primeiras novelas, para ressaltar a violência moral provocada pela escravidão.

Ao fim de cada um de seus “quadros da escravidão”, Macedo apresentava uma conclusão que sempre clamava pela mesma coisa: o fim da instituição. Mais do que isso, Macedo considerava que os senhores não poderiam se queixar desses crimes, pois a culpa da escravidão, deste grande mal, era mais deles mesmos do que dos escravos; pois os países que mantinham a escravidão eram os culpados “pelo aviltamento, a ignomínia, a torpeza e a corrupção”⁹ que se insere no seio de suas famílias.

Assim, a partir dessa abordagem, percebemos claramente a visão de Joaquim Manuel de Macedo acerca da escravidão no Brasil. Para o autor, era preciso acabar com a escravidão, pois os homens obrigados a viver como cativos representavam uma ameaça à sociedade, impondo a violência física e moral. Sendo assim, através da análise de suas novelas, percebemos que Macedo procurava convencer os senhores da necessidade de colocar-se um fim à escravidão, argumentando não com razões puramente humanitárias, mas, sobretudo ressaltando os perigos a que ficavam expostas as famílias que possuísem cativos, considerados inimigos naturais de seus senhores.

No capítulo 2, analisamos o contexto no qual a obra foi produzida e publicada. Enfocamos os debates em torno dos projetos referentes à escravidão e, por meio da historiografia, abordamos a inquietação crescente e o temor da rebeldia e da criminalidade dos escravos. Como dito, a obra *Vítimas-Algozes* foi publicada em 1869 e, sendo assim, situa-se em um período em que se discutiram projetos emancipacionistas cujas propostas, posteriormente, resultariam na Lei de 1871 que libertava os filhos recém-nascidos de escravas¹⁰, mas, mais que isso, trazia a noção de que a escravidão perdia suas forças.

Portanto, com o objetivo de analisar este período, abordamos os debates ocorridos dentro do Conselho de Estado nas sessões de 2 e 9 de abril de 1867 – convocadas, por Dom Pedro II, para o estudo da escravatura e da realidade nacional. Para servir como base para esta discussão, o governo anexou os projetos de Pimenta Bueno – trabalho feito por encomenda do imperador e que contou com um programa de reformas, composto por cinco pontos, prevendo “o nascimento livre, o estabelecimento de conselhos provinciais de emancipação, registro dos escravos e a libertação dos escravos de propriedade do estado em cinco anos e os dos conventos em sete”.¹¹

Esses debates são reveladores do pensamento dos titulares do Conselho de Estado em relação à questão da escravidão e como deveria ocorrer o processo de modificações dessa instituição. Aqui podemos destacar algumas opiniões como a do Visconde de

⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas-Algozes*, p. 90.

⁹ Idem, p. 93.

¹⁰ CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 88.

¹¹ Idem, p. 94.

Jequitinhonha para quem os debates deveriam ser tratados “senão com muita cautela e reserva de modo que a emancipação seja muito gradual e lentamente realizada”¹². Esta opinião era compartilhada com seus outros colegas, pois a abolição direta, de uma só vez, não era vista com bons olhos. Nesse sentido, concordamos com o historiador José Honório Rodrigues, que identifica “a idéia de aceitar a emancipação é unânime, embora uns a desejem mais imediatamente do que outros”.¹³ Assim, podemos perceber como as reformas dentro da escravidão iam sendo pensadas e moldadas por esses políticos.

A partir da análise desse contexto, percebemos o aumento de debates acerca da escravidão, pelos quais transparecem os posicionamentos políticos que vinham sido tomados. Com o envolvimento de Dom Pedro II, mostrando um ímpeto emancipacionista, identificamos também um aumento do debate público sobre a escravidão. Nesse sentido, nos perguntamos: Quão impactante para os proprietários de escravos teria sido o fato de o próprio imperador demonstrar tendências emancipacionistas e considerar que as reformas na escravidão eram questão de tempo e oportunidade?

Primeiramente, cabe ressaltar como as relações dentro da escravidão geravam tensões violentas que redundavam em crimes de sangue – como a historiadora Maria Helena Machado afirma, esses atos de violência se apresentavam como “subprodutos da dinâmica de trabalho, refletindo o estrangulamento das possibilidades acomodativas do sistema”.¹⁴ Assim, a rebeldia dos escravos e, conseqüentemente, o medo dos senhores relacionavam-se com a intensificação da exploração do trabalho (pela expansão da economia cafeeira, que exigia mão-de-obra) e ao tráfico interprovincial. Se ainda, como Machado afirmou¹⁵, desde sempre os senhores temiam seus escravos, a partir do reconhecimento de que viviam os últimos anos de escravidão, parece justo afirmar que o medo tornou-se ainda maior.

Somamos a essa noção o fato de Macedo retratar em sua obra vários crimes perpetrados por escravos contra seus senhores e, portanto, vimos a necessidade de buscar na historiografia essa inquietação. Buscamos, então, identificar esses crimes e encontramos na virada das décadas de 1860 e 1870 uma crescente preocupação das autoridades com as ações de rebeldia dos escravos. Crimes estes que sempre existiram, mas que passaram a acontecer em maior número, apontando, assim, para as crescentes dificuldades de se manter uma disciplina de trabalho dentro das relações escravistas – em vista da grande concentração de negros, mas, também, dos debates mais intensos que destituíam a escravidão de seu caráter absoluto. Ao passo que aumentavam os crimes, crescia a preocupação e o medo em relação aos escravos.¹⁶

A partir dessas considerações constatamos o misto de medo, incerteza e, até, impotência que ia caracterizando esse período. O momento em que a escravidão ia sendo desacredita pelo fortalecimento de ideias emancipacionistas – primeiramente por debates dentro do Conselho de Estado que ganharam um alcance público até a concretização e decreto da Lei de 1871 que indicava o enfraquecimento da escravatura.

A importância das análises feitas nesse segundo capítulo reflete diretamente nas interpretações realizadas no terceiro capítulo de nosso trabalho – no qual buscamos

¹² RODRIGUES, José Honório. “Atas do Conselho de Estado. Direção geral, organização e introdução de José Honório Rodrigues”. Brasília, Senado Federal, 1973-1978, p. 9. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2011.

¹³ Idem, p. 10.

¹⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: EDUSP, 1987, p. 125

¹⁵ Idem, p. 35.

¹⁶ AZEVEDO, Célia M. M. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003, pp. 180-181.

identificar as intenções do autor ao publicar a obra, as suas representações das relações entre senhores e escravos e a análise dos posicionamentos de Macedo à luz da historiografia. Para procurarmos os posicionamentos e as ideias defendidas, dentro de *Vítimas-Algozes*, começamos dando voz ao autor que define seu objetivo primário como sendo:

Trabalhar no sentido de tornar bem manifesta e clara a torpeza da escravidão, sua influência malvada, suas deformidades morais e congênicas, seus instintos ruins, seu horror, seus perigos, sua ação infernal, é também contribuir para condená-la e para fazer mais suave e simpática a idéia da emancipação que a aniquila.¹⁷

Trecho de grande importância na medida em que expressa claramente a intenção principal de Macedo ao escrever seu trabalho. Primeiramente, como já dito, procura trazer à discussão os males provenientes da escravidão. Mostra, também, o posicionamento do autor em defesa da emancipação. Macedo, além disso, ainda dividia uma visão muito parecida com os membros do Conselho de Estado ao mostrar-se contra a emancipação imediata e absoluta dos escravos que, segundo ele, “seria louco arrojo que poria em convulsão o país”¹⁸. Nesse mesmo sentido, o autor ainda defende a emancipação gradual iniciada pelos ventres livres das escravas – ora, proposta que estava presente dentro dos projetos de Pimenta Bueno. Macedo manifestou-se, assim, em relação a várias das questões que haviam sido colocadas em debate no Conselho de Estado.

Ao passo, então, em que esclarecia algumas de suas opiniões sobre a instituição escravista, inserindo-se no debate travado naquele final da década de 1860, Macedo propunha tomar a literatura como meio para convencer os proprietários da necessidade de promover a emancipação lenta e gradual. Assim, ao retratar a experiência escravista através de todos os males cometidos pelos escravos contra seus senhores, acreditamos que o autor estivesse manipulando a inquietação e, conseqüentemente, o medo que vinha crescendo na população livre do Brasil a fim de alcançar seus objetivos emancipacionistas.

Como alertava Macedo, “o escravo condenado à ignomínia dá o fruto da ignomínia à sociedade que o oprime, e pune a opressão, corrompendo o opressor”¹⁹. Essa, para Macedo, era a lógica do sistema que ele combatia com seu livro. Os escravos são oprimidos pela escravidão e punem essa opressão corrompendo os senhores e suas famílias – que agem como opressores. Assim, parece justo afirmar que para Macedo os dois personagens principais: os senhores e os escravos dividiam os papéis de vítimas e algozes.

Em meio às vítimas e aos algozes, Macedo “quis colaborar, como romancista”²⁰ – como nota Evaristo de Moraes – e, assim, utilizou de sua literatura para clamar pelo fim da escravidão, um fim prudentemente encaminhado, por meio de medidas paulatinas. Ao dar vida aos seus escravos perigosos e odiosos, o autor esforçou-se para convencer aos proprietários de cativos de que estava em seus próprios interesses auxiliarem o Estado na obra da emancipação. Desse modo, foi capaz de levar para dentro da literatura um assunto de grande importância para o Brasil, que foram seus retratos e reflexões sobre a instituição escravista e seus futuros rumos dentro de nosso solo.

¹⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas-Algozes: Quadros da Escravidão*. São Paulo: Ed. Scipione/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991 [1869], p.4.

¹⁸ Idem, p. 3.

¹⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas-Algozes*, p. 115.

²⁰ MORAES, Evaristo. *A Campanha Abolicionista (1879-188)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 319.

O IMPÉRIO DAS POLÍCIAS: FEDERALISMO E ESTADO UNITÁRIO NO IMPÉRIO DO BRASIL (1831-1850)

Aluna: Cássia Renata Scherer Lino

Orientador: Luiz Geraldo Silva

Palavras-chave: império, polícia, regência

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a criação de forças policiais em cada província durante o período regencial (1831-1840). Este foi marcado pelo enfraquecimento do poder central e pela promulgação do Ato Adicional (1834), que permitiu a criação daquelas forças. Ao restringir o estudo aos corpos policiais, pretendo discutir seu impacto na relação entre as províncias e o Estado unitário. Para responder tal problemática, primeiramente é necessário compreender o próprio significado do que é ser policial na época estudada.

A concepção da palavra *polícia* durante os séculos XVIII e XIX estava relacionada à própria ideia de civilização, desenvolvida a partir do século XVI. Nesta época novas formas de sociabilidade estavam se configurando. ¹As relações entre os indivíduos e sociedade modificaram-se com o intuito de atingir o aperfeiçoamento humano. Ou seja, vai se construir a imagem de um “homem civilizado” que se autocontrola e racionaliza-se como uma das regras essenciais para se conviver em sociedade. Nesse contexto, a polícia adquire importância como um exemplo de civilidade pelo fato de representar o controle sobre os indivíduos que não se encaixam nessa sociedade, restando ao policial fiscalizar e punir as pessoas que não cumprem as determinadas regras sociais de convivência.

Com o auxílio da Constituição Brasileira de 1824, dos Relatórios dos Presidentes das Províncias, das leis imperiais, dos debates no Senado do Império, podemos refletir e repensar novas possibilidades de interpretação do papel dos corpos policiais nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Estas foram escolhidas devido à sua participação em processos fundamentais da história brasileira no século XIX, especificamente, a Independência (1822) e a Abdicação (1831).

A história da província de Minas Gerais está ligada à descoberta do ouro, em fins do século XVII, que trouxe significativas alterações estruturais para toda a América portuguesa. Um exemplo disso foi o deslocamento do eixo econômico para o Centro-Sul, o surgimento e crescimento das cidades mineiras, o aumento da população na província, dentre outros aspectos. Ademais, esta província apresenta a particularidade de possuir a maior população de escravos do império. ²

Uma interessante discussão proposta por Fragoso³ refere-se ao fato de o declínio do ouro não representou uma diminuição nas atividades ligadas ao mercado interno. Ao contrário, elas crescem e adquirem uma dimensão cada vez mais inter-regional passando a alimentar mercados de outras regiões, no caso o Rio de Janeiro. Aliás, ambas as províncias á estabeleciam uma relação profunda devido ao litoral carioca servir de escoamento para a mineração.

¹ Para o estudo do significado da palavra polícia foram utilizados três dicionários: BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, arquetônico. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728; SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1789; PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto Tipografia de Silva, 1832.

² SILVA, A. R. C. Identidades políticas e emergência do novo estado nacional. In: JANCSÓ, István (Org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, pp. 527.

³ FRAGOSO, J. L.R. *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, pp. 125.

Na época da Independência (1822) a província desempenhou um papel fundamental quando o futuro Imperador buscou apoio político para a sua consolidação no governo do Brasil. Com isso, Minas Gerais ligou-se definitivamente ao cenário nacional juntamente com o Rio de Janeiro e São Paulo.

A província mineira teve uma importante participação nos dias anteriores à abdicação de Pedro I (1831), que buscou garantir alianças políticas no território mineiro. Porém, o resultado não saiu como esperava o que acabou impactando no seu governo em nível nacional.

Ao levarmos em conta o período estudado, a província do Rio de Janeiro configura-se como objeto de estudo essencial, pois era a capital do Reino Unido (1815-1822) e, depois, do Império. Isto gerou modificações profundas na província e na cidade, as quais adquiriram vasto aparato burocrático e administrativo. No final do século XVIII e início do século XIX, a província apresenta todas as características de uma economia escravista colonial, onde predominam o trabalho escravo, as grandes áreas agrícolas e a exportação especialmente para o mercado internacional.

Um fato que chama a atenção e foi determinante para as relações sociais era a presença maciça de escravos. O porto carioca funcionava como a principal área de concentração e distribuição de escravos vindos da África para todo Sudeste brasileiro. O que evidencia a supremacia do Rio de Janeiro tanto nos movimentos de exportação e importação da colônia, antes da chegada da Família Real.

A relação entre a cidade do Rio de Janeiro e a província sofreu profundas modificações a partir da década de 1820, uma vez que a economia fluminense passava por uma rápida expansão, devido ao processo de ocupação de terras e criação de vários municípios. Esta expansão econômica demandava uma infraestrutura mais eficiente para gerir as várias questões que envolviam a esfera do governo provincial.⁴

Por fim, São Paulo é uma província pobre em fins do século XVIII e inícios do século seguinte, quando comparada com outras, como Pernambuco e Bahia. Sua estrutura econômica, contudo, sofreu alterações profundas por esses anos com a implantação da cultura da cana de açúcar, que permitiu a sua integração ao comércio atlântico.

A historiografia sobre São Paulo apresenta pontos divergentes em relação à sua força política. Dolhnikoff e Buarque enfatizam a importância dos políticos paulistas como Diogo Feijó, Nicolau Vergueiro, dentre outros, que tinham poder e representação política em nível nacional, além de estarem envolvidos com a construção do Estado nacional.⁵ Por outro lado, Wernet⁶ afirma que os chefes locais eram desconectados de ideais políticos, devido às características da província, onde não predominava as grandes cidades, nem grupos marginalizados e movimentos revolucionários de grande vulto. Levando em conta, o papel político das lideranças paulistas, considero que não podemos enxergar São Paulo com uma região desconectada dos acontecimentos políticos da nação.

Para entendermos o processo de formação da força policial nas províncias é necessário compreender o panorama político anterior à sua criação. Ou seja, os motivos que levaram a Abdicação de Dom Pedro: perda da Guerra Cisplatina (1825-1828), estigma português, inflação, Noite das Garrafadas (entre os dias 11 e 14 de Março de 1831), dentre outros aspectos. Este conjunto de fatores serviu para repensar a unidade nacional, e a forma

⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, FAPERJ, 2008, pp. 37.

⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. São Paulo na Independência. In: JANCSÓ, István (Org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005. Pp. 560.

⁶ WERNET, Augustin. São Paulo. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986, pp. 344.

de como abranger províncias tão distintas não só pelo seu aspecto geográfico, mas também pelos aspectos políticos e sociais, num mesmo corpo político.

Logo depois da proclamação da Independência Brasileira (1822) a Constituição Política do Império do Brasil (1824) foi em parte elaborada por uma constituinte encerrada de modo abrupto pelo imperador em novembro de 1823. A Carta Magna outorgada no ano seguinte concedia amplos poderes ao Imperador através do poder moderador. No caso das províncias, as leis estabelecidas apenas organizaram um governo local para se preservar alguma autonomia visando enquadrar os municípios na dinâmica do novo Estado.⁷

Dolhnikoff destaca questões importantes para pensarmos a eficácia da Constituição. Um dos principais pontos discutidos era a questão da necessidade de autonomia do poder local que já era problematizado antes mesmo da abdicação de D. Pedro. Essas questões, no entanto, ganharam maior importância devido à descentralização do poder alcançada no período regencial.

No ano de 1832 o Código de Processo Criminal foi aprovado contendo modificações nas atribuições dos juizes de paz. Estes passaram a julgar os pequenos delitos, reunir provas, fazer a denúncia em processos criminais.⁸ Ou seja, a organização jurídica do país foi alterada visando encontrar uma solução para garantir a preservação da unidade nacional, visto que o governo central não conseguia chegar as mais remotas partes do território brasileiro. Portanto, era necessário ter uma representação política nestes lugares, sendo que a forma mais viável foi empregar as pessoas disponíveis em cada província.⁹

Após um período de 10 anos sem reformas, a Constituição Brasileira sofreu mudanças com a promulgação da emenda constitucional denominada de Ato Adicional pela Lei nº 16 (12 de Agosto de 1834), pela qual as províncias adquiriram autonomia administrativa com a criação das Assembleias Legislativas Provinciais substituindo os Conselhos Gerais. As províncias passaram a legislar sobre os diversos assuntos internos: impostos, empregos provinciais e municipais, renda pública e segurança para a população.¹⁰

Levando em conta, a necessidade de garantir segurança aos seus habitantes e a manutenção da ordem interna à própria província, destaco a criação dos Corpos Policiais pelo decreto de 9 de Dezembro de 1835. Em seu parágrafo 11º lê-se que “*Outra instituição de suma vantagem será a organização de um corpo policial.*” Pelo decreto notamos a importância para as províncias da criação desta instituição. O corpo policial era composto por pessoas excluídas da Guarda Nacional, “*e tinha como função guardar as cadeias, prestar auxílio à justiça, e servir as autoridades nos expedientes dos negócios públicos*”.

¹¹ Ou seja, essa força pública era composta por pessoas que não conseguiam entrar na Guarda Nacional por falta de recursos.

Na província de Minas Gerais, as lutas entre os grupos políticos (restauradores e exaltados) se acirram durante o período regencial. A sedição de 1833 em Ouro Preto foi apontada por Iglesias como o principal movimento na província ocorrido naquele período.

⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 83.

⁸ Idem, pp. 92.

⁹ Idem, pp. 85.

¹⁰ Idem, pp. 99.

¹¹ Decreto de 9 de Dezembro de 1835. *Dá Instruções aos Presidentes para a execução da Lei de 14 de Junho de 1831, que marca as atribuições dos mesmos Presidentes, e de 12 de Agosto de 1834 que reformou alguns artigos da Constituição do Império. Atos do Poder Executivo. Coleção das Decisões do Governo e Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1835, pp. 138-139.

Esse levante se caracteriza pela luta entre os defensores e os inimigos durante a Regência.¹²

Como reflexo da emenda de 1834, a província mineira passa a ter mais atribuições e inicia seu trabalho na Assembleia Legislativa. Contudo a lei na prática se mostra ineficaz pelo fato dos principais poderes ficarem a cargo do governo central. Dessa forma, os problemas de competência se multiplicaram nos setores financeiro e judiciário.¹³

Para a província do Rio de Janeiro, o Ato Adicional trouxe uma significativa mudança com a criação do município neutro resultando na separação entre a cidade que era capital do país e a província fluminense. Como pontos negativos, a província perdeu seu maior porto e sua maior cidade.

A cidade carioca passou a representar o Brasil como um todo e não precisava mais se preocupar com os anseios regionais. Tanto a cidade quanto a província ganharam autonomia para lidar com os seus interesses, não ficando uma dependente da outra, uma vez que a administração da província e da capital do império ocorre num mesmo território.

Em São Paulo, o Ato Adicional trouxe eventuais conflitos gerados pelo fato dos presidentes da província, não terem nascidos nesta região. Em muitos casos, o homem escolhido para presidir a província era de outras localidades. Por exemplo, durante o período que vai de 1831 e 1851, dos treze presidentes que governaram São Paulo, sete ficaram apenas entre três e dez meses no cargo. Os outros seis presidentes se mantiveram por períodos mais prolongados, porém se ausentavam para viajar à sua terra natal. Os presidentes que mais tempo permaneceram no cargo foram os que nasceram na província paulista.¹⁴

Através da análise dos relatórios dos presidentes das províncias percebemos o quanto a força policial passava por inúmeras dificuldades de ordem financeira. Na fala do vice-presidente de Minas Gerais, Bernardo Jacinto Veiga, no ano de 1840, é destacada as dificuldades econômicas que afetavam os principais mecanismos administrativos provinciais.

O Rio de Janeiro, mesmo sediando o governo imperial, sofreu com a precariedade da estrutura da força policial. Os problemas dessa corporação eram a falta de armamento, contingente, pagamentos para os policiais.

Como conclusão da pesquisa, considero que um dos principais problemas do Império Brasileiro foi a grande distância territorial e as diferenças de nível social, cultural, econômico e político entre as províncias. Por exemplo, as províncias do Norte ressentiam-se com o pouco acesso que tinham às decisões políticas centralizadas nas mãos de um governo distante. Dessa maneira para se garantir a integridade e indivisibilidade do país, uma das medidas tomadas foi à realização de reformas na constituição com o objetivo de garantir sua estabilidade política.

No contexto em que surgem os corpos policiais nas províncias, seus presidentes passam a se referir recorrentemente às suas funções relacionadas à “manutenção da ordem” e “tranquilidade pública” para ressaltar o papel desempenhado pelos policiais, ou seja, manter a ordem e a tranquilidade na província.

Apesar dos esforços das províncias para manterem a instituição policial, os empecilhos eram de inúmeras ordens (armamentos antigos, falta de pessoas para servir, falta de equipamentos,) sendo necessário recorrer ao governo central na busca de recursos financeiros para tentar resolver esses problemas.

¹² IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. HOLANDA, Sérgio Buarque de(org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997, tomo II, vol. 2. p. 404.

¹³ Idem, *Ibidem*.

¹⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto... Op., cit.* p. 102.

Nas províncias estudadas os corpos policiais exerciam atividades que eram de apoio à ação das autoridades para a manutenção da ordem. Por outro lado, a força policial, pela análise das fontes escolhidas, desempenhava papéis que não tinham nenhuma vinculação direta com a segurança pública. No Rio de Janeiro, por exemplo, cobrança de passagens em pontes e barcas. Nas províncias de Minas Gerais e São Paulo realizavam funções como construção de novas barreiras em diversas estradas e forneciam destacamentos para as diligências da polícia em lugares de maior importância.

Mesmo exercendo funções tão diversas, não só relacionadas à segurança, os policiais são enxergados como um elemento de repressão sobre a camada mais pobre da população para atender aos interesses de uma minoria. O que é um paradoxo, posto que esses sujeitos eram em geral retirados da população miúda das províncias, isto é, fazem parte da parcela que, sem condições de sem manter, vislumbra na instituição policial um meio de melhorar sua condição econômica.¹⁵

Sob esse aspecto, Bretas observa que a falta de interesse para exercer a atividade policial decorria justamente do fato de que o engajamento no corpo militar não significava uma mudança de *status* e o imediato afastamento de sua condição anterior de filhos, irmãos, amigos, ou amantes dos grupos que deveriam reprimir. Ou seja, os policiais conviviam com os mesmos problemas de outros grupos de trabalhadores e com alguns mais, estes decorrentes de seu ofício, já que muitas vezes, eles tinham que reprimir pessoas com quem conviviam. Por isso, a vida policial nunca foi atrativa, ao passo que a função policial está inserida na constituição de mecanismos de dominação e repressão.¹⁶

Para concluir, considero que a noção de polícia ainda permaneceu relacionada, no começo do século XIX, com a função voltada para a administração interna da cidade ou província, isto é, para as tarefas ligadas à “civilização”. Nesse sentido, a força policial era necessária por se constituir como um dos mecanismos que fazia parte da nação civilizada, embora suas tarefas consistissem em reprimir a população mais pobre ou auxiliar na construção de pontes.

¹⁵ ROSEMBERG, André. Para quando o calo aperta – os trabalhadores-policiais do Corpo Policiais Permanente de São Paulo no final do Império. *Revista de História. Juiz de Fora*, Vol. 15, n° 01. 2009, pp.83.

¹⁶ BRETAS, Marcos Luiz. A Polícia Carioca no Império. *Revista Estudos Históricas*. Vol. 12, n° 22. Outubro, 1998, pp. 220.

Banca 3

Resumos

AS RELAÇÕES ENTRE OS REINOS IBÉRICOS NA NARRATIVA DOS *FEITOS DE D. JAUME I DE ARAGÃO (1208-1276)*

Aluna: Érica Margas Cima

Orientadora: Marcella Lopes Guimarães

Palavras-chave: *Livro dos Feitos*, Idade Média, Reino de Aragão

Este trabalho monográfico visou perceber no *Livro dos Feitos do rei D. Jaume I*, primeira das quatro grandes crônicas medievais da Catalunha, em tradução recém publicada para o português (2010), por Luciano José Vianna e Ricardo da Costa, aspectos da vida militar do rei de Aragão Jaume I; seus feitos e a razão de seu epíteto “O Conquistador”; as dificuldades pelas quais passou quando criança, após a morte de sua mãe Maria de Montpellier (1180-1213) e de seu pai Pedro o Católico (1178-1213), juntamente com a pressão de se tornar um rei; e sobretudo as relações de política externa, com os reinos peninsulares, cristãos e mulçumanos, ao longo dos 63 anos do seu reinado.

Podemos observar através da crônica como Jaume se tornou um monarca, seus feitos foram sempre engendrados com o projeto divino para o cristianismo, mediado pela Virgem Maria, o que legitima seu relato, pois Jaume em sua crônica tem sempre a certeza da vitória. Esse sentimento de ser um vitorioso caminha ao lado do monarca por toda a sua crônica desde acontecimentos que ocorreram na sua infância. “... quando nós jazíamos no berço, por uma janela atiraram uma pedra sobre nós, mas ela caiu perto do berço, pois Nosso Senhor quis nos salvar para que não morrêssemos.”¹

Maria de Montpellier teve uma relação estreita com o papa Inocêncio III(1160-1216) devido à sua grande devoção e trabalho em prol do cristianismo. Preocupado com o futuro de Montpellier o Santíssimo não permite que Pedro o Católico torne-se o dono das terras devido o comportamento que tivera com a nobreza herética. O rei Católico havia se casado com a dama pelo simples fato de querer o domínio de Montpellier, mas após essa decisão papal, o casamento se desfaz com Pedro furioso pela decisão tomada pelo santíssimo². No entanto o papa não permite que o casamento termine, pois era prejudicial que o monarca arranjasse um casamento problemático para o catolicismo, tornando a relação da senhora de Montpelier com o senhor de Aragão ainda mais problemática para o surgimento de um herdeiro.

As preocupações com o casamento do Católico com Maria de Montpelier fizeram com que os súditos tivessem de tomar providências um tanto estranhas. O certo é que Maria engravidou e deu à luz a Jaume I,³ ela escolheu o nome de seu filho através de uma promessa que fizera, ascendeu 12 velas, cada uma tinha o nome de um apóstolo, a última a apagar-se seria o nome de seu filho. Jaume, esse foi o nome que mais resistiu ao calor do fogo, em sua tradução do catalão; em português, o nome do apóstolo São Tiago. “Así, el niño debía llamarse Jaume, um nombre que no tenía precedente em la casa de Aragón ni em la casa de Cataluña. Um nombre que nadie em Castilla se atrevió a poner a sus reyes.”⁴

Após ser tirado dos cuidados de Simon de Montfort, o futuro rei que até então era

¹ VIANNA, José Luciano. Costa, Ricardo. “*Livro dos Feitos/ Jaume I de Aragão*” São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2010. Pg. 31.

² “Así que el Papa mantuvo el señorío de Montpellier a favor de la reina María, su esposa, y el rey aragonés se retiró indignado, herido, violento.” BERLANGA Villacañas Luis José. “*Biografía de Jaume I*” Ed: Huertas, 2004. Pg.46

³ “los testigos que pudiera Haber allí, y que sin Duda entraron hasta el hecho de los estraños amantes, cumplieron com su papel, y dieron testimonio de la unión y de la legitimidad del embarazo”. BERLANGA Villacañas Luis José. “*Biografía de Jaume I*” Ed: Huertas, 2004. Pg.57.

⁴ BERLANGA Villacañas Luis José. “*Biografía de Jaume I*” Ed: Huertas, 2004. Pg.48

herdeiro apenas de Montpellier estava prometido a se casar com sua filha Amicia, foi entregue aos templários por uma bula papal emitida por Inocêncio III, pedido de sua mãe Maria de Montpellier, que em vida pedira ao papa que cuidasse de seu filho. Ela trabalha para garantir que Jaume fosse o herdeiro da coroa de Aragão, pois o pai de Jaume firmara um tratado com Sancho o Forte em Navarra, que por ele declarava seus irmãos os herdeiros de seu reino.

A vontade que tinham de que Jaume não se tornasse um monarca é retratado em sua crônica quando ainda bebê uma pedra é lançada sobre seu berço, mas segundo o monarca foi a predestinação divina que impediu que a pedra o acertasse e caísse ao lado do berço: “*Adiante, quando nós jazíamos no berço, por uma janela atiraram uma pedra sobre nós, mas ela caiu perto do berço, pois Nosso Senhor quis nos salvar para que não morrêssemos*”⁵

Pelo fato de Jaume ser o único herdeiro de Pedro o Católico, foi aconselhado a se casar ainda criança, casamento este que só pode ser consumado depois de mais de um ano de ocorrido, pois era muito novo, tinha apenas 13 anos. “*Podíamos ter então doze anos completos, entrando no décimo terceiro ano, e estivemos um ano com ela sem poder fazer o que os homens têm que fazer com sua mulher, porque não tínhamos idade*”⁶.

Na crônica “acompanhamos”⁷ uma criança se tornar um rei com grandes pretensões que sonhou colocar o reino de Aragão em um patamar até então não alcançado, foi bem sucedido de certa forma, levou Aragão a ter sua maior expansão territorial, e conseguiu feitos que pareciam ser difíceis de ser alçados.

A conquista de Maiorca, Valência e a batalha travada contra os sarracenos de Múrcia rendem várias páginas do *Livro dos Feitos*, que engrandecem o monarca e o eximem de erros principalmente relacionados à sua vida pessoal (relação com seus casamentos ou filhos) que, com o auxílio de bibliografia, percebemos que não foram poucos,⁸ pois mesmo ele sendo um cavaleiro cristão, foi um homem e um rei medieval real.

As três principais conquistas que Jaume narra como seus Feitos dentre realizações pessoais, (como a participação no Concílio de Avignon), são as já citadas batalhas de Maiorca, Valência e Múrcia. O primeiro feito rende muitas páginas da crônica, conquistar o Reino de Maiorca que estava sobre domínio mulçumano, território que ele denominava “O Reino sobre as águas”, parecia para o monarca uma grande conquista para o cristianismo, em todo o momento de sua crônica ele nos passa uma certeza da vitória, pois Deus estaria ao seu lado e desejando a conquista junto a ele⁹, a batalha foi sangrenta sem muitos acordos e juntamente com a conquista de Maiorca, Jaume conquista Minorca uma ilha menor e vizinha.

Para trabalharmos com a análise da memória de Jaume, utilizamos o conceito *memória* extraído da enciclopédia Einaudi, sendo esta um elemento que intervém na cronologia dos acontecimentos, e opera releituras desses, ora engrandecendo-os, ora desprezando-os, ou ainda ignorando-os em esquecimento proposital. Para obtermos uma

⁵ VIANNA, José Luciano. Costa, Ricardo. “*Livro dos Feitos/ Jaume I de Aragão*” São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2010. Pg. 31.

⁶ *Idem* pg.46

⁷ Lembremos que Jaume esse “acompanhamos” é através das memórias que Jaume nos quis passar.

⁸ André Giménez Soler no capítulo destinado a Jaume no livro: “La Edad Média Em La Corona de Aragón”, mostra um lado do rei que não se pode extrair de sua crônica, faz críticas grandes principalmente quando se trata do monarca em seu papel de esposo: “Hombre de poca intesidad de afectos, fué mal marido de sus murejes y mal padre de sus hijos”. Pg 128

⁹ Jaume nesta batalha descreve muita dificuldades em conseguir chegar na ilha de Maiorca os mares estavam revoltos, mas quando se acalma ele tem a certeza da presença de Deus a confusão que os ventos fizeram nas naus proporcionaram que eles atracassem nos melhores locais da ilha. Crônica pg. 106

melhor análise da fonte, recorremos a José Luis Villacañas Barlanga, espanhol, que esmiuça vida de Jaume I em uma extensa biografia sobre O Conquistador. Uma obra densa em que o autor nos traz uma visão filosófica da vida do monarca nos permitindo o conhecimento da trajetória de Jaume juntamente com os fatos que ele não descreve na crônica. As visões que a biografia nos proporciona nos auxiliam na análise da fonte como uma construção e uma seleção dos feitos. Reportamos-nos também ao *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* no artigo “História”. Segundo Le Goff, a crônica é uma das ferramentas menos ingênuas para o historiador, é construída, quem a faz sabe para quem e com que propósito.

Devido ao fato de Jaume ser um dos últimos cavaleiros da cristandade em luta contra o infiel na Reconquista, é importante sabermos de seus aspectos próprios. Para isso, nos reportamos ao artigo “Ouvida a missa do espírito Santo, cingimos a espada que tomamos do altar: palavras e feitos do rei cavaleiro Jaume I de Aragão (1208-1276)” apresentado por Marcella Lopes Guimarães no Congresso Internacional sobre Matéria Cavaleiresca que ocorreu neste ano na USP.

Em relação ao método de trabalho, as relações de Jaume I com os outros reinos ibéricos foram minuciosamente isoladas e inseridas em uma tabela que originou gráficos com os quais podemos ter uma visão mais ampla das relações de Aragão com outros reinos. Juntamente na análise do gráfico pudemos destacar com quais reinos sua relação foi mais estreita e se a religião influenciou ou não na sua conduta cavaleiresca. A criação da tabela se deu por uma leitura detalhada da fonte e pelo levantamento de dados que acreditamos serem importantes para a conclusão desse trabalho.

Constam da tabela: com quem Jaume se encontra, o capítulo em que o encontro ocorre e o desfecho (se originou uma batalha ou um acordo). Nesta tabela também estão inseridos feitos que são grandiosos para Jaume, como sua convocação para o Concílio de Lyon (1274), no entanto esse tipo de informação não entrou no gráfico pois não se trata de uma relação com outro reino como visamos tratar nesse trabalho.

Dos 73 quadros válidos¹⁰ 43 são sobre as relações de Jaume com os reinos mulçumanos, e 30 são em relação ao reinado de Jaume com os reinos cristãos, desses 30, 22 são referentes ao reino de Castela, mostrando a estreita relação entre o monarca e seu genro Afonso X. Tanto entre os reinos mulçumanos quanto os cristãos as batalhas foram minoria frente aos acordos. Entre Aragão e Castela ocorreu apenas 01 batalha, referente ao início da crônica, quando Jaume I luta ao lado do Rei Dom Sancho de Navarra tornando-se seu herdeiro, na ajuda contra o rei de Castela¹¹.

Através da análise dos gráficos que construímos podemos destacar que Jaume I se apresenta em sua crônica como um rei aberto a acordos tanto com cristãos quanto com mulçumanos, sua relação com os cristãos é notória analisando os gráficos. Percebe-se uma maior abertura para acordos quando se trata desses, pois mais da metade são encontros ou acordos e, dentre os cinco desacordos, apenas 01 originou batalha.

Podemos nos direcionar a Villacañas nessa análise, na biografia de Jaume, ele nos deixa ciente de que o monarca queria nos passar uma imagem, de além de cavaleiro e cristão, árbitro.

Os encontros entre os reinos cristãos muitas vezes se originaram por vontade do monarca quando este decidia realizar um novo feito e precisava de suprimentos para consegui-lo. Jaume se mostrava decepcionado quando recebia uma negação de um reinado frente a um pedido seu, pois muitas vezes eram para a realização de expedições para lutar

¹⁰ A tabela possui no total 81 quadros, mas os que não serão analisados no gráficos representam grandes feitos para Jaume e não necessariamente suas relações entre os reinos.

¹¹ VIANNA, José Luciano. Costa, Ricardo. “*Livro dos Feitos/ Jaume I de Aragão*” São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2010. Cap. 138.

contra o infiel, tão somente. “- *O que vós ganhareis se, nas Igrejas onde Nosso Senhor e Sua Mãe são adorados e por má ventura fossem perdidas, fosse adorado Maomé*”¹²

A grande quantidade de quadros contidos na tabela entre o Reino de Aragão e de Castela nos mostra que Jaume se preocupou em mostrar o estreito laço político entre os reinos e com isso a importância de seu reino ao lado do vizinho, maior em extensão e mais poderoso. Além da solidariedade hispânica frente à religião, Jaume, ao ajudar seu genro na batalha de Múrcia¹³ (1266), legitimou seu poder frente ao outro reinado, também colaborando para que não houvesse mais fragmentação no poder hispânico, lembremos que a Idade Média foi palco de políticas fragmentadas e que a união foi um desejo mútuo de reis, pois se manter no poder sem ter aliados era praticamente impossível.

As dificuldades em se governar também estão presentes na crônica, Jaume precisa ir atrás de provisões para a sua hoste, precisa de empréstimos para que possa continuar um feito, e por vezes mostra-se preocupado com o que sua hoste tem para comer, era um rei que expunha as dificuldades que um monarca medieval passava ao entrar em uma batalha, etapas essas que legitimam ainda mais sua fé, pois toda essa dificuldade é enfrentada pela certeza no projeto divino.

Os sentimentos que Jaume expressa em sua crônica sempre são envoltos de muita fé, mas encontramos o sentimento de ser traído, de ser abandonado e também de ser lembrado, o monarca sabe como castigar e como agradar a quem merece, devemos nos lembrar que a traição é total para o rei, pois quem o trai também trai a Deus. Todos os seus atos e também suas conquistas são voltados para a sua fé, ele nunca deixa de comparecer à primeira missa do dia antes de uma conquista ou de um encontro, e nem mesmo se esquece de clamar a Nossa Senhora quando se vê em apuros.

Dois pontos em sua crônica legitimam o poder ligado à vontade divina, são os encontros com os muçulmanos que por várias vezes resultam em vitória para o rei, mesmo sem a ocorrência de batalha, uma vez que o acordo também era uma vitória com poucos custos. Outro ponto tem relação com Castela, exemplo: ao não se isentar em relatar na crônica que Afonso X tornou-se mais próximo dele após ele tê-lo ajudado na conquista de Múrcia. Narrar o evento prova o seu poderio frente ao reino vizinho, pois a sua ajuda foi solicitada.

Maiorca foi uma conquista que abriu caminho para o início da expansão marítima para o oriente peninsular, para o rei foi a sua maior vitória para o cristianismo, pois o reino sobre as águas virou cristão, mas Múrcia foi uma conquista mais que pessoal e importante para que Jaume pudesse crescer como rei e ser respeitado por seu vizinho maior e mais poderoso, Castela.

A legitimação do poder de Jaume juntamente com a vitória do cristianismo sobre os mouros fizeram com que o rei não escutasse o concílio que ele chamou afim de conseguir provisões para o feito de Múrcia, o concílio não estava de acordo e não queria dar provisões ao rei para defender-se de um inimigo. Jaume não acolheu o conselho e decidiu que ajudaria Afonso X, notemos o aspecto cavaleiresco e também uma visão mais ampla do monarca quanto ao avanço dos mouros por Múrcia, em sua crônica Jaume narra “... *já que se ele perder o que é seu, nós poderíamos perder o que é nosso*”¹⁴

Castela foi uma grande aliada para Jaume legitimar seu poder, sua fé e honrar o nome de O Conquistador, seu caráter cavaleiro cristão e bom rei, pensando no bem comum

¹² Momento em que Jaume reclama pois a corte em Barcelona decide não colaborar, com o auxílio para a Batalha em Múrcia contra os sarracenos. VIANNA, José Luciano. Costa, Ricardo. “*Livro dos Feitos/ Jaume I de Aragão*” São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2010. Pg.367

¹³ Batalha essa que Jaume entra a pedido de sua filha Violante, mulher de Afonso X.

¹⁴ VIANNA, José Luciano. Costa, Ricardo. “*Livro dos Feitos/ Jaume I de Aragão*” São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2010. Cap. 388.

de uma comunidade maior que seu reino, a cristandade. A unificação desse grupo era um dos motivos que movia o monarca e o fazia crer que poderia conquistar o que estivesse ao seu alcance. As memórias de Jaume em sua crônica são compostas por uma verdade que ele traz como inquestionável, a verdade de que ele faz parte de um projeto divino, visível quando se depara com o inimigo da cristandade. Por isso, deixa em segundo plano suas disputas políticas com os reinos ibéricos cristãos.

“E ali, em Valência, no ano de 1276, na sexta calendas de agosto, o nobre Dom Jaume, pela graça de Deus rei de Aragão, de Maiorca e de Valência, conde de Barcelona e de Urgel e senhor de Montpelier, passou deste século. Cuius anima per misericordiam Dei sine fine requiescat in pace. Amen”¹⁵

¹⁵ *Idem* pg. 480

ARQUEIROS NA GUERRA DOS CEM ANOS: A TRANSIÇÃO MILITAR DA BAIXA IDADE MÉDIA

Aluno: Guilherme Floriani Saccomori

Orientadora: Marcella Lopes Guimarães

Palavras-chave: Guerra dos Cem Anos – Arqueiros – Jean Froissart

Durante o século XIV, a Europa foi o palco de um conflito que marcaria profundamente os países do ocidente - A Guerra dos Cem Anos (1337-1453). A invasão inglesa à França teve como pretexto oficial um embate sobre a herança ao trono francês e apreensão de territórios que cabiam ao rei Eduardo III da Inglaterra. Dessa forma, o rei inglês organizou diversas expedições ao continente com o fim de pilhar, aterrorizar e ameaçar os franceses.

O presente estudo se inseriu dentro desse contexto bélico, procurando detectar como o período representou uma importante transformação no âmbito militar em que se assinalava a crise do modo feudal de batalha – baseado na cavalaria nobre como forma predominante de combate.

Sobre essa cavalaria, Jacques Le Goff fala que o termo *Miles*, atribuído à nobreza indica simplesmente uma função – a guerra, mas que “*evolui por volta do ano 1000 e designa, muitas vezes ligada ao castelo e ao senhor, uma elite de combatentes especializada no combate a cavalo.*”¹ No entanto, a noção de cavalaria perpassa o princípio de ser um a função bélica, sendo imbuída de características religiosas e de um código de honra diferenciados de simples guerreiros de contextos anteriores. Ser um nobre cavaleiro era ser respeitado, era buscar atingir os grandes feitos dos míticos Lancelot e Arthur. Era servir a Deus e ao rei com honra.

No século XIV, a ordem de cavalaria sofreu sua primeira grande derrota na batalha de Courtrai (1302), onde a cavalaria francesa foi derrotada por tropas flamengas de camponeses e burgueses munidos de lanças. Ora, na idéia da trifuncionalidade feudal, a cavalaria sendo derrotada por peões desestruturaria o papel bélico que cabia à nobreza, principalmente por essa ser a principal característica de combate do reino francês.

Já no reino inglês, mesmo após a Batalha de Hastings (1066) e a propagação de uma cultura franco-normanda dentro das ilhas britânicas, havia enorme dificuldade ao combater e se deslocar a cavalo devido à topografia insular, marcada por montanhas onde a cavalaria pouco teria efeito. Dessa forma, os ingleses adaptaram seu estilo de batalha incorporando aspectos do povo galês e escocês: do primeiro, adotaram o uso maciço do arco e flecha (*longbow*), do segundo, uma postura defensiva em batalha.

O arco-longo galês não era um arco comum - sua diferença se dava, principalmente, com o alcance obtido. Era um arco alto e feito de teixo, que possibilitava um tiro de grande impacto a uma ampla distância. Comparado aos besteiros, um arqueiro exigia treinamento de anos e a força suficiente para levantar um homem ao retesar o arco, mas também sua investida era mais eficaz que as bestas. O uso do arco-longo entre os ingleses foi incentivado pelo rei Eduardo I (avô de Eduardo III), e seu uso testado na guerra contra os escoceses no início do século XIV.

A partir de então, a utilização de arqueiros pela hoste inglesa passou a ser cada vez maior, até superar em 3 ou 4 vezes o número da infantaria. Com esse número de arqueiros, era possível o chamado “*volley de flechas*”, um ataque onde todos os arqueiros atiravam ao mesmo tempo. Sendo que muitas vezes havia de 3 a 6 mil arqueiros no

¹ LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. (tradução de Jaime A. Clasen). Petrópolis: Vozes, 2007, p. 82.

exército, é imaginável o impacto que causaria no exército inimigo, tanto fisicamente como moralmente.

Quando da invasão à França, o corpo militar inglês já estava alterado em relação aos métodos militares herdados dos próprios franceses. Na Idade Média, principalmente no auge da cavalaria, predominava o conceito de “*guerre guérreable*”, ou seja, combater o inimigo e realizar proezas, vencendo-o pela habilidade no manejo de armas. Derrotá-lo, não matá-lo. Claro, isso servia de um nobre para outro nobre – os peões, ou homens sem valor para serem capturados eram, segundo Georges Duby, “*aqueles que morriam*”². A honra de um cavaleiro se escrevia por suas vitórias sobre os inimigos e pelo tamanho das recompensas que obtinha deles, não era uma proeza (ou vantajoso) matá-lo.

No século XIV há uma inflexão ao surgir o conceito de “*guerre mortelle*”, que era peculiar aos burgueses flamengos e povos célticos, onde o que importava era o resultado efetivo da batalha, a vitória, independente dos meios para se atingi-la. O arco e flecha se encaixavam dentro desse tipo de batalha em que dentro de uma chuva de flechas não se escolhia inimigos, e quanto mais fossem atingidos melhor. Mas isso não significa que as capturas foram abolidas nas batalhas do século XIV, o que aconteceu foi uma gradual mudança que privilegiava o resultado da batalha em detrimento do modo como obtê-la.

Com as duas batalhas que optamos por analisar nesse estudo, Crécy (1346) e Aljubarrota (1385), temos um espaço de tempo considerável (38 anos) além de duas localidades diferentes, com conjunturas distintas, mas inseridas dentro da Guerra dos Cem Anos. A partir de Aljubarrota é possível verificar, dentro de aproximadamente 40 anos, como os países envolvidos na Guerra dos Cem Anos absorveram esse novo modo de batalha, e até mesmo, as influências que batalhas anteriores tiveram nesta. Logo Crécy e Aljubarrota representariam, respectivamente, a “apresentação do problema” e Aljubarrota “tentativas de se lidar com ele”.

Dessa forma, organizamos a estrutura da seguinte maneira: no primeiro capítulo, apresentamos o contexto militar do nosso estudo – apontando fatores da crise da cavalaria e da assimilação e utilização do *longbow* dentro da Baixa Idade Média, focando em importantes batalhas onde esses fatores podem ser constatados.

No segundo capítulo, apresentamos o cronista Jean Froissart, incluindo sua trajetória, lugares por onde esteve e suas principais características de escrita que podem ser encontradas nas crônicas.

Por fim, passamos ao terceiro capítulo, em que analisamos as batalhas de Crécy e Aljubarrota através das crônicas de Jean Froissart, e onde buscamos detectar de que maneira os arqueiros britânicos contribuíram para uma transição na forma de batalha e guerra, proporcionando posturas de ataque com distâncias maiores entre os exércitos, que fariam os combates cavaleirescos medievais sofrerem importantes alterações.

Jean Froissart, cronista francês, escreveu principalmente durante o fim do século XIV, e suas crônicas são tidas como as mais representativas da atividade cavaleiresca do fim da Idade Média e do início da guerra dos Cem Anos. Froissart era um clérigo, que aos 24 anos tornou-se historiador oficial da corte de Filipa de Hainaut, esposa de Eduardo III. Froissart relatou diversas ocorrências do período, mas optamos por estudar seus relatos de batalha e sua percepção sobre as mudanças táticas e ideológicas em batalha.

Em sua primeira incursão na Normandia francesa, Eduardo III pretendia pilhar a região e retornar à Inglaterra com um bom butim. Causando destruição pelo local visando aterrorizar a população local, despertou os cavaleiros franceses que, sob a chefia do rei Felipe VI, filho de Carlos de Valois, foram de encontro aos ingleses – mas sempre evitando o combate, até encontrar a oportunidade de armar uma emboscada.³

² DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines*: 27 de julho de 1214. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

³ SEWARD, Desmond. *A Brief history of 'The Hundred Years War'*. London: Robinson, 2003. p. 47

O número da hoste francesa era quase o triplo dos ingleses. Estes assumiram a posição defensiva em uma elevação, formando três batalhões com suas alas adiantadas e com arqueiros nelas e mais dois grupos de arqueiros entre o batalhão central, totalizando 4 grupos de arqueiros. Primeiramente, os franceses mandaram seus besteiros genoveses atacarem, que fracassaram e fugiram, causando a ira dos franceses que os atropelaram com seus cavalos e partiram para cima dos ingleses.⁴ Atrás, veio a infantaria que não sabia o que ocorria à frente, deixando os cavaleiros sem lugar para fugir e deixando-os prensados dentro da linha de tiro dos arqueiros ingleses.⁵

Jean Froissart relata em suas crônicas num episódio anterior à batalha de Crécy que durante os combates: “(...) os arqueiros da Inglaterra atiraram tão integralmente juntos, que os franceses foram obrigados a ceder para os ingleses.”⁶, e também na própria batalha de Crécy: “Então os arqueiros ingleses deram um passo à frente e deixaram voar suas flechas tão juntas e tão próximas, que parecia neve.”⁷ No meio dessa chuva de flechas, de nada adiantava ser nobre ou não para ter a chance de oferecer rendição ou resgate – o pavor e a morte eram certos.

Os ingleses souberam usar bem seus arqueiros junto com sua infantaria e destroçaram os franceses. “Ao mesmo tempo, sofria baixas pesadas em resultado do tiro dos arqueiros ingleses, que obviamente tiravam grande partido do embaraço e surpresa dos adversários”⁸. O rei Felipe VI, fadado à derrota, fugiu com o resto de suas hostes.

As consequências da batalha foram mais psicológicas do que materiais – pelo menos para os ingleses. Com seu “passeio” pela Normandia, o principal bem que conseguiram foi a conquista da cidade portuária de Calais. Mas também, mostraram aos franceses seu novo poderio militar.

Durante a batalha, os cavaleiros franceses sofreram muito com as flechadas inglesas (quando não morriam por elas), pois seus cavalos ficavam desnorteados e com medo, assim arruinaram qualquer tipo de formação para uma investida de quebra de linhas. Desorganizados, foram alvos fáceis para a infantaria inglesa, e inclusive os arqueiros que largavam seus arcos e combatiam com espadas. Froissart também comenta que os próprios genoveses em fuga desestruturaram a formação francesa. Assim, o resultado foi a vitória esmagadora dos ingleses para os incrédulos franceses “*Taticamente e tecnologicamente a batalha resultou numa revolução militar, um triunfo do poder de fogo [representado pelos arqueiros] sobre a armadura*”⁹ – mais uma vez a cavalaria perdera para a infantaria. Os ingleses, ao combinar arqueiros e lanceiros, mantiveram as posições e derrotaram o inimigo, mostrando aos franceses as novas táticas bélicas, que, como Froissart demonstra, eram uma ameaça ao ideal cavalheiresco de batalha.

Já no caso de Aljubarrota (1385), foi uma batalha travada entre, principalmente, portugueses e espanhóis, mas onde os ingleses e seus arqueiros estiveram presentes aliados com Portugal, e franceses aliados aos espanhóis. D. Fernando, rei de Portugal, interveio no reino de Castela na condição de candidato à substituição do rei castelhano Pedro I. Mas à sua morte em 1383, seguiu-se um cerco em Lisboa, e após um tempo, os castelhanos, devido à peste negra que assolava seus soldados, desistiram de capitulá-la. Reunindo

⁴ SILVA, Victor Deodato da. *Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média*. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia: EDUSP, 1990. p. 128

⁵ SEWARD, Desmond. A Brief history of ‘The Hundred Years War’... *Op. Cit.* p. 65

⁶ Tradução livre do inglês por Guilherme Floriani Saccomori. FROISSART, Jean. *Chroniques* (tradução de John Bouchier, Lord Berners) New York: The Harvard Classics, 1910. P. 21

⁷ *Idem.* p. 27

⁸ SEWARD, Desmond. A Brief history of ‘The Hundred Years War’... *Op. Cit.* p. 65

⁹ “*Tactically and technologically the battle amounted to a military revolution, a triumph of fire-power over armour*”. Tradução livre feita por Guilherme Floriani Saccomori de SEWARD, Desmond. A Brief history of ‘The Hundred Years War’... *Op. Cit.* p. 68

aliados, o Mestre de Avis conseguiu subir ao trono como D. João I para liderar as forças portuguesas contra as castelhanas.

D. João I liderou os portugueses em uma série de incursões para tomar posse de castelos e ataques a regiões hostis aos portugueses dentro do reino¹⁰. Ocorreram duas batalhas de pequena proporção, a de Atoleiros e de Trancoso, nas quais os castelhanos foram vencidos. Nesta última, Castela perdeu seus melhores homens, que ao comando do rei castelhano Juan I havia formado um grupo de elite e acabaram derrotados por peões portugueses. Por fim, seguiu-se a batalha de Aljubarrota.

Aliado do reino inglês, e com um número de arqueiros destes sob o comando, Portugal acatou as táticas militares dos insulares. Posicionaram-se entre dois rios e em um local elevado, e suas alas não teriam como ser flanqueadas.¹¹ Sob o comando dos arqueiros ingleses, o campo próximo às forças portuguesas é preenchido com buracos e lanças para dificultar o avanço da cavalaria espanhola.

As tropas castelhanas contavam com o auxílio de forças de Aragão e da França, e tinham a intenção de atacar com seus cavaleiros as forças anglo-portuguesas, bem mais inferiores. O centro franco-espanhol combatia a pé, enquanto suas alas eram compostas por cavaleiros. Os espanhóis investiram então contra os portugueses, que cedem primeiramente, sendo envolvidos pelos castelhanos. Ainda, um corpo de cavalaria atacou-os pela retaguarda, tornando o resultado previsível de vitória castelhana.

Mas estando cercados, os portugueses seguiram lutando (uma vez que não tinham como fugir). E estando envolvidos, o número superior do exército inimigo foi neutralizado. Os arqueiros ingleses foram cruciais em combate do lado dos portugueses, (apesar de estarem em apenas cerca de 700)¹², e por fim, os lusos inverteram a situação até vencerem a batalha. O conflito em Aljubarrota durou apenas duas horas, algo que dificilmente ocorria no medievo em batalhas dessa proporção. Foi um desastre para Castela, que ficaria receosa de combater em campo aberto contra os portugueses novamente. Do ponto de vista militar, Portugal saíra fortalecido militarmente e politicamente¹³, além de ter estabelecido uma aliança com os ingleses que se perpetuaria por séculos.

Sobre essa batalha, existem relatos do cronista castelhano Pero Lopes Ayala e do português Fernão Lopes, bem como de Jean Froissart. No entanto, as crônicas deste destacam-se por colocar detalhes não notificados pelos outros cronistas, mas comprovados com pesquisas arqueológicas – como da utilização de buracos, tocas de lobo e lanças pela hoste portuguesa (que foram aconselhados pelos ingleses) no campo de batalha para dificultar o acesso da cavalaria castelhana. É provável que Froissart tenha dado importância a esse fato dado seu prévio conhecimento dos métodos de batalha dos ingleses e por ter visto nesse aspecto um fator de neutralização da cavalaria.

A partir dessas duas batalhas podemos perceber pelos relatos de Jean Froissart como a cavalaria como modo de batalha foi perdendo pouco a pouco sua moral. Jean Froissart, apesar de tudo, continua a narrar os grandes feitos dos combatentes nobres, mas detecta os aspectos “anti-cavaleirescos” que causam pouco a pouco a crise da cavalaria. Embora ele diga que o período em que vive é a época de ouro da cavalaria, nota ao mesmo tempo que esta está sendo derrotada por arqueiros, infantaria e outros mercenários não enquadrados dentro de um contexto de batalha medieval do período feudal.

¹⁰ SILVA, Victor Deodato da. *Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média... Op. Cit.* p. 157

¹¹ GUIMARÃES, Marcella Lopes. “Aljubarrota e as vozes que fundam a lembrança” (no prelo)

¹² Silva sugere que tenham sido 15.000 do lado dos castelhanos contra 7.000 do lado dos ingleses. Sendo assim, a quantidade de arqueiros ingleses no combate foi pequena, embora tenham mostrado sua eficiência. SILVA, Victor Deodato da. *Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média... Op. Cit.* p. 168

¹³ Pois também houve a consolidação da dinastia de Avis. *Idem.* P.169

Georges Duby, em *O Domingo de Bouvines* comenta que nas crônicas medievais, os protagonistas da batalha foram os nobres. Na Guerra dos Cem Anos, as batalhas passam a ter um novo personagem de crucial importância, um adjuvante: o arqueiro. A crise da cavalaria assim se assinala, e muda-se o estilo de batalha, da *guerre guérrable* para a *guerre mortelle*. Não fazia mais sentido tentar manter uma tradição militar de honra quando a vitória importava mais.

Os ingleses souberam se atualizar frente aos outros povos europeus durante os séculos XIII, sobretudo no XIV e início do XV. Largaram os esquemas de guerra feudais e passaram a um sistema de contrato de mercenários para a batalha - e alguns autores até assinalam que foi a burguesia que impulsionou esse tipo de modo militar para o enfraquecimento da nobreza. Contestações à parte, o fato é que o arco-longo inglês marcou o período, sendo odiado, desprezado, mas também idolatrado e valorizado, até a sua substituição pelas armas de fogo. Ainda, as armas de fogo tiveram um caminho fácil de adaptação em guerra dada importância pela transição que o arco-longo proporcionou: a ênfase no combate à distância.

CULTURAS IRMÃS: A HEGEMONIA CARTAGINESA SOBRE GADES E O “CIRCULO DO ESTREITO”

Aluno: André Felipe Wielgosz Leite

Orientador: Renan Frighetto

Palavras-chave: Cartago; Guerras Púnicas; Expansão militar

O presente trabalho tem como objetivo analisar quais seriam os motivos e o modo como Cartago conseguiu estender sua hegemonia sobre a Península Ibérica, ao final de um período de grandes turbulências internas e externas à cidade.

O recorte cronológico adotado para o trabalho tem um viés duplo. Sobre a expansão propriamente dita, iremos nos restringir ao período que vai da assinatura do tratado de paz entre Cartago e Roma, em 240 a.C., selando o fim da chamada Primeira Guerra Púnica (264 – 241 a.C.); até o início da marcha de Aníbal em direção à Península Itálica via os Alpes (218 a.C.). Nesse período de pouco mais de 20 anos, Cartago passou de uma condição claudicante, as beiras de desaparecer como força relevante no Mediterrâneo, e conseguiu se reerguer a ponto de novamente ameaçar a supremacia romana na região.

Por outro lado, como estamos também interessados em saber os motivos pelos quais Cartago teve que enviar uma expedição militar para territórios que seriam seus, segundo a historiografia tradicional¹ aponta, foi conveniente procurarmos saber o contexto dessa região à época da chegada cartaginesa.

Para tratar sobre Cartago, utilizaremos como fonte a obra do estrategista grego Políbio, intitulada como *História*² escrita por Políbio de Megalópolis (200 –120 a.C). Esse autor, de origem grega, viveu por 17 anos como refém dos romanos³ tornando-se também tutor de uma das maiores personalidades da Antiguidade, Cipião Emiliano⁴. Após ser libertado, continuou gozando de grande consideração na sociedade romana e nas esferas senatoriais, e nesse momento começou a escrever sua obra, composta de 40 livros cujo objetivo era explicar como que num período de 50 anos⁵ Roma tornou-se a potência hegemônica de todo o Mediterrâneo.

Sua obra é de extrema relevância por diversos fatores. O mais eminente é por ser a obra mais próxima dos eventos chegou até nossos dias; bem como, Políbio utiliza diversos autores, tanto pró-romanos quanto pró-cartagineses⁶, pois seu propósito era escrever uma obra de História Universal, já que, de fato, não era mais possível separar as ações que ocorriam no mediterrâneo ocidental e no oriental: as ações em um repercutiam no outro⁷. Selecionamos os três primeiros livros como corpo de fontes devido a seus recortes

¹ CASTRO, José L. L. “*Fenícios y cartagineses em la obra de Adolf Schultsen: una aproximación historiográfica*”. *Gérion*, v. 14, 289 – 331. Madrid, 1996; HERM, Gehard. *A Civilização dos Fenícios*. Rio de Janeiro, Otto Pierrri Editores Ltda, 1979; BRAUDEL, Fernand. *Memórias do Mediterrâneo – Pré História e Antiguidade*. Rio de Janeiro: Terramar/Multinova, 2001;

² POLIBIO, *Histórias*. Tradução de Mário da Gama Kury, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

³ MARQUES, Juliana Bastos. “*Políbio*”. In: JOLY, Fábio Duarte (org), *História e Retórica – Ensaio sobre historiografia antiga*. São Paulo: Editora Alameda, 2007, p. 45 – 64.

⁴ RODRIGUES DA SILVA, José Guilherme. *Roma e a representação de domínio do mundo no contexto das guerras púnicas: uma leitura das histórias, de Políbio*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. ES, p. 20 – 21.

⁵ Isto é, desde a vitória sobre Aníbal até a destruição conjunta de Cartago e Corinto.

⁶ POLÍBIO, I, 14.

⁷ CURY, Mário da Gama. *Introdução*. In: POLIBIO, *Histórias*, p. 34, MARQUES, op. cit. p. 54., POLÍBIO, I, 4.

cronológicos e espaciais: no Livro I, Políbio comenta sobre a Guerra da Sicília⁸ e a Guerra Líbica⁹ onde Cartago esteve muito próxima de ser arrasada por seus inimigos; no Livro II, temos comentários sobre como foi realizada a expansão cartaginesa na Península Ibérica; e no Livro III, temos os antecedentes diretos do início da Guerra Anibálica.

Na transição do Livro I para o Livro II, Políbio deixa claro que Cartago havia saído muito debilitada após a guerra civil insuflada pelos seus mercenários.

“Os cartagineses, salvos miraculosamente da destruição nessa guerra mais recente [a Guerra Líbica], estavam despreparados sob todos os aspectos para reiniciar as hostilidades contra os romanos”¹⁰

Entretanto, contavam com recursos suficientes para iniciar uma campanha de conquista na região da Península Ibérica.

“Logo após o restabelecimento da situação anterior na Líbia os cartagineses despacharam Amílcar para o território da Ibéria, confiando-lhe forças adequadas à missão (...) e começou a submeter a Ibéria aos cartagineses. Nesse território ele demorou-se aproximadamente doze anos, durante os quais sujeitou numerosas tribos ibéricas ao jugo cartaginês, em parte por força das armas e em parte pela diplomacia”¹¹

Se Cartago estava tão enfraquecida a ponto de quase ter sucumbido aos mercenários revoltosos, e não possuía nenhuma condição de enfrentar o poderio romano, de que forma conseguiu levantar um exército que pudesse ser despachado à Ibéria numa campanha de conquistas? E como foi possível aos cartagineses submeterem as belicosas tribos ibéricas e celtas, segundo Políbio¹², principal ponto de recrutamento de seus mercenários? E qual o motivo de destaque do uso da diplomacia como uma das formas da expansão cartaginesa?

Infelizmente a obra de Políbio chegou até nós em um estado fragmentado, onde mesmo os livros mais completos apresentam lacunas, e não possuímos nenhuma documentação redigida pelos próprios cartagineses¹³. Por isso iremos recorrer ao outro nível de trabalho¹⁴, dialogando com as pesquisas arqueológicas referentes ao recorte espaço-temporal abordado. Dentre os diversos artigos e trabalhos recentes, deu-se preferência aos trabalhos realizados por pesquisadores espanhóis e portugueses, disponíveis para consulta via internet, e que fizessem referências mais amplas do que somente uma análise isolada dos sítios arqueológicos (ou de elementos desses sítios).

Estes trabalhos cobrem o outro flanco da pesquisa, a saber, o contexto ibérico de antes e durante a expansão de Cartago. Merecem destaques os trabalhos de Hans Niemayer¹⁵, F. Chaves Tristan & E. Garcia Vargas¹⁶, Carlos Wagner¹⁷ e Ana M. N. V.

⁸ É conveniente explicar que o termo de “Guerras Púnicas” foi adotado muito posteriormente para se referir aos conflitos entre Roma e Cartago. Em sua obra, Políbio refere-se ao conflito por nomes diversos, desvinculando-os de uma sucessão lógica e programada de confrontos armados com o objetivo da aniquilação do oponente. Políbio nomeia como “Guerra da Sicília” a que conhecemos como Primeira Guerra Púnica; com “Guerra Anibálica” Políbio refere-se à conhecida Segunda Guerra Púnica, e a Terceira Guerra Púnica é chamada como “Guerra Africana”.

⁹ Também chamada de Revolta dos Mercenários.

¹⁰ Políbio, I, 88.2

¹¹ Políbio, II, 1.2.

¹² Políbio, I, 67.

¹³ Na verdade, possuímos sim alguns escassos documentos de origem cartaginesa. Em geral, são plaquetas de argila com registros de transações econômicas que pouco ou nada auxiliam em nosso trabalho.

¹⁴ Conforme defendido e utilizado por diversos autores como BRAUDEL op. cit; e ALVAR, op. cit.

¹⁵ NIEMAYER, Hans G. “*Los comienzos de Cartago y la expansión fenícia en el área mediterránea*”. **Gérion**, Madrid, nº 07, p. 11-30, 1989.

¹⁶ TRISTAN, F. Chaves; VARGAS, E. Garcia. “*Reflexiones en torno al área comercial em Gades: estudio numismático y económico*”. **Gérion – Homenaje al Dr. Michel Ponsich**, Madrid, p. 139 – 168, 1991

¹⁷ WAGNER, Carlos G. “*Los Bárquidas y La conquista de la Península Ibérica*”. **Gérion**, Madrid, nº 17, p. 263 – 294, 1999.

Mariñas¹⁸. Nos diversos artigos, os pesquisadores apontam para a existência de próspera sociedade ao sul da Península Ibérica, com características materiais próprias e muito diferenciadas da cultura material¹⁹ cartaginesa. Convém destacar o trabalho de Ana Mariñas que ao analisar as tipologias de ânforas e a sua dispersão, retoma a tese de Tarandell (1969) da existência, na costa atlântica do sul da península e do norte da África, de uma espécie de liga de cidades, que compartilhavam os mesmos padrões de cerâmica, ânforas, e de produção comercial.

Essa associação, chamada de “Círculo do Estreito” seria formada pelas colônias e entrepostos comerciais fundados pelos fenícios entre os séculos X e VIII a.C., e que após o século VIII, devido a uma série de modificações ocorridas na Fenícia (Tiro, Sidon entre outras perdem a independência política ao serem submetidas ao jugo Acádio e Babilônico) e na própria península (alteração gradual de uma economia de exploração mineral para exportação para uma de exploração e exportação de gêneros alimentícios), unem-se sob a direção da cidade de Gades. Essa cidade, segundo apontam diversos autores²⁰ seria, senão a primeira, uma das mais antigas colônias fundadas pelos fenícios, além de ser a mais poderosa e estruturada cidade da região.

Seu templo (único em toda a região peninsular), dedicado a *Melkart*²¹ e reconhecido em todo o Mediterrâneo teria trabalhado²² como um fator de congregação dessas colônias desligadas das grandes redes mediterrânicas de comércio. Sob a chancela do templo, as diversas colônias atlânticas uniram-se num conjunto cultural único voltado para ele mesmo e para o comércio de exportação do *garum*, ingrediente muito procurado e consumido na culinária mediterrânica ocidental e oriental. Como apontam os trabalhos já referidos, essa teoria explicaria a grande discrepância nas morfologias das ânforas dessa região quando comparadas as ânforas cartaginesas, assim como outras diferenças referentes ao padrão monetário e de pesagem adotado pelas cidades ao sul da península e da costa atlântica do norte da África. O conjunto dessas características romperia com a teoria mais aceita na academia de que com a queda da Fenícia sob jugo estrangeiro, todas as colônias fenícias haviam entrado na órbita hegemônica de Cartago; podemos, assim, falar de uma cultura provinda de uma mesma matriz, isto é, de origem fenícia, mas ambas desenvolveram-se em direções diferentes: Cartago assumiu a preponderância no Mediterrâneo Central, enquanto Gades assumiu a hegemonia no mundo extremo ocidental de Mediterrâneo.

Munidos com essas informações, a descrição de Políbio acerca da expansão cartaginesa assume novos matizes e nos permite uma abordagem muito mais produtiva. Entendemos o motivo que levou à escolha da Ibéria como alvo para a expansão, pois abrigaria uma próspera comunidade comercial que não foi afetada (ao menos não diretamente) pelas turbulências das guerras entre Roma e Cartago. O uso da diplomacia, que num ambiente de conquista militar e subjugação de tribos e colônias antigas aparece tão deslocado, passa a ter muito mais valor quando pensado que essas comunidades

¹⁸ MARIÑAS, Ana M. N. V. y. “El espacio geopolítico gaditano em época púnica. Revisión y puesta al día del concepto de “Círculo del Estrecho”. *Gérion*, Madrid, nº 19, p. 313 – 354, 2001.

¹⁹ Por cultura material, estamos enquadrando tanto ruínas citadinas quanto objetos materiais menores, como ânforas, moedas, acessórios de vestimenta e afins. Todos esses objetos são produzidos visando atender as necessidades de um grupo específico, ou seja, estão imersos em valores culturais próprios, e que podem ser comparados com objetos provenientes de outras localidades. Essa análise comparativa foi produzida pelos autores nos trabalhos elencados, e é baseada nelas que tecemos as hipóteses apresentadas nesse trabalho.

²⁰ BRAUDEL, op.cit; NIEMAYER, op.cit; ALVAR, Jaime. *Capítulo I – Los Primeros Estados en la Península, los Pueblos del Área Mediterránea*. In: **Entre Fenícios Y Visigodos – La historia antigua de la Península Ibérica**. Las esfera de los Libros, Madrid, 2008, p. 27.

²¹ Associado, desde a Antiguidade ao culto do Heracles/Hércules Greco-romano.

²² Segundo Tarandell apud. MARIÑAS, op. Cit., Braudel, Ana Mariñas, Jaime Alvar entre outros autores.

estariam interligadas através de laços culturais e comerciais. E não somente estariam ligadas, mas também seriam dirigidas através de alguma estrutura de poder, no caso o Templo de Melkart em Gades.

Em prosseguimento ao governo de Amílcar, morto em combate contra tribos belicosas, seu genro Asdrúbal foi elevado à condição de chefe de exército, mesmo ele sendo comandante de outro setor militar cartaginês.

“Os cartagineses confiaram então o comando do exército a Asdrubal, genro de Amílcar e almirante de sua frota”²³.

Não podemos deixar de estranhar, a primeira vista, qual o sentido de colocar um comandante naval à frente do corpo do exército. Porém, devemos pensar no quadro como um todo. Como nos apontam MARINHAS e TRISTAN & VARGAS, a principal fonte de prosperidade às cidades do Círculo do Estreito era a exploração pesqueira e o comércio marítimo. Assim, era de imenso interesse tanto cartaginês quanto peninsular garantir a segurança e tranquilidade no mar e em suas rotas comerciais. Podemos aperceber com isso que o cargo de almirante ganhou grande importância e destaque durante o processo de expansão cartaginesa. Essa hipótese adquire maior validade quando analisadas as ações de Asdrúbal durante seu governo:

“[No] início da administração de Asdrúbal, sensata e pragmática; [temos] a fundação pelo mesmo da cidade chamada de Cartago por algumas pessoas e Nova Cartago por outras, contribuiu sobremaneira para melhorar a posição dos cartagineses, especialmente por sua localização muito vantajosa com vistas a ações tanto na Ibéria quanto na Líbia”²⁴

Existem diversas hipóteses dos motivos que levaram Asdrubal à fundar uma capital. Para nós, é relevante ressaltar que a cidade foi fundada num local estratégico do ponto de vista das comunicações marítimas entre Cartago e a Península Ibérica, sendo inclusive

“praticamente a única entre as [cidades] da Ibéria dotada de um porto com instalações convenientes para acolher uma frota e forças navais, e que ao mesmo tempo sua localização era muito favorável aos cartagineses para a travessia direta do mar quando vinham da Líbia”²⁵.

Novamente, vemos a preocupação em criar condições que mantivessem a supremacia naval cartaginesa na região, provavelmente como forma de coagir as elites do Círculo do Estreito com possíveis represálias de bloqueio naval nas rotas comerciais que ligavam Gades aos mercados da Itália, Grécia e demais consumidores. De igual forma, temos a observação de que a cidade era favoravelmente acessível aos cartagineses, apontando que Asdrubal estava preocupado em melhorar as comunicações entre Cartago e a Ibéria, o que mina a argumentação tradicional de que os integrantes do clã Barca adotaram medidas de isolamento e distanciamento com a cidade de Cartago e seu Senado²⁶.

Asdrúbal, igualmente, obteve sucesso no processo de expansão de poder na Península Ibérica, aumentando o domínio cartaginês muito mais pelo emprego de uma rede diplomática e negociações do que pela supremacia militar em batalhas.

“Asdrúbal, após governar esse território durante oito anos, foi assassinado à noite por um certo celta em decorrência de ofensas de caráter privado. Asdrúbal havia aumentado não um pouco, mas grandemente, o poderio dos cartagineses, não tanto mediante operações militares mas graças a um convívio amistoso com os chefes locais”²⁷.

Essa “relação amistosa” deve ser vista com atenção. Sabemos que Asdrúbal foi assassinado por um celta, o que denuncia ressentimentos, não só pessoas, mas também

²³ Políbio, II, 1.2

²⁴ Políbio, II, 13.1

²⁵ Políbio, X, 8.

²⁶ HERM, Gehard. op. cit.

²⁷ Políbio, II, 36.

tensões e disputas políticas existentes nas áreas dominadas pelos cartagineses. Isso nos ajuda a entender porque motivo Asdrúbal, apesar de manter boas relações com diversos líderes tribais, ainda assim mantinha reféns em Nova Cartago, como podemos entender em uma passagem de Políbio

“Depois ele [Cipião, o Africano] soube que os cartagineses guardavam o grosso de seus recursos em dinheiro e de seu material bélico nessa cidade, bem como seus reféns vindos de toda a Ibéria”²⁸.

Apesar de podermos apontar que esses reféns seriam os reféns pedidos por Aníbal, quando de seus preparativos para a campanha na Itália, não devemos deixar de ter em vista que para Aníbal planejar manter reféns nessa cidade, ela deveria estar preparada para isso. Como não temos informações sobre Aníbal ter preparado a cidade para recebê-los, muito provavelmente a cidade já estaria adaptada para essa situação desde Asdrúbal.

Com o assassinato de Asdrúbal, Aníbal foi escolhido como novo chefe militar cartaginês na península. Se Asdrúbal expandiu o comando de Cartago através de redes diplomáticas, Aníbal assume uma postura militarista, submetendo a seu comando as tribos celtas localizadas no interior da península, em direção ao vale do rio Douro. Vemos uma alteração na direção de expansão, se Amílcar e Asdrúbal procuraram assegurar a região litorânea, Aníbal parte em ampliar o domínio cartaginês no interior, possivelmente contando com possíveis apoios vindos do litoral e da própria Cartago.

A peça final que encerra nossa análise encontra-se numa passagem avançada de Políbio no Livro III:

“mas Aníbal mandou pedir autorização [para iniciar ações militares] a Cartago, pois os zacântios, confiantes em sua aliança com os romanos, estavam hostilizando alguns dos povos aliados aos cartagineses”.

Nessa passagem, vemos uma alteração no modo como os cartagineses interpretavam sua atuação na península. Alguns dos povos submetidos deixaram de ser tratados como subjugados e passaram a ser entendidos como aliados que estavam sendo atacados. Esse recurso retórico, de transformar Cartago numa espécie de *Hegemon* dos povos peninsulares e, que por esse motivo, deveria defendê-los dos zacântios, somente possuiria sentido num universo que compartilhasse dos conceitos próprios do universo político helenístico do período. Ou seja, podemos inferir que Aníbal, e as elites de Cartago, não estavam estanques ao mundo cultural helenístico²⁹, e compartilhavam de alguns traços culturais.

Ao fazermos essa análise sobre a expansão cartaginesa na Península Ibérica podemos perceber que ela não ocorreu de forma casual, ou randômica. A expansão desenvolveu-se de forma planejada, se não no total, em seus vários períodos. Cada chefe cartaginês adotou uma política de tratamento com os povos peninsulares, podendo ser mais agressiva ou mais diplomática, entretanto, em nenhum momento os objetivos expansionistas foram abandonados.

A implantação dessa doutrina expansionista na península ibérica, aprovada pelo governo de Cartago e executada pelo clã Barca, gerou uma revitalização em diversos setores cartagineses. Na economia, as riquezas ibéricas permitiram o pagamento tributário devido à Roma, da mesma forma como garantiram a recuperação da cidade; no campo político, Cartago reergueu-se através dos sucessos diplomáticos de Amílcar, Asdrúbal e de Aníbal, da mesma maneira como o comércio serviu de motor para reacender as ligações entre as elites cartaginesas e helenísticas. E, no campo militar, a experiência militar da família Barca mostrou que o vazio da perda da supremacia naval foi substituído pelo aprimoramento na qualidade dos estrategistas em campo de batalha terrestre.

²⁸ Políbio X, 8.

²⁹ TRONCOSO, Victor Alonso. “*La Paidéia del príncipe y la ideología helenística de la realeza*”. **Gérion** Anejos, Madrid, IX, 2005, 185-204

USURPAÇÃO E LEGITIMAÇÃO NA HISTÓRIA CONTRA OS PAGÃOS DE ORÓSIO

Aluno: Diego Schneider Martinez

Orientador: Renan Frighetto

Palavras-chave: Usurpação, Legitimação, Antiguidade Tardia

O presente trabalho de monografia tem como objetivos principais identificar, na obra historiográfica do presbítero hispano Orósio – intitulada *História Contra os Pagãos* – as principais características atribuídas aos usurpadores e os imperadores legítimos, verificando a quais são os atributos que legitimam os imperadores legítimos a partir da comparação entre os personagens. Entre os usurpadores, foram escolhidos dois personagens, Máximo (383-388) e Constantino III (407-411), e também dois entre os imperadores legítimos, Teodósio I (379-395) e Honório (395-423). Justifica a escolha destes usurpadores o fato de que Ambos tiveram trajetórias bastante parecidas, iniciando suas rebeliões na Britânia, conseguindo reconhecimento dos imperadores legítimos depois de conseguir vitórias na Gália, sendo eliminados por seus colegas assim que surge uma oportunidade. A escolha destes dois imperadores legítimos como objeto do presente trabalho está relacionada a dois fatores principais. O primeiro é a religião defendida por tais imperadores, o cristianismo niceísta, que coincide com o credo de Orósio, autor da obra analisada no presente trabalho, o que ao nosso ver permite uma construção idealizada da imagem destes imperadores por parte do presbítero hispano. Em segundo lugar está a proximidade cronológica entre Orósio e tais imperadores, considerando que o autor da *História Contra os Pagãos* nasceu durante o reinado de Teodósio I, vivendo sua infância em um período de hegemonia deste imperador e sua carreira eclesiástica – incluindo a redação de sua obra – se encontra dentro dos limites do reinado de Honório.

De um ponto de vista teórico, o presente trabalho se baseia na noção de Antiguidade Tardia, conforme proposto por Renan Frighetto, baseado na idéia de que a especificidade deste período está na reformulação e readequação dos conceitos clássicos a uma nova realidade. Os conceitos políticos e institucionais na Antiguidade Tardia estão constantemente em intensa reformulação, sendo sempre pautados por um passado legitimador de uma autoridade renovada, considerada superior que a anterior. Este pesquisador define como baliza inicial da Antiguidade Tardia o século II, quando detecta os primeiros sintomas de reformulação e readequação com a transição do modelo de Principado ao Dominado, a divisão de poderes entre mais de um imperador e a ascensão de poderes regionais; e como baliza final o século IX com o deslocamento do eixo de poder do Mediterrâneo ao norte da Europa. O espaço por excelência da Antiguidade Tardia é o Mar Mediterrâneo, porém não se reduz somente a ele, já que a influência das idéias forjadas neste espaço encontra eco em lugares mais distantes através da interação cultural – como, por exemplo, ao verificarmos a cristianização da *Hibernia* (atual Irlanda), que nunca esteve baixo domínio romano. Concluimos, concordando com Frighetto que: “Reformulação, Readequação e Interação: três conceitos que fazem da Antiguidade tardia um período histórico único, autônomo e dotado de identidade própria.”¹

De um ponto de vista metodológico, o presente trabalho se baseia na análise textual da obra de Orósio, a partir de uma leitura atenta e o fichamento dos trechos interessantes para a resolução da problemática, buscando desta forma uma interpretação ampla das caracterizações feitas por Orósio a cada um dos personagens estudados. A estrutura do

¹ FRIGUETTO, R. . A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: VII Semana de Estudos Medievais, 2010, Brasília. Por uma longa duração. Perspectivas dos estudos medievais no Brasil. Brasília : Casa das Musas, 2009. v. 1. p. 101-122.

trabalho será dividida da seguinte maneira: na introdução se discutirá questões relativas ao autor e a obra estudados, no primeiro capítulo será feito o estudo das questões relacionadas aos usurpadores – começando com uma discussão teórica sobre a usurpação na Antiguidade Tardia, passando para a apresentação das trajetórias dos personagens construídas a partir da bibliografia para em seguida partir para a análise do texto propriamente dito. No segundo capítulo, serão analisadas as questões relacionadas aos imperadores legítimos, seguindo uma estrutura semelhante ao primeiro capítulo. Haverá ainda um terceiro capítulo conclusivo, conectar as interpretações e verificar as hipóteses de legitimação dos imperadores em oposição aos usurpadores e de uma noção de continuidade entre os reinados de Teodósio I e Honório.

Com relação ao autor estudado, podemos afirmar que Orósio nasceu seguramente na província da Galaecia, no noroeste da Península Ibérica, por volta do ano de 383. Não se sabe exatamente em que localidade desta província exatamente, sendo que as duas hipóteses mais prováveis são a cidade de Brigantia (A Coruña - Espanha) ou Bracara Augusta (Braga – Portugal), mas sem dúvidas era um membro da igreja de Bracara.

Podemos afirmar quanto à origem de Orósio que ele pertencia a uma família cristã de elevado status social, talvez uma família de altos funcionários. Ele teria gozado de uma ampla formação na cultura tradicional romana, aprendida na escola, além de uma sólida formação cristã. Agostinho de Hipona caracteriza seu gênio da seguinte maneira: “despierto de ingenio, pronto de palabra, entusiasta en su celo, deseando ser un instrumento útil em la casa del Señor”².

Sabemos que Orósio esteve envolvido durante toda sua carreira eclesiástica no combate à heresias que ameaçavam a unidade do cristianismo, em especial o priscilianismo que estava presente de maneira bastante sólida em sua terra natal. Por volta do ano de 414 o presbítero hispano viajou à África para consultar Agostinho de Hipona sobre as controvérsias teológicas de sua terra e pedir ajuda para resolver tais problemas. Orósio é acolhido de maneira calorosa pelo Bispo de Hipona e após algum tempo de convivência, é enviado à Belém em uma importante missão, reatar as relações de Agostinho e Jerônimo de Belém contra um inimigo comum, Pelágio. Além disso, Jerônimo poderia ajudar ao presbítero hispano na construção de sua argumentação contra os priscilianistas especialmente em questões relacionadas à origem da alma, assunto sobre o qual Agostinho preferia não pronunciar-se.

Após esta viagem, no ano de 416, Orósio retornou a Hipona e provavelmente neste momento iniciou a escrita de sua principal obra, a História Contra os Pagãos (*Historiae adversus paganos*). Provavelmente já vinha compilando as informações que se tornariam a base de sua História desde sua primeira estada na cidade africana, complementando as informações durante sua viagem ao oriente, a pedido de Agostinho.

O título desta obra, História *Contra os Pagãos*, é muito significativo para entendermos seus objetivos. Sua escrita está relacionada com a polêmica entre pagãos e cristãos que voltou a ser bastante forte após o saque de Roma por Alarico em 410. Grosso modo, os pagãos culpavam os cristãos pela ruína do Império graças ao abandono dos cultos tradicionais da cidade enquanto os cristãos se defendiam afirmando que as crises pelas quais passavam o Império eram uma punição divina contra aqueles que ainda não aceitavam a “verdadeira” religião, ou seja, o cristianismo. Agostinho estava profundamente engajado nesta polêmica, lembrando que neste momento escrevia sua “Cidade de Deus” (*De Civitate Dei*) com este objetivo, e uma obra historiográfica contra os pagãos que desse apoio a sua argumentação poderia ser bastante útil.

² Agostinho, Ep. 166, 2. Citação retirada de MARTINEZ CAVERO, El pensamiento histórico y antropológico de Orósio. **Antigüedad y Cristianismo**, Murcia, XIX, 2002.

Neste sentido, o principal tema tratado por Orósio é a felicidade ou a infelicidade dos tempos antigos, entendidos pelo presbítero hispano como aqueles que se passaram antes da vinda de Cristo, e os tempos cristãos (*tempora christiana*)³ sendo que seu principal objetivo é demonstrar aos pagãos que os tempos cristãos são mais felizes que os tempos antigos⁴.

O termo “usurpação” é derivado do latim *usurpare* que significa tomar ou usar algo sem ter o direito de fazê-lo. Neste sentido, podemos entender um usurpador como um personagem que toma ou usa indevidamente o poder imperial⁵. Maria Victoria Escribano comenta sobre o tipo de usurpação que nos interessa no presente trabalho, bastante comum nos séculos III, IV e V, se trata de uma rebelião aberta contra o imperador legítimo durante o período de seu governo, com um personagem assumindo a posição de imperador ilegitimamente⁶. Desde a época de Augusto, o imperador havia se tornado o único detentor do *imperium proconsular*, ou seja, o poder de mando sobre o Exército Romano. Além disso, o consenso do Exército é uma das principais fontes de legitimação do imperador. Quando um personagem por iniciativa própria e em um ato de desobediência deliberada contra a autoridade do imperador legítimo passa a mandar em uma parte do Exército utilizando-se das insígnias imperiais, rompendo assim o consenso, se caracteriza uma usurpação⁷. Sendo então a nomeação pelo Exército uma das principais maneiras de tornar-se imperador, se pode diferenciar uma maneira que poderia ser interpretada como legítima de se chegar ao poder sendo nomeado espontaneamente pelas suas tropas – como no caso de Constantino I nomeado augusto em 307 – e uma forma ilegítima de atingir a púrpura, quando o Exército é forçado a nomear um personagem – como no caso de Carausio⁸.

Apesar disso, a grande diferença entre um imperador legítimo e um usurpador – sendo essa a principal fonte de legitimidade de qualquer personagem – é a vitória sobre seus oponentes. Ao vencer, um imperador se torna quase que automaticamente legítimo por dois motivos. O primeiro é o fato de não haver uma regulamentação jurídica clara acerca da sucessão imperial, sendo que essas regras eram sempre impostas pela casa imperial em exercício. Sendo assim, considerando a tendência a uma hereditariedade que percebemos crescer durante a Antiguidade Tardia, a única maneira de ascender ao poder sem ser um membro da família imperial é através de uma tentativa de usurpação. O segundo ponto, é que neste período se desenvolve também a idéia de que o imperador governa pela graça divina, fato que é possível perceber mesmo antes da oficialização do cristianismo. Desta maneira, o imperador legítimo está predestinado à vitória enquanto o usurpador está ao fracasso⁹. Novamente podemos utilizar Constantino I como exemplo.

³ MARTINEZ CAVERO, Aproximación al concepto de tiempo en Orósio, **Antigüedad y Cristianismo**, Murcia, XII, 1995. p. 256

⁴ MARTINEZ CAVERO, Signos y Prodigios. Continuidad y Inflexión en el pensamiento de Orósio. **Antigüedad y Cristianismo**, Murcia, XIV, 1997. p. 84

⁵ ESCRIBANO, M. V. Usurpación y Religión em el. S. IV d. de .c. Paganismo, Cristianismo y Legitimación Política, **Antigüedad y Cristianismo**, Murcia, VII, 1990, p. 250

⁶ **Ibidem**, p. 252

⁷ ESCRIBANO, M. V. Usurpación y defensa de las Hispanias: Didimo y Verriniano (408). **Gerión**, Madrid, n. 18, 2000, p. 519-520

⁸ RODRÍGUEZ GERVÁS, M. **Propaganda Política y Opinión Pública em los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991, p. 33

⁹ Com relação às discussões de todo parágrafo, ver: ESCRIBANO, Usurpación y Relección..., p. 252 – SILVA, G. Política e Propaganda no Baixo Império: um aspecto da reação imperial às usurpações. **História Revista**, Goiânia, n.1, v.1, 1996, p. 73 e FRIGHETTO, R. Algunas consideraciones sobre las construcciones teóricas de la centralización del poder político en la Antigüedad Tardia: Cristianismo, tradición y poder imperial. In: CORTI, P.; WIDOW, J. L.; MORENO, R. (Orgs.). *Historia: entre el pesimismo y la esperanza*. 1 ed. Viña del Mar: Ediciones Altazor, 2007, v. 1, p. 297-308.

Sua ascensão aconteceu claramente através do uso da força, porém ao derrotar todos seus oponentes, torna-se o legítimo imperador e todos os derrotados acabam representados como usurpadores, indignos de sustentar as obrigações imperiais¹⁰.

Durante a Antiguidade Tardia percebemos uma construção teórica em torno da centralização do poder. O Principado é substituído pelo Dominato, regime definido por Gonzalo Bravo como um regime monárquico com tendências absolutistas, no qual o imperador decide pessoalmente o destino do estado, a lei emana dele sem se submeter a nenhum tipo de controle constitucional. Caracteriza-se como um poder autocrático e autoritário¹¹. Percebemos também uma tendência ao monoteísmo como imagem desta centralização, sendo o imperador visto como um verdadeiro representante de Deus na Terra. Porém, se percebe que na prática ocorre a regionalização deste¹². Podemos entender a prática das usurpações também como um reflexo desta regionalização, considerando que muitas vezes os usurpadores representaram os interesses de uma elite regional que não era atendida pelo governo central. Apesar disso, os usurpadores não contestavam a legitimidade do sistema em si, mas sim a legitimidade do governo daquele personagem específico contra o qual se revoltam. Não existe com as usurpações nenhuma proposta de redefinição do sistema imperial.¹³

Vale ainda recordar que todas as informações que temos sobre os usurpadores é, via de regra, deturpada. Além de sofrer a *damnatio memoriae*, que consistia na destruição de todas as referências públicas do regime, existe todo um esforço por parte da propaganda imperial do imperador vencedor na construção de uma imagem negativa dos personagens considerados usurpadores para a posteridade, para que a partir do exemplo de seus defeitos e de seu fracasso, ninguém tentasse seguir seus passos. A representação do usurpador acaba servindo a uma função de antagonista contra o imperador considerado legítimo, e sua mácula permite a otimização deste imperador¹⁴.

Após a apresentação das teorias que norteiam nosso trabalho, partiremos diretamente para as conclusões parciais retiradas da interpretação da fonte propriamente dita.

A partir das apresentações dos usurpadores Máximo e Constantino III na obra de Orósio, encontramos um ponto de comparação bastante interessante entre estes dois personagens, ponto este que interessa muito à Orósio em sua obra. Trata-se da relação dos usurpadores com a Hispania. Máximo é um personagem oriundo da Península Ibérica e isso gera um grau de simpatia ao presbítero hispano, somado ao fato dele ter sido um perseguidor da heresia que aflige sua terra. Já Constantino III é considerado como um responsável direto da ruína das províncias hispânicas, fato que faz Orósio o lembrar com muito rancor, somado ao fato deste personagem também ter atentado contra a própria igreja quando forçou seu filho sair de um caminho honrado e tornar-se um usurpador também ao lado dele.

Quando comparamos as cronologias, percebemos que enquanto Orósio faz um grande esforço para não mostrar nenhum lado positivo da usurpação de Máximo, quando expõe a situação de Constantino III o esforço não é tão grande, já que os próprios feitos deste personagem por eles mesmos são os argumentos contra ele, no sentido de que aos olhos do historiador cristão ele não é capaz de gerar nenhum tipo de simpatia.

¹⁰ Tal como o exemplo de Majencio exposto por RODRÍGUEZ GERVÁZ, **Propaganda Política...** 1991, p. 44

¹¹ BRAVO, G. **Teodosio**, Madrid: Esfera de los libros, 2010. p. 30

¹² FRIGHETTO, R. *Algunas consideraciones...*

¹³ SILVA, G. *Interesses Subjacentes e Interesses Manifestos no Contexto das Usurpações Romanas (284-395 d.C.)*, **Phoinix**, Rio de Janeiro, 2, 1996, p. 99

¹⁴ Ver SILVA, G. *Propaganda...* e ESCRIBANO, M. V. *Usurpación y Religión...*

Com relação à omissão dos pactos que tornaram os usurpadores imperadores legítimos por algum tempo, os objetivos de Orósio são evidentemente os mesmos em ambos os casos: o presbítero hispano não pode admitir que os imperadores legítimos que está defendendo, no caso Teodósio I e Honório, são capazes de compactuar com traidores do estado romano, já que a função deles seria restaurar e defender este estado.

Podemos perceber que a principal virtude de Teodósio I segundo a interpretação de Orósio é sua fé. As outras virtudes apresentadas, em especial sua bravura relacionada aos seus feitos militares, são apresentadas como consequência da fé. Por exemplo, quando Teodósio vence a todos os inimigos no início de seu reinado, levando consigo apenas um pequeno exército, se pode identificar a bravura, porém ela só existe porque o imperador tem confiança em seu Deus e é isso que garante sua vitória. Esta mesma conclusão se pode extrair do momento em que o imperador ataca sozinho as tropas inimigas durante o enfrentamento com Eugênio. Se um personagem sem a característica da fé tivesse feito a mesma ação, seria apenas um imprudente. Porém, com a fé, se torna bravura e consegue resultados positivos.

Em vários momentos, a impressão que temos é de que Teodósio tem tudo a perder, porém sempre vence graças a intervenções divinas, que são resultado de sua fé. Desta maneira, podemos afirmar que para Orósio a própria manutenção do Império e principalmente do imperador é resultado da vontade divina, e esta vontade divina se torna a própria legitimação do poder deste imperador em detrimento a seus opositores.

Pensando na cronologia, Orósio a utiliza também como uma forma de legitimação. As datas do reinado de Teodósio não são marcadas precisamente, e o espaço que este reinado ocupa na obra também não é muito extenso. A impressão que temos com a leitura é a de que Teodósio não reinou por muito tempo. Ainda assim foi capaz de levar a cabo inúmeros feitos e restaurou de maneira satisfatória¹⁵, graças a sua fé e a intervenção divina, mesmo dispondo de pouco tempo para isso.

Podemos afirmar que a visão positiva que Orósio faz do reinado de Honório está apoiada em dois principais pilares. O primeiro é o fato de que em todos os revezes, derrotas ou crises a responsabilidade nunca é do Imperador propriamente dito. A culpa sempre recai em um personagem considerado indigno de seu posto ou então é entendida como uma punição divina, sempre justa, contra os pecadores que vivem dentro dos limites do Império. Já todas as vitórias, são atribuídas à fé de Honório e de seus seguidores, numa nítida noção de que é a própria vontade divina que mantém o Imperador em seu posto. Disso, podemos concluir que para Orósio a principal virtude que um Imperador deve ter é a fé.

Além disso, a fica clara a preferência por romanos aos bárbaros na oposição que se pode fazer entre as imagens de Estilício e Constancio, e em uma escala maior, a preferência aos cristãos invés dos pagãos, mesmo que os cristãos sejam bárbaros e os pagãos romanos, como se pode notar na narração dos feitos de Alarico.

Neste sentido, podemos concluir que a visão positiva dos reinados de Teodósio e de Honório com o objetivo geral da obra de Orósio, que seria como vimos acima, demonstrar como os tempos cristãos são mais felizes que os tempos pagãos. Orósio afirma que uma das provas desta felicidade é o fato de encontrarmos nos tempos cristãos inumeráveis vitórias com pouco derramamento de sangue, nenhuma luta e quase sem mortes¹⁶. Conforme já se havia antecipado em que grande parte das vitórias atribuídas aos imperadores cristãos narradas por Orósio se encaixam nesta descrição. Neste sentido, as próprias visões positivas acerca dos reinados de Honório e de Teodósio são alguns dos principais argumentos do historiador cristão para provar sua principal tese.

¹⁵ Oros, VII, 35, 23.

¹⁶ Oros, VII, 43, 16-17.

IMPERATOR DOMINUS MUNDI: A PERSPECTIVA DA AUCTORITAS NO PRINCIPADO DE OCTÁVIO AUGUSTO (27 A.C- 14 D.C)

Aluna: Rafaela de Sousa Trentini

Orientador: Renan Frighetto

Palavras-chave: *Uirtus; Auctoritas; Legitimidade*

O presente trabalho tem como objetivo identificar e compreender como a Representação e a Propaganda Política delimitada por Octávio Augusto a partir de virtudes elaboram e legitimam a sua *auctoritas* perante o Senado e o povo romano. Pois a mesma era necessária para afirmar um novo tipo de governo que vinha sendo pelo próprio *Augusto*, o Principado Romano.

Neste sentido buscou-se analisar se a elaboração de um aparato propagandístico e de elaboração de uma imagem política segura era necessária para estabelecer e legitimar esse novo sistema governativo criado por Octávio Augusto.

Esta monografia foi dividida em três capítulos. O primeiro é dedicado a uma explanação mais conceitual sobre as virtudes que permeiam o contexto aqui analisado, e como elas influenciam na vida política romana, mas, sobretudo quais as suas origens e usos. Quais as mudanças e transformações de conceitos gregos para o uso político romano. No segundo capítulo buscou-se apresentar uma contextualização sobre o personagem aqui analisado, Octávio Augusto. E por fim no terceiro capítulo busca-se compreender como a propaganda política que Augusto faz de si mesmo influencia diretamente na elaboração e na legitimação de sua *auctoritas*.¹

O século I a.C foi um período muito conturbado da História Romana, permeado por intensas guerras civis e disputas pelo poder da República. Neste ínterim aparecem personagens que se destacam neste momento como Caio Mario, Sulla, Pompeu, Júlio César, Marco Antônio que buscam o poder de várias formas. Mas principalmente Octávio Augusto, que cria um novo sistema de governo, com o apoio da aristocracia senatorial e do povo romano. Neste sentido, compreender como ele elabora esse novo sistema, mas mais do que isso, como ele consegue a *auctoritas* necessária para governar de forma soberana em meio a uma sociedade republicana demonstra-se importante para a compreensão do Principado Romano.

Após as diversas tentativas por parte dos generais em obter o poder, baseado numa relação de poder pessoal, ou seja, baseado em uma só figura que representa toda a instituição, a República já não podia mais ser restaurada de acordo com Norma Musco Mendes². Com o assassinato de César a República entra em uma grande crise sucessória, e assim também em uma guerra civil. O Senado já não sustentava-se sem um representante. Deste modo cria-se o Segundo Triunvirato, onde o poder é dividido entre os três homens com maior representação política daquele momento, Marco Antônio e Lépido, ambos generais de César, e Octávio sobrinho neto e herdeiro do ditador de acordo com o seu testamento, lido por Antônio em praça pública.

Com o afastamento de Lépido, Antônio e Octávio entraram em um combate direto. Antônio alia-se a Cleópatra, rainha do Egito, deste modo, Octávio declara-o como traidor da República e afirma que o mesmo tem a intenção de tornar Roma uma monarquia ao estilo helenístico. Deste modo afirma-se como o defensor da República, das suas

¹ Conceito latino que define a real influência e poder de uma determinada pessoa em seus subordinados, baseado em uma relação de confiança e respeito e não poder imposto com o uso da força, mas sim conquistado pelo indivíduo

² , Norma Musco. Sistema Político do Principado. In: MENDES, Norma M. e SILVA, Gilvan. (orgs.) *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória ES: EDUFES, 2006.

tradições e de seu povo. Em 31 a.C na Batalha do Ácio Octávio sai vencedor, derrotando Antônio e Cleópatra, e assim anexando o Egito às províncias romanas. Deste modo, Octávio é o único soberano de Roma neste momento, e é declarado como o salvador de Roma.

“A versão oficial justifica essa guerra como justa, caracterizada como a defesa da liberdade e da paz contra um soberano inimigo, romano degenerado que tentava subjugar a Itália e o Ocidente sob o governo de uma Rainha Oriental. Ácio representou o choque entre as forças do herdeiro de César, do Senado, do povo e dos deuses de Roma contra uma Rainha e os deuses do Nilo, e consequentemente afastou a ameaça de orientalização tão temida pela aristocracia romana, pois significava um regime político nos moldes de uma monarquia helenística.”³

Com a vitória sobre Antônio, Octávio conquista a imagem de restaurador da República e da liberdade (*vindex libertatis*). Deste modo, essa posição o afastava de uma ditadura e de uma imagem tirânica, a qual César havia recebido. Octávio, desta maneira consegue a legitimidade necessária para permanecer no Consulado sem objeções por parte do Senado, da Aristocracia e do povo romano e lá permanece até o ano de 27 a.C.

“At the age of nineteen, on my own initiative and my own expense, I raised an army by means of which I restored liberty to the republic, which had been oppressed by the tyranny of a faction.”⁴

Neste mesmo ano de 27 a.C Octávio percebe que a sua saída do poder já não era mais aceitável pelas diversas camadas romanas, bem como a sua figura tornou-se indispensável para todos, caracterizando-se mais em uma relação de dependência do seu poder, mas também pela admiração e o respeito que o mesmo possuía para com o povo romano. Sendo assim, com uma grande percepção política, Octávio convoca uma reunião extraordinária no Senado, onde o mesmo planeja devolver todos os seus poderes ao Senado e ao povo romano.

Nesta sessão Octávio abdica de todos os seus poderes e os devolve para o Senado Romano a fim de colocar em prática o que ele vinha elaborando, a imagem de defensor da República. O Senado, por sua vez, instantaneamente recusa e ainda pede para Octávio que permaneça no poder por mais tempo. O mesmo ainda tenta negar, porém o Senado insiste, afirmando que esta também era a vontade do povo romano. Ainda lhe oferece novos poderes militares e administrativos, que estavam representados através dos títulos de *imperator* (chefe militar) e *princeps* (primeiro cidadão/ primeiro senador). É neste momento que se caracteriza o início do Principado Romano. Três dias mais tarde Octávio recebe ainda o mais importante título de sua carreira política, o de Augusto, que significava um ser sagrado, título aplicado anteriormente apenas aos deuses. Este título irá conferir a agora chamado Gaius Octavius Julius Caesar (Caio Octávio Júlio César) uma sacralidade e uma legitimidade perante todo o povo romano e a aristocracia senatorial, proporcionando que o Principado seja efetivo e que o mesmo torne-se um soberano. O principado de Augusto irá durar até 14 d.C ano de sua morte, mas também sobreviverá por séculos. Sua obra foi duradoura e forte por muito tempo, e depois ficaria conhecida como Império Romano.

Octávio Augusto torna-se soberano de Roma, principalmente pela acumulação de diversos poderes em sua mão, quase todas as estruturas políticas estavam agregadas para si. Recebe além dos títulos de *Imperator*, *Princeps* e *Augusto*, a *tribunicia potestas*, ou seja, a iniciativa legislativa, *Tribuno da Plebe*, conseguindo assim o poder de vetar decisões no Senado e representar a plebe romana. E por fim recebe também o título de *Pontifex Maximus*, que lhe garantia a chefia da religião romana.

³ MENDES, Norma Musco. Sistema Político do Principado. In: MENDES, Norma M. e SILVA, Gilvan. (orgs.) *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória ES: EDUFES, 2006. P. 25.

⁴ AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti*. London. Loeb Classical Library, 1924. Pág.347.

Tradução por Rafaela Trentini: Aos dezanove anos levantei um exército por mimnha própria iniciativa e custas. Eu restaurei a liberdade para a República que vinha sendo oprimida por um tirano e por uma facção.

Deste modo observa-se que todas as estruturas governativas estavam concentradas em Octávio Augusto, tornando-o soberano, e de certa forma incontestável. Haviam revoltas e contestações ao seu poder, no entanto eram logo eliminadas pelas forças de Augusto. Assim, fica caracterizada uma forma de modelo pessoal de governo, na qual um indivíduo é associado diretamente a todas as formas de poder de um determinado governo.

Augusto busca fixar uma imagem de supremo defensor das tradições e da República Romana, tal como ela foi em seu início. Busca inclusive, fazer uma política antagônica a de seu tio avô Júlio César em diversos aspectos, a fim de conseguir a legitimidade por parte da aristocracia. A todo momento ele afirma ser integrante e defensor de um sistema republicano, e busca afastar-se de insinuações monárquicas.

“Fui por dez anos seguidos, triúmviro da república que se organizava. Por quarenta anos, até o dia em que escrevi essas linhas, fui *princeps* do senado.”⁵

Esta afirmação do próprio Augusto demonstra que ele não colocava-se acima da República, pelos menos na retórica. Ele promete reorganizar a república, e assim afirma que estruturava-a novamente, e que sempre esteve trabalhando em conjunto com o Senado, apenas era o *princeps* do mesmo.

“Promoveu mudanças e instituiu muita coisa nova nos assuntos militares, e também fez retroceder algumas características ao modo antigo. Exerceu a disciplina de forma extremamente severa.”⁶

Com esta política de apresentar-se como um defensor e de um guia da República a sua ordem natural, Augusto conquista a aristocracia romana. Por intermédio do *princeps*, as elites romanas tencionavam manter o *imperium* e reviver os ideais da *res publica*, ou seja, preservar a sua base material mediante a proteção da propriedade privada, a manutenção dos seus privilégios sociais e a garantia de segurança pessoal do indivíduo, afastando assim os abusos do tempo das guerras civis. Neste sentido a atuação de Otávio Augusto foi bastante conservadora, possibilitando a consolidação das transformações socioeconômicas do final do período republicano.⁷

Desta maneira, Augusto conquista a confiança da aristocracia romana, o que possibilita assim uma maior liberdade para agir perante o senado, que pertencia a esta classe. Do mesmo modo Augusto conquista o Senado com essa mesma propaganda, a de defensor da República, onde ele só estava ali para guiá-la para o seu tempo de auge novamente, apenas para retirá-la da crise em que vivia, principalmente com as guerras civis. Com este semblante Octávio Augusto conquista definitivamente a *auctoritas* perante esta aristocracia. Principalmente quando delega o seu poder ao Senado e ao povo romano.

Por fim busco-se compreender como ele estabelece uma propaganda de si mesmo, para afirmar o seu real poder. No primeiro capítulo é visto os usos políticos das virtudes no mundo romano, e como Augusto apropria-se destas virtudes, pois era uma tradição romana o homem político utilizar-se de virtudes para afirmar-se em determinados cargos.

A sociedade romana, em muitos aspectos apropriou-se da cultura grega, inclusive na utilização de virtudes para definir o indivíduo, principalmente político. Neste sentido a política romana estava permeada destes aspectos. Sendo assim, Augusto utiliza-se bastante este mecanismo para afirmar-se no poder. Octávio Augusto estava criando um novo sistema de governo, para tanto precisava de elementos que o legitimassem. Deste modo ele utiliza-se tanto das virtudes, para elaborar uma imagem segura para todos os cidadãos, como também a propaganda política, para que sua imagem fosse disseminada.

⁵ AUGUSTO. *Os feitos do Divino Augusto*. Belo Horizonte. Editoria UFMG, 2007. Pág. 129.

⁶ Suetônio. *A vida do divino Augusto*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2007. Pág. 66.

⁷ MENDES, Norma Musco. *Sistema Político do Principado*. In: MENDES, Norma M. e SILVA, Gilvan. (orgs.) *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória ES: EDUFES, 2006. P. 26.

As virtudes principais de Augusto são a *uirtus* (valor), *clementia* (clemência), *pietas* (piedade) e *iustitia* (justiça), além de várias outras. O *princeps* utiliza-as para elaborar sua imagem, de um homem justo e clemente, que possui valor, e que é o mais preparado para restaurar a república e levar Roma a sua antiga glória. Para que esta imagem fosse distribuída, Augusto utilizou-se de elementos propagandísticos, como obras literárias, tanto de gênero histórico como de epopéia. Dois grandes exemplos desta propaganda, onde aparecem de forma intensa as suas virtudes. Na epopéia Eneida, Augusto não é citado abertamente, mas insinuado como o homem mais preparado, mas principalmente Sagrado, principalmente por ser descendente de César, que por sua vez é descendente de Rômulo (fundador de Roma), que tem descendência com Enéias (fugitivo de Tróia) e que é filho de Vênus. Ou seja, apresenta-o como um homem sagrado e preparado para governar. Da mesma forma o mesmo apresenta-se como o *princeps* mais virtuoso, clemente e justo, mas também sempre um defensor dos ideais republicanos. em sua *Res Gestae Divii Augusti*. Esta propaganda política é o elemento que mais contribui para a legitimação de sua *auctoritas*, pois sem a mesma, Augusto não seria apresentado como um cidadão político de características e valores maiores que os outros, e assim daria margem para grandes contestações ao seu poder.

Para entender como Augusto elabora esse sistema utilizou-se três tipos de fontes Históricas. A primeira e mais importante foi a *Res Gestae Divii Augustii*, documento escrito pelo próprio Augusto, e desta forma analisado com maior cautela, em que o mesmo descreve todos os seus atos de governo, bem como exalta a sua própria figura com as virtudes políticas. Analisou-se também a epopéia Eneida, escrita por Virgílio, mas encomendada por Augusto, desta forma cheia de intenções, para apresentar o mito fundacional romano, bem como conectar Augusto as maiores tradições romanas, as de sua fundação, mas também ao sagrado, como a descendência com Vênus. E por fim também foi utilizada A Vida do Divino Augusto, inserida na obra de Suetônio “A vida dos doze Césares”, escrita pouco mais de um século após a morte de Augusto, mas foi utilizada para compreender como a imagem do mesmo será perpetuada nos anos seguintes, e como sobreviverá o Principado.

Com relação a confiabilidade destas fontes a primeira *Res Gestae Divii Augustii* pode-se considerar confiável, pois foi esculpida ainda em vida de Augusto em uma placa de bronze e colocada em seu túmulo na versão latina, a qual ainda permanece no local, outra versão grega foi colocada em praça pública na cidade de Antioquia. Para esse estudo foi utilizado tanto a versão retirada diretamente do latim inscrito na placa de bronze, embora ainda não tenha sido analisado, para isso utilizou-se a tradução diretamente do latim para o inglês. Quanto a Eneida e A Vida dos Doze Césares, contamos com diversas traduções feitas durante dois milênios, o que complica a análise de seu texto original. No entanto, devido as intensas cópias realizadas na Idade Média, possuem exemplares em latim na Europa, disponíveis na internet, onde pode-se consultar a obra com maior confiabilidade. Para esse estudo foram utilizadas traduções para o Português que fossem indicadas como confiáveis.

O estudo deste objeto visa buscar elementos na formação do Principado Romano por Octávio Augusto que possibilitem compreender a ação política baseada em princípios morais, o que caracteriza a propaganda política utilizada pelo *princeps* para fortalecer e legitimar a sua imagem e o seu sistema de governo. Justifica-se tal escolha pela pertinência de compreender as estruturas políticas antigas visto as crises políticas dos dias atuais, tendo em vista a possível análise dos processos estruturação política. Entender a base do sistema de governo romano possibilita identificar determinados aspectos que, direta ou indiretamente, se relacionam às atribuições ocorridas nos sistemas de governo de alguns regimes contemporâneos.

Visa-se abordar este tema pois julga-se pertinente entender como a propaganda política romana é elaborada através de elementos morais, como as virtudes, que delimitam a imagem de determinados indivíduos. E como esta propaganda influencia diretamente na elaboração, no fortalecimento, na sustentação e na *auctoritas* de indivíduos e regimes políticos no poder.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a de priorizar as fontes históricas, de acordo com a metodologia proposta por Arnaldo Momigliano⁸, onde o mesmo afirma que as fontes devem ser o elemento principal em uma análise, aliada com outros autores que possibilitem análises sobre o assunto, mas a fonte deve ser o elemento prioritário, principalmente no que se refere a História Antiga, devido a grande distância no tempo. A metodologia que Momigliano inspirou para esse trabalho auxilia para um olhar mais atento para as fontes, pois elas devem ter o papel principal nas análises, contando com o auxílio de interpretações sobre o tema de autores que já o pesquisaram.

Outro autor utilizado como referencial teórico metodológico trata-se de Manuel Gervás, pois o mesmo contribui em relação a análise do período histórico e do objeto afirmando que as virtudes elaboram e fortalecem os regimes políticos do mundo antigo, no caso o Império e o Principado Romano. Sendo assim, o autor dedica-se a análise das virtudes como elementos sustentadores da imagem de seus governantes, principal idéia utilizada na investigação. Gervás analisa intensamente as virtudes, e procura da mesma forma apresentar como elemento mais importante da investigação as fontes históricas, e também identificar os conceitos antigos das virtudes para que não ocorram anacronismos.

A partir destes estudos pode-se concluir que a Propaganda Política era necessária para elaboração e a legitimação tanto de Octávio Augusto como também do sistema criado por ele, o Principado Romano. Pois de acordo com as tradições romanas, os homens políticos deveriam ser virtuosos, e mais do que ser, deveriam demonstrar ser. Desta forma, Augusto tomou atenção para tal prática, e assim conquistou a confiança da aristocracia, e do povo romano, conseguindo a *auctoritas* necessária para governar e manter-se no poder, ao contrário do que aconteceu com seu pai adotivo Júlio César. Sendo assim a propaganda política da imagem idealizada de Augusto criada por ele mesmo foi um elemento ímpar em relação a sua importância na elaboração de sua *auctoritas* e de seu sistema de governo.

⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. *Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo. Edusc, 2004.

LEGITIMIDADE E PODER NO EGITO FARAÔNICO: A RETOMADA DO CULTO DE AMON NA ESTELA DA RESTAURAÇÃO (1336 a.C./1327 a.C.)

Aluna: Vanessa Fronza

Orientador: Renan Frighetto

Palavras-chave: Legitimação divina, Reforma amarniana, Culto de Amon

O estudo da história do Egito Antigo é um campo mundialmente explorado, e no Brasil também existem pesquisas dedicadas ao tema. Os aspectos políticos do Egito faraônico recebem especial atenção entre os estudiosos do tema, uma vez que, na perspectiva egípcia, o governo do faraó se fundia com a religião, não havendo uma separação definida entre os dois. Isso se dava graças ao pensamento universalizante egípcio, que interpretava sua realidade de forma integrada. Sendo assim, dentre vários fatores de legitimação da política faraônica, um dos mais importantes é a associação do soberano aos deuses.

A questão da legitimidade divina do faraó pode ser notada entre outros documentos históricos, na Estela da Restauração, datada do governo de Tutankhamon, na XVIII^a dinastia, a primeira pertencente ao Reino Novo, período da história egípcia que vai de 1550 a.C. a 1069 a.C.¹

Ao iniciar a descrição do contexto que antecede a produção da Estela da Restauração e também que suscita a necessidade de sua confecção, toma-se como ponto de partida o período amarniano, introduzido pelo governo do faraó Akhenaton (1352 – 1336 a.C.), antecessor de Tutankhamon. Esse período da história egípcia é caracterizado como um governo negligente em relação aos assuntos externos - especialmente quanto à expansão e manutenção de fronteiras - e que consumiu muitos recursos econômicos. Também é tido como um período de inovação artística e conflito com os sacerdotes dos templos de Amon, causado pelas mudanças encabeçadas por Akhenaton ao promover a Reforma amarniana, cujo nome deriva de Tell-el-Amarna, atual povoado nas proximidades do sítio arqueológico de Akhetaton, a antiga cidade construída por esse faraó e dedicada ao deus Aton, para onde ele transferiu a capital egípcia no sexto ano de seu reinado.

A definição de período amarniano varia de acordo com o pesquisador, sendo que pode-se até chegar a considerá-lo desde Akhenaton até o final da XVIII^a dinastia, cuja regência no Egito durou de 1550 a 1295 a.C. Neste trabalho, entende-se por período amarniano o tempo decorrido desde a fundação até abandono de Amarna, já durante o governo de Tutankhamon. No livro “Akhenaten & Tutankhamun”, os autores delimitam o período amarniano entre os reinados dos dois faraós.²

Por representar um episódio único na história do Egito Antigo, o governo do faraó Akhenaton e as transformações propostas ao tradicional sistema político-religioso egípcio são objeto de diversos estudos, mas pouco se pesquisa sobre como se deu o retorno à ordem e aos cultos habituais após o abandono dos princípios da reforma religiosa promovida por ele.

A chamada reforma amarniana pode ser considerada como uma tentativa de Akhenaton de instaurar no Egito o culto a apenas um deus, Aton – representação do disco

¹ Neste trabalho, é utilizada a periodização proposta por Ian Shaw e também por Emanuel Araújo, visto que dado o significativo recuo no tempo, as datas variam segundo o autor, podendo apresentar uma diferença de até 10 anos. ARAÚJO, Emanuel. Escrito para a eternidade - a literatura no Egito faraônico. Editora Universidade de Brasília. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 2000. SHAW, Ian. The Oxford History of Ancient Egypt. Oxford University Press, 2000.

² SILVERMAN, David P., WEGNER, Josef W e WEGNER, Jennifer Houser. Akhenaten and Tutankhamun. University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, Philadelphia, 2006.

solar – e a ele mesmo, como seu único filho e sacerdote. Porém, essa reforma não atingiu apenas o universo religioso da sociedade egípcia, uma vez que, dada a indissociação de religião e poder no Egito, deve-se notar também o sentido político implícito naquela proposta.

Após a morte de Akhenaton e uma conturbada sucessão ao trono, enfim, Tutankhamon foi alçado ao poder. Seu breve governo – apenas nove anos, entre 1336 e 1327 a.C. – teve como principal preocupação a reabertura dos templos e a retomada dos cultos abolidos pelo seu antecessor, especialmente o de *Amon* em Tebas, o culto mais questionado durante o período amarniano.

Depois de uma ruptura com a estrutura político-religiosa que sustentava o poder faraônico causada pela reforma amarniana, o período de Tutankhamon é caracterizado tanto pela restauração do culto aos antigos deuses, como também pela reutilização dos meios legitimadores tradicionais, sendo que o primeiro indício dessas duas práticas foi a mudança de nome do faraó. Nascido na corte de Amarna como Tutankhaton, ele passou a se chamar Tutankhamon, que significa “imagem viva de Amon”, assinalando a volta do poder legitimador desse deus para a instituição faraônica.

Portanto, a Estela da Restauração aparece como uma fonte que pontua esse programa de governo, além de restaurar o culto aos deuses tradicionais do panteão egípcio, principalmente *Amon* – fato atestado na reutilização do nome desse deus nos epítetos reais – versando sobre a situação político religiosa conturbada na qual o Egito se encontrava antes da ascensão de Tutankhamon ao poder. Apesar de não citar o nome de Akhenaton ou do deus *Aton* – já que, para os antigos egípcios escrever um nome significava perpetuar uma memória, que, nesse caso, desejava apagar-se da história egípcia – subentende-se que o período de caos narrado pelo texto da Estela da Restauração seria o do governo de Akhenaton, representado na fonte como uma época de abandono por parte dos deuses. A Estela da Restauração aponta também várias medidas que tiveram que ser adotadas pelo faraó para retomar a ordem no Egito, como por exemplo, a reconstrução de templos, a confecção de novas imagens dos deuses, a recuperação dos antigos cultos e festivais, entre outros.

Através da problematização dessa fonte, observa-se a reaparição de epítetos reais que reforçavam a proximidade do faraó com os deuses do antigo panteão egípcio, anterior à reforma amarniana. Também nota-se a possibilidade de estabelecer o que seria um modelo de bom governante, a partir das atribuições e incumbências do faraó. Analisando esses dois aspectos apresentados pela fonte, procurou-se compreender como se deu a restauração da religião egípcia tradicional, e como o faraó legitimou seu poder através desse ato, carregado também de sentido político. Desse modo, identificar através de que meios o faraó que sucedeu o conturbado período amarniano conseguiu estabelecer o retorno da lógica política anterior, e consequentemente legitimar seu poder régio após um período de transgressão dos ideais tradicionais da sociedade egípcia, é um dos focos centrais deste trabalho.

A monografia foi dividida em três capítulos: o primeiro versa sobre o contexto amarniano, imediatamente anterior à confecção da fonte. São apresentados os antecedentes da reforma amarniana, sua aplicação e doutrina, até o abandono da religião de *Aton* e a chegada de Tutankhamon ao poder faraônico. O capítulo seguinte faz referência à própria fonte e ao seu tratamento neste trabalho, partindo do contexto de produção da Estela da Restauração, sua descrição, onde foi encontrada e por quem, como os faraós que sucederam Tutankhamon procederam em relação a ela, e como suas traduções foram analisadas. No último capítulo, passa-se então à análise do conteúdo da fonte, buscando compreender o sentido de certos trechos e sua relação com o contexto egípcio e com o objetivo deste trabalho.

No primeiro capítulo, são discutidos alguns desdobramentos da reforma amarniana. Quando do rompimento com a religião tradicional, Akhenaton ordenou que todos os cultos divinos e seus grupos sacerdotais fossem abolidos, os templos fechados e suas propriedades confiscadas. O nome de *Amon* deveria ser riscado dos monumentos, assim como a palavra “deuses”, confirmando a unicidade de *Aton*, cujo nome não era uma novidade para os egípcios, visto que tratava-se de um deus que já existia no panteão. Provavelmente, isso gerou um conflito entre o faraó e o sacerdócio de *Amon*, uma vez que os sacerdotes representavam o grupo social mais rico e estável do Egito antigo, devido aos favores que recebiam constantemente dos soberanos.

O culto aos deuses solares era uma tendência cada vez mais forte no Egito e resultava na fusão de vários deles. Mesmo o deus *Aton* já aparecia imerso à figura do deus solar *Rá*. Entretanto, a reforma amarniana promoveu modificações profundas na religião, como a determinação da adoração somente de *Aton* e de sua hipóstase na terra, o próprio Akhenaton. Sendo assim, a acessibilidade ao deus *Aton* era impossível sem a intermediação do faraó.

A pequena quantidade de fontes nos impossibilita de conhecer as reais motivações que levaram Akhenaton a instaurar uma nova religião. Duas correntes se dividem quanto ao tema: a primeira e mais antiga, presente em manuais clássicos de história do Egito³, defende que o rompimento foi causado por motivos políticos, de atrito entre o faraó e os sacerdotes de *Amon*; já a segunda corrente vê na reforma uma expressão genuína da espiritualidade de Akhenaton. Contudo, dada a doutrina propagada pelo faraó de que apenas ele conhecia totalmente o deus *Aton*, Akhenaton poderia também ter sido motivado por uma causa religiosa, mas intrinsecamente ligada ao poder faraônico: como o deus *Amon* de Tebas estava se tornando uma divindade cada vez mais próxima das pessoas e se manifestando frente ao povo nas procissões, e também através dos oráculos, podendo ser invocado sem a intervenção do soberano, representando uma autêntica ameaça à realeza e ao seu monopólio das atividades religiosas. Para combater essa relação sem intermediários entre deuses e homens comuns, Akhenaton passa a se apresentar como única ligação entre as pessoas e a divindade, idéia presente no conceito puro do poder faraônico, mas que estava sendo distorcida através de outras maneiras vigentes de se conectar ao deus sem a necessidade de mediação do faraó. Segundo Ciro Flamarion Cardoso, a reforma amarniana situa-se no ponto de colisão entre duas tendências do Reino Novo: a de uma crescente exaltação do deus dinástico *Amon- Rá* de Tebas e a da divinização do faraó reinante ainda em vida.⁴

A ênfase em *Aton* e a negação de outros deuses fazem com que alguns estudiosos classifiquem o período amarniano como a primeira tentativa de imposição do monoteísmo no mundo antigo. Para Cardoso⁵, não se pode falar em monoteísmo para o caso da reforma de Amarna, pois o próprio faraó era tido como um deus, assim como *Aton*, logo, ao não renunciar à sua divindade, Akhenaton estimulou a adoração ao disco solar e também a si mesmo como seu filho e imagem na terra.

Por outro lado, devemos questionar se a reforma religiosa promovida por Akhenaton atingiu todos os ramos da sociedade egípcia, visto que foram encontrados artefatos datados do período amarniano que comprovam a continuidade da adoração dos outros deuses. Possivelmente, sua crença só encontrou aceitação junto a sua corte mais íntima, em Akhetaton. Mesmo assim, a Estela da Restauração retoma oficialmente o culto

³ Como por exemplo em VERCOUTTER, Jean. O Egito Antigo. Tradução de Francisco G. Heidemann. Difusão Editoria S.A. 1980.

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. De Amarna aos Ramsés. In: Phoínix/ UFRJ. Laboratório de História Antiga. Ano VII – 2001. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001. Pg 119.

⁵ Idem, pg 125.

a *Amon* e aos demais deuses e deusas, indicando que seus templos estavam abandonados e que o Egito havia sido esquecido pela proteção divina durante esse período caótico.

O segundo capítulo dedica-se de maneira mais aprofundada à descrição dessa Estela, produzida durante o governo de Tutankhamon, entre os anos de 1336 a.C. e 1327 a.C. Na realidade, o faraó ainda era muito jovem para ter ordenado a confecção da estela, e provavelmente a obra deve ter sido autorizada por seus regentes. Talvez por isso, quando Horemheb (1223 – 1295 a.C.) – um alto funcionário do faraó - assumiu o trono do Egito como último soberano da XVIIIª dinastia devido à ausência de herdeiros com vínculo real, apropriou-se da estela riscando o nome de Tutankhamon e talhando o seu por cima, prática habitual no antigo Egito.

A Estela da Restauração consiste em um bloco de granito vermelho com as seguintes medidas: 2,54m x 1,29m e espessura de 38 cm. A Estela foi encontrada por Georges Legrain em 1905, no canto nordeste da Sala Hipostila do templo de Amon em Karnak. Atualmente, essa fonte faz parte do acervo do Museu do Cairo.

Para a realização deste trabalho com a fonte primária, escrita originalmente em hieróglifos, utilizamos quatro traduções da fonte, sendo que duas delas apresentam também as transliterações. A principal e clássica, é a de John Bennett⁶, de 1939, publicada no *The Journal of Egyptian Archaeology*, como uma tradução para o inglês. Outras duas traduções para o inglês são a de William J Murnane, presente no clássico livro *Texts from the Amarna Period in Egypt*⁷, e a de Mark- Jan Nederhof⁸, esta apresenta além da tradução uma transliteração dos hieróglifos. Por fim, a mais recente tradução é de H. Doranlo⁹ para o francês, sendo esta a mais completa, pois além da tradução e transliteração, o autor faz uma cópia dos hieróglifos, complementando a leitura. Após a análise e comparação das diferentes traduções da Estela da Restauração a partir das transliterações presentes também em outros textos egípcios, parte-se para a luneta da estela, que é a parte superior da pedra, com formato de meia-lua, onde além das figuras do faraó e dos deuses, há também inscrições que auxiliam na compreensão da representação. Nos lados direito e esquerdo está o faraó, representado em cenas de oferenda, e os deuses *Amon* e sua consorte *Mut*. No lado esquerdo, Tutankhamon porta a coroa azul e oferece buquês de lótus e papiros a *Amon-Rá*. Por sua vez, *Amon-Rá* apresenta às narinas do soberano o cetro-was, que provê a vida, demonstrando a proximidade entre deuses e faraó.

Analisar documentos egípcios requer atenção, como aponta Ciro Flamarion Cardoso em sua metodologia de análise dos textos do faraó Kamés. Primeiramente, é preciso atentar à mescla de registro objetivo - que no caso da Estela da Restauração trata-se da narrativa das conquistas do faraó - e subjetivo, quando, por exemplo, a fonte relata o abandono no qual os deuses deixaram o Egito durante o período de desordem. Segundo Cardoso, a linguagem empregada em alguns trechos de textos do antigo Egito é figurativa, e as figuras desempenham função ideológica, como por exemplo, na fonte selecionada para este trabalho, quando exultam o faraó como “de braço poderoso como *Hórus*” e “Bom deus, filho de *Amon*”. A análise da Estela da Restauração deve ser feita de forma contextual, levando em consideração seu momento de produção.

No último capítulo, apresenta-se uma interpretação mais detalhada do texto da Estela da Restauração, bem como suas funções e objetivos relativos ao governo faraônico. A princípio, a função propagandística da estela, por se encontrar no Templo de *Amon*, era

⁶ BENNETT, John. The restoration inscription of Tut'ankhamun. *The Journal of Egyptian Archaeology*, 25:8-15, 1939.

⁷ MURNANE, William J. *Texts from the Amarna Period in Egypt*. Edited by Edmund S. Meltzer. 1995.

⁸ NEDERHOF, M. Restoration Stela of Tutankhamun. 2006. Disponível em <http://www.cs.st-andrews.ac.uk/~mjn/egyptian/texts/corpus/pdf/RestorationTutankhamun.pdf>

⁹ DORANLO, H. La stèle de la Restauration de Toutânkhamon. *Rennes Egyptologie* 2011.

direcionada aos próprios sacerdotes, grupo mais estável e poderoso do antigo Egito, que teve sua influência diminuída durante o governo de Akhenaton.

Para compreender o fim do conturbado período amarniano, no contexto do governo de Tutankhamon e sua legitimação por meio do retorno aos cultos oficiais anteriormente banidos por Akhenaton, a Estela da Restauração é uma fonte através da qual se podem notar as virtudes divinas do novo faraó presentes em seus diversos epítetos, as obras realizadas por ele em prol da retomada dos antigos cultos e os benefícios materiais conquistados pelo Egito durante seu governo, uma vez que as funções do faraó caracterizavam-se por providenciar o culto divino e as necessidades do seu povo, e proteger as fronteiras do país. Todos esses aspectos legitimadores da ação do faraó são descritos na Estela da Restauração, que tem por escopo justificar Tutankhamon como mantenedor da ordem no Egito, é somente agindo nessas três vertentes o faraó realiza *Maat* (o conceito egípcio de ordem, harmonia, verdade e justiça) e assegura a proteção divina para seu governo. Podemos notar na representação do novo faraó, que honrou os deuses e recuperou seu culto, que havia uma relação de proximidade entre as divindades e o próprio governante, sendo que os epítetos que fazem referência ao faraó como um deus foram retomados na confecção da estela, tais como “*Hórus* dourado” e “filho de *Rá*”. É exatamente essa legitimação divina que facilitou a restauração da antiga religião, atuando como via de mão dupla: ao mesmo tempo em que a restauração é justificada pela religião tradicional, Tutankhamon pode se legitimar em seu papel de restaurador da ordem. Observando ainda o conteúdo da fonte, notamos a preocupação em registrar as benesses trazidas pelo faraó ao Egito, que representam o modo de vida daquela sociedade e quais conquistas eram consideradas vitais para caracterizar um modelo de bom governante.

Apesar de Tutankhamon ter reinado sob o Egito por pouco tempo, visto que morreu entre os 18 e os 20 anos de idade e a maior parte de seu governo foi exercida por regentes, ele é um dos faraós mais famosos da história egípcia. Porém, não por seus atos políticos, pois grande parte dos estudiosos, incluindo Howard Carter, considera o governo de Tutankhamon como obsoleto e pouco influente: “No presente estágio de nossos conhecimentos, podemos dizer com exatidão que o único evento de destaque de sua vida foi morrer e ser sepultado.”¹⁰

Tutankhamon é lembrado devido à descoberta de sua tumba em 1922, pelo próprio Carter. O achado arqueológico é um dos mais valiosos para o estudo de Egito Antigo, visto que sua tumba estava praticamente intacta e era muito rica em cultura material, o que permitiu compreender um pouco mais sobre as práticas funerárias e a própria vida de um faraó no antigo Egito.

O estudo do período amarniano e das mudanças na religião promovidas por Akhenaton desperta muito interesse, porém ele é tratado como um contexto isolado e pouco se fala sobre como se deu a retomada ao culto dos deuses tradicionais. Por isso o interesse na pesquisa do principal ato do governo de Tutankhamon, faraó que é muito mais lembrado simplesmente por ter morrido e nos legado um tesouro arqueológico inestimável do que pelas ações políticas e religiosas que se deram durante seu período no trono do Egito, sendo que é sob seu poder que o culto a *Amon* e aos demais deuses egípcios é restaurado.

¹⁰ CARTER, Howard e MACE, A.C. A Descoberta da Tumba de Tutankhamon. Tradução Lucia Brito. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004. P 46.

Banca 4

Resumos

EM BUSCA DA REALIDADE: A REPRESENTAÇÃO DO CORPO NA ANATOMIA E NA PINTURA DO RENASCIMENTO

Aluna: Bárbara Sebastiana Lagos Zanirato

Orientadora: Ana Paula Vosne Martins

Palavras-chave: História do Corpo, Anatomia, Arte renascentista

Esta pesquisa busca compreender como o corpo humano foi estudado e problematizado no contexto da Renascença, entre os séculos XV e XVI, tomando como referência documental os estudos de anatomia e de pintura e como base o referencial teórico da História do Corpo. O aprendizado sobre o corpo naquele período foi em grande parte formado pela cultura visual, pela produção das imagens, haja vista o início de um novo método de observação direta dos objetos de estudo que começava a se sobrepor paulatinamente à leitura de textos consagrados da Antiguidade. Isto não significa que os clássicos e as referências conceituais do Medievo fossem abandonados, mas foi notável a valorização da informação visual sobre aquilo que se lia nos textos de referência. Desta forma observa-se a multiplicação de pranchas anatômicas, esboços, moldes tridimensionais, entre outros, que possibilitassem o estudo do corpo a partir da percepção visual. É neste contexto que foram produzidas as fontes utilizadas em nossa pesquisa, a saber, as pranchas anatômicas de Andreas Vesalius (1514 – 1564) e Leonardo da Vinci (1452 – 1519). Estas imagens foram estudadas com o objetivo de entender como se elaboraram os conhecimentos sobre anatomia humana e de que forma se relacionam com a pintura. Desta forma procuramos compreender como o corpo se tornou objeto de conhecimento e fruição estética no Renascimento.

A monografia está dividida em três capítulos. No primeiro tratamos do contexto renascentista da produção destas imagens, abordando principalmente a questão tratada pela historiografia da valorização do indivíduo, bem como os processos de produção do conhecimento. Neste capítulo buscamos ainda discutir o referencial teórico da História do Corpo.

No segundo capítulo procuramos compreender a anatomia e a pintura no contexto do Renascimento, analisando os processos formativos destes ofícios bem como seu significado social. Desta forma, discutimos como os estudos e práticas a respeito do corpo desenvolvidos pela pintura e pela anatomia estavam em consonância com os ideais humanistas discutidos no capítulo anterior. Neste segundo capítulo também elaboramos um esboço biográfico de Vesalius e de da Vinci, destacando seus estudos e os processos de formação do ofício de cada um.

O terceiro e último capítulo trata da descrição e da análise das fontes, tendo em vista a metodologia da abordagem tríplice, que será explicada adiante. Desta forma fizemos primeiro uma discussão a respeito deste método de análise onde explicamos a particularidade das fontes produzidas por Leonardo e Vesalius. Para isto, descrevemos separadamente cada imagem buscando identificar seus elementos constitutivos. Em seguida, analisamos o conjunto de fontes de cada autor separadamente e depois comparamos os resultados, de forma a perceber aproximações e distanciamentos.

A historiografia do Renascimento tem ressaltado como na Modernidade o corpo passou a ser compreendido cada vez mais através de dispositivos visuais em detrimento dos esquemas de conhecimento fundados na astrologia ou nos recursos das ciências divinatórias. Não que estas formas de perceber o mundo tenham desaparecido, mas se percebe através dos novos métodos de conhecimento um “desencantamento” a partir dos novos estudos produzidos com o intuito de decifrar os segredos da Natureza. Na

Renascença o “corpo se singulariza”¹, ou seja, tudo o que o corpo expressa, como dor, prazer, medo, força ou fraqueza, passa a ser explicado a partir do próprio corpo, como o resultado que uma reação a um estímulo externo, como uma verdade alcançada pela expressão. Desta forma explica-se a necessidade de se estudar a ação do homem no mundo e vice versa, para identificar as razões para determinados comportamentos. Dentro desta perspectiva, os estudos de anatomia lançavam um olhar diferenciado sobre este objeto, permitindo uma análise mais atenta dos detalhes da anatomia e do funcionamento corporal; uma compreensão não só da alma, mas do maquinismo humano, das suas potências e fraquezas. Neste mesmo movimento pela ampliação do conhecimento sobre o humano e a Natureza se expande também um novo método da representação pictórica com, a finalidade de entender o homem e seu corpo.

A partir destas considerações seguimos Burckhardt ao denominar esta valorização da figura humana como indício cultural da *emergência do indivíduo*², referindo-se à valorização ética, estética e moral dos indivíduos. Era através das singularidades que os homens percebiam a grandiosidade da Natureza, que passou a ser valorizada também em função da sua utilidade. A natureza começava a não ser mais o lugar ameaçador, mas cada vez mais uma atração, primeiramente por ser uma criação de Deus. O homem, por sua vez, passava a ser visto não só como um pecador que só conhecia o mal, mas cada vez mais passou a ser encarado como uma criatura passível de se aperfeiçoar através da sua capacidade de articular a razão e a fé. Partindo de uma análise visual sobre o Renascimento (pinturas, esculturas) e outras formas de expressão (poesia, biografias, cartas), Burckhardt procurou demonstrar como ocorreu um desvelamento do homem e do mundo e, desta forma, uma valorização do indivíduo.

A historiografia consultada ressalta a valorização do indivíduo em função das ideias humanistas sobre a beleza e do realismo como atitude frente ao mundo e à natureza. Diversos autores aos quais recorremos em nossa pesquisa apontam para esta valorização da imagem e do corpo no período renascentista, o que pode ser percebido na literatura, na música, nos estudos sobre a natureza humana, na pintura e nos estudos de anatomia. Nas artes a natureza e o corpo humano passaram a ser representados de forma mais realista e diversos estudos de anatomia e de pintura foram elaborados com o intuito de se desenvolver um olhar mais acurado aos detalhes do corpo humano e às suas expressões.

É importante estar atento a estes estudos quando se pesquisa a Renascença a partir da perspectiva da História do Corpo, pois desta forma podemos ter acesso a um rico material produzido com fins epistemológicos, relacionando-o tanto com o meio em que foram desenvolvidos, como também os usos para os quais estes estudos eram destinados, ou seja, se eram para fins coletivos, por exemplo nas universidades (no qual se enquadram as pesquisas de Vesalius), ou particulares, como em estúdios de artistas, para uso somente destes e de seus discípulos (caso dos estudos de Leonardo).

De acordo com Denise Sant’Anna³ o corpo é um objeto histórico pensado e construído socialmente. Desta forma, podemos questionar uma explicação totalizante do corpo, tendo em vista a diversidade de relações e interpretações que cada indivíduo faz sobre si mesmo e sobre o mundo. Outro aspecto importante é a visão naturalizada que se tem do corpo humano, como se este objeto tivesse sido percebido da mesma forma ao longo do processo histórico. Ao se estudar o corpo em diferentes contextos se percebe a sua plasticidade, ao ser tomado como referente em diferentes contextos e produções

¹ CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Gorges. *História do corpo: Da Renascença às Luzes*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 16.

² Cf. BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

³ SANT’ANNA, Denise. *É possível realizar uma história do corpo?*. In SOARES, Carmen. Org. *Corpo e história*. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

discursivas, como a religião, a filosofia, a arte, a política e como uma poderosa metáfora para delimitar o que é o normal e o que está fora do padrão. É através do corpo, em particular a partir do Renascimento, que são obtidas as primeiras impressões sobre alguém, sempre imbuídas de valores pré-concebidos e construídos culturalmente⁴.

Denise Sant’Anna explica que a História do Corpo não tem como objetivo escrever um relato coerente e contínuo de um objeto “natural”, o corpo, mas sim compreender como as diferentes sociedades ao longo do tempo elaboraram formas de lidar com o desconhecimento sobre o próprio corpo, seja através de explicações místicas ou sobrenaturais, seja por processos introspectivos. A partir da busca pelo conhecimento deste objeto, foram criados recursos para o seu controle, manutenção e produção.

Conforme Corbin, Courtine e Vigarello nos esclarecem no prefácio da coleção *História do Corpo*⁵, esta área do conhecimento trabalha com o mundo dos sentidos, com o que se relaciona, tanto física como abstratamente, ao corpo humano. Com a história do corpo, portanto, é possível compreender de que forma são produzidas as suas representações em determinados contextos; compreender como este dado tão imediato e tangível, que é o corpo, expressa valores, práticas, sentimentos, bem como podemos acessar códigos culturais bastante complexos, como aprendemos com a Antropologia Cultural. É a partir desta perspectiva que procuramos em nossa pesquisa perceber o corpo como a interseção dos estudos de um anatomista, Vesalius, e de um artista, Leonardo da Vinci. Acreditamos que a busca pelo conhecimento sobre si, sobre os mistérios da natureza humana, tenham contribuído para o desenvolvimento da arte e da ciência, ambas voltadas para a representação do corpo humano na busca de uma representação fiel e bela da realidade. Podemos então justificar a escolha das fontes tendo em vista a importância dos estudos de anatomia no período nesta busca pelo conhecimento do corpo e também por entender os seus detalhes e segredos sem esquecermos a dimensão estética indissociável do conhecimento.

Na primeira etapa da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a Renascença. A partir destas leituras foi possível conhecer os métodos empregados para se estudar o corpo humano – tanto para o conhecimento anatômico quanto para o artístico – bem como conhecer os estudos produzidos no período, tanto a respeito da figura humana, como também da anatomia e pintura, a fim de entendermos porque se procurou representar o corpo de forma mais realista, além de revisar a literatura que trata dos estudos sobre o corpo. No estudo a respeito da formação de cada um destes ofícios constatamos que estes algumas vezes se confundiam podendo até ser exercidos pela mesma pessoa.

No aprendizado da pintura os filhos eram geralmente confiados por seus pais a um mestre pintor como aprendizes. Esses jovens começavam a estudar desde muito cedo e seus estudos introdutórios consistiam basicamente em auxiliar o mestre, aumentando progressivamente a dificuldade das lições. Para poder representar o corpo humano os artistas utilizavam modelos vivos, que posavam nus, ou ainda moldes tridimensionais esculpidas em diferentes materiais. Esses modelos eram visualizados e representados de diferentes ângulos de forma a possibilitar a compreensão de como resolver problemas técnicos como massa, volume, sombra, luz no desenho ou na pintura.

Outro recurso bastante utilizado era o uso de cadáveres. Muitos pintores frequentavam sessões públicas de dissecação ou faziam eles mesmos disseções em seus estúdios para conhecer as estruturas do corpo, principalmente através do estudo do

⁴ Cf. COURTINE, Jean Jacques; HAROCHE, Claudine. *História do rosto*. Lisboa: Editorial Teorema, 1995 e ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Volume 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁵ Cf. CORBIN; COURTINE; VIGARELLO. *op cit*.

esqueleto e dos músculos, particularmente da musculatura superficial, procurando entender como estes aspectos afetavam a forma, o movimento e a expressão do corpo⁶.

Os estudos de anatomia constituíam uma prática realizada em estúdios privados e também em aulas expositivas realizadas nos anfiteatros das universidades e academias. Diversas descrições e ilustrações sobre as práticas pedagógicas do estudo da anatomia mostram artistas e estudantes que são vistos desenhando frente a um esqueleto completo ou a modelos de partes de corpos, enquanto um compacto grupo de estudantes se coloca em volta de um cadáver geralmente dissecado pelo assistente do anatomista mestre. É interessante observar a presença do assistente e o fato de que geralmente não era o anatomista quem realizava a dissecação. Apenas alguns poucos artistas e anatomistas realizavam, eles próprios, suas incisões e análises do corpo, entre eles Leonardo da Vinci e Andreas Vesalius.

Os corpos utilizados no processo de dissecação eram obtidos de diversas maneiras. Muitas vezes, uma pessoa interessada em estudar a anatomia de um corpo recorria a métodos escusos como, por exemplo, roubar cadáveres de prisioneiros condenados à morte deixados em patíbulos nas estradas – o próprio Vesalius admitiu ter utilizado este procedimento. Porém, também era comum que as universidades tivessem autorização da Igreja para tomar corpos de prisioneiros condenados à morte com a finalidade de proceder estudos anatômicos⁷.

Em seguida procedemos a seleção e descrição das fontes imagéticas. Foram arrolados cinco conjuntos de fontes de cada autor, num total de dez pranchas. O critério de escolha se baseou em obter imagens que mostrassem o corpo em diferentes estágios de dissecação, ou seja, ter imagens que mostrem desde um corpo inteiro e íntegro, até aquelas que representem apenas esqueletos e estudos dos ossos, de forma a permitir uma compreensão de todas as etapas deste processo minucioso de estudo. A partir deste primeiro critério foi preciso estabelecer outros que permitissem utilizar as fontes em uma análise mais completa. Desta forma procuramos selecionar imagens que representassem o corpo de diferentes ângulos, em diferentes posições e que nos permitissem estudar detalhadamente quais eram as características ilustrativas mais importantes para cada autor.

A metodologia de análise imagética utilizada na descrição e análise das fontes é a da abordagem tríplice, proposta por Artur Freitas⁸, na qual se busca estabelecer uma relação entre o conhecimento histórico e a história da arte e suas diferentes perspectivas analíticas. Este método visa à compreensão da obra em três dimensões: a formal – que abrange a esteticidade do visual e nos permite identificar e compreender os signos representados; a social – análise de contexto, tendo em vista a história material da imagem, suas condições de produção e suas recepções e; a semântica – que dá conta das interconexões com as demais representações culturais de determinado período.

As pranchas referentes aos estudos de Andreas Vesalius foram analisadas a partir do livro *De humani corporis fabrica*⁹ que, além de conter os estudos realizados por Vesalius ao longo de sua vida, tem também um Esboço Biográfico e uma análise das ilustrações do livro, ambos realizados por J. B. De C. M. Saunders e Charles D. O'Malley, que foi de grande importância para a descrição das imagens em função da linguagem bastante técnica que as acompanham. Para entender as pranchas é necessário levar em

⁶ Cf. PETHERBRIDGE, JORDANOVA, *The Quick and the Dead*. Berkeley: University of California Press, 1997.

⁷ Cf. O'MALLEY, Charles D.; SAUNDERS J. B. DeC. M. *Esboço Biográfico sobre Andreas Vesalius* In: VESALIUS, Andreas. *De humani corporis fabrica*. Campinas: Editora. Unicamp, 2003.

⁸ FREITAS, Artur. "História e imagem artística: por uma abordagem tríplice". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 34, jul-dez/2004.

⁹ VESALIUS Andreas. *De humani corporis fabrica*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

consideração que a obra de Vesalius é de caráter pedagógico, escrita para atender tanto aos alunos de medicina como também aos aprendizes de artistas de diferentes centros de estudo.

Os estudos de Leonardo da Vinci estão reunidos numa publicação norte-americana que faz parte da coleção *Dover Art Library*¹⁰. Este livro é composto apenas de reproduções de pranchas com estudos da anatomia humana realizados por da Vinci, sem qualquer análise ou textos explicativos das ilustrações. Há apenas uma nota bastante sucinta no início do livro, com uma curta biografia de Leonardo da Vinci.

A terceira etapa da pesquisa consistiu na análise das fontes a partir de leituras específicas sobre história da arte e história do corpo, bem como da bibliografia sobre os autores estudados. Desta forma, analisamos os dois conjuntos de fontes desta pesquisa levando em consideração os diferentes recursos utilizados pelos autores, identificando elementos de aproximação e distanciamento entre Vesalius e da Vinci para compreender seus métodos de análise, descrição e representação do corpo na produção científica e artística do Renascimento

É possível perceber, ao se observar esses materiais, que anatomistas e artistas procuravam representar o corpo de forma bastante específica. Eram explorados recursos visuais que possibilitassem a impressão de movimento, dotando o desenho ou gravura de certa dramaticidade. A expressão corporal, os músculos, os detalhes superficiais eram alvo de intensa análise, bem como a tridimensionalidade.

É interessante prestar atenção a estes detalhes, pois, desta forma percebemos mais claramente a busca renascentista pela representação realista das proporções corporais. É importante ressaltar, também, que a transformação do corpo em imagem artística estava diretamente ligada aos ideais de beleza da época que se baseavam na reprodução de padrões de harmonia e proporção, numa linha neo-platônica, o que fazia com que as imagens nem sempre fossem uma representação exata do objeto representado, mas sim de um ideal de perfeição, o que gerava algumas diferenças entre as fórmulas estabelecidas para a representação perfeita e aquilo que era tido como ideal representativo. Este distanciamento entre as medidas estabelecidas através do estudo atento de todas as partes do corpo e aquilo que era necessário que o artista fizesse para que sua imagem tivesse uma ilusão de naturalidade – o que podemos chamar de “correção” do real, de acordo com Gombrich - gerou um intenso debate que envolveu artistas e anatomistas a fim de estabelecer os melhores métodos representativos¹¹.

Os estudos de anatomia humana produzidos por Leonardo da Vinci e Andreas Vesalius são de grande importância para a discussão em torno da imagem, da memória, do ideal de beleza e do conhecimento da realidade, pois o material elaborado por eles demonstra uma preocupação em situar o corpo espacialmente, explorando diversos recursos para dotar a representação, seja ela uma gravura ou um desenho a giz, de dramaticidade e de mobilidade. Os corpos reproduzidos nestes estudos, apesar de representarem cadáveres, nem de longe passam uma impressão de morbidez, pelo contrário, neles podemos identificar vários elementos relacionados ao tempo e às circunstâncias, como a dignidade do homem, o controle do corpo e a intenção de representar o real.

¹⁰ Leonardo's Anatomical Drawings, Mineola, N.Y.: Dover Publications Inc, 2004.

¹¹ GOMBRICH, Ernst. *Arte e Ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ENTRE MÃE E FILHA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DA MATERNIDADE NA ESCRITA EPISTOLAR DE SUZANNE NECKER E GERMAINE DE STAËL (SÉCULO XVIII)

Aluna: Flora Morena Maria Marini de Araújo

Orientadora: Ana Paula Vosne Martins

Palavras-chave: Salões, Escrita de mulheres, Cartas

O foco principal deste trabalho é a relação entre Suzanne Necker (1737-1794) e Madame de Staël (1766-1817) através da escrita epistolar, ferramenta de comunicação muito manuseada no século XVIII, particularmente no meio filosófico. A relação entre mãe e filha tem como sustentáculo sentimentos que são manifestos por diversas vezes em suas cartas, logo, procuramos entender como eles foram expressos por mãe e filha a fim de entender qual o lugar dos sentimentos nesta relação que foi, em boa parte, construída e mantida pelas cartas.

No século XVIII as cartas foram importantes meios de comunicação para diminuir as distâncias espaciais e afetivas e para a divulgação de ideias filosóficas. A escrita epistolar era uma importante prática social através da qual as sociabilidades eram exercidas e os laços estreitados. Cartas expressam as ideias e os sentimentos de seu escritor e como fonte histórica permitem que possamos vislumbrar a forma como seu autor desejava se mostrar, já que algumas trazem suas reflexões mais íntimas, declarações de amor ou angústias, enfim, sentimentos e apreciações que não são declarados abertamente. Desta forma, por tratarmos de uma relação que no século XVIII começa a ser associada cada vez mais com sentimentos ternos e intensos, entendemos que as cartas são as fontes mais indicadas para entendermos esta relação, bem como os sentimentos que a sustenta.

Iniciamos a pesquisa com revisão bibliográfica sobre o Iluminismo e a sociedade francesa do século XVIII. Em seguida buscamos entender a singularidade da escrita epistolar setecentista, pensando-a a partir de dois eixos: como meio de comunicação e fonte histórica. Logo, pensar a respeito das singularidades deste tipo de documento fez-se necessário para que pudéssemos trabalhá-lo de maneira adequada. Para isto recorreremos ao artigo *Narrador, registro e arquivo*, de Teresa Malatain¹, que trata da metodologia para o uso de cartas como fonte, e *Reading, interpreting and historicizing: letters as historical sources*, de Regina Schulte e Xenia Von Tippelskirch², coletânea que trata da análise de cartas dos mais diversos períodos históricos e lugares.

No primeiro capítulo tratamos da educação, dos salões e da escrita de mulheres. Para isto, acreditamos ser de suma importância atentar para a sociedade francesa do período, pois ao tratarmos da educação feminina não estamos adentrando apenas na questão pedagógica, mas sim a discussão acerca da organização social e dos padrões culturais que desde pequenos, homens e mulheres foram direcionados a adotar. Questões acerca da capacidade intelectual feminina e suas possibilidades educacionais mobilizaram os pensadores franceses pelo menos desde o século XV, com a intitulada *Querelle des femmes*. Apesar dos defensores da educação das mulheres equiparada à dos homens, a grande maioria dos pensadores e pedagogos renascentistas e do classicismo francês era contrária à educação feminina.

¹ MALATAIN, Teresa. “Narrador, registro e arquivo” in PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

² SCHULTE, R. e TIPPELSKIRCH, X. V. “**Reading, interpreting and historicizing: Letters as historical sources**”.

No do século XVIII ampliou-se o reconhecimento da necessidade de educar as mulheres, embora a discrepância educacional entre meninos e meninas não tivesse sido questionada. Seguindo o pensamento hegemônico, nas instituições de educação feminina as alunas eram instruídas para o desempenho de seus futuros papéis de mãe, esposa e dona de casa.³ A partir destas observações, entendemos que a educação no referido período não deve ser entendida como agente de emancipação e de esclarecimento, mas como padronização de comportamentos. Logo, ao compreendemos os modelos da educação feminina no século XVIII intentamos refletir sobre os lugares e funções sociais que estavam reservados às mulheres; suas limitações e, sobretudo, suas transgressões às barreiras de gênero para, desta forma, entender a presença feminina nos salões, ressaltando a importância da atuação como anfitriãs e também destes círculos culturais como espaço para maior autonomia intelectual e para a produção da escrita feminina.

No salão iluminista as distâncias de gênero começaram a ser reduzidas, o que possibilitou além do estabelecimento de laços de amizade, novas interações sociais e culturais entre homens e mulheres. Nestes espaços eles puderam discutir sobre assuntos de seu tempo, trocar experiências e se apoiar mutuamente em suas ambições intelectuais. Incentivos às produções literárias também eram frequentes, o que contribuiu não apenas para o aprimoramento intelectual feminino, mas serviu também de incentivo à escrita e à publicação⁴.

Suzanne Necker foi anfitriã de um importante salão, casada com Jaques Necker, ministro das finanças do rei Luis XVI. Símbolo da boa educação representava tudo aquilo que uma dama dos mais altos círculos franceses podia querer vir a ser. De seu pai recebeu sólida educação, o que contribuiu para que se tornasse notável pensadora⁵. De seu casamento nasceu sua única filha, Louise Germaine, que recebeu desde muito jovem a melhor educação, mostrando desde cedo interesse pela literatura e talento para a escrita. Germaine, que após seu casamento ficou conhecida por Madame de Staël – seu nome literário -, também abriu um salão de excelente fama nos círculos ilustrados da época. Ela participava ativamente destes encontros, opinava e discutia abertamente, o que contribuiu para que ela se tornasse um expoente intelectual do seu tempo⁶. Incentivada por seu pai, tomou gosto pelas discussões políticas, o que gerou preconceitos contra ela por este não ser um campo tradicionalmente de participação feminina.

O século XVIII foi um período muito favorável à ambição feminina, pois as mulheres buscavam ir além do que as imposições de gênero permitiam até então, buscando ampliar suas capacidades e espaços de ação na sociedade. As das classes mais altas tiveram grande importância nas mudanças das relações de gênero, abrindo desta maneira, novos espaços para atuação de outras mulheres⁷. Contudo, cabe ressaltar que mesmo que no século XVIII as mulheres tenham conseguido alterar o padrão predominante das relações de gênero muitas vezes participando de espaços que eram tradicionalmente masculinos,

³ SONNET, M. “Uma filha para educar”. In: **História das mulheres no Ocidente**. Do Renascimento à Idade Moderna. Tradução de Maria Carvalho Torres. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991p. 148.

⁴ MARTINS, A. P. V. **Os salões iluministas e a produção da escrita de mulheres**. Texto apresentado no evento “Sentimentos na História”, promovido pela Linha de pesquisa Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na História, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, realizado em novembro de 2010.

⁵ HEROLD, J. C. **Mistress to an age: a life of Madame de Staël**. New York: Grove Prees, 1958, pp. 11 – 18.

⁶ BRESCIANI, M. Es. Entre o amor-próprio e a humilhação. Delphine e Corine: metáforas da virtude em Germaine de Stael In MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (org). **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos e palavras**. EDUFU, 2005, p. 323.

⁷ BADINTER, Elisabeth. **Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVII**. São Paulo: Duna Dueto, 2003, p. 35.

ainda existiam muitos obstáculos para elas. Não havia homogeneidade, mas sim diferentes níveis de limitação para o feminino. Os lugares reservados às mulheres na sociedade, bem como sua instrução, não diziam respeito apenas sobre suas vidas, mas, sobretudo, às maneiras como as relações de gênero se configuravam naquele momento. A maternidade começava a ser transformada num valor muito enaltecido, reforçando os laços não só entre mães e filhos, mas como peça central na família. Foi através desta perspectiva que buscamos compreender as mudanças na concepção maternal que ocorreu na segunda metade do século XVIII na França.

No segundo capítulo buscamos compreender como foi construído o que Elisabeth Badinter chamou de “o mito do amor materno”⁸, e quais foram as transformações nos ideais sociais e familiares que contribuíram para esta mudança. No século XVII as evidências são reveladoras de que a relação entre mãe e filhos não era fundada no sentimento amoroso incondicional e irrestrito - que conhecemos e acreditamos “ser natural”. O contato entre mães e filhos, especialmente das classes mais privilegiadas, era ínfimo, as mães não zelavam de perto pela saúde dos filhos ou sequer os amamentavam. Já nos primeiros dias de vida as crianças eram entregues à ama-de-leite e muitas vezes só conheciam a mãe com quatro ou cinco anos - isso quando sobreviviam. Porém, nas últimas décadas do século XVIII o argumento que a natureza feminina foi forjada para a função maternal ganhou muita ressonância e transformou a concepção de maternidade. Médicos e filósofos buscavam definir o papel social da mulher, legitimando seus argumentos na natureza, nas distinções biológicas de homens e mulheres. Afirmavam que a mulher fora forjada para o exercício da maternidade e deveria ser sua função social e moral. A mãe passou a ser entendida como a principal figura na vida dos filhos, cabendo a ela todos os cuidados com o bem estar físico, moral e emocional de seus filhos.

Com a crescente importância reservada à maternidade a figura materna passou a ser mais valorizada em detrimento da autoridade paterna. Se em outros tempos a mulher era submissa ao marido e vista socialmente como alguém com capacidade intelectual reduzida, a maternidade a habilitava a uma responsabilidade elevada⁹. Contudo, para exercer estas funções ela deveria ser educada e instruída.

Neste processo de valorização da maternidade muitas mulheres passaram a se dedicar não apenas à criação dos filhos, mas se interessaram, sobretudo, à sua educação formal. Algumas delas não se contentaram com o apelo emocional da maternidade, mas através deste papel procuraram formar suas filhas especialmente como indivíduos autônomos, esclarecidos, preparados para o mundo. Observamos este comportamento nas mulheres das classes mais abastadas que procuravam garantir às suas filhas educação diferenciada da que era oferecida pelas instituições formais. Este modelo educacional, que foi denominado por Martins como *maternidade filosófica*¹⁰, era embasado na concepção de que a debilidade feminina não seria determinada pela natureza, mas sim pelos obstáculos criados pela sociedade e pela educação limitada que as meninas recebiam. Logo, seus adeptos defendiam uma educação feminina aprimorada, para que desta forma as mães pudessem ser as primeiras preceptoras de seus filhos. Assim, a mãe seria a primeira e

⁸ BADINTER, E. **Um Amor conquistado**: O mito do amor materno Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

⁹ PINHEIRO, J. L. L. **Madame d'Épinay e Rousseau: um debate filosófico sobre a educação feminina**. Disponível em <http://www.generos.ufpr.br/files/eb0e-monografia-juliana-locatelli-com-capa.pdf> Acessado em 01/08/2011. Acessado em 02/08/2011, p. 35.

¹⁰ Destacamos que este não foi um movimento unitário ou consciente. Foi uma prática de muitas mulheres do século XVIII, mas que não formou teoria pedagógica formal. A denominação é feita por Martins como forma de identificação desta vivência, onde mães culta, ministravam a educação de suas filhas. Martins “Os salões Iluministas...” **op cit.**

principal educadora, proporcionando uma educação plena e autônoma sem distinções de gênero, diferentemente do que era pregado pelos filósofos e moralistas ou nas instituições de ensino para meninas. Esta atitude suscitou intenso debate na época. Embora houvesse quem discordasse, como por exemplo, Rousseau e seus seguidores, diversas mulheres professavam a mesma linha de pensamento.

Madame de Staël recebeu uma sólida educação ministrada por sua mãe. Ao analisarmos as correspondências entre mãe e filha, observamos o cuidado que Suzanne teve com a educação e instrução de sua filha. Em diversas cartas Suzanne Necker recomendou que a filha cuidasse de sua saúde, porém fica manifesto que sua principal preocupação era com a formação moral e intelectual da filha. Consideramos que há muitos indícios nestas correspondências do que denominamos *maternidade filosófica*, pois a educação de Madame de Staël foi planejada, direcionada e ministrada por sua mãe, que mesmo afastada geograficamente cuidava de perto da formação da filha.

No terceiro capítulo analisamos mais detidamente as trajetórias de Suzanne Necker e Madame de Staël. Além de recorreremos à bibliografia pertinente, partimos para análise das fontes epistolares, que estão compiladas no livro *Madame de Staël: Selected Correspondence*, de Georges Solovieff. Foram selecionadas para esta pesquisa epístolas trocadas entre Suzanne Necker e Madame de Staël entre o período aproximado de 1778 a 1786.¹¹ O primeiro período analisado tem como data aproximada o ano de 1778, quando Madame de Staël foi viver no campo para tratar de sua saúde. Já o segundo momento de trocas epistolares foi motivado pelo seu casamento. Contudo, segundo Elisabeth Badinter, não podemos analisar a maternidade sem pensar na paternidade e na questão da infância¹²; logo, como fontes secundárias de apoio foram utilizadas também as cartas trocadas entre Madame de Staël e seu pai, Jacques Necker. Correspondências de período posterior ao das cartas trocadas com sua mãe, as cartas entre pai e filha têm datação aproximada de 1795/1796 a 1804.

Ao observar o conteúdo das epístolas trocadas por Madame de Staël e Suzanne Necker percebemos que nos momentos que estiveram afastadas mãe e filha se permitiram tratar de questões de cunho íntimo e sentimental concernentes à relação maternal. Nas cartas as duas discorrem sobre si mais abertamente, confidenciam seus medos e ambições. Em todas as epístolas escritas por Germaine ela demonstrou seu afeto e devoção por Suzanne. Tal atitude é muito intensa, o que evidencia sua angústia devido ao desejo de se aproximar afetivamente da mãe, ou mesmo a insegurança frente à figura materna poderosa de Suzanne. Já nas epístolas da mãe observamos que o conteúdo mais freqüente, além de mandar notícias sobre sua saúde, é dar instruções para a filha que está longe de seus cuidados. Entre as suas recomendações estão o esmero com a religião, a moral e a *politesse*¹³. É notável como a relação entre Suzanne e Germaine foi emocionalmente intensa, com seus dramas e conflitos de geração, onde há desabafos e relatos dos pensamentos e desejos mais íntimos, demonstrando sua afinidade com uma mudança de valores e comportamentos da época, expressos nos romances e especialmente nas cartas.

As cartas trocadas entre Madame de Staël e Jacques Necker ocorrem num período político muito agitado da história da França, o período após o Terror revolucionário. Pai e

¹¹ As datas das cartas são aproximadas, pois o organizador da coletânea alerta para as imprecisões cronológicas desta correspondência.

¹² BADINTER, E. “Emilie, Emilie...” *Op Cit*, pp. 19-27.

¹³ Termo em francês muito em voga no século XVIII que diz respeito a um conjunto de normas sociais que são índice da distinção entre as classes sociais. Apesar de não possuir o mesmo significado social e cultural, no português este termo está muito próximo do conceito de ‘polidez’.

filha sofreram perseguições devido às suas posições e escritos liberais. Vivendo tão intensamente estes momentos difíceis em suas cartas são mais freqüentes reflexões sobre os acontecimentos políticos. Da mesma forma que na relação entre mãe e filha, a relação entre Madame de Staël e Jacques Necker é permeada pelos sentimentos e as preocupações com o bem estar de pai e filha. Porém, observamos que o tom de Germaine com seu pai é bem diferente daquele das correspondências escritas para sua mãe. Se nas trocas epistolares com Suzanne havia um tom mais austero, com muitos pedidos de perdão e juras de devoção e adoração, com o pai a relação mantida pela escrita epistolar é mais estável, o desequilíbrio está no mundo exterior, não em seus corações. Logo, o que transparece nas cartas é que a relação de Madame de Staël com seu pai e sua mãe teve um caráter diferenciado. Suzanne Necker era uma calvinista austera, prezava a educação, bem como a *politesse* e a virtude. A nosso ver, o modo dela amar e expressar este sentimento à sua filha visava proporcionar a melhor instrução, para que assim se tornasse uma pessoa admirável, digna e temente a Deus.

Solovieff explica que as cartas são a espontânea expressão de suas almas e através delas podemos penetrar na mente e no coração de seus escritores¹⁴, o que contribui para a formação do que poderíamos chamar de *escrita de si*. A partir desta observação, concluímos que a escrita epistolar de mãe e filha são evidências não só das “mentes e corações”, mas do lugar crescente que os sentimentos passam a ter na cultura e nas sociabilidades.

Num momento de transição na concepção de maternidade observamos que na relação entre mãe e filha o amor, mais do que o temor e o respeito começa a ser definidor, mesmo que tenha sido concebido e exteriorizado de maneira diferente. Suzanne Necker teve uma educação rígida com sólida base religiosa, tornando-se mãe austera. Seu amor à filha foi manifesto através do cuidado com sua formação. Já Madame de Staël, que pertencia a outra geração, que cresceu em ambientes de discussões acerca da busca pela felicidade e pelo amor, ansiava pela afeição materna e devido a isto sofria com a postura mais comedida da mãe. Desta forma, ao lidarmos com as cartas trocadas entre elas, notamos com clareza este momento de transição na concepção do amor materno. Mãe e filha não estão em consonância com o que esperam desta relação, e talvez aí nasça o abismo que vai separá-las.

A partir da leitura e análise das fontes, concluímos que com o acesso à cultura escrita, a realidade feminina sofreu muitas alterações. As mulheres não só participaram de ambientes culturais, mas também começaram a escrever e a publicar. Se a ideologia de gênero dominante restringiu a presença feminina à esfera doméstica, o acesso à cultura escrita permitiu que a voz feminina começasse a ser ouvida. Suas epístolas, bem como seus diários, são os locais onde seus pensamentos podem ser ouvidos mais claramente. As cartas de Suzanne Necker e Madame de Staël trazem tanto de si que conseguimos nos aproximar ou vislumbrar o que se passava em suas mentes e seus corações, compreendendo como as mulheres vivenciaram a mudança na concepção maternal, e sobretudo, a crescente sentimentalização das relações mãe e filha.

¹⁴ SOLOVIEFF, G. **Madame de Staël: Selected Correspondence**. Kluwer Academic Publishers: Dordrecht, 2000, p. 12.

NINA RODRIGUES E A MULTIPLICIDADE CULTURAL

Aluno: Ivan Koltun Rebutini

Orientador: Carlos Alberto Medeiros Lima

Palavras-chave: Nina Rodrigues, religião e multiplicidade cultural

“Em finais do século passado o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial.”¹ Essa não é uma afirmação ao acaso. Nesse século, o XIX, muito se discutiu, em vários lugares e por várias pessoas, a origem e as implicações dessa afirmação. Quem, por que, onde e como são algumas das questões que norteiam esse trabalho. Lançando mão da obra de um desses intelectuais buscamos traçar outra linha de compreensão sob esse fenômeno, destacando suas especificidades em suas contribuições no grande quadro das ciências a fins do século XIX.

No cenário nacional e internacional o Brasil do século XIX era visto como um “paiz mestiço... somos mestiços se não no sangue ao menos na alma”², “uma população totalmente mulata”³: o cruzamento de raças entendido como uma especificidade nacional era o sinal de diferenciação do Brasil em relação ao concerto geral das nações, constituía “uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação.”⁴ Raiz da explicação, a mestiçagem era observada por estrangeiros, temida por boa parte das elites locais e entendida como questão central para a compreensão do destino da nação.⁵

É essencialmente a partir de 1870 que essas novas interpretações do fenômeno nacional ganham terreno no Brasil. A década de 70 é essencial no contexto da escravidão, a Lei do Ventre Livre de 1871 “anunciava a derrocada de um regime de trabalho havia muito arraigado”⁶, o liberalismo era largamente apreciado e exerceu importante pressão na direção desse e de outros fenômenos. No mesmo período, contudo, entrava no país o novo ideário positivo-evolucionista no qual se baseavam os modelos raciais de análise. É nesse mesmo período que os recém criados centros de ensino nacionais se fortalecem: são criados museus etnográficos, faculdades de direito e medicina além de institutos históricos e geográficos. É interessante observar que, apesar do paradoxo aparente entre esses dois modelos teóricos, liberalismo e racismo – o primeiro centrando sua atuação no grupo entendido como uma estrutura biológica singular, o segundo focando no indivíduo e sua responsabilidade pessoal – há uma conformação bastante sólida que possibilita muitos daqueles intelectuais a atuarem em algumas dessas instituições defendendo seus pressupostos racistas.⁷

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), maranhense, é um desses intelectuais que no decurso dos últimos anos do século XIX frequenta e contribui para esse ambiente acadêmico. Em 1882 iniciou o curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, indo para o Rio de Janeiro em 1885, voltando para Salvador conclui seus estudos em 1887. Em 1889, prestou concurso para aquela mesma faculdade, ocupando o posto de adjunto na cadeira de Clínica Médica. Já em 1890, em artigos publicados nos periódicos *Gazeta Médica* e *Brazil Médico*, Nina Rodrigues introduz idéias como o de “anthropologia

¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 8ª reimpressão, 2008. p.11.

² Romero, 1888 apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças... Idem, Ibidem*.

³ Gobineau, apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças... Idem, Ibidem*.

⁴ *Idem*, p. 13.

⁵ *Idem*, p. 14.

⁶ *Idem, Ibidem*.

⁷ *Idem, Ibidem*.

patológica” e “anthropologia criminal” – referindo-se pela primeira vez às “doutrinas da escola positiva italiana” de Lombroso, Ferri e Garófalo, entre outros.⁸

Em 1894, já como titular da cadeira de Medicina Pública em Salvador, Nina publica seu primeiro livro “*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*” em que deixa claro suas posições a respeito da medicina legal e do papel da raça nas patologias da população brasileira.⁹ No período de 1896 a 1897 começa a publicar na *Revista Brasileira* os artigos que compõem o seu livro “*O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*”, publicado primeiramente em francês (1898), na Bahia, e mais tarde traduzido por ele próprio em 1900 – o objeto de nosso estudo. Mais tarde publica outras obras como “*O Alienado no direito civil brasileiro*”, “*Collectividades Anormaes*” e um segundo livro sobre o tema “negro” “*Os Africanos no Brasil*”¹⁰. Em 1906, quando visitava seus colegas franceses da *Société Médico-Psychologique de Paris* da qual era membro colaborador no estrangeiro, em busca de financiamentos para a instituição de um laboratório de pesquisas e formação de médicos legistas e peritos criminais, Nina Rodrigues falece, aos 44 anos.

Nos anos que se seguem à morte de Nina Rodrigues, especialmente nas décadas de 20 e 30 do século XX, alguns autores voltaram-se a seus trabalhos e lhes dedicaram especial atenção – destacando-se a chamada “Escola Nina Rodrigues”¹¹. Mariza Corrêa aponta em sua obra para a criação dessa escola na década de 30, especialmente dada por Arthur Ramos e Afrânio Peixoto, que se dedicaram à compilação e publicação de muitos estudos de Rodrigues. Considerando-se discípulos de Nina, esses intelectuais – assim como Oscar Freire e outros – puseram-se a dar continuidade às contribuições do “fundador”, descaracterizando, contudo, o contexto no qual este trabalhava, demolindo algumas de suas interpretações e enfatizando outras.¹² Essa nova interpretação, segundo Corrêa, é fruto da necessidade patente do começo do século XX de colocar-se à busca de interpretações e modelos que explicassem a formação da sociedade brasileira, da definição do país como nação.¹³ A partir da década de 30 deu-se maior importância aos escritos associados à questão racial e algumas das questões levantadas por ele inspiraram várias discussões, que, contudo, não se esgotaram. O seu objeto de estudo e a forma pela qual ele o aborda, fizeram com que Nina ficasse conhecido como o pai da antropologia brasileira, seus estudos sendo até hoje apreciados, discutidos e analisados.

Para nossa pesquisa, a fonte a ser utilizada é a reprodução em Fac-Símile dos artigos de Raimundo Nina Rodrigues publicados na *Revista Brasileira* entre os anos de 1896 e 1897, compilados por Artur Ramos e republicados pela Fundação da Biblioteca Nacional em 2006.¹⁴ Tratam-se de artigos relativos à “pesquisa de campo” realizada pelo autor junto às comunidades de religião “fetichista”¹⁵ de Salvador, durante cinco anos. São ao total quatro capítulos e um apêndice chamado “Ilusões da catequese no Brasil” – nos quatro primeiros o autor se dedica à descrição da “Zoologia fetichista dos áfrico-baianos”, da “Liturgia fetichista dos áfrico-baianos”, do “Feitiço, vaticínio, estado de possessão,

⁸ CORRÊA, Mariza. *Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”*. REVISTA USP, São Paulo, n.68, pp. 130-139. Dezembro/fevereiro 2005-2006. Os dados expressos nesse parágrafo estão presentes nesse artigo.

⁹ *Idem*, p. 133.

¹⁰ *Idem*, pp. 133-134.

¹¹ CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 1998. 2ª ed.rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

¹² *Idem*, p. 10.

¹³ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁴ RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Fac-símile de artigos publicados na *Revista Brasileira* em 1896 e 1897. Rio de Janeiro, Fundação da Biblioteca Nacional. Editora UFRJ, 2006.

¹⁵ Nina Rodrigues não explicita exatamente no que consistem essas religiões, porém na sua obra essas são múltiplas e sempre atreladas a populações negras. No caso do fetichismo nagô o termo é usado, geralmente, como sinônimo de candomblé.

oráculos fetichistas” e “Cerimônias do culto fetichista: candomblés, sacrifícios, ritos funerários”.

Essa obra é menos produto de uma afeição especial a essas populações de que de uma confirmação de suas posições e dos seus projetos de “garantia da ordem social”¹⁶ e de seu “medo”: “(...) pode-se afirmar que na Bahia todas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se *tornarem negras*.”¹⁷ Mais do que apenas apelar à ordem social e civil, ela busca demonstrar o perigo da mestiçagem para os pilares da nação: “ (Nina) visita os candomblés para comprovar a fraqueza da hegemonia religiosa do catolicismo no país”¹⁸ – pois “não era só a gente do povo que dava crédito às feitiçarias; conta-se que muitas pessoas da alta sociedade de então iam às vezes comprar venturas e felicidades pelo cômodo preço da prática de algumas imoralidades e superstições.”¹⁹

A necessidade de produzir recortes que fossem capazes de dar inteligibilidade à figura de Nina e sua produção perpassa a obra de vários intelectuais. Mariza Corrêa produz, em seu doutorado, uma tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo em 1982, intitulada *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*²⁰ analisando a produção teórica de todo um grupo de médico e cientistas sociais que, na década de vinte do século passado, diziam-se discípulos de Nina Rodrigues. Para tal, a autora lança mão de um profundo estudo da obra do intelectual maranhense, confrontando-o com o contexto social brasileiro em que viveu, apontando em sua produção os parâmetros teóricos, políticos e relacionais entre este intelectual e a sociedade da época.

Se na primeira metade do século XIX não encontramos uma “comunidade científica” largamente estruturada²¹, com o desenvolvimento de novos centros de saber, já na segunda metade do século XIX, nos deparamos com a formação de uma elite intelectual que produzia muito e que sempre se encontrava “fosse na livraria Garnier do Rio, fosse em alguma viagem pela Europa, (...) [ou] em grupos, ‘igrejinhas’ e ‘escolas’²². É nesses últimos espaços, representados seja pelos vários Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelas províncias, ou pela Academia Nacional de Medicina, ou pelos jornais e gazetas nas quais esses autores publicavam e criticavam-se mutuamente, que essa intelectualidade se desenvolve fortemente. Muitas dessas publicações tinham uma circulação ampla, não só pelo centro político do país “mas também pelos sertões”²³, revelando a pluralidade de autores e interlocutores, diferentemente do início do século, em que, conforme José Murilo de Carvalho²⁴, a elite estudava Direito em Coimbra, integrava a carreira burocrática e compunha um grupo relativamente homogêneo.

Mais do que apenas apontar a singularidade do processo de formação da elite acadêmica da segunda metade do século XIX, Mariza Corrêa propõe que se analise a linguagem em comum presente nesses círculos de intelectuais, sua postura teórica e metodológica e, porventura, um projeto institucional - além das contribuições que esses autores possam ter dado à conformação do campo das ciências no Brasil. Em Nina

¹⁶ CORRÊA, Mariza. *Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”*. *Op.cit.*

¹⁷ RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista...* *Op.Cit.* p. 116.

¹⁸ CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade...* *Op.Cit.* p. 165.

¹⁹ RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista...* *Op. Cit.* p. 124.

²⁰ CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade...* *Op. Cit.*

²¹ *Idem*, pp. 22-26.

²² *Idem*, p. 26.

²³ *Idem, Ibidem.*

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Rodrigues, há nesse ponto, um aspecto que particularmente interessa a nosso estudo: “a multiplicidade cultural, talvez malgrado sua vontade”²⁵, reconhecida por ele.

A historiografia voltou-se para Nina Rodrigues e nele descobriu um campo fértil de análise. É notável, contudo, uma centralização na análise racial da qual o autor lança mão em seus estudos. Há, contudo, muito em decorrência da forma como suas análises são feitas, algumas particularidades que estudos como o de Hilton Costa²⁶ vem mostrando: dentro das denominações de raça de Rodrigues há alguns aspectos que diferenciam as populações umas das outras – e conseqüentemente as colocam em posições diferentes no trajeto rumo à civilidade: a religião; o politeísmo e o monoteísmo são alguns desses temas centrais. Aspecto singular e central para nossa análise é a ideia de que o conceito de “raça” tal como expresso por Nina Rodrigues e suas imbricações, sejam teórico-metodológicas ou seja na prática da pesquisa, levaram ao reconhecimento da diferença. Stuart Hall e Tzvetan Todorov observam que no Ocidente, de diversas maneiras, o conceito de “raça” foi abrindo o caminho para que a noção de “diferença” se insinuasse no meio dos discursos e práticas que, a princípio, eram marcados apenas pelo eixo da superordenação/subordinação.²⁷ Em Nina Rodrigues a ideia de religião opera, talvez contra sua vontade, esse mecanismo. É nesse sentido que se impõe a nossa pergunta. Nessa perspectiva, na obra Nina Rodrigues, é possível entender um reconhecimento da diferença?

A religião - em grande parte do século XIX, se desenvolveu sob a regulamentação e proteção do Estado imperial – sendo a religião católica a oficial. Ano após ano, os ministros que se sucediam no comando do Ministério de Estado dos Negócios do Império – responsável pela organização do culto religioso - prestavam contas da situação da pasta à Assembléia Geral Legislativa²⁸. Essa relação, que se viu balançada em alguns momentos, especialmente quando da “Questão Religiosa”²⁹, nunca deixou de existir nesse contexto. Se por um lado a relação se viu abalada, o Estado expunha preocupação constante com a situação em que se encontrava a Igreja e nem por aquele motivo abriu o seu leque em direção a aceitação de outros cultos. Uma consulta feita entre os anos de 1880 e 1888 nos revela a visão do Império sobre a situação da religião.

Diversos ministros atentam para um fator comum a todas as províncias e “até para freguezias das cidades mais populosas, das proprias capitães”³⁰: a “omissão, (...) há muitos anos já, mormente em certas dioceses, (...) dos concursos e assim do provimento effectivo das igrejas parochiaes.”³¹ Mais: “em mais de um logar têm-se dado abusos relativamente a casamentos celebrados por pastores acatholicos (...) esses e outros factos succedidos nas denominadas comunidades de seitas dissidentes é a falta de garantia na nomeação ou eleição daquelles pastores, á vista da legislação existente.”³² Este Estado que está se afastando da Igreja em conflitos da “Questão Religiosa” e que entende por “acatholicos” apenas e tão somente protestantes,³³ silencia a respeito de qualquer outro tipo de culto.

²⁵ CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade*, op cit, p. 32. Grifo meu.

²⁶ COSTA, Hilton. *Nina Rodrigues e os malês*. Revista Vernáculo: Dossiê Norbert Elias. nº 4, 2001.

²⁷ FILHO, Nemezio. *Para além do conceito de raça*. Revista Científica de Información y Comunicación, Numero 3, 2006, Sevilla. Sección Selecta.

²⁸ Disponíveis em <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>, Latin American Microform Project (LAMP).

²⁹ Para mais informações ver: CAES, André Luiz. *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do IFCH-Unicamp em fevereiro de 2002, pp 61-102. Em resumo, a Questão Religiosa deu-se no período de 1871-75, em que a Igreja e o Estado travaram um embate acerca das posturas e interferências daquele órgão na política liberal.

³⁰ “Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, Barão de Mamoré, 1886. p. 84.

³¹ *Idem, Ibidem*.

³² *Idem*, pp. 85-86.

³³ CAES, André Luiz. *As portas do inferno... Op. Cit.*

Nina Rodrigues, que por sua vez também reconhece a situação periclitante do catolicismo, dedica-se profundamente à análise do “culto fetichista” baiano, colocando um terceiro elemento em discussão: os cultos de origem africana que são capazes, inclusive, de “mobilizar as elites”. Ele faz tal mapeamento das crenças e práticas religiosas desses vários extratos sociais que se associam enfatizando, sempre, a “ilusão da catequese”³⁴, a ideia de que “no Brasil o mestiçamento não é só physico e intellectual, é ainda affectivo ou dos sentimentos, religioso igualmente portanto.”³⁵

A pergunta base que colocamos à nossa fonte principal -“O animismo fetichista dos negros baianos” – é tão perigosa quanto intrigante. Atribuir o conceito de cultura a um autor que desenvolveu sua carreira sobre as bases do racismo científico, e dele extraiu frutos dos quais a própria obra analisada, pode se revelar anacrônico. Não temos tal intenção nesse trabalho. O que sugerimos é que Nina Rodrigues, de forma pouco usual para o contexto nacional, desenvolveu uma pesquisa de campo que, segundo ele mesmo, na época da publicação original na Revista Brasileira, “já vai prosseguida attentamente para quase cinco annos”³⁶, justamente buscando o esclarecimento da contradição entre seus estudos “da analyse psychologica, em matéria de phreniatria medico-legal”³⁷ e a “sciencia official”, decorrência disso a necessidade de conhecer as “condições mentaes que exige a adopção de cada crença religiosa, junto a incapacidade psychica das raças inferiores para as elevadas abstrações do monotheismo”³⁸.

Se Nina Rodrigues busca no todo de sua obra colocar o negro no seu devido lugar no conjunto da sociedade - e nossa fonte é um dos braços desse corpo que o autor buscou construir - é, sem dúvida, em decorrência dessa intenção que Rodrigues se volta ao “problema o negro” e delinea-o no maior número possível de traços. Analisando com particular atenção a presença de uma “religião fetichista” iorubana na Bahia, colocando-a em contraposição com outros cultos africanos trazidos pelos escravos – os bantus e malês – Nina apresenta-nos um perfil múltiplo desse então grupo “os africanos”. Se esses não são capazes de praticar o monoteísmo, ou apenas justapuseram “as exterioridades muito mal comprehendidas do culto catholico ás suas crenças e praticas fetichistas que em nada se modificaram”³⁹, a dualidade católico – protestante é exposta a mais um elemento: a religião do negro – que desaparecerá junto com a degeneração do mestiço. “Em phase de transição (...) não será certamente para muito cedo a extincção total dos cultos africanos neste estado.”⁴⁰

³⁴ RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos... Op.Cit.* pp. 107-119.

³⁵ *Idem*, p.116.

³⁶ *Idem*, p.28.

³⁷ *Idem*, p. 27.

³⁸ *Idem, Ibidem.*

³⁹ *Idem*, p. 108.

⁴⁰ *Idem*, p. 109.

NIETZSCHE E A HISTÓRIA : DA BASILÉIA À VIDA NÔMADE

Aluno: Murilo Mischiatti Pagotto

Orientador: José Roberto Braga Portella

Palavras-chave: Nietzsche; Historicismo; Perspectivismo

Partindo da análise das obras “*Segunda Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida*” (1874) e “*Crepúsculo dos Ídolos*” (1888), de Friedrich Nietzsche, a monografia objetivou investigar as possíveis permanências e rompimentos entre os dois textos que representam momentos diferentes da vida do autor.

Antes de apresentar ambos os livros de Nietzsche, faz-se necessário fornecer uma breve contextualização sobre a Alemanha da segunda metade do século XIX – uma vez que o impacto de sua unificação política tardia, bem como a existência de um estado extremamente militarizado e autoritário, foi de grande influência para a sociedade alemã. – , bem como uma sucinta caracterização das escolas históricas presente neste momento conturbado que foi último quartel do século XIX.

Segundo Norbert Elias, o projeto de unificação da Alemanha partiu inicialmente dos grupos da burguesia urbana que viam na unificação política um passo dado para rumo à democracia, pondo fim ao domínio da aristocracia.¹ Contudo, ao longo do século XIX duas correntes políticas distintas competiam para realizar este objetivo: uma idealista-liberal e outra conservadora-nacionalista.² Logo, o impacto causado pelo conservador Bismarck ter conduzido a unificação alemã por meio de uma guerra, e não de forma pacífica, foi de grande significado no desenvolvimento do *habitus* alemão da classe média; concluindo que “*a vitória dos exércitos alemães sobre a França foi, ao mesmo tempo, uma vitória da nobreza alemã sobre a classe-média alemã*”³.

Portanto, o novo Estado alemão continuou sendo extremamente autocrático e autoritário; tendo a classe média e a classe trabalhadora um papel político irrelevante. Segundo Elias, “*o hábito de ser governado desde cima permaneceu virulento; a ideia de que uma pessoa podia apoiar-se numa autoridade superior e confiar-lhe a autoridade e o poder de comando reteve sua força de atração*”⁴. Assim, curiosamente uma parte significativa da classe média alemã passou a adotar as normas da nobreza militar como seus mesmos; com isso trocava-se o clássico idealismo burguês pelo evidente realismo do poder.⁵

Aqui é necessário um parêntese importante. Esta situação autoritária da Alemanha também estendeu-se às universidades. Como mostra Bentivoglio,⁶ “*o poder estatal (...) se valia de instrumentos como a censura, a demissão ou a prisão*” para coagir a todos que questionavam o Estado. Não raro, docentes perdiam suas cadeiras nas universidades ou tinham suas obras censuradas.

Na via econômica a Alemanha unificada engajou-se na recuperação do tempo perdido, visando ultrapassar as demais potências europeias. Com efeito, “*sob a pressão dessa rivalidade, encontrou-se na voragem de um acelerado processo de modernização que imprimiu um impulso decisivo aos grupos especializados da economia (...) e à força*

¹ ELIAS, Norbert. “*Os Alemães*”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, página 60.

² Ibid., página 26.

³ Ibid., página 26.

⁴ Ibid., página 301.

⁵ Ibid., página 26-27.

⁶ Bentivoglio página 35-36.

de trabalho industrial”⁷. O comércio voltava-se paulatinamente para os mercados estrangeiros como via de escoar suas produções, angariando cada vez mais defensores de uma política externa radical; por consequência, gerava reações agitadas e aumentava ainda mais os antagonismos existentes com a Grã-Bretanha, França e Rússia.⁸ Por fim, como afirma Hobsbawm, tal situação já evidenciava a clara possibilidade de uma guerra geral entre as potências europeias; uma vez que a unificação política da Alemanha havia conturbado a estabilidade da Europa⁹

Após essa sucinta contextualização política e social; cabe-me a difícil tarefa de discutir sobre o historicismo; um conceito que Arno Wehling afirma, com razão, possuir uma polissemia infernal. Segundo o próprio Wehling o termo possivelmente aparece pela primeira vez num estudo de Karl Werner sobre Vico, em 1881, “*significando o conjunto de posições que, no século XVIII, valorizavam o conhecimento histórico em contraposição ao racionalismo a-histórico cartesiano*”¹⁰. Considerando a questão de etapas do historicismo desde o final do século XVIII até o seu apogeu, na segunda metade do século XIX, o autor nos fornece três períodos distintos: **a) Historicismo filosófico**: consistindo basicamente na aceitação mecanista de um universo regido por leis; apesar da grande maioria dos representantes dessa vertente encontrar-se no século XVIII, Hegel, no início do século XIX, pode ser considerado pertencente a esse segmento; **b) Historicismo romântico ou historicismo**: destoava dos demais pela recusa em aceitar leis universais para a História, pelo enfoque anti-racionalista e a crença numa realidade histórica orgânica e inconsciente; Ranke e seus seguidores estariam inclusos nesta corrente; **c) Historicismo cientificista**: caracterizava-se pela busca de leis, frequentemente pela macro-teleologia, com graus maiores ou menores de determinismo; compreendendo a grande maioria das produções de cientistas sociais entre 1850 e a Primeira Guerra Mundial.¹¹

Dito isso, faz-se necessário expôr à parte tanto a filosofia da história de Hegel, quanto o historicismo de Ranke. Primeiro, porque, apesar de existir um hiato de três décadas entre a morte de Hegel e o primeiro livro publicado por Nietzsche, é pertinente a discussão de suas ideias, uma vez que, como expresso por Karl Löwith, há um caminho que conduz de Hegel a Nietzsche por via dos jovens hegelianos;¹² segundo, porque a presença de Ranke perpassa todo o século XIX.¹³

Para Hegel, o ponto chave ao discutir a História é ter em mente a ideia de que a razão governa o mundo; pois para ele, na História nada fica completamente perdido: esta seria “*antes de tudo, o processo, devir, o desdobrar-se da razão no tempo*”¹⁴. Curiosamente para este filósofo, o sujeito da história não é o indivíduo humano – pois este agiria apenas conforme seus interesses próprios sem visar a razão maior – , mas sim o “espírito do mundo” (a encarnação da razão no âmbito da história universal), que utiliza os homens meramente como instrumento para realizar seu fim.¹⁵ Assim, para Hegel a marcha do

⁷ ELIAS, Norbert. Op. Cit., página 61.

⁸ KEMP, Tom. “*Revolução Industrial na Europa do século XIX*”. Lisboa: Edições 70, 1987, página 136.

⁹ HOBBSAWM, Eric. “*A Era do Capital*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, página 99.

¹⁰ WEHLING, Arno. “*A Invenção da História – Estudos sobre o historicismo*”. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, 1994, página 13.

¹¹ Ibid., página 29.

¹² LÖWITH, Karl. “*De Hegel a Nietzsche – La Quiebra Revolucionaria del Pensamiento em el Siglo XIX*”. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1974, página 246.

¹³ CARRR, Edward Hallet. “*Que é História?*”. São Paulo, Paz e Terra, 1996, página 45.

¹⁴ PEREIRA FILHO, Antônio José; BRANDÃO, Rodrigo. “*História e filosofia – uma introdução às reflexões filosóficas sobre a história*”. Curitiba, Editora Ibplex, 2011, página 102.

¹⁵ Ibid., página 104.

espírito atingiria a sua realização com o surgimento do Estado moderno, “*que deve encarnar a moral, a liberdade e a razão, (e) ser a forma última do progresso*”¹⁶.

Quanto ao historicismo, Sérgio Buarque de Hollanda afirma que surge como oposição ao jusnaturalismo a-histórico e baseia-se numa reflexão individualizante e historizante;¹⁷ na mesma linha, Wehling observa que o historicismo surge antes como visão de mundo, nos idos de 1830, para logo se converter num método científico.¹⁸ Com efeito, é pertinente fazer uma breve menção sobre o método de Ranke, uma vez que ainda hoje há muita confusão sobre o assunto. Segundo Wehling¹⁹, os princípios básicos do método histórico foram lançados pela escola de Berlim, tendo Ranke inovado o criticismo das fontes históricas, bem como foi o primeiro a utilizá-las para integrar uma obra – não consistindo apenas em juntar as fontes sem interpretá-las, como fizeram alguns historiadores da segunda metade do século XIX, acreditando que desta forma estariam reproduzindo o passado tal como ocorreu.

Assim, nesse contexto fortemente marcado por um Estado autoritário, e um ambiente intelectual em que ainda se fazia presente o influxo das ideias de Hegel e de Ranke (ora se relacionando, ora conflitando) surge as “*As Extemporâneas*”: um conjunto de quatro ensaios escritos e publicados enquanto Nietzsche ainda era professor de filologia na Universidade da Brasileira. Aqui tratarei especificamente da segunda: “*Segunda Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida*” (1874).

“*Além disso, odeio tudo aquilo que somente me instrui sem alimentar ou estimular diretamente a minha atividade*”²⁰ Partindo desta afirmação expressa por Goethe, Nietzsche inicia seu ensaio sobre o espírito histórico que permeia a Europa, em especial a Alemanha, na segunda metade do século XIX. Neste texto, o autor afirma, “*Certamente precisamos da história, mas não como o passeante mimado do jardim do saber (...). Isto significa: precisamos dela para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida ou da ação (...)*” e complementa “*somente na medida em que a história serve a vida, queremos servi-la*”²¹.

Para Nietzsche, é possível viver sem história e viver feliz: é o que demonstra o animal e a criança. Entretanto, o ser humano logo cedo conhece a palavra “foi”, “*a fórmula que leva o homem aos combates, ao sofrimento e ao desprezo, e o faz lembrar que no fundo toda existência é tão somente uma eterna incompletude*”.²² Com efeito, o autor observa que a felicidade possui a característica intrínseca de poder viver a-historicamente o momento; e sugere que a vida de um homem fortemente impregnado pelo sentido histórico, sem força suficiente para a capacidade de esquecer e de viver a-historicamente, estaria fadada a se diluir numa infinidade de pontos móveis no devir, obstando a ação do indivíduo no presente. Como Nietzsche afirma, seu problema se baseia na constatação de que “*há um grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico, para além do qual os seres vivos se verão abalados e fortemente destruídos, quer se trate de um indivíduo, de um povo ou de uma cultura*”²³.

¹⁶ BOURDÉ, Hervé; MARTINS, Hervé. “*As Escolas Históricas*”. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983, página 51.

¹⁷ HOLANDA, Sergio Buarque. “*Ranke: História*”. Ática, 1979, página 8-9.

¹⁸ WEHLING, Arno; op. cit.; página 115.

¹⁹ Ibid., 112, 116, 118.

²⁰ GOETHE apud NIETZSCHE, Friedrich. “*Segunda Consideração Intempestiva sobre as utilidades e inconvenientes da História para a vida*”, in: MELO SOBRINHO, Noéli Correia de. “*Escritos sobre História*”. São Paulo: Edições Loyola, 2005, página 67.

²¹ Ibid., página 68.

²² Ibid., página 71.

²³ Ibid., página 73.

Dito isso, Nietzsche observa que se deve levar em conta a “força plástica” – ou seja, a capacidade de se suportar lembranças dolorosas – de um indivíduo, de um povo ou da cultura, para determinar o limite de passado que pode ser lembrado. Então, após demonstrar que é possível viver sem história, o autor passa a discutir em quais situações a história interessa à vida. Para ele, “A história interessa aos seres vivos por três razões: porque eles agem e perseguem um fim, porque eles conservam e veneram o que foi, porque eles sofrem e têm necessidade de libertação.”²⁴ Ou seja, é possível distinguir, respectivamente, uma história monumental, uma história tradicional e uma histórica crítica. Entretanto, estas abordagens históricas podem ser danosas para a vida:

A transposição imprudente destas espécie ocasiona muitas desgraças: o espírito que critica sem necessidade, aquele que conserva sem piedade e aquele que conhece a grandeza sem ser capaz de realizar grandes coisas são como aquelas plantas que, arrancadas do seu solo originário, retornam ao estado selvagem e degeneram.²⁵

Após delinear sucintamente as utilidades da história para a vida, Nietzsche passa a refletir sobre a apropriação da história feita pro sua época, demonstrando uma profunda repulsão. Para o autor, através da vontade de fazer da história uma ciência, o homem moderno submergiu no fluxo de tudo aquilo que um dia existiu. Nietzsche afirma que a cultura moderna deixou de ser autêntica, tornando-se apenas uma releitura, ou seja, uma espécie de saber sobre culturas passadas.²⁶

Ao longo do ensaio, o autor passa a discutir sobre os cinco problemas que o excesso de história engendra na civilização ocidental: gera oposição entre interioridade e exterioridade; eleva uma época a imaginar que possui a virtude mais rara e a justiça num grau mais elevado que qualquer outra época; perturba o instinto de um povo e impede o amadurecimento tanto do indivíduo quanto da comunidade; sugere a crença na velhice da humanidade; leva uma época a ter atitude de ironia consigo mesma.²⁷

Aqui surge um problema que deve ser mencionado. José Carlos Reis observa que há pelo menos três leituras sobre este ensaio: a primeira, e hegemônica, afirma que Nietzsche negava a utilidade e a pesquisa da história; a segunda relativiza a primeira visão e procura afirmar que Nietzsche teria sido um profundo admirador do método histórico, mas em sua crítica defendia que a filosofia estivesse acima da história, e não o contrário; a terceira vê Nietzsche como um dos maiores teóricos da história, antecipando os *Annales*.²⁸

Quanto ao “*Crepúsculo dos Ídolos*” (1888), este inicialmente foi projetado para fazer parte do livro “*A Transvaloração de Todos os Valores*”, que não pôde ser concluído, pois Nietzsche sofreu um colapso mental em 1889.²⁹ Sobre seu livro o próprio Nietzsche chegou a afirmar que quem quisesse ter uma ideia a respeito de como “o mundo estava de ponta-cabeça” antes dele, deveria começar por esta obra.³⁰

Com efeito, logo no prefácio Nietzsche expõe seu objetivo:

este pequeno livro é uma *grande declaração de guerra*; e, quanto ao escrutínio de ídolos, desta vez eles não são ídolos da época, mas ídolos eternos, aqui tocados

²⁴ Ibid., página 82.

²⁵ Ibid., página 90.

²⁶ Ibid., página 101

²⁷ Ibid., página 107-108.

²⁸ REIS, José Carlos. “*História da consciência histórica ocidental contemporânea – Hegel, Nietzsche, Ricoeur*”. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, página 163-168.

²⁹ MONTINARI, Mazino; “*Ler Nietzsche: O Crepúsculo dos Ídolos*”, in: MARTON, Scarllet (org.) “*Caderno Nietzsche*”. São Paulo, vol.3, 1997, página 78.

³⁰ NIETZSCHE, Friedrich. “*Ecce Homo*”. Porto Alegre, L&PM Editores, 2005, página 131.

com o martelo como se este fosse um diapasão – não há absolutamente ídolos mais velhos, mais convencidos, mais empolados... E tampouco mais ociosos... Isso não impede que sejam os *mais acreditados*, e, principalmente no caso mais nobre, tampouco são chamados de ídolos....³¹

Apresentada sua proposta, o autor divide o livro em dez capítulos nos quais expõe suas ideias por meio de aforismos: o que me impede de fazer uma exposição fluída como fiz acerca da “*Segunda Intempestiva*”; portanto seleciono, para uma exposição bem superficial, apenas três capítulos que mais possuem relação com o tema da crítica de Nietzsche aos ídolos: “*A 'razão' na filosofia*”, “*Os quatro grandes erros*” e “*O que falta aos alemães*”.

Assim, em “*A 'razão' na filosofia*”, Nietzsche critica principalmente a metafísica e sua negação dos sentidos e do vir-a-ser. Para o autor, os filósofos metafísicos não possuem sentido histórico e apenas adoram conceitos múmias, como se fossem eternos; rompendo com a metafísica, Nietzsche afirma que “*o mundo 'aparente' é o único: o 'mundo verdadeiro' é apenas **acrescentado mendazmente***”³². Em “*Os quatro grandes erros*” Nietzsche critica a casualidade em filosofia, bem como a noção de livre-arbítrio. Por fim, em “*O que falta aos alemães*”, entre outras críticas, Nietzsche aponta a decadência cultural que se encontra a Alemanha: “*a cultura e o Estado – não haja engano a respeito disso – são antagonistas. (...) Na história da cultura europeia, a ascensão do Reich significa sobre tudo uma coisa: uma **mudança no centro de gravidade***”³³

Exposto os dois textos, Renarde Freire Nobre observa que não se deve alcunhar Nietzsche de irracionalista; não obstante o próprio filósofo ter passado boa parte da sua vida criticando os sistemas fechados, a razão e a verdade, sua filosofia possui um grau elementar de sistematização e coerência lógica das ideias.³⁴ Na mesma linha, Sarah Kofman afirma que “*entre os dois Nietzsche, o de ontem e o de hoje, haveria ao mesmo tempo continuidade e ruptura; seus diferentes escritos diriam ao mesmo tempo a mesma coisa, e outra coisa: a distância, antes de tudo, seria devida a uma questão de 'estilo'*”³⁵

Assim, Nobre define o pensamento de Nietzsche como possuindo uma “*transracionalidade vital*”, ou seja:

(...) Nietzsche procurou ir além da oposição entre racionalismo e irracionalismo, como se tratasse de uma alternativa. (...) Racional e irracional – assim como “*escolha*” e “*acaso*” – são somente classificação que os homens utilizam para distinguir que lhes seria próprio e voluntário do que lhes seria estranho e arbitrário, ou ainda, ainda, o que lhes seria consciente do que lhes seria alheio à consciência.³⁶

Portanto, ao longo de minha pesquisa pude observar que as duas obras podem dialogar, não havendo grandes oposições. Desde a “*Segunda Intempestiva*” – como bem se nota pelo seu subtítulo – está presente a preocupação de Nietzsche acerca de uma filosofia voltada para à vida; e na defesa desta ideia, Nietzsche esteve engajado até seu adoecimento: afinal, seu livro o “*Crepúsculo dos Ídolos*” iria fazer parte de um projeto maior que, como foi mencionado, chamar-se-ia “*A Transvaloração de Todos os Valores*”; mais uma vez estando evidente no próprio título a proposta do filósofo de criar um

³¹ NIETZSCHE, Friedrich. “*Crepúsculo dos Ídolos*”. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, página 8.

³² Ibid., página 26.

³³ Ibid., página 58.

³⁴ NOBRE, Renarde Freire. “*Perspectivas da Razão – Nietzsche, Weber e o conhecimento*”. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2004, página 22.

³⁵ KOFMAN, Sarah.. “*O/Os 'conceitos' de cultura nas **Extemporâneas** ou a dupla dissimulação*”, in: MARTON, Scarlett. “*Nietzsche hoje? Colóquio de Cerisy*”. São Paulo, Brasiliense, página 79.

³⁶ NOBRE, Renarde Freire. Op. Cit.; página 27-28.

futuro. Quanto a esta afirmação, Nobre complementa que “*não se pode esquecer que Nietzsche fez 'apostas' relativas à cultura e ao homem, como aparecem em noções expressivas como as de 'grande política', 'filosofia do futuro', e 'Übermensch'*”³⁷

Também Foucault observa que

se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.³⁸

Desta forma, opondo-se à busca metafísica das origens, cabe à genealogia dos valores observar meticulosamente o acaso dos começos, suas pluralidades e contradições.³⁹

Para finalizar, nesta pesquisa pretendi investigar as possíveis permanências e rupturas nas duas obras de Nietzsche, no âmbito da Teoria da História, levando em conta a importância das contribuições do filósofo para os estudos de teoria ao longo de todo o século XX e início do XXI.⁴⁰

³⁷ Ibid., página 23.

³⁸ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a Genealogia e a História”, in: MACHADO, Roberto (org.)17- 18

³⁹ Ibid., página 19.

⁴⁰ REIS, José Carlos; Op. Cit.; página 162.

OS ANNALES E A MICRO-HISTÓRIA: UM VIÉS HISTÓRIOGRÁFICO PELAS OBRAS DO HISTORIADOR ITALIANO CARLO GINZBURG

Aluno: Alexsander João Guerios

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Braga Portella

Palavras-chave: Annales; Lucien Febvre ;Carlo Ginzburg

O presente trabalho pretende traçar as possíveis influências dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre - fundadores da escola historiográfica Francesa chamada de “Escola dos Annales” - nas obras feitas pelo Historiador Italiano Carlo Ginzburg ligado ao ramo historiográfico chamado de Micro História

A Escola dos Annales é uma escola historiográfica francesa que, desde a sua primeira fase em 1929 na revista *Annales d’histoire économique et sociale*, deu ênfase em uma história interdisciplinar não factual e nem uma história política que privilegiava os grandes homens, como faziam os metódicos que foram muito criticados pelos pais fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre.

Na segunda geração, tendo Fernand Braudel na direção (1956 a 1968) continuou-se com o programa interdisciplinar com as outras ciências.

Os Annales da ‘segunda geração’ colocaram no centro de seu projeto intelectual, as novas investigações sobre os distintos estudos de historia econômica e as investigações da recém-criada história demográfica e certas áreas específicas da história social, estabelecendo mútua colaboração e apoio, entre os Annales braudelianos e o(s) marxismo(s) do Ocidente.

Já na terceira geração dos Annales, os historiadores vão se distanciar das abordagens mais quantitativas da história, para trabalharem em uma história mais antropológica. Essa terceira geração surge em um contexto marcado pelos efeitos da revolução cultural de 68, sobre o conjunto da historiografia mundial, sendo definidos como a historiografia voltada ao estudo de temas culturais, com profunda descontinuidade quanto aos Annales anteriores.

A denominada Micro História é a Escola historiográfica italiana que começou a surgir primeiramente nos artigos publicados nos “Quaderni Storici” na década de 70 e depois pela criação da coleção chamada “Micro-História” dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi em 1981.

A Micro-História surgiu como uma reação ao desgaste das abordagens marxistas, estruturalistas e econômico sociais¹ e também ao encontro com a Antropologia, pois os antropólogos ofereciam um modelo alternativo, que era a ampliação do estudo de caso onde havia espaço para a cultura, para a liberdade em relação ao determinismo social e econômico, e para os individuais rostos na multidão².

A base metodológica dessa discussão se situa no campo da Teoria da História e é usada para discussão o texto “A especificidade lógica da História” do historiador José Carlos Reis o qual diz que a então chamada teoria da história seria um caleidoscópio, que há cerca de 2500 anos ela existe em permanente crise, autodefinindo-se vagamente³.

¹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.8

² BURKE, Peter, *O que é História Cultural?* Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.p.61

³ REIS, José Carlos. *História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2003 p.101

Essa idéia do autor é utilizada no presente trabalho para se perceber se há uma permanência ou ruptura no tipo de historiografia feita pelo historiador Carlo Ginzburg em comparação com os pais fundadores dos Annales.

Assim também seguindo a lógica de March Bloch que diz que “A história é a ciência dos homens no tempo”⁴, portanto o historiador também faz parte do seu tempo. Esse conceito foi usado para entender como se deu o contexto histórico acadêmico francês na época em que Carlo Ginzburg desenvolveu suas obras “*Os andarilhos do Bem*”, “*O queijo e os vermes*” e “*História Noturna*”.

As fontes analisadas são os prefácios das obras do historiador Carlo Ginzburg “*Os andarilhos do Bem*”⁵ (1966), “*O queijo e os vermes*”⁶ (1976) e “*História Noturna*”⁷ (1989), obras publicadas entre as décadas de 60 e 80, e onde se tentará perceber a existência ou não de um diálogo com conceitos e métodos usados por Lucien Febvre e Marc Bloch, bem como o diálogo com a história das mentalidades desenvolvida pelos Annales da terceira geração na década de 70, também são analisadas entrevistas dadas por ele a respeito da própria obra e suas influências.

O trabalho desenvolvido parte da hipótese de que os Annales não constituiriam uma escola historiográfica fechada em si, mas sim um grupo de historiadores ligados à revista Annales d'histoire économique et sociale, em que cada um teve trajetória própria, não constituindo assim uma unidade, indo de encontro com a discussão suscitada pelo historiador Antonio Carlos Aguirre Rojas sobre a unidade dos Annales de que :

[..]evidentemente, semelhante unidade não existe no passado, sendo, pois, extemporâneo continuar-se falando de uma “Escola” dos Annales. O que este termo conota é em realidade uma história múltipla, de sucessivos e às vezes muito diferentes projetos intelectuais. Organizando-se materialmente sempre em torno de publicação regular e permanente de uma revista de história, a revista que quase todo o tempo, e salvo em um curto período de três anos, durante a segunda guerra Mundial, manteve em seu título a expressão Annales aqueles sucessivos projetos sofreram o impacto das transformações e das mudanças principais do contexto intelectual francês e europeu⁸.

Procurou ser traçada neste trabalho a discussão sobre a influência da historiografia dos Annales sobre a produção histórica italiana desde a década de 1950, a qual se remetia segundo Henrique Espada Lima necessariamente à obra *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'époque de Philippe II* (1949) de Fernand Braudel.

Maurice Aymard também vai de encontro com essa ideia, aonde em uma apresentação sobre o “impacto” da revista francesa nos países mediterrâneos afirmava que o livro de Braudel havia sido para eles um presente inestimável, ele Braudel deu lhes um novo mundo mediterrâneo.

As trocas historiográficas entre os Annales e a Micro História na década de 70 foram marcadas pelas incorporações e reproposição de temas importantes na produção histórica ligada a revista francesa⁹.

⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001 p.55

⁵ GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

⁶ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

⁷ GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁸ AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Tradução de Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004. PP.10-11.

⁹ LIMA, Henrique Espada. *A Micro História italiana: escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: Record, 2006. p.85

Nesse período se tem uma discussão intensa sobre a história das Mentalidades, ou seja a história concentrada particularmente no estudo das atitudes mentais, visões coletivas, universos culturais sentimentos e crenças de uma sociedade ou época determinada, preocupada com o exame dos distintos aspectos das realidades culturais ou mentais dos homens¹⁰.

Esse ramo historiográfico foi produzido pelos Annales da primeira geração com Lucien Febvre e Marc Bloch e houve uma tentativa de retomada por parte da terceira geração com Jacques Le Goff e Philippe Ariès, mesmo esta sendo um ramo historiográfico francês ela foi mais produzida fora da academia francesa do que dentro dela¹¹.

Carlo Ginzburg e outros historiadores interessados pela história da cultura discutiam a história das mentalidades, da cultura material ou da religião. Outros como Giovanni Levi, ligados aos estudos de economia, demografia e de história social, voltavam-se para os estudos da família e da comunidade. A Antropologia histórica aparecia como um elemento unificador dessas discussões.¹²

Os Annales e a Micro história em questão de trocas historiográficas tiveram uma relação “ambígua” marcada pela fórmula do “sim, mas”. Em outras palavras, se por um lado reconhecia-se a importância de sua contribuição historiográfica, por outro chamava-se a atenção, de que as propostas não era tão originais quanto se diziam.¹³

As influências do historiador francês ligado aos Annales Lucien Febvre nas obras de Carlo Ginzburg podem ser percebidas na obra “Andarilhos do Bem” (1966) a qual a metodologia desenvolvida por Lucien Febvre na sua obra “Le problème de l'incroyance au XVI siècle: la religion de Rabelais(1946), de mentalidades coletivas é colocada em prática, Carlo Ginzburg se remete a isso no prefácio da obra dizendo:

“Estudei nesse livro as atitudes religiosas e, em sentido lato a mentalidade de uma sociedade camponesa – a friuliana – entre o final do século XVI e meados do século XVII, de um ponto de vista extremamente circunscrito: a história de um núcleo de crenças populares que, pouco a pouco, em decorrência de pressões bastante precisas, foram assimiladas à feitiçaria”

Em um Pós- escrito da obra de 1972 ele retoma essa discussão dizendo:

“Hoje não repetiria mais a ingênua contraposição entre “mentalidade coletiva” e “atitudes individuais”. É claro que este livro também é, ao seu modo, um estudo sobre a mentalidade” coletiva” (no sentido de não meramente individual). Mas havia algo que me induzia a recusar esse termo – mesmo tendo bem presente o meu débito para com Lucien Febvre e o filão de pesquisas que ele propusera e, sob certos aspectos, inaugurara¹⁴.”

Assim, podemos então observar que Ginzburg nesse primeiro momento teve um diálogo com Lucien Febvre e sua escrita da história, e usou conceitos como “mentalidade coletiva” e “atitudes individuais” nessa obra, mas posteriormente foi além disso como visto em uma obra posterior intitulada “O Queijo e os vermes” onde ele se contrapôs à essa idéia de “mentalidade coletiva” usando o conceito de “circularidade Cultural”. Esse termo “circularidade cultural” foi emprestado de Mikhail Bakhtin que seria, “A circularidade, ou

¹⁰ AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. Uma história dos Annales (1921-2001). Tradução de Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004.p 119

¹¹ Idem, Ibidem p.120

¹² LIMA, Henrique Espada. *A Micro História italiana: escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: Record, 2006.p.85

¹³ idem, Ibidem p.71

¹⁴ GINZBURG, Carlo. Prefácio e Pós-escrito de 1972. In: _____. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

seja, o “[...] influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica, particularmente intenso na primeira metade do século XVI”¹⁵

Já sobre uma suposta influência de Marc Bloch na obra intitulada “História Noturna” em uma entrevista perguntando sobre o “ídolo das origens” que Marc Bloch denunciou em seus trabalhos, Ginzburg responde dizendo que:

“Sou ainda fiel a essa idéia de Bloch concordo em que a permanência de uma instituição não pode ser explicada pelas suas origens, ou melhor, pelo seu estágio inicial. Ele não dizia que não se devia buscar origens, mas criticava a idéia de transformar a explicação dos estágios iniciais de uma instituição em razões para a sua persistência. O que pode causar a impressão de que eu próprio procurava contradizer Bloch no meu História noturna é que me inspirei muito em Lévi Strauss e me interessei pelo que dizia sobre estrutura versus história”¹⁶.

Pode-se concluir então que Carlo Ginzburg em um primeiro momento na obra “Andarilhos do bem” possui uma aproximação com os pais fundadores dos Annales, pois na época em que esse trabalho foi desenvolvido início da década de 70 os historiadores dos Annales ligados à terceira geração estavam propondo uma retomada dos temas de Lucien Febvre e Marc Bloch produzindo como já foi dito a história das mentalidades.

Mas essas metodologias de “mentalidades coletivas” e “mentalidades individuais” desenvolvidas por Lucien Febvre foram superadas em uma obra posterior chamada “O queijo e os vermes”, e houve uma superação ou uma ruptura por assim dizer desse método quando usado o conceito de circularidade cultural de Mikhail Bakhtin.

Já sobre a influência de Marc Bloch, conclui-se pelas fontes analisadas que esta se deu de forma menos intensa, Carlo Ginzburg possui uma grande admiração pelos trabalhos de Marc Bloch como os “Os reis taumaturgos (1924)” e Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien (1941) como dito por ele em obras como “História Noturna”¹⁷ e mais recentemente em “O fio e os Rastros”¹⁸

Assim Carlo Ginzburg teve uma relação ambígua de aproximação com as metodologias propostas por Marc Bloch e Lucien Febvre, pois esses métodos foram utilizados em um primeiro momento na obra “Os andarilhos do Bem” mas foram superados como visto na obra “O queijo e os vermes” e não foram seguidos em obras posteriores como “História noturna”.

¹⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p.13

¹⁶ PALLARES BURKE, Maria Lúcia. *As muitas faces da história*. São Paulo: Unesp, 2000. PP.286-287

¹⁷ GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 p.23

¹⁸ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

MESTRADO EM HISTÓRIA NA UFPR: UMA ABORDAGEM EM TORNO À HISTÓRIA DEMOGRÁFICA

Aluno: Guiosepphe Sandri Marques

Orientador: José Roberto Braga Portella

Palavras-chave: História Demográfica; paradigma; História Regional

A presente monografia tem como objetivo analisar a Linha de Pesquisa em História Demográfica do Paraná, criada em 1969, no Departamento de História da UFPR; o recorte temporal é de 1972 a 1982 e corresponde ao Mestrado, que foi criado pela Resolução nº 2/72, de 28 de janeiro de 1972, do Conselho Universitário, autorizando o Mestrado em História do Brasil, opções de História Demográfica e de História Econômica, tendo seu funcionamento a partir do ano letivo de 1972/73; reconhecido no Processo nº 1377/73 – CNPq, como Centro de Excelência pelo Conselho Nacional de Pesquisas; credenciado pelo parecer nº 0688/74, de 05 de março de 1974. Em 1982, através da Resolução 4/82 do Conselho Universitário, foi autorizada a criação do curso de Pós-Graduação em História, área de concentração História Demográfica, ao nível de Doutorado.

Para tanto, foram escolhidas três dissertações de mestrado, também analisadas dentro de um contexto maior que remonta à criação do Seminário de História, em 1959, que expressam a prática da História Demográfica do Paraná. Estas dissertações foram escritas em 1974, sob a orientação de Oksana Boruszenko, que também era da área de História Demográfica. As três dissertações¹ mostram a continuidade cronológica do tema – os estudos populacionais –, o surgimento e as características da Vila de Curitiba, a crítica das fontes, a composição da população, a estrutura dos domicílios etc. As metodologias, de Louis Henry e Michel Fleury, e específicas para a História Demográfica, são as mesmas para as três dissertações, e o uso de uma na outra é corrente²; a estrutura textual é muito parecida, o forte uso de fontes primárias no meio das dissertações é comum. A todo momento, as autoras apontam as limitações das fontes usadas, sejam as lacunas das fontes ou até mesmo os erros de feitura das fontes.

Em relação aos objetivos das dissertações analisadas, uma das autoras diz o seguinte: “o presente trabalho tem por finalidade constatar, mais do que explicar, o movimento da população da Paróquia de Nossa Senhora da Luz, pelo estudo quantitativo, retrospectivo, de uma população pré-malthusiana.”³ As outras duas dissertações analisadas seguem o mesmo caminho.

As autoras destas dissertações, Ana Maria de Oliveira Burmester, Maria Ignês Mancini de Boni e Mariza Budant Schaff também foram alunas de graduação do curso de História da UFPR, e depois as mesmas viraram professoras do Departamento de História.

Vale a pena ressaltar que o Mestrado em História da UFPR tinha outra Linha de Pesquisa, a de História Econômica, e que muitas dissertações, num total de 56, produzidas no período de 1972 a 1982 são desta mesma área. Entretanto, e conforme os estudos feitos

¹ BONI, M.I.M. *A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes, 1765/1785*. Curitiba, 1974, 164p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná; SCHAFF, M.B. *A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes – 1786/1799*. Curitiba, 1974, 165p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná; BURMESTER, A.M.O. *A população de Curitiba no século XVIII – 1751/1800, segundo os registros paroquiais*. Curitiba, 1974, 107p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná

² As dissertações foram produzidas na mesma época e sob a mesma orientação, e as respectivas defesas têm uma diferença de dois meses. Pode-se dizer que as três dissertações estudam a mesma coisa, a população de Curitiba, mas em períodos diferentes, e em sucessão.

³ BURMESTER, A.M.O. *A população de Curitiba no século XVIII – 1751/1800, segundo os registros paroquiais*. Curitiba, 1974, 107p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná. p. 02

acerca do Mestrado em História (títulos das dissertações, palavras-chave, comentadores) da UFPR, há como se dizer que houve uma importância ou talvez um destaque a mais para a Linha de História Demográfica. Além de a Linha de Pesquisa em História Demográfica do Paraná ter uma quantidade maior de produção, há também publicações específicas de metodologias para a mesma. A própria criação de um doutorado nesta mesma área aponta para uma importância que a História Demográfica tinha.

Face ao exposto, acredita-se que estas três dissertações, e mais algumas publicações que falam sobre o Mestrado em História da UFPR⁴, possibilitam uma análise bastante reflexiva em torno à História Demográfica entre os anos de 1972 a 1982.

Apesar de o Programa de Pós-Graduação em História da UFPR ter quase quatro décadas de existência, não há nenhum trabalho acadêmico que problematize a sua produção. Uma abordagem em torno à História Demográfica do Paraná, que também traz consigo a possibilidade de se estudar a(s) influência(s) de outras correntes historiográficas, à época, no Mestrado em História da UFPR, permite um estudo inédito não só acerca da produção historiográfica da Pós-Graduação, mas também de metodologias desenvolvidas especificamente para as fontes encontradas no Paraná.

Para se chegar ao objeto de análise, a presente monografia faz uma breve abordagem do ensino superior no Paraná, mais especificamente em Curitiba, entre os anos de 1912 a 1970. Dentro deste recorte temporal, há diversos acontecimentos que merecem uma menção: criação da Universidade do Paraná em 1912; desmembramento, em 1918, da Universidade do Paraná em três Faculdade, de Engenharia, Medicina e Direitos; criação do Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná (onde começou o curso de História) em 1938; restauração da Universidade do Paraná, em 1946; federalização da Universidade do Paraná, em 1950; criação de pós-graduações no Paraná a partir de 1965; reforma universitária de 1968; reforma estrutural-organizacional da UFPR.

Por fim, esta monografia problematiza se houve ou não um paradigma da História Demográfica, tendo como referencial teórico as contribuições do filósofo da ciência Thomas Kuhn que publicou em 1961 uma obra chamada *A Estrutura das Revoluções Científicas*, cujos objetivos consistem em analisar a formação e as características do(s) paradigma(s) dentro da comunidade científica. A ciência normal, que significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas e que são reconhecidas durante algum tempo por uma comunidade científica⁵; e ela frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos.⁶ O conceito de paradigma, que aparece com diversas acepções na obra já citada, pode ser entendido como uma base teórica e metodológica, ou um consenso sobre tudo aquilo que é produzido no interior de uma disciplina. Se um dado grupo ou comunidade científica tem mesmo um paradigma, só pode ter um, por mais que se estudem linhas ou propostas incompatíveis entre si.⁷ O paradigma informa quais as questões sobre a natureza que podem legitimamente ser postas e das técnicas que podem ser devidamente aplicadas na busca das respostas a essas questões.⁸

⁴ BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecilia Maria. *Um Mazzolino de Fiori : vol. II*. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. 469p. pp. 254-263

⁵ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 257p. p. 29.

⁶ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 257p. p. 24..

⁷ KUHN, Thomas S. *A função do dogma na investigação científica*, p. 59. In: DEUS, Jorge Dias de (org.) *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*, pp. 53-80. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 240p.

⁸ KUHN, Thomas S. *A função do dogma na investigação científica*, p. 67. In: DEUS, Jorge Dias de (org.) *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*, pp. 53-80. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 240p.

Um exemplo de abordagem reflexiva a partir da noção de paradigma ou um programa é o capítulo de um livro do historiador brasileiro José Carlos Reis.⁹ Neste capítulo, o autor expõe e comenta alguns trabalhos que analisam se os *ANNALES* formaram ou não um paradigma ou um programa, se são herdeiros ou não de uma prática anterior ou o fruto de uma revolução científica.

Para o objeto de análise, a Linha de Pesquisa em História Demográfica do Paraná, as características que definem um paradigma (mesmo alinhamento metodológico, regras de pesquisa e solução de problemas etc.), segundo Thomas Kuhn, aparecem e são práticas, independente de os indivíduos envolvidos perceberem. Ao longo da pesquisa, e com base no referencial teórico usado, dá para se dizer que houve um paradigma da História Demográfica no Paraná. A iniciação e a inserção de alguns membros envolvidos no paradigma, e que depois viraram professores do Departamento de História, mais a produção historiográfica entre 1972 a 1982, demonstram que havia sim um paradigma ou uma orientação metodológica. Inclusive, foram desenvolvidas metodologias específicas para o tratamento de dados acerca da História Regional.

Tendo estes elementos, que também o são constitutivos daquilo que Thomas Kuhn chamou de paradigma, conclui-se que houve um paradigma. Conclui-se também que este paradigma é de forte influência da historiografia francesa da época, tendo como contribuições diretas os historiadores Frédéric Mauro, Louis Henry e Michel Fleury – a metodologia destes dois últimos era bastante usada na História Demográfica do Paraná, e eles também ministravam cursos e/ou palestras na Pós-Graduação em História da UFPR. Havia também a tradução de livros específicos para a História Demográfica, por exemplo, o livro de Louis Henry, *Técnicas de análise em demografia histórica*.¹⁰

A Linha de Pesquisa em História Demográfica do Paraná era constituída por praticantes que iam desde a graduação, passando pela Pós-Graduação, até chegar aos professores, mas não todos, do Departamento de História. Desde a criação do Seminário de História, em 1959, a História Demográfica era aplicada à História Regional, pois esta última, mais o estudo da teoria da história, era a finalidade do Seminário de História e também do Departamento de História.¹¹ A História Regional dita tradicional, por exemplo, a de Romário Martins, foi analisada e usada, com bastante frequência nas três dissertações, para se reescrever a História Regional aos moldes da História Demográfica.

Para tanto, esta monografia está organizada em três capítulos a seguir: o primeiro consiste em expor a criação da Universidade do Paraná até a criação do Departamento de História, passando pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e pela criação do curso de Geografia e História; o segundo consiste em abordar, teoricamente, a construção da hipótese; e o terceiro é a análise das três dissertações para se testar a hipótese e chegar à conclusão referida mais acima.

⁹ REIS, José Carlos. *A História, entre a filosofia e a Ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 120p. pp.67-106.

¹⁰ HENRY, L. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977, 165p.

¹¹ Ata da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. Consultada em 9 de outubro de 2009.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM CURITIBA: AS UNIDADES DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO

Aluna: Anita Maria da Costa Félix

Orientador: Dennison de Oliveira

Palavras-chave: patrimônio cultural; urbanismo; gestão pública

O presente trabalho tem a intenção de pesquisar a respeito do processo de desenvolvimento das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural em Curitiba, especificamente o patrimônio edificado. O recorte escolhido trata das Unidades de Interesse de Preservação, categoria criada pelo município como uma das maneiras de preservar o patrimônio arquitetônico da cidade a partir da década de 1970. A questão que se apresenta quando estudamos esta categoria e as políticas de preservação do governo municipal é o entrelaçamento que se dá entre as políticas e planos de urbanização, a criação de uma nova identidade para o município e o resgate da memória e história da cidade.

É a partir daí que, analisando fontes periódicas principalmente, percebemos uma espécie de contradição ou mesmo não assimilação destas políticas por parte de totalidade da população, como costuma se apresentar. O objetivo central deste trabalho é, através do estudo da manifestação contrária de um grupo de pessoas com imóveis classificados como Unidades de Interesse de Preservação (UIP'S) em 1979, perceber que sentido a população, neste caso uma pequena parcela diretamente afetada por estas políticas, se relaciona e participa deste processo. O enfoque se dará, portanto, no recorte temporal de 1965 a 1989, ampliando a discussão quando necessário em termos de historicização do conceito de patrimônio cultural, primórdios da preservação do patrimônio no Paraná e contextualização dos planos de urbanização de Curitiba, abrangendo desde o Plano Agache.

O conceito de patrimônio tem uma trajetória histórica que remonta a Roma Antiga – sentido de propriedade do cidadão - e que ao longo do tempo foi somando significados, aproximando-se do conceito de monumento, monumento histórico e de pertencimento a um grupo determinado de pessoas. É a partir da Revolução Francesa e da formação dos Estados Nacionais que o conceito se aproxima do significado que o atribuímos hoje, de patrimônio cultural, associado sempre a uma idéia de identidade e memória específicas¹. Pode-se afirmar que a concepção de patrimônio é estabelecida por um determinado grupo para um outro determinado grupo com uma intenção; seja ela de nacionalidade, de pertencimento ou de legitimação de um governo. O conceito de patrimônio cultural, ao longo de seu processo de institucionalização e formação passa abarcar também conceitos imateriais, valorizando assim também a cultura não-edificada de um povo, tal como costumes, modos de fazer, culinária, música, etc.

No Brasil, não por acaso, a idéia de preservação do patrimônio surge nos anos 30, a principio a partir de debates gerados por grupos de intelectuais e modernistas, visando a busca de uma “identidade nacional”, buscando raízes e tradições genuinamente nacionais – o reencontro com a cultura do barroco brasileiro faz com que Ouro Preto seja tombada em 1933. Através da decisão do Ministro Capanema, Mário de Andrade se torna o responsável pelo anteprojeto apresentado ao governo, em 1936 para a constituição de um órgão e de uma política de preservação a nível federal. Com uma visão que antecipa diversos conceitos, Mário de Andrade incluía diversas manifestações culturais, além das edificações, como patrimônio². O projeto chega a ser aprovado, mas com o golpe e

¹ CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação liberdade, 2006.

² FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005, p.97

instituição do Estado Novo, outro projeto é institucionalizado priorizando uma política de proteção enfocada na memória oficial e em bens edificados. O Serviço de Proteção Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, é criado em 1937 e em 1960 se torna Instituto de Proteção Histórico e Artístico Nacional.

O desenvolvimento da política de preservação no Brasil acompanha, podemos afirmar, a política de governo federal³. Sendo assim, a priorização de uma história formal é predominante até fins da ditadura e período de redemocratização, quando começam a surgir diversos movimentos democráticos e sociais que além de trazer à tona a discussão da heterogeneidade social, aproximam a questão do patrimônio aos debates como os de qualidade de vida, pluralidade cultural e conservação do meio ambiente⁴. Este movimento passa a ocorrer principalmente a partir da década de 80, quando o projeto de Mário de Andrade é retomado. Nos anos 90, este movimento alia-se às políticas de preservação que valorizam a questão turística e o incremento econômico das cidades.

Já no Paraná, o debate sobre preservação do patrimônio também se desdobra a partir de discussões relacionadas a criação de uma identidade, no caso uma identidade tipicamente paranaense, já que o estado, de desmembramento recente da província de São Paulo, é étnica, cultural e socialmente heterogêneo. No início do século XX é criado o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Paraná e desenvolve-se o movimento Paranista, em busca de um Paraná autêntico. Tentativas de criação de órgãos de proteção ao patrimônio ocorrem, sempre em sintonia ou subordinação a órgãos federais, de maneira normativa e consultiva⁵. Os tombamentos seguem sendo realizados neste momento diretamente pelo governo federal⁶. É a partir de 1948 que o Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural é criado e a partir de 1960 que efetivamente passa a realizar tombamentos, seguindo a política federal de priorizar a preservação de uma História formal.

Curitiba a contar com mecanismos próprios de preservação de maneira legal, ainda que superficialmente, em 1953, através da lei 699 que dispõe sobre o Código de Posturas e Obras do Município. Mesmo ainda não estando claro quais seriam as medidas de defesa e preservação, esta lei através dos parágrafos quarto e quinto, já demonstra a preocupação em evitar a perda de imóveis considerados de importância histórica ou arquitetônica.

A ausência de uma identidade única que permeasse o estado refletia-se na sua capital. Curitiba até a década de 1960 era tida como uma cidade sem características próprias: “Curitiba era a última cidade do Brasil sem qualquer característica especial. O próprio curitibano era um cara que não tinha sua marca, não tinha uma expressão, isto porque a cidade nada tinha a oferecer”⁷.

Em meados da década de 1960, tendo em vista a necessidade de soluções para problemas estruturais da cidade que não eram mais resolvidos pelo Plano Agache - plano diretor da cidade da década de 1940 - o então prefeito Ivo Arzua abre concorrência para um novo plano diretor. Nesta concorrência é selecionada a empresa Serete em parceria

³ MACHADO, Alisson Bertão. **Políticas culturais e patrimônio histórico: o processo de tombamento do setor histórico da Lapa-PR como um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007, p. 62.

⁴ Idem, p.70

⁵ Idem, p.77

⁶ Ibidem, p.78

⁷ ASSAD, Abrão. **Boletim Informativo Casa Romário Martins**: Fundação Cultural de Curitiba. V. 23 n. 114, Curitiba: 1996, p.08

com Jorge Whilelm Arquitetos Associados para realizar o plano que daria conta de equacionar o crescimento da cidade com propostas de ordenamento racional⁸.

Além do crescimento da cidade, proporcionado em grande medida, pelo ciclo do café, há outro fator que incide sobre a preocupação por um novo plano diretor da cidade. A criação do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Paraná influi para o desejo de um plano que, além de resolver os problemas estruturais, dê um nova identidade, mais moderna e cosmopolita para Curitiba. Não apenas pela confluência de arquitetos para formação do corpo docente na cidade, mas também, e mesmo principalmente, por este jovem grupo de estudantes, formado também por engenheiros que tinham interesse em obter o grau de arquitetos em sua formação, gerar uma onda de debates relacionados a soluções para a cidade que é renovado e proposto com entusiasmo⁹.

O plano preliminar proposto pela empresa ganhadora aposta em uma criação participativa com um grupo local e é criado a Assessoria de Planejamento e Pesquisa em Urbanismo, mais tarde transformado em Instituto, o IPPUC. Não sem críticas, este projeto consegue crescer graças a esta postura participativa e aliada à proposta do prefeito de debater as questões do plano preliminar em conjunto com a população, criando o seminário “Curitiba de Amanhã”¹⁰. No seminário, diversas reuniões, em diversos locais da cidade apresentavam o projeto e o abriam para críticas e sugestões, chegando ao limite do prefeito oferecer a quem apresentasse um outro projeto a chance de substituir o apresentado pela Serete. Após debates, acréscimos e alterações, em 1966 o projeto se transforma em lei.

Com o fim da gestão do prefeito Ivo Arzua, o Plano Serete não é aplicado imediatamente por outros prefeitos. Apesar disso, o IPPUC continua trabalhando, à margem do governo municipal, em projetos para sua viabilização¹¹. É em 1971, a partir da nomeação de Jaime Lerner para prefeito, um dos mais notáveis arquitetos do IPPUC, que o projeto começa a ser aplicado na cidade, já completamente estruturado e preparado pelo IPPUC. Também é a partir deste momento que se forma em Curitiba uma espécie de “elite intelectual”, representada pelo grupo de engenheiros e arquitetos do IPPUC que, através da gestão de Jaime Lerner, assume diversos cargos no governo executivo¹².

E é principalmente dentro do IPPUC, desse momento em diante, que as políticas de preservação do patrimônio serão debatidas, mesmo que futuramente surjam órgãos como Fundação Cultural de Curitiba e Casa Romário Martins, responsáveis pelo setor cultural, artístico e histórico da cidade. Quando o plano diretor é publicado como lei, já dispunha superficialmente a respeito de “setores históricos tradicionais” e objetivos de preservação. Com a Lei de Zoneamento de Uso do Solo, em 1971, este setor fica delimitado; no mesmo ano é publicado o Plano de Revitalização do Setor Histórico, pelo arquiteto Cyro Correa Lima. Diversas medidas são tomadas neste momento relativas a preservação de bens considerados de importância histórica ou arquitetônica, seja através de leis que colocam os proprietários como cooperadores do processo, seja com a prefeitura ocupando e reciclando espaços para usos culturais, como é o caso do Teatro Paiol, Centro de Criatividade e a própria Casa Romário Martins.

⁸ CARVALHO, André de Souza. **Curitiba, imagem do planejamento ou planejamento da imagem?**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008, p.27-31

⁹ OBA, Leonardo T. **Marcos urbanos e a construção da cidade**: A identidade de Curitiba. Tese (Doutorado Estruturas Ambientais Urbanas). Universidade de São Paulo, 1998. p.240

¹⁰ Depoimento de Jorge WHILHELM. IPPUC **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba, dezembro de 1990. (Depoimentos 5)

¹¹ Idem, p. 31

¹² CARVALHO, André de Souza. **Curitiba, imagem do planejamento ou planejamento da imagem?**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.p.39

Neste momento também começa a ser aplicada a política de pedestrianização do centro da cidade, com o fechamento da Rua XV, desde a praça Osório a Universidade Federal do Paraná, medida polêmica que se revelou como um dos maiores sucessos da gestão de Lerner. É considerado como um momento de euforia e entusiasmo o período que se segue a aplicação dos projetos do plano diretor, com uma equipe renovada na administração municipal e contando com apoio estadual, somando diversos sucessos e diversos equívocos, tanto em nível estrutural como em nível de preservação patrimonial¹³.

Em 1979 é então decretada a classificação de 586 imóveis como Unidades de Interesse de Preservação, constituindo-se de imóveis que compunham o Acervo da Região Metropolitana, realizado em 1977 através do COMEC-IPARDES. Estes imóveis passam então a ter seu uso restringido pela legislação, com o intuito de preservar e conservar sua estrutura, escala e fachadas. Este fato gera repercussão na cidade, tanto positiva quanto negativamente, e alguns moradores que tiveram seus imóveis classificados realizam um abaixo-assinado e reivindicam a retirada de seus imóveis de tal lista¹⁴. Este momento, em que o decreto é revogado, repensado e substituído por outro, que começa a considerar cada caso de UIP individualmente, é o ponto de chegada deste trabalho.

Abaixo-assinado liderado por Cândido G. Chagas, proprietário de um imóvel na região do Setor Histórico classificado como UIP e também proprietário do jornal “Paraná em Páginas”, esta manifestação questiona a justificativa de interesse de preservação e a autoridade pública sobre a propriedade. Servindo como uma janela para observarmos de que modo se deu a relação do governo municipal com a população durante a realização das diversas reformas e alterações da cidade, este caso reflete e auxilia em algumas considerações que podemos fazer sobre de que modo a identidade de Curitiba é construída neste momento e de que modo se dá a participação da população diretamente envolvida, se de maneira democrática e participativa, como costuma-se pensar a respeito da construção da imagem da cidade, ou se de maneira verticalizada, idealizada por um grupo apenas.

Para a reflexão deste processo, as fontes analisadas serão bibliográficas, periódicas e legislação do período. Principalmente no que diz respeito a coleta de informações sobre o processo de urbanização da cidade e instituição de órgãos municipais ligados a cultura, as fontes serão basicamente os volumes da coleção Memória da Curitiba Urbana publicada pelo IPPUC, que reúne depoimentos de diversos participantes deste momento (aplicação do Plano Diretor até cerca de 1990), desde arquitetos e engenheiros a ex-prefeitos e funcionários das instituições envolvidas na gestão patrimonial, cultural e histórica da cidade.

A análise do modo como a população lidou com o andamento das mudanças na cidade serão analisados sobremaneira através de periódicos encontrados na Casa da Memória em pastas organizadas por temas: Unidades de Interesse de Preservação, Patrimônio Histórico e Setor Histórico. É considerável a quantidade de manifestações populares, através de notas de jornalistas ou mesmo cartas e reclamações dos cidadãos em jornais do estado, principalmente da capital. As discussões, reclamando por proteção de patrimônio e de locais públicos se intercalam com questionamentos e críticas sobre o modo como esta proteção era feita, revelando-se como fontes bastante ricas para a aprofundamento deste debate. Aliada ao uso destas fontes será a utilização da legislação, que demonstra de que maneiras legais o processo foi se constituindo no estado e no município.

Neste trabalho a análise da relação entre apropriação e uso da memória e identidade também serão debatidos para compreender de que modo isso se dá em Curitiba, neste

¹³ Depoimento de Francisca RICHBIETER. IPPUC. **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba, Maio de 1990. (Depoimentos 3)

¹⁴ **JORNAL ESTADO DO PARANÁ**, Curitiba. 09 de janeiro de 1980

momento de construção de uma identidade para a cidade. Como nos apresenta Oliveira: “Cabe destacar que esse esforço de celebração dos valores das etnias mencionadas [européias] continua rendendo lucros, haja vista sua importância na veiculação da imagem da cidade como “européia” de “primeiro mundo”, etc.”¹⁵. É necessário, portanto, tentar compreender que tipo de memória se pretende cristalizar e preservar neste momento e com qual intenção.

¹⁵ OLIVEIRA, Dennison, **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR: 2000. p.56.